

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

DOUGLAS BIAGIO PUGLIA

**AS IDEIAS POLÍTICAS COMO ALICERCE: OS PADRINHOS DO BRASIL E A
FORMAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (1949 – 1954).**

FRANCA, SP

2012

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

DOUGLAS BIAGIO PUGLIA

**AS IDEIAS POLÍTICAS COMO ALICERCE: OS PADRINHOS DO BRASIL E A
FORMAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (1949 – 1954).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP – Campus de Franca como exigência para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Alves Soares

FRANCA, SP

2012

DOUGLAS BIAGIO PUGLIA

**AS IDEIAS POLÍTICAS COMO ALICERCE: OS PADRINHOS DO BRASIL E A
FORMAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (1949 – 1954).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais –
UNESP – Campus de Franca como exigência para
obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Alves Soares

BANCA EXAMINADORA:

Presidente: Samuel Alves Soares

1º Examinador:

2º Examinador:

3º Examinador:

4º Examinador:

Franca, ____ de _____ de _____

Para
Antônio, Neide e Vilma.
Principais pessoas em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Em agosto de 1999 eu acabava de ingressar em minha graduação de História na Universidade Federal de Ouro Preto, e, passado algum tempo de estudo, e conhecendo um pouco mais do curso e de seu funcionamento, eu dizia para meus pais que gostaria muito de seguir carreira acadêmica, de conseguir um título de mestre e, posteriormente, de doutor. Ambos, apesar de não entenderem em sua totalidade o significado em termos de tempo e trabalho para essa empreitada, me apoiaram desde o primeiro momento. Assim, sou imensamente grato aos meus pais, não só por acreditarem em mim e por terem me proporcionado todo o suporte para que eu pudesse concluir todas essas etapas (graduação, mestrado e, agora, doutorado), mas também por serem símbolos de valores que estão muito além de uma carreira acadêmica. Por serem pessoas das quais tenho orgulho máximo de chamar de pai e mãe.

Por essas coincidências da vida, meu casamento aconteceu justamente no ano em que comecei o doutorado, há quatro anos. Assim, se existe uma pessoa que acompanhou todo o processo de perto e esteve ao meu lado em momentos de alegria e, principalmente, nos instantes de desespero e angústia, sempre me dando o devido apoio, foi a minha esposa, Vilma. Pessoa que simboliza carinho e compreensão e da qual também tenho grande orgulho e satisfação de tê-la ao meu lado. Meus mais sinceros agradecimentos. Eu te amo, muito obrigado!

Durante o período em que cursei o mestrado e o doutorado também iniciei minha carreira profissional. E neste sentido, sempre me pautei na figura de meu orientador, Samuel Alves Soares. De uma retidão, profissionalismo e seriedade impressionantes, é com grande satisfação que posso dizer que trabalhei com ele durante tanto tempo. Sou-lhe muito grato e não somente pelas orientações, sempre perspicazes e elucidativas, mas também por servir como modelo em minha carreira profissional. Muito obrigado, Samuel!

Agradeço também aos meus eternos amigos, que mesmo não tão perto quanto outrora acompanharam todo o desenrolar de meu mestrado e doutorado.

Flávio Puff (*como conseguiu encontrar uma cidade chamada Pau dos Ferros – RN para trabalhar?*), Fabrício Oliveira (*o mais sisudo de um grupo pouco sério*), Caion Meneguelo (*a França é a sua cara*) e Pablo Menezes (*o homem da eterna bandeira*). Um grande abraço à saudosa República Calangos e a todos aqueles que por lá passaram e significam muito na minha vida!

Aos grandes amigos da megalópole mineira de Itaú de Minas, alguns que me aturam desde a infância: Gustavo Moragas, Mateus Queiroz, Wendell (Mingall), Fernando César e Anderson Pereira. Sempre tive sorte de ter amigos sinceros, pessoas com que pude contar em momentos de dificuldade, e o grupo citado é o mais puro exemplo de tudo isso que acabei de dizer. Meu muito obrigado e o desejo de ainda passar muitos anos com vocês.

Não poderia deixar de lembrar de um casal que muito me ajudou e que também conta com meu mais sincero apreço: Lucas e Érica. Essas duas pessoas são a representação de companheirismo, amizade e de auxílio. Saudades do tempo em que éramos vizinhos e a sua presença era mais constante. Muito obrigado!

Aos amigos da UNIFRAN: Jonas, Venâncio e Fábio Pacheco por terem me aguentado nos últimos momentos de conclusão da tese, fase complicada e de grande nervosismo.

Gostaria de agradecer também à UNESP – Franca e a todos os seus funcionários, por todos esses anos em que foram de suma importância para a conclusão deste trabalho.

A todos, o meu muito obrigado!

PUGLIA, Douglas Biagio. **As ideias políticas como alicerce**: os padrinhos do Brasil e a formação da Escola Superior de Guerra (1949 – 1954). 2012. 224 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2012

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é o de compreender o posicionamento da Escola Superior de Guerra dentro do quadro do pensamento político brasileiro. O trabalho apoiou-se em dois grandes pilares teóricos: o da cultura política dos Padrinhos do Brasil e a ESG como representante da linhagem política dos pensadores nacionalistas autoritários do início do século XX, notadamente Alberto Torres e Oliveira Vianna. Assim, buscou-se analisar a relação de uma cultura política oriunda de um grupo de militares que participaram ativamente da política brasileira no período de 1922 até 1964 na formação das ideias políticas da Escola Superior de Guerra. E também a influência dos escritos de Oliveira Vianna e Alberto Torres para o ideário da ESG. O recorte temporal adotado foi o de 1949 a 1954, os dois primeiros comandos da ESG.

Palavras-chave: Escola Superior de Guerra. Padrinhos do Brasil. Linhagem Política. Pensamento autoritário. Pensamento político brasileiro.

PUGLIA, Douglas Biagio. **As ideias políticas como alicerce**: os padrinhos do Brasil e a formação da Escola Superior de Guerra (1949 – 1954). 2012. 224 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2012.

ABSTRACT

The research's main purpose is understanding the Escola Superior de Guerra's role in the Brazilian political thought. The thesis has two central theoretician bases: the political culture of sponsors of Brazil and the ESG been part of a Brazilian authoritarian nationalist thinkers' political lineage, manly Alberto Torres e Oliveira Vianna. The central preoccupation is understanding the relation between a military group's political culture, who had participated in the Brazilian policy since 1922 to 1964, in the formulation of the ESG's political ideas. And we have to discuss the influence of Alberto Torres and Oliveira Vianna's books in the ESG's ideas too. The chronological option is the 1949 to 1964, the two firsts ESG's commands.

Key words: Escola Superior de Guerra. Sponsors of Brazil. Political Lineage. authoritarian thought. Brazilian Political thought.

PUGLIA, Douglas Biagio. **As ideias políticas como alicerce**: os padrinhos do Brasil e a formação da Escola Superior de Guerra (1949 – 1954). 2012. 224 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2012.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es entender la orientación de la Escola Superior de Guerra insertado en el pensamiento político brasileño. La investigación tiene dos conceptos teóricos fundamentales: la cultura política de los padrinos de Brasil y del ESG como representante del linaje política de los pensadores nacionalistas autoritarios del siglo XX, notablemente Alberto Torres y Oliveira Vianna. Por lo tanto, hemos tratado de examinar la relación de una cultura política de un grupo de militares que participaron activamente en la política brasileña, desde 1922 hasta 1964, en la formación de las ideas políticas de la Escola Superior de Guerra. Además, la influencia de los escritos de Oliveira Vianna y Alberto Torres para las ideas de la ESG. El marco temporal de esta análisis va desde 1949 hasta 1954, periodo de los primeros dos comandos.

PALABRAS CLAVE: Escola Superior de Guerra. Padrinos de Brasil. Pensamiento autoritario. Pensamiento político brasileño.

LISTA DE SIGLAS

DSN: Doutrina de Segurança Nacional

ESG: Escola Superior de Guerra.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA NA HISTORIOGRAFIA: POSSIBILIDADES DE NOVAS ABORDAGENS	33
1.1 Os militares na historiografia: o longo caminho e a perspectiva de pertencimento	33
1.2 Escola Superior de Guerra: historiografia e contribuições para a sua compreensão	54
1.3 A ESG e suas raízes: cultura política, linhagens e o pensamento político	65
CAPÍTULO 2 O OLHAR PARA O PASSADO: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E A CULTURA POLÍTICA DOS PADRINHOS DO BRASIL	70
2.1 Amigos de campanha: intervencionismo, cultura política e formação de grupo	70
2.1.1 Formação histórica e o dilema do atraso nacional: o anseio de “resolver” o Brasil	76
2.1.2 Pegando o bonde da História: contexto político-intelectual, disputa hegemônica e origem de movimentos políticos	79
2.2 Os Padrinhos do Brasil e a Escola Superior de Guerra: traços constituintes e formação de um discurso político	86
2.2.1 Os Padrinhos do Brasil e ação política: legitimidade e intervencionismo	87
2.2.2 A farda como distinção: o morrer pela Pátria e o discurso de superioridade militar	92
2.2.3 Espírito de grupo e participação política: a tradição do Exército em intervenções políticas	97
2.2.4 Carcomidos X Ala Moça: formação de grupo e choque de gerações	104
2.2.5 Jovem oficialidade e ação política: o tenentismo como batismo de fogo	109
2.2.6 Coluna Prestes: conhecendo o Brasil e formando homens	119
2.2.7 Revolução de 1930: os tenentes chegam ao poder	124
2.2.8 Um inimigo para se combater: 1935 e o comunismo no pensamento político do	

Exército.....	127
2.2.9 Segunda Guerra Mundial e a Força Expedicionária Brasileira: discurso político do atraso e da necessidade de modernização nacional	130
2.2.10 Discurso político da crise e apologia à ação revolucionária.....	135
2.3 Conclusão – Cultura política dos Padrinhos do Brasil e a Escola Superior de Guerra: discursos políticos e o encontro de um lar	139
CAPÍTULO 3 HERDEIROS DO DISCURSO: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E LINHAGEM POLÍTICA CONSERVADORA NO BRASIL.....	141
3.1 Os pais do discurso: linhagem política autoritária brasileira	142
3.1.1 Um antigo diálogo: cultura política dos Padrinhos do Brasil e linhagem política nacionalista autoritária	145
3.2 O fim do achismo: a ciência e o método em favor da política	148
3.2.1 O Brasil precisa de método: a ESG e um modelo de compreensão e atuação nacional	152
3.3 Um erário de problemas: o Brasil fora do lugar.....	157
3.3.1 Há povo, mas não há nação: o dilema brasileiro	159
3.3.2 Um povo sem cara: o problema da formação nacional.....	168
3.3.3 O despreparo e o comodismo: as elites no discurso político dos pensadores autoritários e da ESG	174
3.3.4 O Brasil real <i>versus</i> o Brasil legal: que de nossas entranhas o modelo de poder seja constituído.....	179
3.4 Um glorioso destino: o Brasil como país do futuro.....	183
3.4.1 Destino Manifesto: o Brasil nasceu para ser grande!	184
3.4.2 Em busca do Leviatã: o Estado como centro da vida nacional	186
3.4.3 O Estado desbravador: a ação civilizatória necessária.....	195
3.4.4 Exceção para a normalidade: o autoritarismo instrumental e um período de preparação da sociedade.....	198
3.5 Conclusão.....	204
CONCLUSÃO	206
REFERÊNCIAS.....	217

INTRODUÇÃO

Escola Superior de Guerra, instituição fundada em 1949 com o objetivo de estudar o Brasil, que atraiu uma série de autores e pesquisadores no intuito de uma melhor compreensão das propostas políticas e também do papel que essa escola desempenhou em momentos marcantes da vida política nacional. Uma vasta bibliografia foi produzida em vários setores das ciências sociais, com destaque para a ciência política, sociologia e a História nesta produção, e, como consequência, uma série de alicerces e paradigmas foi elaborada como resposta aos problemas e questões propostos por essas áreas de conhecimento. Até que ponto, então, um velho tema pode ser visto por novos olhos?

Este é o maior desafio do presente trabalho: demonstrar ainda haver a possibilidade de novas abordagens em temas que, embora não sejam tratados como esgotados, carregam sobre si convicção de que muito já foi produzido e estaria quase finito. No campo historiográfico há a certeza de que jamais se poderá afirmar de um determinado tema ou objeto que este estaria totalmente estudado ou que todas as suas possibilidades se encontrariam contempladas. Entretanto, na prática, há certas temáticas já não tão procuradas ou estudadas, uma vez que se considera já ter sido falado muito sobre o assunto. De que maneira, então, a ESG ainda poderia ser apreendida como um objeto de pesquisa que apresentasse uma nova forma de ser analisada e estudada? Até que ponto é possível renovar em um campo relativamente saturado? Para realizar tal empreitada, muito mais do que uma proposição original, o trabalho parte da ideia de definir o local político da ESG dentro do pensamento político brasileiro, algo que já foi realizado, sob a proposta de alteração da forma como a ESG foi estudada, com uma nova abordagem teórica. Ao se alterar a visão sobre o objeto ter-se-iam outros resultados em sua análise.

Desta maneira, o objetivo do trabalho é o de analisar o posicionamento da ESG no quadro do pensamento político brasileiro à luz da hipótese de que ela sofreria grande influência da cultura política dos Padrinhos do Brasil e também de que pertenceria a uma linhagem política dos pensadores nacionalistas autoritários do início do século passado. O recorte temporal adotado é de 1949 a 1954, correspondente aos dois primeiros comandos da Escola Superior de Guerra,

respectivamente, o de Juarez Távora e o de Cordeiro de Farias. A escolha desse recorte se justifica por ser um momento de formação da instituição e de suas ideias políticas e também pelo significado e importância que os dois primeiros comandantes têm no processo. Neste sentido, para a compreensão do trabalho e dos seus principais pressupostos, há a necessidade de se entenderem dois conceitos norteadores: o de cultura política e o de linhagem do pensamento político.

A escolha do conceito de cultura política não se deu por arbítrio, mas pela capacidade de explicação que o conceito tem de forma geral e também a maneira como ele se encaixa perfeitamente ao tema proposto. Por se tratar de análise de um grupo de militares e dos motivos que os levaram a intervir na política nacional, nada melhor que um conceito que considere não apenas as ideias políticas ou o mundo do político, mas que consiga extrair das experiências de formação, de relações de grupos, de processos identitários, enfim, de todo um universo de elementos não necessariamente políticos, que acabam por moldar a visão de mundo de um determinado grupo, e até de uma nação, no campo político. O uso do conceito de cultura política, então, possibilita uma abordagem do político de forma mais completa e também mais moderna. Ao se pensar até a proposta de Rene Remond em *Por uma história política*¹, o conceito de cultura política aumentaria em muito a capacidade de abrangência e de inserção do político, fugindo cada vez mais da visão estereotipada do político, muito artificial e quase como complemento de outros campos. Serge Berstein, um dos maiores teóricos sobre o conceito de cultura política, ressalta a possibilidade da união entre cultura e política: *Que o cultural prepara o terreno do político aparece desde já como uma evidência de que alguns retiraram estratégias.*² Assim, o conceito é de extrema valia e contém uma grande capacidade explicativa.

Mas se o conceito é de muita valia para se melhor entender determinadas ações e movimentos políticos, também urge ressaltar que não se trata de algo de fácil aplicação ou mesmo de definição. O conceito de cultura política não pode ser descrito como novo. Já de longa data se vem tentando delimitar melhor sobre o seu

¹ REMOND, Rene. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

² BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François (Org). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 357.

uso e quais as suas aplicações e limites³. Muitas foram as tentativas de definição, e ainda não há um consenso geral, o que não interfere na utilidade do conceito. Uma das maiores dificuldades para a aplicação do conceito se deve a sua interdisciplinaridade e à necessidade de contemplação das várias áreas que possam utilizá-lo. O mais importante a se destacar é que o conceito é de tal forma plural que contempla os anseios de várias áreas diferentes. Esta falta de definição pode ser melhor entendida nas palavras de Eliana de Freitas Dutra e Daniel Cefai:

Recentemente, o organizador de uma obra, de feição interdisciplinar, que se dispôs a reunir estudiosos para pensar as culturas políticas nas suas definições; especificidade; mutações e invariâncias, apontou as dificuldades de se chegar a um conceito preciso. Isso porque, tal como ele propriamente assinala, o recenseamento dos usos da noção de cultura política⁴ “que se coloca em diferentes espaços teóricos e se inscreve em diferentes projetos empíricos, desafia a produção de uma definição consensual, que satisfaça a todas as línguas de pesquisadores, que seja apropriada a todas as constelações de temas e a todas as grandezas de escala em usos na ciências sociais, históricas e políticas.⁵

Portanto, não se trata de simplesmente adotar uma abordagem, mas de definir de que maneira no presente trabalho o conceito de cultura política será utilizado. O primeiro passo para compreendê-lo é buscar entender como uma determinada formação, conjunto de experiências, símbolos e vivências compartilhadas por um determinado grupo acabariam por confluir em uma visão de mundo e, conseqüentemente, em uma compreensão peculiar do político, a qual poderia ser expandida e compartilhada com outros grupos e até ao conjunto todo de uma nação. Claro que não se trata de algo tão simples, mas de um ponto de partida para a compreensão do conceito em questão.

Outro ponto para se entender uma cultura política seria a sua relação com o contexto em que ela se originaria ou com o qual dialogaria. Assim, uma determinada cultura política só conseguirá validade, seu discurso somente será considerado

³ Sobre a historicidade do conceito há este interessante artigo: DUTRA, Eliana R. Freitas. **História e cultura políticas**: definições, usos e genealogias. Belo Horizonte: Varia História, 2002, n. 28.

⁴ Ibid. p. 14.

⁵ CEFAL, Daniel. Introduction. In: Cultures politiques. Paris: PUF, 2001, p. 7, apud DUTRA, Eliana R. Freitas. **História e cultura políticas**: definições, usos e genealogias. Belo Horizonte: Varia História, 2002, n. 28, p. 14.

legítimo a partir do momento em que esse discurso estiver ligado a uma realidade palpável. Também se parte do pressuposto de que toda cultura política acabaria por gerar determinados discursos políticos, e ao dizer discursos políticos não se está referindo apenas a textos ou falas, mas também a determinadas ações ou atos que acabem por significar certo tipo de discurso político, ou melhor, afirmar um tipo de posicionamento político. Muito mais do que textos, discursos são marcas indelévels de demonstração ou exemplificação de uma especial cultura política. Assim, toda a análise da cultura política dos Padrinhos do Brasil desempenhada neste trabalho passou pela percepção de determinados discursos políticos que acabam por ser criados ou reforçados em determinados contextos ou situações vividas pelo grupo. Ao final, tem-se não necessariamente textos, mas um conjunto de discursos políticos que atribuiriam significado e confeririam peso à cultura política em questão.

Assim, uma cultura política e todo o seu discurso somente podem ganhar peso se aquilo que estiverem falando estabelecer uma conexão que convença os possíveis interlocutores com os quais ela esteja lidando. Não se pode incorrer no erro de analisar os discursos políticos apenas de acordo com as suas palavras, mas também em que sentido elas se relacionam com uma determinada conjuntura. Já abordando algumas questões de ordem metodológica do trabalho, isto se mostra de maneira prática da seguinte forma: todas as fontes desta tese são fontes escritas, entre as quais memórias, discursos, conferências, publicações teóricas, etc.; a análise das mesmas apenas em seus dizeres seria rasa. Novamente ter-se-ia a sensação de que as ideias e propostas políticas contidas no texto estariam flutuando por sobre aquilo que estariam falando; elas estariam fora do lugar, não realizando uma necessária conexão. Assim, o discurso só passa a ter peso quando ligado aos elementos políticos, sociais, econômicos, culturais, etc. que dariam sentido àquelas palavras. Um determinado discurso pode vir de uma interpretação equivocada da realidade, mas há a necessidade de se estar ligado a essa realidade. Nas palavras de Pocock:

Evidentemente, estudar o discurso político implica estudar fatos históricos, pois faz parte deste enfoque pensar os discursos como ações – “atos de fala”, para usar o termo da filosofia da linguagem

contemporânea –, para reagir a fatos passados [...], modificar fatos presentes ou criar futuros.⁶

Logo, a nossa compreensão de cultura política passa por desvendar os discursos políticos reinantes, a maneira como foram criados e amadureceram com o passar do tempo, assim também como os próprios textos políticos criados refletem determinados tipos de discursos políticos. De forma prática, muitos dos textos políticos da Escola Superior de Guerra refletiriam determinados discursos políticos da cultura política dos Padrinhos do Brasil. Sendo assim, dentro do conceito de cultura política, buscou-se identificar os principais discursos políticos do mesmo e também a maneira como se formaram e ganharam corpo. Desta forma, ainda evocando Pocock, pode-se falar em idiomas do discurso político, expressão que casa muito bem com a nossa compreensão de cultura política. Esses idiomas poderiam ser interpretados justamente como as experiências, símbolos e ações que constituiriam a cultura política e formariam, por consequência, os discursos políticos. Assim, pode-se dizer que a cultura política e todos os seus “idiomas” políticos seriam a base em que se ergueriam os discursos políticos, que seriam os pontos de maior visibilidade de uma determinada cultura política. Uma melhor definição seria um processo dialético em que a cultura política e seus idiomas influenciariam os discursos gerados que também serviriam para redefinir rumos e o processo volta a seu início. Então, é forçoso dizer que há a necessidade de identificação desses elementos formadores, para se compreender a própria cultura política e os seus discursos. Ainda nas palavras de Pocock:

Uma grande parte de nossa prática como historiadores consiste em aprender a ler e reconhecer os diversos idiomas do discurso político da forma para qual se encontram disponíveis na cultura e na época em que o Historiador está estudando: identificá-los à medida que aparecem na textura linguística de um determinado texto e saber o que eles comumente teriam tornado possível ao autor do texto propor ou “dizer”.⁷

A função se assemelharia a pinçar os elementos, ou melhor, as peças de um quebra-cabeças que isoladas não diriam muito, mas juntas e analisadas em um

⁶ POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003, p. 9.

⁷ *Ibid.*, p. 33.

contexto maior forneceriam a chave de compreensão fundamental para determinados grupos e movimentos políticos. Com isso, seriam desvendadas a cultura política e sua capacidade explicativa. A cultura política, então, não seria somente um grande amálgama de situações, experiências, símbolos, etc., mas fator de união entre esses elementos, o que conferiria uma maior inteligibilidade e proporcionaria algo novo, ou seja, o produto da relação de todos esses elementos, pode-se dizer, seria maior do que a simples adição dos seus componentes.

A cultura política proporcionaria uma chave de interpretação bastante completa do ponto de vista da análise individual e coletiva. A partir das ações e posicionamentos de um determinado indivíduo é possível traçar se ele se sente influenciado ou se compartilha dos pressupostos de uma cultura política qualquer. Aliás, trata-se de um tipo de ligação muito mais forte do que a filiação a um partido ou a adesão a um tipo de corrente político-ideológica. A cultura política, de alguma forma, estaria vinculada à própria formação do indivíduo, em processos e ligações que iriam além da política, mas que envolveria uma série de outras esferas humanas. O que também não quer dizer que um indivíduo poderá ser influenciado por uma única cultura política, ou mesmo que uma determinada cultura política perca o sentido com o passar do tempo e ele deixe de se sentir participante da mesma (culturas políticas também não são eternas, podem ter o seu fim), apenas que se trata de um tipo de ligação mais forte do que simplesmente carregar uma bandeira qualquer sem ligação com aquele símbolo. Trata-se, enfim, de um tipo de participação muito mais profunda e forte, e que seria denunciada pelo próprio agir da pessoa, fugiria do estritamente racional e entraria em um campo bastante subjetivo que “denunciaria” o indivíduo, por assim dizer, com o destaque de que esse conjunto de “amostras” poderia ser analisada e interpretada de forma a enquadrá-lo em uma determinada cultura política.

Sob a perspectiva coletiva, o conceito de cultura política proporciona um dos elementos mais importantes no posicionamento político: o de identidade. A cultura política proporciona uma série de referências que funcionariam como princípios de atração entre os indivíduos e que geraria a identidade e até uma fidelidade a este conjunto que seria a cultura política. Identidade que não se resumiria a apenas alguns princípios constitutivos da cultura política, mas a sua maioria e também as consequências do mesmo, ou seja, a partir do momento que uma cultura política se

solidifica entre um conjunto de pessoas, passa-se a criar normas, valores e ações que são esperados daqueles membros. Sendo assim, para além de um princípio de identidade há a constituição de uma série de outros elementos mais normativos, que reforçam ainda mais a ligação entre essas pessoas e reafirmam os seus compromissos. Nas palavras de Serge Berstein:

Para o historiador, o interesse de identificação desta cultura política é duplo. Permite em primeiro lugar pelo discurso, o argumentário, o gestual, descobrir as raízes e as filiações dos indivíduos, restituí-las à coerência dos seus comportamentos graças à descoberta das suas motivações, em resumo, estabelecer uma lógica a partir de uma reunião de parâmetros solidários, que respeitam ao homem por uma adesão profunda, no que a explicação pela sociologia, pelo interesse, pela adesão racional a um programa se revela insuficiente, porque parcial, determinista e, portanto, superficial. Mas, em segundo lugar, passando da dimensão individual à dimensão coletiva da cultura política, esta fornece uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura, fator de comunhão dos seus membros, ela fá-los tomar parte coletivamente numa visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva idêntica de futuro, em normas, crenças, valores que constituem um património indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isto, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual.⁸

Bernstein ainda fala em *grelha de leitura do político através da cultura política*⁹, em que destaca o poder de explicação da cultura política para um determinado fenómeno ou grupo político. Mas suscita outra discussão ainda maior: o que formaria uma cultura política? Quais seriam os elementos formadores de uma cultura política qualquer?

Essa talvez seja uma das maiores discussões acerca do conceito de cultura política, pois não há uma resposta, de forma fechada e conclusiva, do que faça parte ou não da sua formação e caracterização. Cada uma teria referências próprias e seus componentes, que devem ser analisados como casos específicos, e não com o intuito de se formar um modelo de análise geral. O importante é notar a forma como estes elementos acabam por formar uma coesão interna e quais as conseqüentes representações que eles passam a originar. Em outras palavras, muito mais

⁸ BERSTEIN, 1998, p. 362.

⁹ *Ibid.*, p. 352.

importante do que a definição de componentes essenciais é a análise sobre uma determinada cultura política e quais seriam os determinantes e seus efeitos para aquela cultura política em específico. Claro que com o desenvolvimento dos estudos sobre culturas políticas acaba-se por apontar caminhos e possibilidades de estudo, mas não esgota esse caráter bastante específico de cada cultura política. De maneira geral, as culturas políticas acabam por contemplar uma série de fatores, mas não se trata de amearhar ou colecionar esses fatores, e sim de perceber os discursos políticos suscitados e a sua interação na formação da cultura política. Assim, a proposta foi encontrar tais discursos, ou palavras-chave, na definição de Bernstein, e também os seus componentes simbólicos. Segundo Berstein:

[...] encontrando finalmente, para se exprimir, um vocabulário do qual os termos cidadãos, grandes antepassados, princípios imortais ou progresso constituem palavras-chave, enquanto o barrete frígio, a bandeira tricolor, o hino da Marselhesa, a representação da Mariana, tão sagazmente analisada por Maurice Agulhon, estabeleciam uma linguagem simbólica adequada aos dados importantes desta cultura política.¹⁰

Citando como exemplo a cultura política dos Padrinhos do Brasil que buscamos analisar, não é o caso de descrever sobre a tradição militar de intervenção política que vem desde o fim do período imperial brasileiro, mas como esse fator acaba por se tornar um forte componente na construção de um discurso político de legitimidade e superioridade militar frente ao restante da sociedade, como também um princípio de iniciativa que seria próprio dos militares. A importância de um determinado princípio constitutivo partiria da sua representatividade para o grupo, ou seja, de que forma ele contribui para aumentar a identificação entre eles e também de que maneira ele reforçaria os discursos políticos da própria cultura política. Inexistiria a capacidade de se delimitar a composição de uma cultura política, pois, como no próprio conceito, há um componente conjuntural que acaba por impossibilitar este tipo de tipificação.

Na verdade, o próprio estudo de culturas políticas de uma determinada sociedade ajuda a compreender a sociedade em questão e sua esfera política, já

¹⁰ BERSTEIN, 1998, p.351.

que as culturas políticas e sua inserção ou sucesso perpassariam pela aprovação desta sociedade e até compatibilização com a mesma. A construção de um universo de legitimidade política não se dá apenas entre os participantes de uma cultura política, mas em toda a população ou espaço de abrangência que a cultura política em questão poderia alcançar. O princípio conjuntural do conceito de cultura política também levaria em consideração o seu diálogo com o restante da sociedade. Em outras palavras, a forma como a população receberia esse discurso e concordaria ou não com as suas proposições e atitudes. Assim, pode-se determinar o grau de inserção dessa cultura política e a sua força em um determinado momento histórico numa dada sociedade. Pode-se não concordar com um determinado tipo de posicionamento político de uma determinada cultura política, mas se o seu poder de influência aumenta e ela passa a ser considerada como uma resposta para uma determinada situação, significa que ela acaba por se tornar legítima dentro do espectro político de uma conjuntura, até que ponto as respostas de uma cultura política são validadas pela sociedade. Enfim, compreender uma determinada cultura política é compreender também importantes traços da formatação política de uma determinada sociedade, como nos diz Pocock:

Pode-se aprender muito sobre a cultura política de uma determinada sociedade nos diversos momentos de sua História, observando-se que linguagens assim originadas foram sancionadas como legítimas integrantes do universo do discurso público, e que tipos de *intelligentsia* ou profissões adquiriram autoridade no controle desse discurso.¹¹

O conceito de cultura política, portanto, não se trata de algo de fácil compreensão e muito menos de uma definição fechada, uma vez que a própria proposta do conceito o leva a ser algo do qual é praticamente impossível se criar um modelo fechado. Aliás, o seu poder explicativo está justamente nessa mutabilidade e capacidade de absorção de uma série de elementos. Para efeito deste trabalho, o conceito foi tratado como a formação, uma série de experiências e símbolos que acabaram por formar e reforçar uma identidade e leitura homogênea de mundo em um determinado grupo de militares do Exército, e que gerou, assim, uma determinada visão de político e o seu papel nesse mundo político. Igualmente, essa

¹¹ POCOCK, 2003, p. 31.

formação, experiências e símbolos serviriam como elementos criadores ou fortalecedores de uma série de discursos políticos que seriam adotados por esse grupo. Discurso político aqui entendido não apenas como texto ou falas, mas também em toda e qualquer manifestação política que realce o ponto de vista político do grupo em questão. Ao se pensar a ESG, a forma como os discursos políticos dessa cultura política foram lá adotados e de que maneira foram pensados.

A cultura política que o presente trabalho pesquisou foi denominada Cultura Política dos Padrinhos do Brasil. A utilização do termo se dá em uma alusão ao antigo papel que os padrinhos assumiam em uma cerimônia de batismo, qual seja, na falta dos pais, os padrinhos deveriam assumir o cuidado da criança. Entre outras, a definição de padrinho também compreenderia protetor ou patrono. Nessa interpretação, a criança seria o Brasil; os pais, os governantes civis; e os padrinhos, o grupo de militares que foi analisado. O grupo em questão se autoatribuiu a missão de vigiar o andamento da política nacional e teria uma suposta legitimidade de intervenção no momento em que os “pais” não tivessem mais controle sobre a criança Brasil. Os padrinhos do Brasil, então, passariam a desenvolver os seus principais discursos políticos através de experiências e ações que serviriam como verdadeiros símbolos, que gerariam um grande processo de identidade entre o grupo formador e outros que seriam influenciados por essa cultura política. A definição-chave era a de protetor, e no estilo mais conservador do termo, aquele que seria capaz de tudo para manter o seu protegido no rumo que ele considerava correto. Por isso Padrinhos do Brasil, já que a nação e a sua população eram vistas como pueris e sem condições de seguir por si só, e as elites eram corruptas ou incompetentes a ponto de não serem consideradas confiáveis. Logo, o grupo de militares que foi pesquisado se colocou na função de protetores capazes de indicar os melhores caminhos para essa nação/criança que juraram proteger, e nesse caso específico, assumiram responsabilidades bem maiores do que o sentido de proteção original ligado à função de defesa dos militares.

O segundo conceito norteador do trabalho é o de linhagem política, que se diferencia do de cultura política por ter uma definição mais fechada e remeteria ao seu criador: Gildo Marçal Brandão. Segundo ele, haveria um conjunto de famílias políticas, ou linhagens políticas, que poderiam ser percebidas na História nacional e que conduziriam o debate político-ideológico brasileiro através daqueles que

poderiam ser considerados os seus herdeiros. Segundo o autor, o objetivo de seu trabalho seria o de:

[...] construir uma hipótese e armar um argumento sobre a existência de famílias intelectuais que, a meu juízo e contra a aparência imediata das coisas, estruturam historicamente o pensamento político e, por essa via, a luta ideológica e política no Brasil.¹²

Essas famílias de intelectuais seriam formadas por pensadores que se destacaram na interpretação sobre o Brasil e cujos escritos ou propostas tivessem algum tipo de apelo político. Pode-se dizer que os originadores destas linhagens seriam verdadeiros intérpretes do Brasil, que discutiram sobre a identidade nacional e que formaram uma espécie de *intelligentsia*, ou seja, um grupo que não se preocuparia apenas em interpretar, mas essas interpretações estariam repletas de proposições ou rumos que o Brasil deveria seguir para se modernizar. Essa *intelligentsia* seria imbuída de um sentimento de salvadores do Brasil, ou melhor, aqueles que teriam a capacidade de pensar e apontar rumos, uma autoimbuída responsabilidade de discutir sobre o futuro do país, já que a grande massa não teria condições ou os requisitos necessários para tal. Aqueles que demonstraram mais força ou apresentaram um discurso político mais convincente acabaram por fincar raízes e influenciar outras gerações de pensadores e instituições, formando a ideia de hereditariedade.

Essa hereditariedade, de certa forma, acaba por ser contínua, principalmente se se tratar de instituições que adotaram forma específica de pensar o Brasil, mas, normalmente, esses pensadores que tiveram mais visibilidade voltam à discussão política nacional em momentos de transformação ou de mudança de rumos. Justamente, o momento em que se poderia voltar a adotar uma determinada linha de conduta política mais próxima daquela do pensamento político proposto pelo autor. Nas palavras de Gildo Marçal Brandão:

Pode haver, portanto, íntima relação entre o caráter cíclico do interesse por aqueles “intérpretes do Brasil” e a dinâmica histórica e

¹² BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007, p. 15.

cultural da política brasileira, ou mais especificamente, alguma conexão de sentido entre esta explosão intelectual e a conjunção crítica – mudança global e, sob certo aspecto, concentrada no tempo que está forçando a reorganização das esferas de nossa existência e a reformulação dos quadros mentais que até agora esquematizavam nosso saber – que estamos vivendo apenas comparável aos períodos abertos pela abolição e pela Revolução de 1930. Tudo se passa como que o esforço de se “pensar o pensamento” se acendesse nos momentos em que nossa má formação fica mais clara e a nação e sua intelectualidade se veem constrangidas a refazer espiritualmente o caminho percorrido antes de embarcar em uma nova aventura.¹³

O conceito de linhagem política, portanto, explicita uma pluralidade de atores políticos que viriam à tona em momentos específicos e tornariam a discussão política mais rica e também mais complexa. A História teria o papel de interpretar e recriar um cenário em que os interlocutores voltariam renovados e adaptados à nova conjuntura, mas com grande vigor. Seria como uma nova possibilidade para que suas propostas pudessem lograr êxito frente às outras ou retomar o poder de antigamente. Seria a retomada de um grande debate feito por novos atores políticos, mas, ainda sim, influenciados por antigos formadores das linhagens políticas. Pocock fala sobre a questão da diversidade de atores políticos e a consequente relação:

Primeiro, sobre a variedade de linguagens em que o debate político pode-se desdobrar [...], e, segundo, sobre os participantes do debate político, vistos como atores históricos, reagindo uns aos outros em uma diversidade de contextos linguísticos e de outros contextos históricos e políticos que conferem uma textura extremamente rica à História, que pode ser resgatada, de seu debate.¹⁴

Assim, para que se possa perceber e delimitar a existência dessas famílias ou linhagens políticas, uma das características fundamentais seria a permanência dessas formas de pensar com o tempo. Seria como o trabalho de se peneirar uma série de formas de pensamento e perceber quais seriam aquelas que, mesmo com mutações, resistiram e se mantiveram vivas dentro do diálogo político brasileiro mesmo com o passar do tempo. Permanência e herdeiros com a capacidade de

¹³ BRANDÃO, 2007, p. 28.

¹⁴ POCOCK, 2003, p. 15.

renovar e adaptar esse pensamento, pois, com o passar do tempo, as propostas acabam por se tornar por demais datadas, de onde se faz necessário extrair a essência de cada pensador ou linha de pensamento e continuar com a sua postura. Assim, não se trata de um legado direto, mas a herança muito mais do espírito das ideias de um determinado pensador e as suas possíveis relações. Pocock, mesmo não se utilizando do conceito de linhagem política de forma direta, acaba por valorizar e destacar a importância e a reverberação de um determinado autor após a sua morte, deixando claro que a influência de seu pensamento não iria se extinguir com a sua morte. Ou, se misturarmos as concepções de Brandão e Pocock, pode-se dizer que as ideias de um determinado autor podem morrer junto com ele, mas se elas tiverem força o suficiente para permanecerem vivas em outras bocas e mãos e influenciar outros pensadores e instituições, então, ter-se-ia uma linhagem política. Segundo Pocock:

Mas também achamos possível perguntar se um ator “sabia o que estava fazendo”, sugerindo, com isso, a possibilidade de uma lacuna entre intenção e efeito, ou entre a consciência do efeito e o efeito propriamente dito. Perguntar qual foi o efeito, para quem e em que ponto no tempo ele se tornou manifesto, e defrontar-se com o fato de que as ações efetuadas em seu tempo em aberto produzem uma série aberta de efeitos.” [...] Mas está claro – e o uso do futuro condicional sublinha isso – que começando a nos preocupar com a ação indireta do autor, sua ação póstuma, sua ação mediada por uma cadeia de autores subsequentes é a consequência inevitável de se admitir a paridade entre contexto e ação, entre *langue e parole*.

Uma vez detectadas essas linhagens políticas, o desafio passa a ser o de identificar quais seriam os principais pressupostos destas linhagens, as suas propostas e a forma como elas responderiam aos problemas que ora se imporiam em uma determinada conjuntura. Volta-se à questão da essência de uma determinada linhagem política, que traria em seu bojo toda uma visão de mundo e chaves para a compreensão do político. Não se trata de adotar, então, uma série de pressupostos, mas de entender qual seria o posicionamento correto de acordo com aquela determinada forma de se pensar o político e agir a partir dessa constatação. Seria um processo de incorporação dessa visão de mundo e também do político e da capacidade que os herdeiros teriam em apresentar uma visão antiga, mas em

nova roupagem e ainda com capacidade para trazer respostas válidas aos problemas e necessidades nacionais.

Outro ponto é que não se trata apenas de entender a linhagem política, mas também como se deu a sua relação com a política de forma prática. Analisá-la não apenas do ponto de vista textual ou o discursivo, mas a forma como acabou por participar de maneira prática na vida política nacional e como se reestruturou com o passar do tempo. Aqui, volta-se para a análise do diálogo estabelecido entre o autor original e as instituições e grupos, ou seja, a nova *intelligentsia* que o representaria, como cada geração determinaria a sua forma de inserção política daquele conjunto de ideias e também a maneira de legitimá-la em uma determinada conjuntura. Nas palavras de Brandão:

E formular, por fim, uma hipótese sobre o modo como essas correntes responderam aos desafios postos pelo desenvolvimento histórico-político do País. Sem deixar de examinar o conteúdo substantivo das ideologias e das visões-de-mundo, a ênfase analítica será posta na descrição das “formas de pensar” subjacentes – estruturas intelectuais e categorias teóricas, com base nas quais a realidade é percebida, a experiência prática elaborada e a ação política organizada. Mapear estruturas intelectuais que se cristalizam historicamente com *a priori* analíticos, e ver como se articulam com a perspectiva da política mobilizada – eis o núcleo do trabalho.¹⁵

Assim, a cada ação política, a cada discurso proferido, a cada posicionamento institucional uma determinada linhagem política iria ganhando naquilo que seria fundamental, ou seja, a tradição, aqui entendida como a capacidade de criar raízes cada vez mais fortes em torno de uma determinada linhagem política. Nesta tradição está a capacidade de continuidade, o que já lhe confere um poder de legitimidade frente à sociedade política, mas também apresenta o desafio de um constante inovar, para jamais cair em descrédito ou mesmo perder a sua influência no mundo político. Esse tênue equilíbrio entre as bases da tradição e a necessidade de adaptação dentro de parâmetros e limites estabelecidos é o que provoca uma dinâmica própria de transformação e a garantia de mobilidade da linhagem política. Ainda nas palavras de Brandão:

¹⁵ BRANDÃO, 2007, p. 30.

Mas também como elemento de comprovação das hipóteses a seguir sugeridas, à medida que originais e exegeses confluem para a formação do mesmo campo, cujos impactos político-culturais serão intercambiáveis, mais do que análogos; acabam por formar, em conjunto, a “tradição”, as exegeses prolongando-a, reinterpretando-a, renovando-a e, no limite, reinventando-a, invertido o olhar, a tradição – e com ela, as formas de pensar que discrimina – persiste(m) nessas releituras que, por sua vez, interpelam as obras e os conceitos a partir de agendas e circunstâncias em parte inusitadas, impondo novos recortes e combinações.¹⁶

De acordo com o que foi exposto, então, o conceito de linhagem política seria como um autor ou corrente de pensamento que conseguiu ir além de seu tempo e postular uma continuidade política com base em outros atores e instituições políticas que, além de seguir e adotar o seu legado, também seriam os responsáveis pelas renovações necessárias que cada conjuntura pediria de acordo com os problemas apresentados. Como membros desta tradição, esses atores teriam um importante papel não apenas como simples reprodutores, mas, ao fazerem parte de uma determinada linhagem política, contribuiriam com a renovação de ideias políticas e até criação das mesmas, não apenas porta-vozes, mas produtores dentro de uma linha política definida. Nas palavras de Pocock, criadores e expropriadores:

Sob esse aspecto, um autor é tanto um expropriador, tomando a linguagem de outros e usando-a para seus próprios fins, quanto o inovador que atua sobre a linguagem de maneira a induzir momentâneas ou duradouras mudanças na forma como ela é usada. Mas o mesmo que ele fez com outros autores e suas linguagens pode ser feito com ele e com sua linguagem.¹⁷

A tese aqui apresentada parte do pressuposto de que a Escola Superior de Guerra faria parte de uma importante linhagem política brasileira: a dos pensadores nacionalistas autoritários do início do século XX, mais notadamente, das ideias de Alberto Torres e Oliveira Vianna. Assim, será analisada a forma como a ESG incorporou o discurso desses autores, mas também a maneira como esta instituição readaptou essas ideias políticas de acordo com a própria visão e a conjuntura à qual

¹⁶ BRANDÃO, 2007, p. 32-33.

¹⁷ POCOCK, 2003, p. 29.

ela pertenceria. Enquanto herdeira dessa tradição política, a ESG transmutou as principais ideias de Alberto Torres e Oliveira Vianna em um conjunto de pressupostos que teria a condição de dialogar tanto com a conjuntura de origem da Escola Superior de Guerra como também mostrou um viés mais militar das ideias desses autores. Também é interessante assinalar que o grupo de militares que fez parte da cultura política dos Padrinhos do Brasil tinha contato e concordava bastante com Alberto Torres e Oliveira Vianna, demonstrando que essa relação já existia antes mesmo da origem da ESG. O objetivo principal do trabalho é o de relacionar esses dois grandes conceitos, o de cultura política e o de linhagem política, com a Escola Superior de Guerra e a formação de seu ideário político, deslocando o debate da influência externa (que em momento algum é negada, apenas um novo escopo é apresentado) para uma visão mais ligada aos aspectos internos e suas influências.

Para cumprir a presente proposta o trabalho será organizado em três grandes capítulos. O primeiro capítulo analisou a bibliografia sobre o tema em questão, ou seja, os militares e a Escola Superior de Guerra. Em uma primeira parte foram tratados vários autores que contribuíram para a discussão e o entendimento dos militares na sociedade brasileira, e toda a análise parte de um foco bastante específico: como esses diferentes autores buscaram compreender o papel político dos militares no Brasil e também o processo intervencionista dos mesmos. A proposta principal foi entender como o problema, que é fundamental para a presente tese, foi tratado pela historiografia e também por trabalhos de outras áreas das ciências humanas. A segunda parte do capítulo foi a análise específica sobre os trabalhos relativos à ESG. Também houve um foco principal: os trabalhos que buscaram tratar e discutir sobre as ideias políticas da ESG e a formação das mesmas. Assim, seria uma análise para se conhecer melhor o tema, a justificativa para a execução da tese e também uma definição de posicionamento da tese frente ao que foi produzido.

Já o segundo capítulo trata sobre a cultura política dos Padrinhos do Brasil e a sua relação com o ideário político da ESG. Assim, o primeiro ponto tratado foi a formação e definição do grupo principal que deu origem à cultura política dos Padrinhos do Brasil, partindo da premissa dos movimentos e ações políticas em que eles estiveram juntos ou de que tomaram partido. A segunda parte do capítulo passa

a analisar a conjuntura de nascimento da cultura política e quais eram as questões estruturais que emergiam da sociedade brasileira e a forma como uma determinada cultura política poderia surgir no intuito de solucionar, ou tentar solucionar, esses problemas. Já na terceira parte, foi realizada a análise da cultura política dos Padrinhos do Brasil e sua relação com a ESG. Foram analisados vários pontos considerados como fundamentais para a cultura política em questão e quais os discursos políticos que eram criados ou reforçados em cada momento. Da mesma forma, foram interpretadas as fontes ligadas à ESG e a maneira como a instituição reafirmava ou adaptava esses vários discursos em seus textos. Assim, não só a cultura política dos Padrinhos do Brasil foi tratada, mas também a sua relação com a ESG e como se formou o elo entre instituição e cultura política.

Nesse sentido cabe uma breve explicação sobre a metodologia adotada para a execução do trabalho. O procedimento adotado se assemelha a um método comparativo, em que à medida que se trata de uma determinada característica da cultura política dos Padrinhos do Brasil e o respectivo discurso político ligado a ela, também já se faz a relação daquela característica com os escritos esguianos e a forma como foram adaptados ou adotados pela ESG. Essa forma também foi utilizada no terceiro capítulo, realizando a análise entre as concepções políticas de Alberto Torres e Oliveira Vianna com os escritos e o ideário esguiano.

No terceiro capítulo foi analisado o conceito de linhagem política dos pensadores autoritários nacionalistas e sua relação com a Escola Superior de Guerra. Em um primeiro momento analisou-se a relação dos escritos dos pensadores Oliveira Vianna e Alberto Torres com alguns importantes membros da Escola Superior de Guerra. O intento foi estabelecer de que maneira aquele tipo de pensamento chegou até a ESG, já que a proposição deste trabalho é não desprezar o caráter humano, destacando que é por intermédio de pessoas que determinadas influências chegam às instituições. Apesar da obviedade dessa assertiva, em muitos trabalhos a sensação que se tem é a de que as coisas simplesmente acontecem, sem uma devida ligação ou explicação da maneira como aconteceu o “movimento das ideias”. Em um segundo momento, foram analisados os principais problemas que Alberto Torres e Oliveira Vianna apontavam em relação ao Brasil e a forma como a ESG também incorporava boa parte desses problemas e do discurso desses pensadores. Na parte final do capítulo, foi analisado o discurso desses autores que

traziam as respostas para os problemas nacionais e, da mesma forma, como a ESG também incorporou esses escritos e ideias para as suas concepções e usos. Importante destacar que não se tratou de uma simples transposição de ideias e propostas entre Alberto Torres e Oliveira Vianna para a Escola Superior de Guerra. Em muitos momentos houve captação da essência de determinado conceito, adaptado não só a um diferente contexto, mas também a uma visão específica da instituição que o utilizava.

Sendo assim, o presente trabalho pretende apontar para uma nova forma de se pensar a Escola Superior de Guerra e de entender os seus pressupostos e ideários políticos, não desprezando a influência externa sobre o pensamento esguiano, que é forte e indiscutível, mas ressaltando os aspectos internos desse pensamento e a maneira como foram estruturados. Para além disso, a forma como esses aspectos internos não podem ser tratados, como adjacências ou mesmo um luxo acadêmico, mas de suma importância para a compreensão da ESG e do posicionamento de seu pensamento político no Brasil. Há também uma postura diferente em relação a muitos trabalhos já realizados: uma mudança de foco em relação à ESG. Não se procuraram as respostas na ESG em si, mas em eventos, personagens e discursos políticos anteriores à própria instituição que deram sentido e personalidade para a Escola Superior de Guerra.

CAPÍTULO 1

A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA NA HISTORIOGRAFIA: POSSIBILIDADES DE NOVAS ABORDAGENS

O principal objetivo do presente trabalho é a pesquisa relativa ao posicionamento da Escola Superior de Guerra (ESG) no quadro do pensamento político brasileiro. O primeiro passo neste sentido é revisitar a historiografia e a produção sobre os militares no Brasil e também sobre a ESG, como também posicionar o presente trabalho em meio a toda essa produção.

Assim sendo, o capítulo será estruturado em três grandes partes. Na primeira se analisam as obras de autores referenciais sobre os militares e a forma como cada qual contribuiu para que se pudesse melhor compreender este complexo objeto. Há uma especificidade: a análise leva em consideração a visão do autor sobre os motivos das intervenções militares e a forma de desenvolvimento de seu pensamento político.

Já na segunda parte são analisadas a historiografia e a produção sobre a Escola Superior de Guerra. A principal preocupação foi a de sopesar a maneira como cada autor abordou a instituição e também as principais contribuições para se entender as ideias políticas desenvolvidas pela instituição.

Na terceira parte posiciona-se o presente trabalho frente a toda essa produção, em outras palavras, a maneira como se pode ainda contribuir para um tema já bastante abordado. Neste sentido, uma breve descrição sobre as teorias adotadas e a visão sobre o objeto foram realizadas.

1.1 Os militares na historiografia: o longo caminho e a perspectiva de pertencimento

A História política brasileira, principalmente, no período republicano, deve reservar um local especial para a discussão sobre a participação dos militares nos

seus processos. É nítido que as Forças Armadas brasileiras, notadamente o Exército, desempenharam papel de protagonista, ou de influentes coadjuvantes, em uma série de eventos na esfera política brasileira. Dentre os quais se pode citar o golpe militar desferido em 1964 como o de maior contundência e impacto em todo o período. Golpe político este que resultaria em um governo de exceção, liderado pelos militares, que duraria 21 anos. Os historiadores não poderiam deixar de lado tema tão importante para a compreensão da História brasileira e, portanto, muito foi produzido na tentativa de melhor compreender e analisar o objeto em questão.

Sobre a produção historiográfica relativa aos militares alguns temas acabam por se tornar preponderantes: os motivos que explicariam as ações e as constantes intervenções políticas realizadas pelos militares. Que tipo de orientações ou influências levaria os militares a se sentirem em condições ou no papel de levar adiante uma série de atos que quebrariam o modo de funcionamento ordinário das instituições nacionais. Desta forma, muitas correntes ou perspectivas de análise foram elaboradas no intuito de explicar os militares e sua ação política. O objetivo aqui não seria a apresentação pura e simples dessas abordagens e interpretações sobre os militares, mas a busca por analisá-las sob dois enfoques principais: compreensão dos motivos que levaram os militares a intervir, com destaque para as possíveis ideias ou anseios políticos que os influenciavam e, partindo da premissa de existirem ideais políticos militares, qual o embasamento ou a maneira como esses ideais se originaram no seio da corporação militar.

Da mesma maneira analisamos trabalhos que tiveram na Escola Superior de Guerra (ESG) o seu principal objeto de análise. Assim, também com relação a essa instituição, procuraremos analisar as suas ideias políticas e a formação das mesmas. Não se pode esquecer que a compreensão da ESG passa pelo entendimento do papel dos militares no Brasil e das relações que o grupo estabelece com a política. A revisão historiográfica auxiliará na percepção da forma como o presente trabalho poderá prestar a sua contribuição para a discussão acerca dos militares no Brasil e, em especial, para a compreensão da ESG.

O primeiro autor analisado é Samuel Huntington, com a obra *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*¹⁸. O primeiro ponto a se destacar sobre a obra é que o autor não realiza uma análise específica sobre a sociedade brasileira ou o papel dos militares no Brasil. Na verdade há uma preocupação por parte de Huntington em generalizar a sua teoria, na qual atentou para traços análogos ou recorrentes das forças armadas em países subdesenvolvidos. Segundo o autor, as forças armadas atuariam como elementos modernizadores ou mais preparados/organizados para a administração nacional devido ao modelo interno de gestão e organização.

A teoria funda-se no pressuposto de que em sociedades subdesenvolvidas ou mais pobres, o Estado e as instituições públicas não conseguiriam cumprir com as suas funções básicas. Ao não cumprir com essas funções haveria um esvaziamento de poder, ou seja, pessoas, instituições, organizações ou grupos que pudessem ou tivessem alguma condição de atender a esses anseios, e realizar as funções que seriam do poder público, poderiam se aproveitar deste “esvaziamento” e canalizar o poder para si, causando um descompasso entre o poder de direito e o poder de fato que regeria aquela sociedade.

Os militares apareceriam nesse contexto como uma instituição privilegiada para se aproveitar do vácuo de poder por uma série de características e possibilidades. Em primeiro lugar, por ser um grupo organizado e regido hierarquicamente. Assim, haveria maior facilidade de serem arregimentadas forças para uma possível ação política de maior envergadura, a própria organização e unidade confeririam força para as instituições militares. Em segundo lugar, a posse de armas garante força e possibilidades de intervenção que outros grupos sociais, mesmo que bastante organizados, não teriam pela própria especificidade de sua função social. Em terceiro lugar, pode-se citar um poder simbólico que repousaria sobre as forças armadas, por terem por princípio a defesa da sociedade. Esse fator pode trazer certo respaldo social.

A teoria de Huntington, que não trata especificamente do Brasil, mas que acaba por fazer uma série de referências ao contexto brasileiro, aborda muito mais uma questão estrutural do que conjuntural. O intervencionismo seria explicado mais

¹⁸ HUNTINGTON, Samuel P. (1968). **A ordem política nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

pelo ambiente político e social de um país do que explicitamente por uma iniciativa militar autônoma. A base explicativa para o intervencionismo militar em regiões menos desenvolvidas seria como uma estrutura que empurraria os militares à ação intervencionista. Desta forma, a estrutura, que jamais pode ser desprezada em qualquer tipo de análise, tem papel fundamental nas explicações de Huntington. O que não chega a ser um problema, mas acaba por tratar os militares de maneira muito generalizante e o não levantamento de especificidades locais, que podem ser de extrema importância para a compreensão da ação política dos militares. A explicação deixa a sensação de um vazio que deveria ser preenchido para um entendimento mais específico do objeto e das questões levantadas. Assim, de acordo com a proposta inicial de análise, há uma explicação estrutural para as intervenções militares, mas não há uma abordagem sobre posicionamentos políticos ou mesmo ideias que os militares trariam consigo.

Outro autor estrangeiro que analisou a ação das forças armadas, em específico estas instituições na sociedade latino-americana, e que contribuiu e muito para a discussão da formação dos militares e também dos elementos motivacionais para sua participação na política foi Alain Rouquié, com destaque para *O Estado Militar na América Latina*¹⁹. Nessa obra o autor busca entender de maneira geral a sociedade latino-americana e a forma como os militares passam não só a fazer parte dessas sociedades, mas também como se tornaram um elemento fundamental para sua constituição e entendimento. Apesar de sua pretensão ser abrangente com relação ao aspecto espacial, não faz uma análise generalizada, ou melhor, dentro das generalizações próprias de um trabalho desta envergadura, há espaço para a análise específica de casos e países. O que já demonstra um grande ganho para o estudo proposto. Na verdade, o autor não busca uma teorização geral ou propõe solução para a questão acerca da participação política. Seu propósito, também, não é se apoiar em algum tipo de determinismo cultural ou fator local, pois seria um exaustivo trabalho de identificação das peculiaridades de cada sociedade e seus respectivos militares. Nas palavras do próprio autor:

¹⁹ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Alfa Omega, 1984.

Não acreditamos nem em um determinismo cultural, essa espécie de fatalidade histórica, nem em uma fatalidade geográfica ou econômica. E também não estamos à procura de uma tese única que explique todas as situações. Se nos colocamos de forma resolutamente contrária em relação às grandes concepções sobre o militarismo latino-americano, não é para acrescentar mais uma gota d'água a esse discurso já suficiente abundante. O que propomos, simples senão modestamente nesse livro, é uma leitura realista e empírica do poder militar em sua diversidade, isto é, uma leitura que se lembre desde logo que se trata do poder dos militares e que, a partir do momento em que eles violam sua subordinação constitucional, não podem mais ser agentes sociais "passivos" ou negligenciáveis.²⁰

Rouquié passa à análise das realidades de cada sociedade latino-americana, caso a caso. Em relação ao Brasil, o autor destaca dois pontos para a explicação do intervencionismo das Forças Armadas, em especial o Exército. Em primeiro lugar, destaca a relação entre os oficiais do Exército e instituições republicanas, nas quais os oficiais atuavam como guardas e responsáveis pela manutenção do *status quo*. Haveria uma interação simbólica entre Exército e as instituições que, de certa forma, ajudaram a fundar.

O outro ponto seria a ideia de modernização do Estado, e, por consequência, da sociedade, preconizada pelos militares brasileiros. Apesar de que o princípio da modernização para a explicação de intervenções não é exclusivo dos brasileiros. A modernização foi um dos motes de maior força para as intervenções militares na política. Os militares sempre se viram como um grupo social que estaria à frente do restante da sociedade. Os militares, aliás, colocavam-se como segmentos desencadeadores dessa modernização, cuja necessidade não era percebida pelos grupos sociais civis, segundo os próprios militares. Ainda nas palavras de Rouquié:

No Brasil, por exemplo, é evidente que os militares são muito sensíveis ao papel do Exército como guardião das instituições republicanas, já que contribuiu para sua instauração. Podemos, inclusive, chegar a pensar que os jovens oficiais desse país são mais sensíveis quanto a isso do que os de outros. Mas, além dessas particularidades, há também os recursos fornecidos pela modernização, as orientações normativas transmitidas, que condicionam mecanismos e moldam atitudes que transcendem as fronteiras. A intervenção militar está inserida no próprio espaço que

²⁰ ROUQUIÉ, 1984, p. XXII.

os modernos exércitos latino-americanos ocupam na Nação e no Estado.²¹

Com relação ao posicionamento político desenvolvido pelos militares brasileiros, segundo Alain Rouquié, haveria uma defesa ferrenha do Estado e um fortalecimento de suas estruturas de ação. O Estado seria o principal instrumento de ação social, com condições de manutenção da ordem como também de alteração daquilo que fosse considerado como indesejado. Em outras palavras, a estrutura estatal teria que ter força o bastante para intervir junto à sociedade de maneira a se constituir o elemento essencial de transformação e coordenação desta sociedade. Não se trata somente de defender a estrutura do Estado, mas de garantir que o mesmo tenha a força e o poder suficientes para cumprir o seu papel na sociedade.

Outro autor estrangeiro que também pesquisou sobre os militares e a sua relação com a política, influenciou outros autores e buscou compreender os motivos para as intervenções foi Alfred Stepan, com destaque para a sua obra *Os militares na política*²². Um dos pontos mais interessantes na abordagem de Stepan é que ele já começa a pensar no desenvolvimento institucional dos militares e a sua consequente ligação com a política brasileira. Em seu trabalho, Stepan realiza uma análise em que relaciona o processo de profissionalização dos militares com a formação de uma responsabilidade de grupo que resultaria na concepção de que os militares seriam superiores ou, ao menos, deviam muito mais compromisso para com a corporação do que as outras classes sociais.

Assim, o processo de intervenção e participação política estaria ligado a um distanciamento de outros grupos sociais e o reconhecimento de que os próprios militares constituíam um elemento social autônomo dentro da sociedade brasileira. Esse “isolamento”, ou constituição em grupo social autônomo, conferiria a legitimidade necessária para a intervenção e, até, de um sentimento de necessidade dessas intervenções. Stepan, então, já esboça uma interpretação na qual a instituição militar e os processos sociológicos inerentes a ela têm uma relação com a participação política dos militares na sociedade brasileira. Apesar de avançar nesse campo, Stepan acaba por não aprofundar tanto essa interpretação e também não

²¹ ROUQUIÉ, 1984, p. 138.

²² STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

busca compreender quais as ideias políticas que porventura os militares teriam desenvolvido no Brasil.

O primeiro autor brasileiro a ser analisado será Oliveiros Ferreira com a obra *Vida e morte do partido fardado*²³. Obra fundamental para o entendimento das instituições militares brasileiras, em especial o Exército, sua relação com a política e também princípios gerais que acabariam por influenciar no modo de se fazer e pensar a política dos militares.

Para a compreensão das atividades políticas dos militares, Oliveiros Ferreira busca compreender a própria organização militar e seus pressupostos básicos. Assim, já destaca o que ele chamou de princípio constitutivo dos militares, ou seja, aquilo que o qualifica e o torna diferente de outros grupos sociais que seria a honra. Ao contrário dos grupos civis, os militares teriam uma formação e código de conduta que fariam com que desenvolvessem uma nítida e forte ideia do que seria próprio da sua instituição e o que seria considerado como indigno, enfim, um enraizamento de valores. Com isso, os militares passam a incorporar valores, considerados como exclusivos, que lhes proporcionariam, se não superioridade, uma série de qualificações que outros grupos sociais não poderiam ter.

E uma dessas virtudes, que terá consequências diretas tanto para as intervenções quanto para o pensamento político dos militares, é a relação entre militares e Pátria. Os militares seriam o único grupo social a ter por prerrogativa básica dar a vida pela Pátria, se necessário fosse. Essa prerrogativa, além de lhes conferir superioridade e nítida separação do corpo civil, também gerou um entendimento sobre o Estado e muita clareza do seu papel. Entre os militares haveria um entendimento de que a materialização do que eles chamariam de Pátria seria o Estado, como que uma personificação. Assim, Estado, instituição praticamente sagrada, diferiria de governo, muito identificado com as ações dos civis no poder. E sempre se deveria pensar em um modelo de gestão política que buscasse o fortalecimento do Estado e de suas estruturas de participação. Segundo as palavras de Oliveiros Ferreira:

²³ FERREIRA, Oliveiros. **Vida e morte do partido fardado**. São Paulo: Senac, 2000.

A identificação da Pátria com o Estado e a Nação, e o do governo com as elites civis, leva os militares a ter uma curiosa percepção daquilo que os civis pensam da política e do mundo. Para eles, os civis têm uma visão mesquinha, imediatista demais, do processo social e político – processo este que, no entanto, deverá integrar o povo na Nação e essa na Pátria sob um Estado bem organizado.²⁴

Essa interpretação em relação a Pátria/Estado faria com que se autoatribuíssem o papel de defensores da ordem e, de certa forma, da própria sociedade brasileira, segundo o autor. Logo se transformariam em uma força política impossível de se desprezar dentro do jogo político brasileiro. Para além disso, os militares transportariam o que é próprio de sua função, ou seja, a defesa e a guerra, para o campo da política. Entre eles não haveria a figura de situação ou oposição, mas sim, uma visão de amigo e inimigo. Haveria, segundo a visão dos militares, aqueles que os apoiariam e os outros, que seriam contrários. Não haveria uma possibilidade intermediária ou negociada, mas uma rigidez na forma de se conduzir o Estado e o sistema político inerente a ele. Portanto, tanto para a compreensão da intervenção, como também das ideias políticas dos militares, o autor destaca a honra e as virtudes exclusivas dos militares; o seu sentimento de superioridade frente aos civis devido a sua ligação quase que umbilical à Pátria/Estado; a necessidade de um Estado forte e também a condução da política segundo a dicotomia amigo/inimigo. Mas a assertiva mais importante para compreendermos a visão do autor sobre o papel político dos militares está relacionada a esta passagem de seu livro:

A única organização que tem uma visão nacional – corporativa e fundada na honra, convém não esquecer – são as Forças Armadas. Jamais tiveram, porém – e não podem ter, pois não exercem atividades produtivas – uma noção clara do que fazer no terreno econômico e social.²⁵

Esta passagem nos faz pensar alguns rumos sobre a interpretação acerca das intervenções e ideias políticas dos militares. Até que ponto os militares tinham autonomia ou capacidade, aqui interpretada como elemento de limitação estrutural e

²⁴ FERREIRA, 2000, p. 38.

²⁵ Ibid., p. 124.

não na falta de condições intelectuais, para a elaboração de um ideário político com ligações reais com a sociedade e suas estruturas não fazendo parte direta dentro das atividades produtivas? Até que ponto a exclusividade dos militares lhes proporciona uma vantagem moral ou simbólica, mas por outro lado inibe a possibilidade de construção de um sistema político alicerçado de fato junto à realidade social? Assim, pensar os militares e a sua ação política não necessariamente tem que responder a essas perguntas, embora seja impossível não se posicionar frente a tal questionamento. Mais do que fazer uma interpretação sobre o motivo do intervencionismo militar e suas inspirações políticas, Oliveiros também nos proporciona um caminho teórico a seguir ou que tenhamos, ao menos, que levar em consideração para que se possa pensar os militares no Brasil.

Outro autor que também procurou interpretar a História dos militares no Brasil foi Nelson Werneck Sodré, em especial na obra *História militar do Brasil*²⁶. O autor, de filiação teórica notadamente marxista, não tem, por princípio imediato de seu livro, a explicação dos motivos que conduziram a ação política dos militares ou mesmo as suas ideias políticas. Mas, ao tratar da História das Forças Armadas no Brasil, é praticamente impossível não se ater ou pelo menos citar algum tipo de referência sobre esse assunto. Logo, com o passar do texto e o desenrolar da narrativa sobre a história militar do Brasil, fica impossível para o autor deixar de lado o tema.

Devido a sua filiação teórica, o autor enfatiza a questão de os militares não representarem apenas a sua instituição, mas também serem representantes ou terem algum tipo de ligação com suas classes sociais de origem. Em alguns momentos da História Militar do Brasil, este tipo de interpretação foi a escolhida pelo autor para a compreensão das ações políticas dos militares. Assim, a origem social dos militares e sua inserção na sociedade pode ser considerada como um dos elementos explicativos pelo autor. A passagem abaixo exemplifica bem este tipo de abordagem:

A origem da classe da oficialidade, esta sim, explicaria as atitudes tomadas, face aos acontecimentos, pelos militares. O positivismo, permitindo-lhes acomodar os anseios libertários com todo um

²⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

conjunto de valores éticos ligados ao passado, e como tais consagrados, foi um dos veículos propícios. Nada mais do que isso. Mesmo porque a insatisfação era generalizada, não abrangia apenas aqueles elementos jovens que, nos bancos da Escola Militar, recebiam os ensinamentos de Benjamin. Nem seria este um positivista ortodoxo. E, salvo em alguns sinais exteriores, a doutrina pouco influiria nas instituições novas.²⁷

Apesar de levar em consideração a classe social dos militares, o autor também explica, em parte, algumas das intervenções e ações políticas dos militares segundo as influências e características advindas da corporação militar. Assim, não apenas a classe social de origem, mas também o fato de ser militar implica algum tipo de influência para a ação política dos militares; o autor não descarta essa clara implicação. Aliás, independentemente do viés teórico ou da metodologia aplicada, pode-se concluir que o fato de ser militar é um ponto fundamental para que se compreenda a ação militar e também as ideias políticas que podem vir a ser desenvolvidas. Indiscutivelmente, há algum tipo de simbologia ou processo identitário que faz com que os oficiais tenham uma ligação extremamente forte com a instituição militar. Desta feita, as Forças Armadas deixam de ser simples instituições para se formar como verdadeiros grupos sociais participativos, que passam a ter anseios e desejos sociais próprios que iriam conduzir muitas destas ações. Assim, a ligação a uma determinada classe social poderia ser suplantada ou mesmo deixada em segundo plano em relação à força com que os novos traços identitários propostos pelas Forças Armadas vão se impondo sobre o indivíduo.

Isto nos leva a outra corrente interpretativa, na qual os autores destacam a necessidade de conhecimento da própria instituição e seus aspectos internos de funcionamento para que se possa compreender melhor a interação entre militares e sociedade civil. A discussão da relação entre civis e militares muitas das vezes nos conduzem a um entendimento mais nuançado, ou a uma importante parte da resposta, acerca das intervenções políticas militares e também de possíveis ideias políticas que se desenvolveriam nesse processo. Portanto, não seria a visão dos militares segundo um observador externo, mas uma linha que privilegiaria a maneira como os militares veriam a sociedade civil. Se é que podemos definir assim, seria

²⁷ SODRÉ, 1979, p. 161-162.

uma visão interna, uma versão intramuros para que se pudesse compreender melhor as ações militares.

Um dos primeiros autores nessa linha de pensamento é Edmundo Campos Coelho, com a obra *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*²⁸. Um dos pontos de maior destaque da obra de Edmundo Campos Coelho é o de buscar entender a organização militar e de estabelecer que os militares não seriam apenas braços armados de grupos civis e de seus interesses. Na verdade, seria um contraponto à corrente que interpretava os militares apenas como coadjuvantes das classes civis, e que suas intervenções serviriam apenas para auxiliar os civis em momentos de crise ou de alternância de poder. Assim, o autor analisaria que os militares representavam algo a mais do que simplesmente um grupo social com a vocação para participar de rearranjos de poder e de discussões entre grupos sociais civis. Na verdade, Edmundo Campos Coelho inverteu a questão e colocou os militares como um grupo dotado de grande autonomia, deixando de analisá-los como um grupo secundário, e passou a vê-los como potenciais protagonistas em vários momentos da vida política brasileira. Essa interpretação colocou os militares em um novo patamar, em que teriam total controle e objetivos próprios nas suas intervenções e ações políticas.

Seria como uma reação ao fato de serem tratados como coadjuvantes ou apenas como apoio para ações civis. Assim, as Forças Armadas se cerrariam e a sua atuação política poderia ser entendida como uma forma de manter os interesses e a própria integridade das Forças Armadas. Se por um lado a análise de Coelho traz nova possibilidade de compreensão, em que os militares passavam a ser protagonistas, por outro, fecha-se nos próprios militares. As Forças Armadas não receberiam nenhum tipo de influência externa, estariam quase que isoladas do mundo civil e dos acontecimentos deles. Que as intervenções políticas militares, em parte, possam ser explicadas por interesses próprios das instituições militares não há problemas. Mas não se pode também afirmar que não houve nenhum tipo de ação civil nesse sentido. O próprio golpe militar de 1964: houve tanto interesses militares quanto civis, e desde o momento conspiratório. Desta feita, o trabalho de Edmundo Campos Coelho é de grande valia para que possamos colocar os próprios

²⁸ COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

interesses militares nesta grande equação, mas também não podem ser apontados como o único meio de entendimento para as intervenções.

Outro importante autor que busca entender as Forças Armadas, em especial o Exército, de acordo com seus aspectos internos, organizacionais e de sua própria formação foi José Murilo de Carvalho, com a obra *Forças Armadas e política no Brasil*²⁹. Na verdade, trata-se de uma obra, se não extensa, pelo menos ampla nos temas tratados e nas várias abordagens que o autor tem em relação às instituições militares. Assim, há a interpretação e análise da própria História das Forças Armadas no Brasil (em destaque o Exército) como também discussões sobre política e influência dos militares nesse campo. Segundo o próprio autor:

Acostumado na escola a ligar ação e pensamento, perguntei-me logo: como foi possível que ninguém tivesse previsto aquele tipo de golpe, embora todos falassem, e muitos pensassem, em golpe? Como foi possível ignorar as mudanças por que passara esse ator político, responsáveis por sua nova postura? [...] Registro aqui apenas a perplexidade e a decisão de tentar corrigir a falha dos analistas políticos buscando estudar a história de nossas Forças Armadas.³⁰

Essa passagem exemplifica bem a perspectiva do autor: compreender a ação política militar no Brasil passa pelo estudo da própria história da formação da instituição castrense e das suas lutas e percalços, fossem eles internos e de organização ou de confronto com o próprio setor civil da sociedade. Assim, compreender os motivos e interesses que levaram os militares a intervir na política nacional, obrigatoriamente, passaria por estudar, ou pelo menos levar em conta, os estágios ou processos de desenvolvimento da instituição na sociedade brasileira. A sua formação política estaria embutida nestes processos e nas dificuldades advindas de tal. Em outras palavras, não se poderia compreender as intervenções como uma entidade externa que tomaria os militares e os levaria para as ruas, mas sim, entender que a formação desse grupo criou, ao menos em parte da oficialidade, um sentimento de responsabilidade e de dever para com a política. E, aqui, não se

²⁹ CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

³⁰ Ibid., p. 8.

trata somente da formação das Escolas Militares, mas da origem histórica da instituição como um todo.

O autor traça um perfil desde o princípio da República (chega até a apresentar um breve artigo sobre o Exército no período imperial em que analisa a obra de John Schulz³¹), quando o Exército brasileiro ainda lutava para se tornar uma instituição realmente nacional, em outras palavras, de abrangência nacional. Assim, trata de pontos como o recrutamento e as políticas relativas de implantação de quartéis e ampliação do Exército de forma efetiva. Um ponto de suma importância na análise do autor é com relação a maior organização do Exército, sua profissionalização e a relação desses elementos com as missões e melhor preparação de fato de seus membros. Já que, neste período, começava a se aprimorar um espírito de corpo e pertencimento aos militares que seria de fundamental importância para a compreensão das suas atividades políticas. A partir dessas observações, o que se constata é que o crescimento das Forças Armadas e sua maior organização foram acompanhados também de criação de anseios próprios, de uma visão social e política e da construção de um papel que os militares deveriam cumprir na sociedade brasileira. Logo, a análise de José Murilo de Carvalho se enquadra em uma perspectiva organizacional, na qual os principais motivos que explicam a intervenção partiam de dentro das organizações militares, e não de uma influência externa. Nas palavras de José Murilo de Carvalho:

No Brasil, elas partiram de dentro do próprio Exército e foram dirigidas contra o que se poderia chamar de “nobreza” local, isto é, as elites civis de base agrária. Aqui a ideia de soldado-cidadão se destinava a promover a abertura da sociedade ao Exército e não vice-versa como na França.³²

Ainda segundo José Murilo de Carvalho:

Poder-se-ia, talvez, dizer que a precariedade do desenvolvimento de uma sociedade de mercado no Brasil, com a conseqüente ambigüidade no comportamento político de grupos e classes

³¹ SCHULZ, John. **O Exército na política**: origens da intervenção militar 1850-1894. São Paulo: Edusp, 1994.

³² CARVALHO, 2005, p. 61.

envolvidos, favoreceram, e talvez ainda favoreçam, o impacto de fatores organizacionais no papel político das Forças Armadas.³³

Já com relação ao pensamento político que foi construído com o próprio desenvolvimento da organização militar, o autor também trata de algumas vertentes e posicionamentos que foram criados. Durante a Primeira República, o autor destaca três grandes linhas de relacionamento do militar com a política. A primeira é a teoria do soldado-cidadão ou intervenção reformista, na qual havia a premissa de que os militares deveriam participar e ter voz ativa na política nacional e partia da ideia de reformular o que seria considerado como equivocado na política nacional. Já a segunda perspectiva é a do soldado profissional, ou não-intervenção, como o próprio nome já diz, a ideia era formar um Exército profissional, que cumprisse o seu papel na defesa nacional e que não interferisse nos rumos políticos. Já a terceira possibilidade é a do soldado corporação, ou a da intervenção moderadora, na qual tinha-se uma ideia muito mais ligada na manutenção da ordem interna, e de ajustamento de rumos para o bom desenvolvimento nacional. O mais interessante é notar que, apesar de serem ideias que surgiram durante a Primeira República, muitas de suas bases continuaram no período republicano posterior, destaque para a terceira vertente, que foi ganhando força com o passar do tempo e aglutinou também os membros da primeira vertente: a de soldado-cidadão.

Apenas como um destaque neste autor um breve artigo, de especial importância para este trabalho em questão, em que analisou o pensamento político de Juarez Távora³⁴. Ao falar sobre o tenentismo neste breve artigo, o autor cita o que seriam as suas quatro características marcantes: nacionalização da política, antiliberalismo, antirrepresentativismo e reformismo. Mais do que concordar, discordar ou complementar as ideias do autor, o importante é mostrar que houve uma preocupação por sua parte de eleger ou traçar características de um eventual pensamento político que foi desenvolvido por aquele grupo de militares.

Outro autor que também parte da necessidade de se conhecer em primeiro lugar o processo de desenvolvimento interno nos militares para melhor compreender as suas ações políticas e intervenções foi o americano Frank D. McCann, em sua

³³ CARVALHO, 2005, p. 61.

³⁴ CARVALHO, José Murilo. Juarez Távora e a modernização pelo alto. In: _____. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

obra *Os soldados da Pátria: história do exército brasileiro*³⁵. McCann parte de pressupostos similares aos empregados por José Murilo de Carvalho e também por Edmundo Campos Coelho. Aliás, chega a citá-los em sua obra como intelectuais que desenvolveram trabalhos importantes para o entendimento do Exército no Brasil. Assim, o autor também parte da perspectiva organizacional para a explicação da formação de expedientes políticos que levariam à intervenção política e à construção de um pensamento político próprio da organização. Nas palavras do próprio autor:

Muitos dos bons estudos sobre o Brasil pós-1930 não levaram em consideração aspectos fundamentais do papel das Forças Armadas na sociedade. Mesmo quando parcelas do Exército se insurgiram, como nas rebeliões tenentistas da década de 1920 e na Revolução de 30, a tendência dos estudiosos tem sido explicar o comportamento com base na política e na sociedade civil, mostrando os rebeldes militares como instrumentos, porta-vozes ou símbolos de desejos da classe média urbana. Assim procedendo, contudo, esses autores desconsideraram poderosas influências no seio do próprio Exército que moldaram a conduta tanto dos indivíduos como das instituições às quais pertenciam.³⁶

Já discutidas outras abordagens sob esta mesma perspectiva, o interessante na obra do autor é mostrar a relação entre os indivíduos e a sua forma de compreender o mundo e de desenvolverem uma visão política com o próprio desenrolar da formação da organização militar no Brasil. Outra questão pertinente levantada pelo autor, mas de maneira alguma original para o momento em que ele produziu o seu estudo, e que também é bastante cara para este presente trabalho, é a relação entre a “infância” militar de alguns atores políticos do Exército com as suas relações futuras na política nacional. Nas palavras de McCann: *as atitudes dos oficiais que dirigiram os destinos do país de 1964 a 1985 foram moldadas, em grande medida, por suas experiências como oficiais subalternos ou filhos de personalidades importantes da República Velha.*³⁷ Mais do que compreender a origem de certos tipos de pensamentos ou justificativas para a ação, também é importante a maneira como tais questões se desenrolaram com o passar do tempo e

³⁵ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**: história do exército brasileiro, 1889-1937. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

³⁶ Ibid., p. 10.

³⁷ Ibid., p. 12.

também destacar a formação de uma possível tradição intervencionista ou de ação política que ia se formando em determinados núcleos das Forças Armadas.

Outra interessante abordagem sobre a formação e compreensão das instituições militares no Brasil estaria ligada a uma perspectiva antropológica. Com destaque para Celso Castro, autor da obra *Espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar de Agulhas Negras*³⁸. O mais interessante dessa abordagem é em relação a sua metodologia, enquanto a maioria das pesquisas tem propostas de análise nas áreas da história, sociologia ou ciência política, o presente trabalho tem na antropologia a maneira pela qual buscou melhor conhecer os militares e a sua maneira de agir. A abordagem antropológica da obra nos permite ter um contato, ou a sensação, de maior proximidade com o objeto de pesquisa em questão. Assim, não seria apenas entender a formação história das instituições, mas se ter uma maior compreensão sobre o próprio funcionamento e o cotidiano das instituições.

Se anteriormente foi destacada a importância das abordagens organizacionais, e sua preocupação com a visão desenvolvida internamente nas organizações militares, como também uma série de sentimentos próprios dos militares importantes para o entendimento de algumas de suas ações, nos deparamos aqui com a maneira com que se formam tais sentimentos e o espírito de corpo, ou espírito militar. Logo, não se trata de um estudo que tenha na compreensão da política militar o seu maior foco, mas contribui para que possamos entender melhor o mundo dos militares e a forma como a construção desse microuniverso próprio tem influência direta na visão de mundo, na adoção de uma cultura própria e, conseqüentemente, em uma forma de se ver a política também exclusiva destas instituições. Não se trata de assumir, pura e simplesmente, que a estruturação de um oficial das Forças Armadas já delineie uma forma específica de visão política, até porque as Forças Armadas não tinham uma concepção única de política, mas dizer que tal perfil realça ou intensifica, muitas das vezes, determinados tipos de posicionamentos políticos.

³⁸ CASTRO, Celso. **O espírito militar**: um estudo de antropologia social na Academia Militar de Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

Outra obra do autor, esta já mais voltada para a relação dos militares com a política, seria *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*³⁹, que discute a ação política dos cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha e, principalmente, da formação dessa perspectiva política, quando da proclamação da República em 1889. A ideia do texto seria relacionar a formação dos cadetes, a construção de seus ideais políticos, sua formação social e a relação destes fatores com a participação política que tiveram no processo de proclamação da República. Assim, ao contrário de sua outra obra, já teríamos a forma como o sentimento de pertencimento ou de espírito influiria em um processo de tomada de decisões políticas e na própria atuação política direta. Devido a sua própria temática, o livro que tem muito da metodologia antropológica, também se vale de aspectos históricos e sociológicos, para conhecimento tanto do grupo quanto da conjuntura analisada.

O que o torna um bom trabalho e aprofunda sobre a principal contribuição do autor, ou seja, a forma como, diretamente, a formação do grupo e sua cultura influenciam na ação política dos militares, também demonstra o principal problema da obra do autor: a excessiva atenção aos aspectos internos e culturais. Se por um lado, é inegável a influência destes fatores, também não se pode deixar de lado aspectos conjunturais e, principalmente, a relação que os militares estabeleceram com outros grupos sociais e com a sociedade como um todo. A relação dialética entre militares e mundo civil não pode ser deixada de lado; trata-se, aliás, talvez, de um dos grandes desafios para os estudiosos dos militares, que é estabelecer as bases e as formas como as relações entre esses grupos acabam por acontecer no Brasil.

Outra contribuição do autor, também válida por sua abordagem, é a obra *A invenção do Exército brasileiro*⁴⁰. Interessante é sua abordagem simbólica sobre os principais monumentos e rituais do Exército brasileiro. O destaque dado a esta obra é porque nos remete a outra esfera de compreensão da formação dos membros do Exército, tanto no sentido de espírito de corpo quanto nas concepções políticas. Os estudos dos monumentos e rituais, sejam eles ainda importantes ou não para a realidade dos militares, remetem-nos à forma como eles foram e são utilizados para

³⁹ CASTRO, Celso. **Os militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

⁴⁰ CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

evocar algum determinado tipo de sentimento ou conduta nos cadetes que passavam a fazer parte da instituição. Novamente, não de forma direta sobre a ação política dos militares, ou mesmo tratando de um tema de suma importância para o presente trabalho, mas mostra uma faceta do Exército, o seu mundo simbólico, que precisa ser valorizado e levado em consideração. Em outras palavras, falam do próprio Exército e de seu *modus operandi* como também de uma boa fonte de informações.

Outro autor que também partiu de premissas antropológicas para a compreensão de instituições militares foi Piero de Camargo Leirner, com a obra *Meia volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*⁴¹. O mais interessante da pesquisa em questão é o seu foco exclusivo para o entendimento da hierarquia militar, uma das principais, se não a principal característica dos militares de forma geral. A sua compreensão não seria importante apenas para entendimento em relação à funcionalidade da hierarquia para o bom andamento das instituições militares, mas também a sua repercussão sobre a ação política dos militares.

Neste sentido, não se trata de discutir sobre um pensamento político militar, mas a ação política em si e os efeitos que a hierarquia poderia ter sobre ela. O tenentismo, como exemplo, não foi marcante apenas pela iniciativa política dos militares em questão, mas por ter causado uma série de problemas internos em virtude da subversão da hierarquia. A chegada ao poder do último presidente general, João Figueiredo, que foi precedida de manobras para adiantar sua promoção a general de exército, justamente para que não houvesse problemas ligados à hierarquia. Os dois exemplos, e a distância temporal entre ambos, demonstram não apenas a importância da hierarquia para os militares, como também a preocupação que a corporação passou a ter, com o passar do tempo, mesmo em momentos de excepcionalidade, com a mínima manutenção deste princípio básico de funcionamento militar. Assim, a hierarquia, a disciplina e outros princípios importantes para os militares não são válidos apenas para destacar características dos militares, mas também para afirmar que elas têm uma implicação direta na forma de agir dos militares, principalmente, na ação política e na própria organização da estrutura de comando político. O estudo da hierarquia empreendido

⁴¹ LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia volta volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

por Leirner demonstra ainda mais o aprofundamento da relação entre os militares e o sentimento de comprometimento com algo maior, o que gera grande identificação e coesão do grupo. Nas palavras do próprio autor:

Ora, em alguma coisa este *esprit de corps* deve estar ancorado, além dos “conspiratórios” interesses políticos, que tradicionalmente se imputavam a esses homens, como móvel de sua ação. No geral, as regras eram as mesmas e valiam para todos. De um jeito ou de outro, deveria prevalecer na corporação uma crença na maneira como o seu sistema era estruturado, com base nas relações de comando-obediência que estão de acordo com a hierarquia e a disciplina e, penso, como resultado institucional de se pertencer a um grupo baseado na hierarquia e na disciplina, a crença absoluta no valor da corporação, por ser ela leal a algo superior a ela própria, a nação.⁴²

Uma boa tese que também contribui para se pensar os militares no Brasil e, principalmente, sobre a construção de seu pensamento político e de sua ação política é *Guardiões da Nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*⁴³ de Eduardo Munhoz Svartman, que inova em não focar o seu trabalho nas relações entre civis e militares no Brasil ou mesmo na formação dos preceitos políticos dos militares; também não tem interesse específico em discutir sobre os rumos políticos brasileiros pós-1964, e sim em tratar da formação dos oficiais generais envolvidos com o golpe político de 1964, não somente nas instituições militares, mas também em sua relação direta com a política civil e a sociedade como um todo. Entre outros, o grande mérito desse autor é o de destacar as influências de dois mundos, o civil e o militar, em uma série de atores políticos que já se faziam presentes na vida pública brasileira, alguns desde o tenentismo em 1922, para a constituição de seu pensamento e ação política. Assim, Svartman soube ir além da dicotomia entre privilegiar aspecto interno das instituições militares ou as relações externas dos militares com o mundo civil para construir o seu trabalho e a sua hipótese.

⁴² LEIRNER, 1997, p. 69.

⁴³ SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da Nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964**. Tese de doutorado (UFRGS), 2006.

Outra característica importante do trabalho de Svartman é a definição bem clara do grupo de militares que seriam analisados e estudados. O destaque para este ponto se dá, pois não há uma generalização de todos os militares ou de uma Força Armada específica inteira, há a delimitação e os motivos pelos quais aqueles oficiais podem ser considerados como um grupo. Isto contrasta com vários trabalhos que trataram os militares de maneira monolítica, como um bloco que agiria em conjunto e de maneira análoga ou similar, porém há que se destacar também que não se trata do único trabalho a deixar clara a formação de grupos internos nas instituições militares. Por mais que os militares passem por experiências análogas, o que realmente gera comportamentos e atitudes parecidas de maneira geral, ainda há espaço para experiências específicas e mais restritas que acabem por gerar a formação de diferentes grupos e perspectivas. Isto se torna mais evidente ao se analisar o passado do Exército, quando o profissionalismo era menor ou mesmo ainda estava se formando na corporação. Neste ponto, tem-se que levar em consideração também que Svartman parte dos atores políticos militares para a sua análise. É interessante que, mesmo deixando claro que havia um grupo de militares, consegue estabelecer a forma como as experiências pessoais de cada militar envolvido formavam uma teia de relações, o que gerava justamente a coerência ou pelo menos a unicidade de algumas ideias e visões em comum.

Outro ponto importante interessante na análise de Svartman é a forma como foram tratadas as diversas formações militares e as influências no mundo civil e como isso estruturou tanto a ação destes militares como enraizou um conjunto de princípios que passou a ser de todos os envolvidos naquele grupo. Assim, mesmo não criando ou fazendo parte de clube ou associação específica que congregaria aquelas pessoas, havia o sentimento de que eles formavam um tipo de associação informal, com premissas e perspectivas em comum. Não se trata de todos pensarem da mesma forma ou mesmo estarem unidos em todas as ações políticas que os militares se envolveram, mas sim de afirmar que havia certa uniformidade de ideias, o que não significa igualdade ou algum comprometimento maior entre eles. As experiências e anseios em comum os transformaram em um grupo, e seu comprometimento não poderia ser medido ou exigido por algum tipo de documento, mas com os princípios que partilhavam.

Outro grande autor que tratou das relações entre civis e militares e também dos motivos que levaram os militares à ação política foi Eliézer Rizzo de Oliveira. É complicado citar uma obra em específico que melhor sintetize as ideias do autor, já que muitos dos seus trabalhos trataram dessa temática sob diferentes escopos de análise. Para o trabalho em questão, a obra *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)* é bastante interessante, pois o autor busca entender o militarismo brasileiro e também as suas consequências. A sua análise estaria baseada na relação entre o desarranjo institucional brasileiro e na incapacidade da burguesia em resolvê-lo, principalmente, por se estar em um momento de transformação das bases de acumulação do capitalismo brasileiro. Assim, busca entender a ação de um grupo social específico, no caso os militares, ou parte deles, frente a esse momento de indefinições e de necessidade de uma ação mais efetiva. Logo, trata-se da análise do perfil de um grupo mediante uma dada situação estrutural que o levaria à ação. E, a partir dessa premissa, Eliézer desenvolve sua análise.

Outro importante autor que tratou dos militares, principalmente no momento do golpe militar de 1964, foi René Armand Dreifuss. Em sua obra *1964: a conquista do Estado*, o autor demonstra bem o seu posicionamento em relação aos militares e o papel que eles desempenharam nas ações políticas naquele ano. Mais do que uma análise pormenorizada dos militares, o intento do autor foi analisar a complexa relação entre os vários grupos sociais que tinham interesse em uma ação de exceção e a maneira como essa tomou forma naquele determinado contexto. Sendo assim, o autor, de nítida formação teórica ligada a Gramsci, é de suma importância, mas busca muito mais a compreensão dos eventos de 1964 do que um avanço em relação ao militarismo no Brasil.

Ao longo destas páginas foi trabalhada uma série de autores e obras, cada qual com a sua contribuição para o entendimento dos militares no Brasil. De maneira mais específica buscou-se entender melhor como o intervencionismo dos militares brasileiros foi analisado por essas obras, a forma de entenderem os militares na política, a formação de suas ideias políticas e também de algumas teorias e métodos empregados. Não havia o objetivo ou mesmo a pretensão de se esgotar o assunto, seja pela dificuldade e complexidade do mesmo, como também pelo grande volume de contribuições e trabalhos na área. Mas o importante era delinear ideias gerais e

estabelecer em qual destas abordagens o presente trabalho se identificaria ou se aproximaria mais. Não se trata somente de uma análise fortuita, mas de estabelecer parâmetros fundamentais para toda a tese.

De antemão, a visão dos militares que aqui será adotada os trata como protagonistas em determinados momentos da História brasileira, em outras palavras, que os militares brasileiros seriam capazes de construir sua própria visão de sociedade e, por consequência, também política. Também se autoatribuiriam um papel no sistema político nacional, que seria o de responsáveis pela política em momentos de crise ou de risco para a ordem. Assim, seria uma abordagem que privilegia a visão dos militares enquanto corporação, como nas perspectivas organicistas, em que suas principais concepções surgiriam intramuros. Sem descartar, porém, a contribuição e a relação com a política e o mundo civil. O objeto de análise do trabalho aqui apresentado é sobre a Escola Superior de Guerra (ESG) e a construção de suas ideias políticas. Portanto, antes de nos aprofundarmos sobre o método, teorias e forma de abordagem do presente trabalho também será apresentada a forma como a historiografia tratou a ESG de forma que o posicionamento que será adotado fique mais claro.

1.2 Escola Superior de Guerra: historiografia e contribuições para a sua compreensão

O entendimento sobre os militares e as suas perspectivas políticas e motivos de intervenção é tema bastante discutido na historiografia brasileira. Outro tema que envolve os militares e que também é repleto de referências é a Escola Superior de Guerra (ESG). A instituição, fundada em 1949, com o intuito de se constituir em uma organização de altos estudos sobre o Brasil, atraiu a atenção de vários autores seja pelas suas ideias políticas; pelo que a ESG representou no contexto do golpe político de 1964; pela influência, ou não, de seus membros e ideias nos governos militares pós-1964 ou mesmo pela sua representatividade enquanto um possível órgão formulador do que seria um projeto político com origem militar. Entretanto, o interessante é perceber que a ESG conseguiu chamar a atenção de vários

pesquisadores, o que gerou várias concepções diferentes, seja na política militar, seja na política de forma geral. Aliás, cabe destacar que, apesar de ser fundada por militares, trata-se de uma instituição que abriga, até os dias de hoje, tanto militares quanto civis e que, oficialmente, não se trata de uma escola militar ou mesmo necessária para o prosseguimento na carreira militar. Havia também a preocupação em formar elites capazes para o governo e atuar em outras áreas também. Seria a contribuição para que se formassem elites comprometidas e competentes tanto para entender os melhores caminhos para o Brasil, mas também implantar projetos.

O documento de maior repercussão que foi trabalhado e escrito pela Escola Superior de Guerra foi a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Este compêndio não tratava somente de algo relativo à defesa nacional, ou melhor, expandia a ideia e os campos relativos à defesa e colocava a segurança como um dos principais pontos de preocupação que todo governo deveria priorizar. A DSN ainda foi um documento implantado em vários países da América Latina, o centro irradiador de muitas de suas propostas eram os EUA. Apesar de ter pontos em comum (a caça ao comunismo, por exemplo), cada país desenvolveu sua própria DSN de acordo com a sua realidade e com as suas principais preocupações e necessidades.

De certa forma, discutir sobre a DSN no Brasil é tratar também sobre a ESG e muitos de seus princípios e ideias, já que o documento representaria muitas delas. Assim, o primeiro autor e obra a ser trabalhado tem na DSN, e não na ESG, o seu principal objeto, o que não tira o valor de sua contribuição. Trata-se Joseph Comblin e a obra *Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*⁴⁴. A intenção de Comblin seria a de destrinchar a Doutrina de Segurança Nacional de forma a mostrar os seus principais conceitos e suas origens.

Assim, algumas características ficam bastante evidentes. Comblin, desde o princípio do livro, atesta a força internacional para a formação da DSN, ou seja, as ideias e pontuações presentes no texto da Doutrina de Segurança Nacional teriam uma base comum e este embasamento partiria dos EUA. A influência norte-americana para a formação da DSN é inegável, a sua construção se deu durante o período da Guerra Fria, no qual a expansão das ideias anticomunistas e o

⁴⁴ COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional**. O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

fortalecimento dos ideais norte-americanos faziam parte de um contexto muito maior. Não só a base das ideias da DSN vem dos EUA, como a própria ESG também foi implantada tendo como modelo o *National War College* dos EUA. Assim, a influência estrangeira na formulação deste documento é inegável e Comblin nos traz esta perspectiva.

Outro componente de fundamental importância para a compreensão da Doutrina de Segurança Nacional, e por consequência a ESG, seriam os modelos de guerra que passaram a ser adotados pela instituição. O destaque fica pelos modelos de Guerra Total e Guerra Revolucionária. A ideia de Guerra Total já seria mais antiga, o princípio que mais nos interessa aqui seria a ideia de que perder a guerra seria uma derrota moral e de todo um povo e sua cultura. Já o conceito de Guerra Revolucionária remete a um modelo de se fazer a guerra que não era condizente com o modelo clássico. Em outras palavras, esse modelo não tinha interesse em confrontos diretos e também não havia a identificação via uniformes de quem seria o inimigo, logo, qualquer um poderia ser o inimigo. Esse método foi identificado com uma das práticas utilizadas pelo comunismo para se chegar ao poder.

Trata-se de uma obra interessante e bastante abrangente, a qual trata de vários países da América Latina, assim, tanto o seu maior valor quanto a sua principal lacuna têm a mesma origem. Se por um lado é um trabalho de grande valia para a compreensão da DSN, justamente por estabelecer quais seriam as suas bases internacionais e as influências externas, acaba por não se aprofundar sobre a realidade de cada país e suas peculiaridades. Ao se estudar a ESG é inegável a influência estrangeira em suas ideias, mas também não se pode negar que há uma série de componentes e pontos que fazem parte da realidade de cada localidade que produziu aquele documento. Não se trata de uma falha, mas apenas o escopo adotado pelo autor para a realização de sua proposta de trabalho, e o próprio destaca este posicionamento. Especificamente sobre a ESG não há tanto, porém, uma interessante caracterização parte do autor, o que já denota especificidades importantes para o estudo da instituição:

A Escola Superior de Guerra é uma instituição *sui generis*. Depende exclusivamente do Estado Maior das Forças Armadas. Goza de uma grande independência em relação ao Exército, à Marinha e à

Aeronáutica. Além do mais, destina-se a formar civis e militares: uma classe de dirigentes.⁴⁵

Outros dois autores que também trataram da ESG e de sua doutrina foram José Alfredo Amaral Gurgel e Antônio de Arruda, respectivamente com as obras *Segurança e democracia*⁴⁶ e *ESG: história de sua doutrina*⁴⁷. Em ambos os trabalhos não há uma preocupação em analisar as ideias ou pressupostos da ESG, mas sim, em demonstrá-las, descrevê-las. O resultado final dos trabalhos é muito mais uma compilação das propostas da ESG e os seus possíveis efeitos. Assim, são obras interessantes para que sejam retomados os principais pontos da Doutrina Básica e o modo como a ESG organizava as áreas em que se deveria aprofundar os estudos e discussões. Também se trata de trabalhos razoáveis para o conhecimento pontual do histórico de formação da ESG e de sua doutrina, porém, sem maior aprofundamento.

Neste sentido, a obra de Gurgel pode ser considerada muito mais como uma fonte de pesquisa do que de uma bibliografia sobre o tema, devido a sua clara parcialidade e de não apenas demonstrar as propostas esguianas, mas até de defendê-las em determinados momentos. É uma obra orientada mais para apoiar a ESG do que para estudá-la criticamente. O próprio linguajar, bastante similar aos da própria instituição, é sintomático aos propósitos do texto. Como na passagem em que Gurgel disserta sobre o que estaria faltando para as elites nacionais: *apenas lhes falta o hábito de trabalho em conjunto e o condomínio de uma técnica racional de solução dos problemas, ou seja, a posse de um processo de aplicação de energia*.⁴⁸ Também fica evidente a defesa das ideias esguianas quando discute sobre as elites e a necessidade de seu melhor preparo. Ainda nas palavras do autor:

Além disto, por força de um sistema educacional ainda deficiente, as elites locais, a despeito de serem dotadas de conhecimentos gerais, não se apresentavam munidas de recursos que as credenciassem à solução harmônica e objetiva de problemas de dimensão nacional.⁴⁹

⁴⁵ COMBLIN, 1978, p. 155.

⁴⁶ GURGEL, José Alfredo Amaral. **Segurança e democracia**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1975.

⁴⁷ ARRUDA, Antônio de. **ESG: História de sua doutrina**. São Paulo: GRD, 1980.

⁴⁸ GURGEL, op. cit., p. 32.

⁴⁹ Ibid., p. 33.

Interessantes trabalhos para se ter uma visão sintética e unilateral da doutrina da ESG, mas pouco aprofundados na análise dos pressupostos lá descritos.

Outro autor que, além de discutir sobre a melhor forma de compreender os militares no Brasil, também estudou e discutiu sobre a Escola Superior de Guerra foi Alfred Stepan, na obra *Os militares na política*⁵⁰, em que dedica um capítulo para a influência ou o papel que a ESG teria no processo de participação política dos militares. O estudo de Stepan sobre a ESG não constitui uma análise aprofundada, mesmo que tenha uma vigorosa discussão sobre as ideias políticas que lá estavam contidas. Entretanto, alguns pontos podem ser destacados.

O primeiro é a afirmação acerca do caráter mais interno da ESG, em detrimento das escolas de guerra norte-americanas que lhe serviram de modelo, deixando bem claro que a preocupação da ESG seria muito mais em manter a ordem interna do que uma preocupação internacional. A preocupação da ESG não seria apenas a da guerra, também estariam contemplados elementos para o desenvolvimento interno. A ampliação do conceito de segurança seria a chave para a entrada dos militares na área de planejamento dos mais variados setores da sociedade brasileira. A ESG auxiliaria, então, na elaboração de uma tentativa de militarização da sociedade e da política nacional. Nas palavras do próprio autor sobre a doutrina da ESG:

Numa formulação intelectual do tipo que mais tarde seria usado para justificar a progressiva militarização e todos os níveis da sociedade, quando o governo militar assumiu o poder em 1964, Golbery argumentava que, quando é grande a ameaça a segurança, há a necessidade urgente de planejamento vigoroso e controle de uma natureza estratégica.⁵¹

Logo, a maior contribuição por parte de Stepan seria de entender a ESG como uma formuladora de propostas que serviria como um referencial a ser tomado pelos militares uma vez na política. Logo, há a perspectiva do modo como a ESG influenciou no modelo de governo após o golpe político de 1964, ou, ao menos, tentou influenciar.

⁵⁰ STEPAN, 1975.

⁵¹ Ibid., p.

Outro importante autor, que também chegou a tratar da ESG, mesmo que não de maneira direta, foi René Armand Dreifuss, com a obra *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe*⁵². A obra em questão não tem por intuito a pesquisa e a análise da ESG em específico, mas sim o contexto e os atores políticos envolvidos no golpe militar de 1964. Na verdade, trata-se de um trabalho que envolve muito mais a compreensão de toda a conjuntura e o peso e papel que cada instituição tinha naquele processo. Nesta perspectiva que é analisado o papel da ESG, como uma entre várias organizações que participaram e atuavam contra ou a favor do golpe na primeira metade da década de 1960. A melhor descrição do trabalho seria a própria capa do livro: um tabuleiro de xadrez em que cada peça levava o nome de uma instituição relevante ou mesmo de um determinado ator.

Assim, a ESG entraria como um dos vários elementos de composição do cenário pré-golpe. Mas, apesar da clara abordagem e proposta do autor em analisar as disputas de poder, houve espaço para uma breve discussão de que tipo de ideia a ESG representava e defendia. Dreifuss destacou a perspectiva internacional da instituição, ou melhor, a função que a ESG desempenhava em um cenário mais amplo: o da Guerra Fria. Também destacou a maneira como a ESG entendia a política, de forma bem mais pragmática e técnica. A negociação e o modelo político tradicional não fariam parte das concepções esguianas. Nas palavras do próprio autor:

A ESG incorporou em solo brasileiro as ideias e atitudes maniqueístas dominantes no cenário internacional da Guerra Fria. Como uma instituição, a ESG encorajou dentro das Forças Armadas normas de desenvolvimento associado a valores empresariais, ou seja, um crescimento cujo curso industrial foi traçado por multinacionais e um Estado guiado por razões técnicas e não políticas. Este Estado seria estável por intermédio do autoritarismo político incorporado na Doutrina de Segurança Nacional.⁵³

Dreifuss também aborda um pensamento sobre a ESG que outros autores também destacaram: um eventual vazio das ideias das instituições. Na verdade seriam concepções por demais amplas cuja real forma ou efeitos práticos não teriam

⁵² DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁵³ Ibid., p. 79.

condições de perceber. Como exemplo, a própria concepção de bem comum ou de nação seria muito mais uma idealização dos militares do que algo passível de se concretizar. Também critica a visão social dos militares que ele classifica como dicotômica entre elite e massas. Dreifuss deixa explícita esta conclusão na seguinte passagem:

A ESG impulsionou e difundiu um sistema fechado de ideias baseado na aceitação de premissas sociais, econômicas e políticas que raramente se faziam explícitas. Além de uma visão estática de uma sociedade eternamente dividida entre elite e massas.⁵⁴

Um ponto bastante interessante na obra de Dreifuss é a sua abordagem teórica, que leva em consideração o conceito de hegemonia de Gramsci. Desta forma, toda a contenda que acontecia no contexto pré-golpe representava os vários grupos sociais em uma imensa disputa hegemônica. Justamente em um período de indefinições em que se abria a possibilidade de inserções e disputas na hegemonia política nacional.

Oliveiros Ferreira, além de obras que buscaram melhor compreender os militares, sua História e a relação com os civis também contribuiu para o entendimento da ESG em um artigo em que busca justamente entender as bases do pensamento político da instituição. Aliás, o interesse neste artigo é maior, pois seu objetivo seria situar a ESG dentro do pensamento político nacional. Assim, em *A Escola Superior de Guerra no quadro do pensamento político brasileiro*⁵⁵, Oliveiros buscou compreender as ideias e a relação com o pensamento político de forma geral.

Mais do que uma análise das principais ideias políticas esguianas, Oliveiros realizou uma verdadeira devassa em relação à formação de algumas delas, da sua viabilidade e efeitos concretos, de possíveis relações que surgiriam destes pressupostos e da própria viabilidade das propostas da ESG, tendo os militares como proponentes e sua relação com as classes sociais. Enfim, apesar de não ser longo, trata-se de um estudo profundo em que alguns pontos destacados pelo autor

⁵⁴ DREIFUSS, 1981, p. 79.

⁵⁵ FERREIRA, Oliveiros. *A Escola Superior de Guerra no quadro do pensamento político brasileiro*. In: CRIPPA, Adolpho (Org.). **As ideias políticas no Brasil**. São Paulo: Convívio, 1979, vol. II.

são fundamentais para se conhecer o pensamento político esguiano. E, mais do que o pensamento político, Oliveiros destaca possibilidades e interpretações de como seria a ação política de acordo com os escritos esguianos.

Na estrutura do pensamento político da ESG está a ideia de nação, e toda a representatividade que ela tem para os militares, a manutenção e a construção de uma nação grande são os grandes anseios da instituição. Assim, dois pontos ganham destaque tendo a nação toda esta importância. O primeiro é a confusão entre nação e Estado, já que o conceito de nação não possui uma forma concreta em que se apoiar, e o Estado passa a tomar este lugar. Logo, ao se falar em nação, ou ao se pensar na grandeza de uma nação, estaria se pensando no Estado. Talvez isto constitua o maior pilar da política esguiana segundo o autor: o Estatismo, pois o poder do Estado e sua defesa seriam de fundamental importância para o país como um todo. Nas palavras do autor:

Não se trata de uma doutrina especificamente anticomunista; estamos diante da mais acabada, ainda que prenhe de contradições, teoria da defesa do *status quo* estatal – e grifaria o estatal para com isso significar que se fosse outra a conjuntura internacional, outro seria o inimigo.⁵⁶

O outro ponto seria a força que os militares ganhariam neste tipo de configuração política e estatal, já que seriam o principal grupo a pensar e cuidar do Estado. Devido ao próprio papel social que cumpriam, e até certo grau de patriotismo que seria necessário e exigido, eles poderiam ser considerados como o principal bastião político brasileiro, talvez únicos na capacidade em interpretar e aplicar o que seria mais adequado e pertinente para o Estado. Os próprios conceitos, por vezes carentes de mais profunda substância ou portadores de difícil definição, características dos escritos esguianos, seriam mais fáceis de serem compreendidos e passam a ter um papel, que é o de deixar em aberto determinado tema para que sempre fosse possível se utilizar do subterfúgio do patriotismo, ou da visão dos militares, para estabelecer o que seria considerado como correto em determinada situação ou contexto. Uma vez que não há uma definição clara, os militares sempre ficam com a última palavra de definição e comando, uma vez que,

⁵⁶ FERREIRA, 1979, p. 283.

por autodefinição, era o grupo com a capacidade e as condições necessárias para se definir os rumos e que seriam tidos como ideais. A não definição formal teria uma função, portanto.

Dentro deste panorama traçado, o autor destaca outra importante característica da visão de política da ESG, que seria a de lealdade política. Assim, não se pensaria em procedimentos políticos como posição e oposição ou mesmo em termos de negociação política. Os grupos e classes teriam que ter algum tipo de comprometimento com a causa nacional, não seria mais uma questão política, mas sim outra perspectiva, na qual a honra passa a constituir o eixo do qualificativo político. Quanto mais leal fosse um determinado grupo à Nação/Estado, mais legitimidade teria para agir. Nas palavras do próprio autor:

Se fosse possível [...] tabular as diferentes profissões dos civis que frequentaram a ESG, talvez se registrasse uma concentração de profissionais formados nas áreas de Ciências Exatas e da administração, nas quais a eficiência prima sobre outros valores qualitativos, isso somado ao espírito militar, em que a cadeia de comando não se adapta as necessidades da tropa, mas as estabelece, e da tropa o comando exige lealdade – que quando comprovada em combate demonstra a eficiência (a legitimidade) hierárquica e o acerto dos planos estratégicos – compreender-se-á o porquê de a lealdade ser a medida da legitimidade para a ESG.⁵⁷

Do mesmo modo, além da análise de importantes pontos do pensamento político da ESG, com destaque para a questão do estatismo, é interessante notar a forma como o *espírito militar* está presente em muitas das formulações da ESG em que o autor trabalha. Trata-se de um ponto que não pode ser desprezado e que deve ser levado em consideração em qualquer análise: o aspecto moral e simbólico do ser militar com a sua visão e ação política.

Com um escopo e visão diferentes acerca da ESG, em relação a Oliveiros Ferreira, mas também de grande importância para a historiografia sobre o tema foram os escritos de Shiguenoli Miyamoto, em especial com a obra *Geopolítica e poder no Brasil*⁵⁸ e também com o artigo sobre o tema *Geopolítica e autoritarismo: o*

⁵⁷ FERREIRA, 1979, p. 263.

⁵⁸ MYIAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papyrus, 1995.

*caso brasileiro*⁵⁹. O foco utilizado pelo autor é o de utilizar a geopolítica e a produção da ESG sobre o assunto para compreender a instituição e também as suas perspectivas políticas. Boa parte dos escritos esguianos trata sobre a questão do Poder Nacional e da maneira de melhor organizar este poder, para fazê-lo crescer e concretizar um anseio da ESG, que seria o destino manifesto do Brasil em se tornar uma grande potência mundial. Um dos meios de entender o Poder Nacional e também de proporcionar o seu crescimento seria justamente a geopolítica. Assim, os escritos geopolíticos da ESG estavam repletos de conceitos, perspectivas e posicionamentos que denotam o ponto de vista da instituição sobre a política e sua ação. Miyamoto, então, através das concepções geopolíticas presentes nos projetos da ESG, vai além e passa a compreender a política apregoada pela instituição.

Sob a visão do autor, a questão seria o Poder Nacional, pois o seu crescimento seria o grande elemento legitimador de toda e qualquer medida política. Assim, destaca-se, também, a necessidade de um Estado forte e com capacidade de coordenar a desorganizada sociedade civil brasileira e também a urgência em se ter uma elite capacitada para cumprir a sua função neste planejamento. Um interessante ponto destacado pelo autor, e de suma importância para a compreensão do pensamento político da ESG, seria a de se colocar mais do que uma instituição para se pensar o Brasil, mas uma verdadeira reserva moral em que se pudesse assentar a ordem nacional. Se os militares se viam nesta função, a de mantenedores da ordem, a ESG seria o órgão desta categoria social a cumprir com tal desígnio. Na passagem retirada do artigo *Geopolítica e autoritarismo*:

Por outro lado pode-se perceber, também, de imediato, as intenções da ESG desde o seu início: a possibilidade de intervenção efetiva dos destinos do país, segundo ela, quando isto se tornasse necessário, ou seja, atendido aos interesses nacionais ou aos interesses dos grupos dominantes. Isto mostra que a ESG sempre arrogou a si o papel de guardião da sociedade, tendo a seu cargo a proteção dos valores culturais e espirituais da nação contra o perigo comunista.⁶⁰

Outra consequência importante para a grande valorização do Poder Nacional seria a sua relação com outro conceito essencial para a ESG, o de Segurança

⁵⁹ MYIAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica e autoritarismo: o caso brasileiro. In: **Revista de Cultura Vozes**, 1984, n. 10.

⁶⁰ Ibid., p. 41.

Nacional. O Poder Nacional somente teria condições de crescimento em uma sociedade que estivesse em ordem e com todas as garantias possíveis de segurança. Isto aliado à ideia de guerra revolucionária proporcionaria ao conceito de Segurança Nacional uma capacidade de atuação bastante ampliada. Assim, além dos aspectos militares, economia, política, ideologia e vários outros elementos passariam a fazer parte da alçada da Segurança. Este tipo de situação conferiria à ESG uma grande capacidade de atuação e acentuaria o seu poder e prestígio próprio. O autor destaca essa situação:

Do exposto, observa-se, principalmente nos anos pós-64, a vinculação constante da Segurança Nacional com todos os setores da sociedade nos estudos realizados não só pelos militares, mas também por aqueles identificados com a ideologia castrense. Encontramos assim, referências à Segurança Nacional com a industrialização, a saúde, a evolução técnico-científica, a contribuição da veterinária, a família e seu reflexo na posição da juventude, etc.⁶¹

A contribuição do autor para que melhor se pudesse entender o pensamento político da ESG se dá, portanto, na maneira como, através da ideia criada de Poder Nacional, a ESG cria um caminho direto para participação na política nacional e até mesmo como legitimadora de intervenções. Funcionaria como um elemento de institucionalização das ações militares na política.

Eliézer Rizzo de Oliveira, por sua vez, compreende a Escola Superior de Guerra como um Aparelho Ideológico do Estado, ou seja, uma instituição que busca construir a legitimidade e aceitação das ações do Estado junto à população, contribuindo para a diminuição da oposição e de um terreno mais harmônico capaz de facilitar o trabalho dos dirigentes governamentais. Logo, a ESG seria uma instituição com o papel de convencimento, de fazer com que a população e as elites compreendessem as suas funções e que as aceitassem dentro da estrutura social e política pensada por ela mesma. A não aceitação destes grupos civis já não estaria sob a alçada da ESG, mas sim dos órgãos repressores. A análise do autor recai principalmente sobre a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e seus principais pressupostos, então, preocupa-se muito mais com uma possível representatividade

⁶¹ MYIAMOTO, 1984, p. 42.

e significado das ideias políticas expostas do que o entendimento de sua formação e os motivos que levaram àquela constituição final.

O ponto é que há o tratamento das ideias políticas e documentos, mas muitas das vezes sem a devida atenção em relação à constituição destas ideias. Aqui a justificativa da Guerra Fria e seu contexto predominam. Notadamente a conjuntura internacional é elemento de inegável força para se entender o pensamento político da ESG, mas também não pode ser o único parâmetro. Também se percebe um estudo pormenorizado com as ideias políticas, porém não tanto com a instituição, no sentido de se entender a formação e os elementos fundadores da mesma, como se fosse possível conceber e entender o fruto de um local sem se entender melhor o próprio local produtor em si. Aqui, destaca-se a compreensão de não se tratar a ESG de uma simples reprodutora e inoculadora de ideias na sociedade, mas também produtora. Que tipo de produção ou sua originalidade são pontos para se discutir depois.

Sendo assim, a ESG foi objeto de uma série de trabalhos, com diferentes abordagens, teorias e metodologias, o que não implica dizer que o tema já estaria exaurido, ao contrário, presta-se a novas possibilidades interpretativas, de modo a somarem-se novos pontos sobre o tema. Da mesma maneira que não significa que os trabalhos já realizados estejam ultrapassados ou já desqualificados; cada qual tem um escopo específico e assim contribui sobremaneira para que melhor se possa compreender o tema. Importa, neste ponto, sinalizar como o presente trabalho pode contribuir para o melhor entendimento deste objeto.

1.3 A ESG e suas raízes: cultura política, linhagens e o pensamento político

Assim sendo, de que maneira o presente trabalho pode contribuir para a historiografia do assunto? O principal objetivo do trabalho é analisar a Escola Superior de Guerra e as suas ideias políticas, bem como qual o lugar da ESG no pensamento político brasileiro de forma geral. Além da formação, há a preocupação do espaço que estas ideias vieram a tomar no cenário político militar e também brasileiro. Nesse sentido, muitos já fizeram tal esforço, a questão será o escopo

adotado pelo trabalho, que partirá de diferentes premissas e teorias. O período a ser analisado será justamente de 1949 a 1954, ou seja, desde a fundação até o fim do segundo comando. A justificativa para esse recorte se deve aos dois primeiros comandantes, que foram Juarez Távora e Cordeiro de Farias, não apenas dois comandantes, mas militares diretamente envolvidos e membros importantes para a compreensão da ESG e de suas ideias.

A hipótese em que se assenta este trabalho é a de que a Escola Superior de Guerra e a fundamentação de suas ideias foram frutos de uma cultura política, oriunda de um grupo de militares que advogavam um posicionamento mais atuante por parte das Forças Armadas nas decisões políticas nacionais. E também como integrante de uma linhagem política nacionalista e autoritária, sendo Oliveira Vianna e Alberto Torres seus membros mais destacados. A ESG, sob esta ótica, seria uma tentativa de sintetizar, institucionalizar e concretizar o projeto político deste grupo, além de uma forma de viabilizar os seus anseios de participação nas decisões nacionais.

A abordagem teórica aplicada ao objeto pode ser considerada como um dos pontos de destaque e já passa a conferir um traço mais original frente à produção sobre a ESG. Neste tocante o primeiro ponto que se pode destacar seria o de compreender o grupo que iria ser de fundamental importância para a formação da ESG e de suas ideias com base nos pressupostos da cultura política. Logo, advogamos que a ESG seria fruto de uma cultura política ligada a um grupo militar específico (com influência muito maior do Exército) e que teria como principal característica implementar uma série de concepções políticas que seriam amparadas na questão da segurança. Em outros termos, seria uma cultura política de Padrinhos do Brasil⁶², que partiam da suposição de uma legitimidade autoatribuída de serem os responsáveis pela manutenção da ordem nacional e também se apoiaram no amplo significado que o conceito de Segurança passou a ter para a implementação de suas concepções políticas.

⁶² O termo Padrinhos do Brasil foi cunhado pelo próprio autor do trabalho e remete ao antigo significado de padrinhos de batismo, ou seja, na falta dos pais o padrinho seria o responsável pelo cuidado e educação do apadrinhado. Uma metáfora da relação deste grupo de militares com o Brasil e seus rumos políticos.

O conceito de cultura política também permite que outras perspectivas do trabalho sejam percebidas. O ponto é o de analisar a instituição, mas sob o ponto de vista de seus fundadores ou membros importantes, mostrando que muitas das ideias e percepções da ESG não são tão artificiais como muitas das vezes se percebe ou mostra, mas sim que parte de um grupo de homens com experiências e ações concretas. E, justamente destas experiências, que se forma o próprio grupo e que passa a conferir uma maior concretude de muitas das proposições esguianas. Esta concretude não se trata da viabilidade das ideias políticas da ESG, mas sim de se buscar as raízes daquelas concepções em experiências reais, pois um dos vários pontos em que este trabalho converge com outros autores, é que muitas das propostas políticas da ESG são compostas mais de uma vontade do que de uma viabilidade de fato.

O outro pilar teórico em que o trabalho se baseou foi o de Linhagens Políticas⁶³ proposto por Gildo Marçal Brandão. O autor afirma que os considerados grandes intérpretes do Brasil, principalmente aqueles que deixaram uma contribuição política em suas interpretações e em suas visões sobre o Brasil, sempre voltam à tona em momentos de indecisão ou mudança na sociedade, como uma forma de repensar o Brasil a cada momento que se faz necessário. E assim, as várias formas de conceber o Brasil, elaboradas por esses intérpretes, vão firmando raízes e criando famílias e tradições em seu entorno, como que adeptos de suas concepções políticas. Seria como se traçar uma árvore genealógica do pensamento político nacional, no qual vários intelectuais fossem sendo colocados nessa árvore de acordo com os seus trabalhos e suas influências.

Logo, a ESG foi interpretada como uma instituição que faz parte de uma linhagem ou família política já existente no Brasil, oriunda dos intelectuais nacionalistas autoritários das três primeiras décadas do século XX, mais especificamente sofrendo influências dos autores Alberto Torres e Oliveira Vianna. O trabalho aqui proposto, então, parte da ideia que o pensamento político esguiano não apenas carrega uma forte influência do pensamento autoritário do início do século XX, como na verdade, figuraria como parte de uma tradição ou família política iniciada por aqueles autores. Assim, a análise sobre a ESG aqui proposta apoiar-se-

⁶³ Termo este compreendido tal como proposto por: BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.

ia em dois pilares teóricos: a sua inserção em uma linhagem política já existente no Brasil e como fruto de uma cultura política advinda de um grupo específico de militares e que teria na ESG a sua materialização e institucionalização de fato, assim, trazendo para a esfera nacional as principais balizes e influências da ordenação política da ESG.

O presente trabalho, então, parte do pressuposto que os militares produziram ideias próprias, de acordo com as experiências da corporação, com o avanço do profissionalismo e com um anseio de modernização que esteve presente em parte de sua oficialidade. Neste sentido, acaba por se identificar mais com os trabalhos que analisam a formação do pensamento político militar intramuros, ou seja, com base nos valores e perspectivas da instituição castrense. Entendemos, portanto, que os militares se veem com capacidade de formular suas próprias ideias políticas e de serem protagonistas no processo político. Ao adotar esta visão não significa que desprezamos o jogo de classes ou mesmo a relação dos militares com o mundo externo, que é bastante importante, mas apenas destacamos o nosso principal foco de análise.

O grande desafio seria o de conciliar o *espírito militar*, algo que não pode ser deixado de lado em qualquer análise sobre militares, com as experiências destes militares, seja a corporação como um todo ou mesmo grupos menores, com o mundo civil e as disputas de poder inerentes ao mesmo. Entender como um grupo, com um processo de formação bastante específico, passaria a fazer parte do mundo da política e todas as suas implicações. Logo, não se trata de adotar somente o ponto de vista militar, mas de entender que ele se sobrepõe quando os militares vão analisar um assunto qualquer. Ainda no ponto de vista teórico e nas maneiras de abordar o pensamento político militar, compactuamos com a forma como Svartman procedeu, ou seja, levando em conta os personagens que fizeram parte do processo de elaboração da ESG, dando nomes, não tratando os militares como um todo. O que facilita na compreensão das experiências específicas do grupo e como elas influenciaram na formação do pensamento político do mesmo.

Em relação à ESG, o trabalho em questão toma alguns rumos específicos. Em primeiro lugar, há uma preocupação maior nas interferências internas que levaram a ESG a desenvolver um determinado tipo de ideias políticas. Assim, não se

nega em nenhum momento a importância da influência internacional e da própria conjuntura da Guerra Fria, que são fundamentais para se compreender a ESG. Mas o trabalho buscou retratar o que seria específico do processo brasileiro, aquilo que emanaria de acontecimentos e desenvolvimentos internos, brasileiros. Logo, o tenentismo, a participação na Segunda Guerra Mundial com a FEB, enfim, uma série de experiências próprias que tiveram consequências diretas na elaboração dos objetivos da ESG, que fizeram com que se tivesse uma Doutrina de Segurança Nacional, e não simplesmente uma Doutrina de Segurança.

O olhar sobre a ESG também seria um pouco diferenciado. Muitos trabalhos têm a preocupação de analisar a ESG em relação ao golpe de 1964, seja para o ato em si ou mesmo da influência que teve nos governos militares. A nossa proposta seria um olhar mais para os acontecimentos e influências anteriores à ESG; em outras palavras, a série de situações e experiências, antes da formação desta instituição, que são importantes para a própria ESG e para a compreensão de várias de suas ideias políticas. Logo, não se trata de certo ou errado, mas de um escopo diferente sobre uma já tão abordada instituição.

De acordo com as perspectivas teóricas abordadas anteriormente, o trabalho buscou um olhar diferenciado sobre a ESG em que se ressaltam novos elementos, ou pelo menos nova forma de interpretá-los, de maneira a proporcionar fôlego renovado para os estudos da ESG.

CAPÍTULO 2

O OLHAR PARA O PASSADO: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E A CULTURA POLÍTICA DOS PADRINHOS DO BRASIL

2.1 Amigos de campanha: intervencionismo, cultura política e formação de grupo

A política nacional, no período republicano, não pode ser analisada sem se levar em conta a participação dos militares em vários de seus momentos de crise ou mesmo nos decisivos. A participação deste grupo é inegável. Apenas como um breve esforço de memória pode-se citar a participação dos militares na Proclamação da República e nos posteriores primeiros governos republicanos; já na década de 1920, a ação do tenentismo, importante marco de manifestação política militar; a participação na Revolução de 1930 e também no governo de Getúlio; também se pode citar o auxílio no golpe do Estado Novo em 1937, como também um dos grupos que pressionou para a saída de Getúlio em 1945; e, por fim, a sua participação em todo o imbróglio político do início da década de 1960 que culminou no golpe civil militar de 1964. Houve outros momentos e intervenções, uns mais contundentes, outros mais sensíveis no jogo político de bastidores, mas o importante é perceber a assídua participação dos militares na vida política e a conclusão de que não se tratou de uma mera coincidência ou mesmo acaso em todos esses momentos. As palavras do general Cordeiro de Farias ajudam a exemplificar o que foi dito:

Da quadra da vida brasileira que me tocou viver, terei muito o que falar, pois o Brasil foi extraordinariamente generoso comigo. O destino me fez participar dos grandes movimentos políticos que sacudiram este país. Muitas vezes como conspirador. Outras apanhado de surpresa, como foi o caso do levante comunista da Praia Vermelha, em 1935, e do assalto ao palácio Guanabara pelos integralistas, em 1938. Mas o momento para mim mais delicado e sentimentalmente mais difícil foi a missão que recebi em 1945: levei

ao presidente Vargas a notícia de sua deposição, em nome das Forças Armadas.⁶⁴

Mas a simples constatação de que o intervencionismo militar se tratou de um fenômeno recorrente na política brasileira não explica muito. Aliás, muito mais contribui para um maior questionamento das razões deste tipo de atuação e quais seriam os condicionantes, para que melhor pudéssemos compreender os militares dentro desse contexto. Parte-se do pressuposto de que as ações militares na política nacional não podem ser interpretadas como fortuitas e que os militares, à guisa de muitas vezes aliarem-se ou coadunarem-se com setores civis e os interesses de classes dos mesmos, houve certos princípios motivadores que partiam da própria instituição castrense. Entende-se, então, que os militares tinham interesses próprios, formaram uma determinada visão específica sobre a política brasileira e a sua condução e, em determinados momentos em que essa visão sobre a política ou mesmo os seus interesses eram postos em risco, ou assim considerado pelos militares, havia a necessidade ou um princípio justificador/legitimador para a ação dos mesmos fora dos trâmites que seriam considerados como legais nos mais variados momentos. Em outras palavras, considerou-se que os militares desenvolveram durante um longo período⁶⁵ uma visão corporativista sobre a sociedade e a política nacional de modo a se sentirem com capacidade para a intervenção e, em 1964, a própria direção política. Voltamos a insistir que esta abordagem não despreza os interesses dos grupos civis nos mais variados momentos, apenas que os militares também tinham objetivos e interesses próprios que não podem ser abstraídos e que eles buscaram impor ou implantar a sua maneira.

Outra importante caracterização para o estudo das intervenções e também a melhor compreensão da formação dos pilares políticos dos militares neste presente trabalho é o entendimento de que os militares não podem ser analisados como um

⁶⁴ CAMARGO, Aspásia; GOÉS, Walter. **Meio século de combate**: diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 47.

⁶⁵ A definição deste longo período seria bastante complexa, mas, grosso modo, pode-se dizer que desde a guerra do Paraguai os militares já não se satisfazem com a posição de coadjuvantes no processo político nacional. É claro que está-se falando de um processo e não de um sentimento e visão que já nasceu pronto e que apenas foi aplicado em momentos propícios. Toda esta trajetória foi de maturação de princípios, como também do desaparecimento de alguns e origem de novos de acordo com o contexto.

grupo totalmente homogêneo. Houve grupos entre os militares que fizeram com que qualquer interpretação que entendesse a corporação como um todo não poderia ser tomada como correta, principalmente no período compreendido de 1930 até 1964. Naquele período tínhamos militares considerados como legalistas, outros caracterizados como revolucionários e, também, não se pode esquecer, até militares comunistas. Como a proposta é entender a formação de uma cultura política no seio dos militares, a que se convencionou chamar de cultura política dos Padrinhos do Brasil, o primeiro passo seria a definição do grupo a que se refere, já que, deixe-se bem claro, não há o intuito, e também não seria correto, de enquadrar todas as Forças Armadas nessa cultura política. O quadro abaixo determina o grupo que se tomou por base para a compreensão da cultura política dos Padrinhos do Brasil:

Quadro I: Membros formadores da cultura política e engajamento político dos mesmos⁶⁶

	22	30	32	35	37	45	Clube Militar ⁶⁷	54	55	61	64
Odílio Dinis	S	S	S				S		S	S	S
Canrobert da Costa			S			S	S	S			
Eduardo Gomes	S	S	S	S	S	S		S	S		S
Juarez Távora	S	S	S		S		S	S	S	S	
Cordeiro de Farias	S	S	S		S	S	S			S	S
Peri Bevilacqua		S			S			S		S	S
Ademar de Queiroz											S
João Penaro Bley		S									
Alcides Etchegoyen		S					S	S	S		
Amauri Kruel		S						S		S	S
Mourão Filho										S	S
Castelo Branco							S	S	S		S
Costa e Silva	S	S							S		S
Orlando Geisel		S	S								S
Lira Tavares			S								S
Siseno Sarmento		S	S				S	S	S		S
Antônio Carlos Murici			S					S		S	S
Idálio Sardenberg		S	S								S
Jurandir Mamede		S					S	S	S		S
Juraci Magalhães		S		S					S	S	S
Emílio Médici		S	S								S
Ernesto Geisel		S	S	S		S					S
Albuquerque Lima		S	S	S		S		S		S	S
Golberi do Couto e Silva								S	S	S	S

⁶⁶ As informações contidas neste quadro foram retiradas da seguinte tese de doutorado: SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da Nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

⁶⁷ Assinala o engajamento nas campanhas da chapa Azul para as eleições que escolheram a diretoria do Clube Militar em 1950 e 1952. Trata-se de um período no qual as questões do petróleo, da Guerra da Coreia, do acordo militar com os EUA e da volta de Vargas ao Palácio do Catete fizeram do Clube Militar o espelho que refletia os principais conflitos políticos nacionais.

Quais as implicações deste quadro e o seu significado para o presente trabalho? Primeiro ponto, há uma estreita relação entre os militares citados e o seu envolvimento em várias crises e situações políticas do Brasil. De 1922 até 1964 não se trata do Exército como um todo que atua na política, ou pelo menos não em um primeiro momento, mas um grupo relativamente constante de atores políticos que pertencem à corporação e que intervieram na política nacional com relativa frequência. Essa característica seria a principal para caracterizarmos que não se trata de uma simples coincidência, que havia uma série de características e elementos que levavam o presente grupo a ser considerado como um grupo. Enfim, a regularidade de intervenções e também de seus participantes atesta que havia algo mais do que acasos e compatibilidades superficiais.

Um segundo ponto a ser destacado é a própria ideia de grupo que se formaria entre os oficiais citados. Poder-se-ia dizer que o grupo em questão constitui um grupo *sui generis*, ou mesmo heterogêneo, uma vez que o reconhecimento entre os membros se deu de uma forma muito mais simbólica do que, especificamente, institucionalizada. Dito de outra forma, todos os membros eram oficiais do Exército, mas, conforme dito, o Exército era bastante heterogêneo para que pudesse, por si só, conferir uma unidade entre esses oficiais. Apesar de importante na concepção do grupo, o fazer parte da corporação militar seria um ponto ainda amplo, que necessitava de outros laços para formação de identidade do grupo. E, nesse sentido, não havia uma organização ou instituição que reunisse esses oficiais e representasse as suas concepções. Logo, o Quadro I indica um grupo, mas apresenta outra lacuna, como entender os laços desse grupo e porquê poderem ser entendidos como tal. Na verdade, então, o Quadro I não é nosso ponto de chegada, mas o de partida, já que o estudo da cultura política dos Padrinhos do Brasil estabeleceria as relações, experiências e influências que solidificariam os pilares do próprio grupo.

A relação do grupo com a proposta de trabalho aqui apresentada se dá porque muitos dos oficiais citados acima fizeram parte da ESG, e não somente como estagiários, mas também em postos-chave, como membros do corpo permanente da instituição, comandantes e até os formuladores da proposta inicial da ESG. Assim, entender o grupo e a cultura política que eles fundaram ou de que fizeram parte é de fundamental importância, pois as características do mesmo estiveram presentes em

muitas das propostas da ESG e nos auxiliam a melhor entender as bases sobre as quais a instituição se assentou.

A própria Escola Superior de Guerra representou, para alguns desses membros, como um local não só de discussões, mas de aglutinação das concepções políticas desse grupo. Como que um local capaz de institucionalizar o próprio, como uma forma de materializar não só as ideias, mas também como um quartel-general para esses militares. A ESG vai além do que simplesmente de uma Escola que teria por intenção discutir problemas relacionados ao Brasil. Nas palavras do general Cordeiro de Farias:

A missão que o general Obino me deu foi a de organizar no Brasil uma única escola que integrasse as funções das três escolas norte-americanas no âmbito do Estado Maior das Forças Armadas. Assim, a tarefa no Brasil seria mais difícil do que nos Estados Unidos. Lá existia uma escola para tratar dos problemas da indústria bélica, o Industrial College, outra para formular estratégias, o War College, e uma terceira para integrar as três forças. No Brasil, um país pobre e de poucos recursos, nós decidimos criar um só estabelecimento para cobrir estas diferentes finalidades. No caso, a ESG. Segundo este raciocínio, qual seria o objetivo principal da ESG? Criar lideranças civis e militares para enfrentar a eventualidade de um novo estilo de guerra transformada em fato total, que afeta a sociedade por inteiro e toda a estrutura de uma nação. Dentro dessa orientação, os civis das mais diversas profissões precisarão estar prontos para exercer papéis talvez até mais decisivos do que o dos militares na guerra.⁶⁸

Muitas das discussões que eram feitas na ESG tinham na Segurança Nacional o seu principal foco, mas justamente no amplo entendimento do que seria a Segurança Nacional que se pode perceber como os temas que eram considerados importantes eram inseridos na agenda de discussões daquela instituição. Muito mais do que uma proposta de estudos e de apontar caminhos para o Brasil, era um espaço privilegiado para que o ponto de vista daquele grupo militar fosse apresentado como correto, seria um local de irradiação de uma série de concepções políticas. A compreensão da cultura política dos padrinhos do Brasil se enquadra bem neste ponto, pois muito dessas concepções parte desse conjunto de símbolos, experiências, projetos e, portanto, visão de mundo e política que foi formada por esses agentes com o passar do tempo.

⁶⁸ CAMARGO; GOES, 1981, p. 413.

2.1.1 Formação histórica e o dilema do atraso nacional: o anseio de “resolver” o Brasil

Compreender a cultura política dos Padrinhos do Brasil passa não somente pelo estudo das características, experiências, símbolos e referências que o tornam específico, mas também por características estruturais da sociedade brasileira que influenciam de forma bastante acentuada na própria cultura política em questão, como também de outras culturas políticas brasileiras. Em seus estudos sobre cultura política, em que pese o momento de sua realização, Gabriel Almond constata a seguinte tendência nos estudos sobre o tema:

Los escritos de los especialistas en la cultura política contemporánea se concentran en la experiencia de três regiones: (1) la cultura política de las sociedades industriales avanzadas; (2) el papel desempeñado por la cultura política em el desarrollo de las sociedades comunistas, y (3) el papel de la cultura política, económica y religiosa em la modernización de los países asiáticos.⁶⁹

Esta passagem do texto de Almond nos proporciona uma questão que será de fundamental importância para o entendimento da cultura política dos Padrinhos do Brasil, pois demonstra claramente a influência que o pertencimento a uma determinada região e o seu processo histórico específico tem sobre a cultura política de uma determinada sociedade.

Neste sentido, cabe aqui a proposição de uma quarta categoria de análise, complementar àquelas propostas por Almond, que seria a das sociedades que se encontram em desenvolvimento ou em processo de industrialização, ou seja, que pertenceriam a um grupo específico de países em uma colocação no sistema produtivo mundial de forma muito parecida e que, na verdade, ainda buscam uma real definição deste seu lugar. Para além dessa proposição, também teriam um passado relativamente parecido, principalmente, no que concerne ao fato de serem

⁶⁹ ALMOND, Gabriel. El estudio de la cultura política. In: _____. Una disciplina segmentada – escuelas y corrientes em las ciencias políticas. México: FCE, 1990, p. 81.

ex-colônias. Dadas essas características, os países pertencentes à América Latina se enquadrariam nessa descrição, em específico o caso brasileiro, que é o foco da análise aqui pretendido.

Assim, cabe destacar como temática essencial a ser analisada, para que se possa compreender a formação de uma cultura política no Brasil, o seu posicionamento na divisão mundial do trabalho, ou melhor, quais os condicionantes para que se possa entender esse posicionamento. Duas características são importantes: o seu passado colonial e o seu subdesenvolvimento quase que estrutural.

O primeiro ponto, relativo ao passado colonial, se encaixaria como uma eterna busca por uma identidade própria, como uma fuga de uma continuidade dos países colonizadores. Seria a busca pelo caminhar com as próprias pernas e, principalmente, passar a ser reconhecido pela sua História e feitos, e não como um apêndice de um outro país qualquer.

Com isso, há uma busca por uma identidade nacional, que fosse brasileira, e que com isto se pudessem superar os entraves para o desenvolvimento nacional. Aqui, portanto, já se começa a vislumbrar uma característica do pensamento político brasileiro, pois discutir essa identidade passava pela discussão da sociedade como um todo e quais os rumos que ela deveria tomar. Mais do que uma simples interpretação ou estudo da sociedade brasileira, tratava-se de propostas e, às vezes, de verdadeiros projetos para o Brasil. Assim, a cultura política dos Padrinhos do Brasil não buscava apenas que seus pressupostos políticos fossem adotados, mas há um quê de interpretar o país e de apontar caminhos que passava pelo entendimento do que aquele grupo considerava como nacional ou mesmo como uma nacionalidade a ser construída. No caso específico dessa cultura política, a melhor caracterização disso seria a eterna afirmação do destino manifesto do Brasil em ser uma grande potência, ou pelo menos a sua potencialidade para este fim, e a necessidade de se organizar para alcançar este objetivo. Nas palavras de Juarez Távara:

Precisamos convencer-nos, todos, de que, apesar de Deus nos haver propiciado recursos para que sejamos um povo rico e poderoso, ainda somos efetivamente pobres e fracos; e não

chegaremos, talvez nunca, à altura da generosa dádiva com que nos favoreceu a Providência Divina, senão pela organização metódica, pelo esforço intenso e continuado, pela poupança honesta.⁷⁰

O segundo ponto diz respeito ao subdesenvolvimento brasileiro, ainda mais marcante na década de 1920, quando do início da cultura política dos padrinhos do Brasil, seria como um desdobramento do primeiro, pois aqui os debates e ideias girariam em torno da proposta de autonomia. Ou seja, como fazer para que o Brasil fugisse da dependência e, conseqüentemente, se tornasse autônomo frente aos outros países. Volta-se à exemplificação, já no campo militar, do eterno desejo do Brasil Grande ou do Brasil Potência, que seria, fundamentalmente, a autonomia e a condição de ter um maior destaque dentro do cenário mundial.

Em outras palavras, qual seria a resposta dos países que se desenvolveram dentro da ideia de capitalismo tardio para que possam galgar os degraus necessários para a tão sonhada autonomia? Este tipo de questionamento, que muitas das vezes não se trata de algo explícito no pensamento político brasileiro, configura-se quase que de forma inconsciente em alguns casos, mas a obsessão pela busca a essa resposta norteou muitos pensadores ou grupos. Aqui já se esboça uma das características mais marcantes da cultura política dos Padrinhos do Brasil, que se trata da ideia de modernização, característica que foi compartilhada por vários grupos e em vários momentos durante o século XX no Brasil. Como bem destaca Milton Lahuerta:

Nesse sentido, a despeito de algumas rupturas na forma do regime político, o século XX revela uma adesão incondicional da sociedade brasileira a um projeto de modernização a qualquer custo, centrado na transformação econômica e que se traduziu em diversos momentos em políticas de “salto para a frente”. Há que se recordar, porém, que tal adesão ao ideário moderno não significou o compromisso com a constituição de uma cultura cívica centrada na ampliação efetiva da participação dos setores subalternos e no reconhecimento de direitos. A consequência principal desse caminho é que quando se observa o Brasil contemporâneo, nota-se um enorme descompasso entre o nível de modernização econômica que

⁷⁰ TÁVORA, Juarez. Produção para o Brasil, 1957 apud MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. **Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva**: Escola Superior de Guerra e a organização do Estado brasileiro (1930-1960): Goiânia, 2007, p. 71.

o país atingiu e o grau de exclusão social e política da população que não só persiste, mas se amplia de modo sistemático.⁷¹

Desta maneira, todos os elementos formadores da cultura política dos Padrinhos do Brasil se encaixam de forma a apresentar elementos que possam sugerir um caminho ou resposta para tais questionamentos. Seria pensar as questões estruturais como o solo em que a cultura política dos Padrinhos do Brasil teria que fincar raízes. Não se trata de discutir o quão se respondeu a estas questões, mas muito mais afirmar que seria impossível se desprezar ou ignorá-las na formação desta cultura política, o diálogo com esta realidade era inevitável. O general Lyra Tavares, em um livro de memórias, ao falar da geração de militares que, segundo ele, passaram a pensar mais profundamente sobre estes assuntos, dá a entender que havia este tipo de preocupação por parte daquele grupo:

Tais problemas, para nós, os essenciais do Brasil, como Estado e como Nação, não podiam ser sanados com uma terapêutica de paliativos nem, muito menos, com promessas, planos teóricos e discursos demagógicos que, normalmente, ficavam nas palavras e nos efeitos políticos perseguidos como finalidade principal. Foi o que se fez, durante muito tempo, no Brasil.⁷²

2.1.2 Pegando o bonde da História: contexto político-intelectual, disputa hegemônica e origem de movimentos políticos

Para além deste componente estrutural, outro ponto de suma importância para a compreensão da formação e estruturação da cultura política dos vigilantes do Brasil seria o contexto em que ela se originou. As características e inquietações sociais de um determinado período podem elucidar os motivos que levam um determinado grupo a se lançar na arena política e buscar o seu espaço dentro de uma disputa político-ideológica. Trata-se de uma modalidade de disputa que diz respeito às questões de poder, legitimidade e representatividade.

⁷¹ LAHUERTA, Milton. O século XX brasileiro: autoritarismo, modernização e democracia. In: AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton (Org.). **Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 2003, p. 219-220.

⁷² TAVARES, A. de Lyra. O Brasil de minha geração. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976, p. 16-17.

A década de 20 do século passado pode ser representada como um período em que o Brasil passava por grande reformulação de seus rumos e da estrutura de organização do poder político e econômico. A sociedade ainda vivia sob a égide do café, mas o que se observava era o modelo agrário-exportador em que se baseava a produção nacional começar a dar sinais de fraqueza, sintomaticamente não somente alterações na economia, mas também em outros setores, como o político, e na própria estrutura de poder da sociedade. Como atesta José Luís Bendicho Beired:

Nos diversos países desta área verificou-se uma série de fenômenos que puseram em xeque a antiga ordem oligárquica-liberal: o colapso do sistema agroexportador herdado do século XIX, a crise de legitimidade dos modelos institucionais vigentes, a emergência de novos atores políticos e sociais, o surgimento de novos movimentos culturais e a formulação de novos projetos ideológicos.⁷³

Quem bem exemplifica as mudanças de paradigmas políticos e sociais da década de 1920 seria Sonia Regina de Mendonça em sua obra *Estado e economia no Brasil 1930-1964*⁷⁴. A autora traz uma abordagem baseada na teoria de Gramsci que busca analisar o período de 1920 a 1930 em questão como imerso em uma crise hegemônica. O modelo hegemônico ligado à estrutura agrário-exportadora entrava em decadência, o que não representava apenas declínio nos aspectos de produção. Todo o sistema político-institucional que sustentava e apoiava a produção do café também acompanhava o seu declínio. De forma mais profunda então, pode-se afirmar que o modelo oligárquico-exportador não mais detinha o prestígio e representatividade de outrora e passava a ser questionado por alguns setores da sociedade.

A crise hegemônica do modelo oligárquico-exportador não representava, porém, a sua substituição por outro modelo hegemônico de forma imediata, como se estivesse realizando um simples processo de substituição. Devido a isso, o que se viu naquele momento foi uma grande disputa hegemônica para se estabelecer qual seria o novo modelo e, conseqüentemente, qual a classe social que seria

⁷³ BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem**: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 19.

⁷⁴ MENDONÇA, Sonia Regina. **Estado e Economia no Brasil 1930-1964**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

representativa desta hegemonia. Foram anos de grande agitação político-ideológica nos quais vários autores, intelectuais, grupos sociais e os mais diversos agentes políticos, passaram a participar e construir um amplo espaço de discussões e debates políticos, cada qual com suas próprias interpretações e perspectivas frente a um contexto que se mostrava propício para a transformação nacional. Nas palavras de Boris Fausto:

Essa efervescência não pode ser entendida sem que a vinculemos ao clima sócio-político daqueles anos. Seria fácil dizer *a posteriori* que as inquietações e revoltas, no curso dos anos vinte, prenunciavam a revolução de 1930. Mas algo mudara essencialmente: o sistema oligárquico tornava-se cada vez mais estreito, diante do fenômeno de natureza diversa, como a maior complexidade do tecido social urbano, a emergência de novas gerações da elite e da classe média, a insatisfação dos quadros médios das Forças Armadas.⁷⁵

Do ponto de vista simbólico de todas estas alterações que se davam na sociedade brasileira pode-se citar o ano de 1922 como um marco neste processo. Naquele ano vários movimentos das mais variadas matizes e esferas surgiram e contribuíram para a percepção de um período de mudanças e transformações. Envolviam-se aspectos políticos, tanto conservadores como de esquerda, novas propostas artísticas, grupos sociais que voltavam à cena política e até a inserção da religiosidade nos debates políticos. Hégio Trindade exemplifica bem esta profusão de movimentos e a amplitude de suas abordagens no ano de 1922:

Nele eclodem quatro acontecimentos simbólicos que contêm, em embrião, a mutação da sociedade brasileira entre as duas guerras mundiais. A Semana de Arte Moderna, em fevereiro, desencadeia a revolução estética; uma nova etapa da organização política da classe operária se delineia, em março, com a fundação do Partido Comunista Brasileiro; a criação do Centro D. Vital, ligado à Revista A Ordem, de orientação católica, denuncia a revolução espiritual; e finalmente, a primeira etapa da revolução política tenentista irrompe, em julho, com a rebelião na Fortaleza de Copacabana.⁷⁶

⁷⁵ FAUSTO, Boris. Prefácio, p. 9. In: PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilheiros e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)**. São Paulo: Editora 34, 2000.

⁷⁶ TRINDADE, Hégio. Integralismo. São Paulo: Difel, 1974, p 15. apud. OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Coord). **Elite intelectual e debate político nos anos 30**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

As inquietações de um contexto de crise hegemônica tal como o apontado não significam simplesmente que se abria espaço para o debate entre agentes sociais, mas também leva ao surgimento de uma série de símbolos e conceitos que são próprios desses momentos. O primeiro deles seria justamente o discurso da crise, de que o modelo social em que se vive estaria em decadência e que haveria a necessidade de se tomar alguma posição.

Ao adotar o pressuposto da crise dentro de um discurso ou debate político, há uma polarização natural entre os que veem a necessidade e sinais de mudança com aqueles que adotam a crise justamente como uma punição por ter-se mudado de uma ordenação que era considerada como ideal. Em outras palavras, há aqueles que buscam a conservação do sistema e a retomada de suas bases principais e aqueles que labutam em prol da alteração. O discurso de crise foi importante para a cultura política dos Padrinhos do Brasil, principalmente levando em conta a sua característica intervencionista, tema este que será tratado adiante.

Com isso, não se pretende explicar a arena política da época como uma disputa entre dois polos. Deve-se ter em mente que dentro do cosmo considerado conservador, como os que buscam as alterações sociais, há uma grande quantidade de posições e gradações de posicionamento. Como exemplo, pode-se dizer que as ações e posicionamentos políticos do movimento tenentista seriam bastante diferentes do recém-criado Partido Comunista, mas ambos poderiam ser alocados dentre aqueles que buscavam mudanças e transformações. Não se pode pensar em uma perspectiva reducionista, mas sim na pluralidade de pensamentos e agentes políticos da época. Segundo José Luis Bendicho Beired:

O discurso de crise aponta para a existência de uma desordem ou caos social a ser eliminados de modo a permitir a restauração de uma ordem ideal. Por outro lado, objetiva mobilizar os agentes sociais acenando-lhes com o risco da perda da identidade, suscitando-lhes o temor da desagregação social e espiritual, ao mesmo tempo que lhes oferecendo a chance de restaurar a ordem por meio da ação salvadora de figuras imbuídas de qualidades excepcionais. A sociedade é representada como invadida por contradições que são produtos ou de um acidente provocado por equívoco involuntário dos agentes sociais, ou em virtude do mau funcionamento de certas partes do todo, por exemplo pela inadequação do liberalismo litorâneo à realidade sertaneja da nação.⁷⁷

⁷⁷ BEIRED, 1999, p. 69-70.

Para a cultura política dos Padrinhos do Brasil, a disputa hegemônica é uma importante característica para a compreensão da sua formação e definidora de algumas ações. De forma estrutural, toda crise hegemônica significa um momento de possível troca de modelos políticos e econômicos, o momento de se repensar as trajetórias, por assim dizer. Logo, trata-se de um tempo mais que propício para que se possa originar uma série de grupos e movimentos sociais questionadores ou mesmo restauradores. O grupo militar em questão não teria simplesmente escolhido esse momento, mas talvez o próprio momento os tenha escolhido, já que seria um momento em que ações de ruptura ou mesmo fora dos modelos de participação legais ou convencionais poderiam ser cogitadas e que também um maior número de ideias e ideais venham à baila. Tratava-se de uma clara situação em que se poderiam originar vários movimentos, como a cultura política dos Padrinhos do Brasil, que teriam no episódio dos 18 do Forte de Copacabana de 1922 um marco de origem, se tivéssemos que apontar um. Juracy Magalhães exemplifica bem o significado daquele episódio para muitos jovens militares da época:

Assim ingressamos na Escola Militar de Realengo um ano após o famoso levante dos dezoito do Forte de Copacabana. Nesse tempo, sob o duro governo de Artur Bernardes, que sucedera a Epitácio Pessoa, os alunos eram aconselhados a absterem-se de fazer comentários a respeito da heroica rebelião em que haviam tomado parte os tenentes Eduardo Gomes, Siqueira Campos, Mário Carpenter, Newton Prado e outros bravos como civil Otávio Correia. Só à noite, no recesso dos alojamentos, os feitos dos Dezoito do Forte eram lembrados em voz baixa com grande emoção.⁷⁸

A disputa hegemônica, então, acaba por conduzir o debate sobre a questão do novo papel que o país poderia desempenhar dentro de uma estrutura de produção interna e até internacional, o que conduz a uma renovação de propostas e agitação dentro dos meios intelectuais e políticos.

A agitação intelectual e política acompanhava uma mudança bem mais profunda, a maneira como o país entraria em uma nova fase de desenvolvimento capitalista, que seria o princípio da industrialização nacional. Não se trata aqui de

⁷⁸ GUEIROS, José Alberto. **Juracy Magalhães: o último tenente**. Rio de Janeiro: Record, 1996, p. 56.

discutir os modelos interpretativos acerca da estrutura de industrialização nacional, mas sim de apontar as mudanças e transformações advindas desse processo.

Em um primeiro momento ainda não houve um total deslocamento do eixo econômico do campo para a cidade, mas já se principiam as mudanças que apontariam para essa tendência. Além disso, começava a crescer o número de trabalhadores urbanos e com eles reivindicações e organizações próprias de classe, sem falar nas correntes de pensamento que se arvoravam suas defensoras.

Esse tipo de alteração acaba por desembocar também em discussões em torno das instituições nacionais e sua capacidade, tanto representativa quanto de dar conta das novas exigências que vêm com a transformação econômica. Do ponto de vista representativo seria uma forma de incorporar ao jogo político a nova massa de cidadãos urbanos que agora não mais poderiam ser deixados de lado. Seria o desafio da velha oligarquia voltar os seus olhos para a cidade e toda a sua diversidade e complexidade. A própria História nos mostra que eles não obtiveram êxito nessa empreitada.

Outra dificuldade seriam as instituições aumentarem a sua capacidade organizacional para absorver uma nova modalidade de elite que surgia com a industrialização. Da mesma forma, elaborar uma política que atendesse esse novo elemento e que favorecesse o seu crescimento e desenvolvimento. Novamente depara-se com uma situação de instabilidade e necessidade de readequação de rumos na estrutura político-social brasileira.

Todas estas transformações estruturais acabam por proporcionar um terreno profícuo para alterações culturais e intelectuais. Mais um elemento colaborador ao surgimento de novos atores políticos e agitação dos velhos. Nas palavras de Luiz Guilherme Piva:

Mas, além do sentido amplo, os conteúdos das ideias de modernização dos autores em foco interagem estreitamente com os impasses e avanços concretos da modernização do Brasil entre 1920 e 1940 – e é a eles que os autores tratam de apresentar respostas. Estamos nos referindo, nesse caso, ao fenômeno das transformações sociais, culturais, econômicas e institucionais que acompanharam o declínio da economia cafeeira e o aprofundamento e a ampliação do capitalismo industrial no Brasil, para da

consolidação do poder central e do rompimento com o sistema político descentralizado vigente na Primeira República.⁷⁹

O debate acerca do pensamento político, a compreensão de determinadas culturas políticas e a própria análise de discurso se tornam ainda mais interessantes e esclarecedoras nesse contexto sócio-político da década de 20 do século XX. Era um momento em que muitas delas afloraram e passaram a marcar presença dentro de um espaço de discussão política brasileira que não necessariamente ficaram restritas àquele momento.

A importância daquele contexto também se apresenta em outro campo de análise, o de suscitar temas que passariam a fazer parte da agenda de temas e pressupostos políticos, até os dias de hoje, inclusive. Logo, a forma como a industrialização deveria ser feita no Brasil, qual o papel que determinados agentes e grupos sociais teriam no desenvolvimento brasileiro, se a democracia ou um governo mais centralizado e forte seria o que mais se adaptasse para o povo brasileiro, enfim, tratava-se de um período de verdadeira redefinição de rumos. Segundo Luiz Guilherme Piva, seria um sentimento de urgência que passaria a dominar aqueles que tentavam transformar o Brasil:

É quando o pensamento teria se aproximado da realidade, com o país tentando tornar-se contemporâneo de seu tempo. É quando se definem os que seriam os temas básicos do pensamento brasileiro: industrialização, capitalismo, nacionalismo, federalismo ou centralismo, militarismo ou civilismo, democracia ou autoritarismo, nação, raça, modernidade e tradição. São perspectivas e impasses que vinham desde a Proclamação da República, passando pela imigração, pelas crises do café, pelas dificuldades da industrialização etc.⁸⁰

Como importantes componentes do cenário político da época, pode-se citar o dado estrutural da busca por respostas para se “resolver” o Brasil, como também um momento propício para as mudanças e debates. Enfim, ingredientes ideais para a origem de movimentos e discursos dentro da arena política. Seria uma grande

⁷⁹ PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrihadores e semeadores**: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940). São Paulo: Editora 34, 2000, p. 18-19.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 56.

disputa na busca de aceitação e legitimidade para se tornar o paradigma dominante. Parte-se para pontos mais específicos de nossa pesquisa, qual o papel e o posicionamento dos militares dentro desse processo.

2.2 Os Padrinhos do Brasil e a Escola Superior de Guerra: traços constituintes e formação de um discurso político

A análise do país é orientada pela dimensão estrutural – a busca de identidade e autonomia – como também pela dimensão conjuntural – um momento de crise e disputa hegemônica –, que levam a que certos grupos sociais tomassem a dianteira em se apresentar como soluções ou apontar novos caminhos a serem traçados pelo país daquele ponto em diante. Seriam atores políticos que perceberam um momento ideal para que se deixasse a passividade de simples espectadores do mundo político para se tornarem atores de fato. Assim poderia ser interpretado o grupo constituinte da cultura política a que chamamos de Padrinhos do Brasil, uma vez que a simples participação na vida política brasileira como coadjuvantes não mais seria o suficiente, mas também haveria a necessidade de um protagonismo político.

Como se deu a formação das características desse grupo? Quais as principais experiências, símbolos e discursos que norteiam essa cultura política e que a dotam de cores e significados? E, principalmente, de que maneira essa cultura política influenciou o pensamento político da Escola Superior de Guerra? De que maneira esse pensamento chegou até as conferências e documentos dessa Instituição? Essas perguntas norteiam o trabalho neste momento, em que se procurou analisar tanto a cultura política dos Padrinhos do Brasil e seus principais traços como também a maneira como a ESG se apoderou ou não dos discursos políticos que surgiam.

2.2.1 Os Padrinhos do Brasil e ação política: legitimidade e intervencionismo

Entender um golpe político, principalmente se essa ação partiu de um grupo de militares, incita uma pergunta um tanto quanto pueril: os golpes foram realizados apenas pela força das armas, o grupo se utilizou apenas de seu controle sobre uma série de instrumentos de força que os outros grupos sociais não teriam acesso? Essas questões nos conduzem a um ponto fundamental para a discussão da cultura política aqui em questão: a legitimidade.

A ação e o discurso político não podem ser desvinculados jamais de uma realidade que lhes conceda legitimidade, ou pelo menos de uma série de fatores, construídos pelos próprios grupos e atores políticos, que proporcionem tal legitimidade. A legitimidade, na política, seria como a essência justificadora da ação em si, um elemento que proporciona não necessariamente o sentido, mas muito mais a validade de um determinado processo. Não é o caso de dizer que os militares, ou um grupo de militares, tinham por prática o intervencionismo na política nacional. Uma afirmação dessa natureza soa tão vazia quanto a pergunta de que se somente com a força se poderia fazer um golpe de Estado. O intervencionismo tem que ser interpretado não só no ambiente político que o justificaria, mas também em todas as referências ou pilares de sustentação, fabricados ou não, em que ele se sustentaria. Qualquer movimento político vazio, ou seja, sem a devida legitimidade, estará fadado ao fracasso se contrariar as ordens legais vigentes. Seria ainda mais complexo. Logo, um simples ato de força não se transforma em ato político se não houver um conjunto de fatores que o dotem de significado e, portanto, legitimidade. Pocock destaca muito bem esse ponto:

Pode-se aprender muito sobre a cultura política de uma determinada sociedade nos diversos momentos de sua História, observando-se que linguagens assim originadas foram sancionadas como legítimas integrantes do universo do discurso público, e que tipos de *intelligentsia* ou profissões adquiriram autoridade no controle desse discurso.⁸¹

Analisar a formação da cultura política dos Padrinhos do Brasil, então, seria um longo caminho na compreensão de como os militares que se sentiram compelidos à ação política forjaram laços simbólicos entre si, mas também a forma

⁸¹ POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003, p. 31.

como constantemente foram criando chaves de leitura para determinadas situações que lhes proporcionassem a devida legitimidade para a ação e participação na política nacional. Seria como uma enorme jornada, de difícil precisão até que ponto de maneira totalmente consciente, em que cada passo significava um tijolo na construção de um edifício que amparasse e fornecesse a justificativa de cada ato político.

E essa busca e construção da legitimidade política teriam duas frentes distintas: uma interna, no próprio grupo militar; e uma externa, em relação à opinião pública de forma geral. A legitimidade da ação política internamente seria em relação ao próprio posicionamento do Exército frente à política de maneira geral. Em outras palavras, os militares, em tese, não deveriam intervir na política nacional, embora tais intervenções já terem ocorrido anteriormente. Havia a ideia de que as Forças Armadas, de forma geral, teriam que manter postura de neutralidade e se preocupar apenas com a defesa nacional. Em um primeiro momento, a busca de legitimidade consistiria em um discurso político que justificasse a intervenção militar na política entre os próprios militares. Interessante notar que o intervencionismo nunca foi uma unanimidade entre os militares; sempre houve uma corrente, normalmente chamada de legalista, que defendia que a função das Forças Armadas, em especial do Exército, deveria ser o do “grande mudo”, ou seja, cumprir com as suas obrigações de defesa e não se embrenhar na política.

Já a segunda busca de legitimidade seria a externa, ou seja, junto à opinião pública de maneira geral. A sociedade como um todo, ou pelo menos boa parte dela, deveria aceitar as intervenções políticas dos militares e, pelo menos, não se opor a elas. Essa legitimidade, fora dos muros dos quartéis, acaba por nos fazer voltar à discussão sobre os anseios próprios dos militares na política ou de apoio a algum grupo civil, uma vez que a ação dos militares não atendia apenas a interesses internos da corporação – ou pelo menos esses interesses se confundiam com os de outros grupos sociais civis. O importante aqui seria destacar que, como sua origem se deu em um momento de disputa hegemônica, o grupo militar em questão deveria levar as suas ideias e prerrogativas políticas para outros grupos sociais, de modo que eles as aceitassem e se passasse a ter hegemonia política da sociedade. E, muito mais do que o sucesso nessa empreitada, o objetivo aqui é discutir a formação da cultura política dos Padrinhos do Brasil e a forma como o conceito de legitimidade

perpassa todo o processo. Uma grande busca em se firmar como um grande intérprete político brasileiro.

Mas de que maneira a Escola Superior de Guerra se encaixaria na grande construção de uma ação e discurso legítimos politicamente? A ESG, em primeiro lugar, representaria a institucionalização de uma série de visões de mundo, interpretações sobre o Brasil e de um ideário político que pertencesse ao grupo militar em questão. Foi-lhe atribuído o *status* de *locus* produtor e de divulgação das ideias do grupo político em questão. Seria como pensar em uma organização civil ou de classe. Qualquer grupo civil poderia, obedecendo à legislação de sua época, formar um partido político ou movimento para discussão, debate, apresentação de suas ideias e, assim, participar do jogo político. Aos militares não há essa possibilidade, não se pode formar o Partido dos Militares do Brasil e lançar candidatos aos diferentes cargos eletivos. Assim, a ESG cumpriu o papel de ser a representante do pensamento político de um grupo de militares e da mesma forma, dentro das suas especificidades, se fazer presente tanto no debate quanto no jogo político. E aqui, não se está falando em conspiração ou golpes militares, mas dentro do arranjo de funcionamento e inserção política da ESG na sociedade havia maneiras de ela fazer valer as suas prerrogativas dentro de uma legalidade. O que não a inocenta de qualquer outro tipo de ação fora da legalidade, muito menos há a pretensão de excluir a ESG de sua participação na preparação do golpe de 1964. Aliás, houve conferências, como veremos adiante, que justificariam, mesmo que de forma velada, uma ação contra a ordem vigente se necessário fosse para um “bem maior”. Mas o que importa ressaltar é que, ao dizer-se que a ESG institucionalizou a cultura política dos Padrinhos do Brasil e assumiu algumas de suas prerrogativas políticas, ela foi a saída encontrada para um modo de participação política de agentes dentro de suas especificidades enquanto militares.

Também passou a ser o grande centro em que as ideias deste grupo seriam debatidas. Não se pode assumir que as mesmas ideias que tiveram origem na década de 1920, ou mesmo antes, chegassem da mesma forma no final da década de 1940, momento de criação da ESG, como também que novas proposições não fossem feitas. Logo, não se trata apenas do local de institucionalizar velhos conceitos, mas o de atualizá-los e também de debater sobre os temas que fossem considerados pertinentes.

Não se pode também desprezar um dos maiores objetivos da ESG desde a sua fundação: o de divulgar essas ideias e de cooptar novos membros. Seria um grande passo fazer com que muitas das ideias políticas que eram de militares passassem também a ser de outros grupos sociais, notadamente aqueles que eram considerados como elites dirigentes do país, segundo os próprios membros da ESG⁸². O general Lyra Tavares exemplifica bem o que significou a criação da ESG para a geração dele:

Fazia-se necessária a preparação uniforme de quadros habilitados nesses misteres, para os altos órgãos da administração do País, através de estudos feitos por equipes compostas de representantes credenciados de todos os setores de atividades públicas e privadas, civis ou militares, anualmente renovadas, numa Escola oficial.⁸³

Ainda nas palavras do general Lyra Tavares:

Foi com essa finalidade que se organizou, também no Governo do Presidente Dutra, a Escola Superior de Guerra, como Instituto de Altos Estudos, graças ao qual passamos a encarar, juntos, os civis e os militares de minha geração, o Brasil como um todo, nas suas realidades, nos seus problemas e nos seus rumos. [...] Trata-se fora de qualquer dúvida, de um dos acontecimentos mais fecundos para a criação de uma consciência realística dos problemas brasileiros e a ordenação do pensamento das elites nacionais para bem equacioná-los e resolvê-los, colocando-os acima e a coberto de tendências ideológicas e políticas.⁸⁴

Sendo assim, a compreensão da construção de um discurso de legitimidade pela cultura política dos Padrinhos do Brasil não somente seria fundamental, como também representaria o fio condutor que perpassa todos os momentos dessa cultura política até chegar à fundação da ESG, o que não significou o fim desse processo, mas apenas uma importante etapa. Partiu-se desde os jovens tenentes, e sua visão política ainda bastante imatura, quase que um arroubo de juventude e

⁸² Interessante lembrar que os participantes dos cursos da ESG eram convidados ou passavam por um rigoroso sistema de seleção, de onde eram escolhidos aqueles que se enquadravam no conceito de elite dirigente nacional.

⁸³ TAVARES, A. de Lyra. **O Brasil de minha geração**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976, p. 288.

⁸⁴ TAVARES, 1976, p. 289.

inconformismo. Não havia uma definição clara de objetivos e muito menos plataforma de governo mais ampla que contemplasse todos os problemas nacionais. Nas palavras do próprio Cordeiro de Farias:

Foi uma explosão de protesto, mas consciente. Havia uma vontade orientada para um objetivo e isso é o que valia. Alguns historiadores alegam que não tínhamos programa. Quem éramos para fazer um programa? Queríamos coisas aparentemente simples: a verdade do voto, maior justiça eleitoral, a quebra do monopólio político de Minas e São Paulo. Não tínhamos nada escrito. Mas nossa pregação sempre foi coerente e parte do que pretendíamos acabamos conseguindo. Ora, ninguém morre como morreram aqueles homens de Copacabana por nada, por pura bravata.⁸⁵

Até se chegar à própria ESG e já se considerar com um discurso político, ainda que em formação, bem mais forte e centrado, com uma visão mais concreta dos objetivos a serem perseguidos, já com uma diferenciação frente às concepções políticas do tenentismo. Nesse sentido é interessante analisarmos a visão que os próprios esguianos passaram a ter da instituição, nas palavras de Emílio Ribas Júnior:

Mas a complexidade e vulto desses estudos não permitem a sua descentralização se queremos obter um rendimento útil. Ao contrário, é imprescindível que exista um órgão que oriente esses estudos e concatene as decisões a serem tomadas em face das informações obtidas. Nenhum outro órgão está, a nosso ver, mais credenciado para o desenvolvimento desses estudos do que a Escola Superior de Guerra, em cujo recinto se discutem os mais palpitantes assuntos nacionais e internacionais e onde, anualmente, um dos mais destacados grupos de homens públicos, a elite representativa de todas as atividades nacionais, se reúne não somente para estudar, em conjunto, os grandes problemas existentes, mas também, para lhes propor uma solução.⁸⁶

Assim, já começa a ter indícios de que a cultura política dos Padrinhos do Brasil influenciou a ESG na construção de seu ideário político e na própria visão de sociedade que se formou naquela instituição. Neste tocante, há a percepção da

⁸⁵ CAMARGO; GOES, 1981, p 79-80.

⁸⁶ RIBAS JUNIOR, Emílio Rodrigues (Gen. Brig.). **Aspectos da geopolítica e noções fundamentais de áreas estratégicas**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1952, p. 27.

busca da legitimidade política como um traço comum em vários momentos da cultura política em questão e da ESG como um local capaz de institucionalizar e dar forma a um conjunto de ideias políticas ainda muito abstratas, constituindo um grande fator capaz de gerar esse efeito legitimador de forma mais concreta e duradoura, efetivamente, um discurso político de legitimidade.

2.2.2 A farda como distinção: o morrer pela Pátria e o discurso de superioridade militar

Celso Castro, em seu trabalho *O Espírito Militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar de Agulhas Negras*⁸⁷, deixa bem clara a distinção que há entre o mundo dos militares e o dos civis. Um dos pontos que realça bem essa diferenciação seria a forma como os militares, internamente, se referem aos civis, com o termo *paisanos*. Não se trata apenas de uma simples diferenciação, mas uma forma jocosa e expressão depreciativa utilizada pelos militares, imputando uma série de valores que denotariam a superioridade do Exército, neste caso, frente aos outros grupos sociais. O próprio autor destaca bem esta questão:

Antes de seguirmos, é necessário explicar um termo extremamente comum entre os militares: “*paisano*”. É normalmente usado no lugar de “civil”, mas embora pareça ser a mesma coisa, não é. “*Paisano*” é um termo claramente pejorativo.⁸⁸

O estudo de Celso Castro foi realizado no final da década de 80 do século XX, quando já se vivia o período da Nova República, mas o interessante é notar que, mesmo após todo o período ditatorial e de todas as intervenções militares, ainda havia um sentimento de distinção e de superioridade. Sentimento este repassado para as novas gerações de militares que ingressavam na AMAN. O mais importante nesse tipo de diferenciação entre militares e civis é perceber não se tratar de uma prática atual. É de longa data que os militares acabam por se sentir “melhores” ou

⁸⁷ CASTRO, Celso. **O espírito militar**: um estudo de antropologia social na Academia Militar de Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

⁸⁸ CASTRO, 1990, p. 38.

pelo menos com maior preocupação com temas que eles próprios consideram essenciais.

Esse sentimento de superioridade e de distinção que os militares acabam por preservar durante as gerações é de grande importância para a compreensão da formação da cultura política dos Padrinhos do Brasil. Os militares cultuam uma superioridade frente aos civis por um aspecto muito simples: a sua função social, a da guerra, implica se sacrificar, se necessário for, pelo país. O único grupo social ao qual se pede a vida pela defesa do próprio país é o dos militares, o que lhes conferiria certa soberba sobre os outros grupos sociais, que, na visão dos militares, não teriam o mesmo grau de comprometimento para com a Pátria. Oliveiros Ferreira discute sobre esse assunto: *A ideia de Pátria e a obrigação moral de sacrificar-se em sua defesa fazem, porém, por absurdo ou tolo que pareça, o militar sentir-se diferente do civil.*⁸⁹

Esse tipo de sentimento afeta a própria visão política dos militares, e, por consequência, a do grupo que está sendo analisado. O grande objetivo dos militares seria a preservação da ordem e defesa da Pátria. Ora, o conceito de Pátria, apesar de símbolos e algumas referências que remetam ao mesmo, ainda seria muito abstrato. A definição de Pátria é algo bastante complexo, mas entre os militares houve a materialização da ideia de Pátria no Estado, e, junto a isso, também a responsabilidade de preservação do Estado por parte dos militares em função dessa identificação. O que somente aumenta a distância entre militares e civis, e cada vez mais torna mais clara a percepção, por parte dos militares, de que eles seriam a última barreira, porém, a mais forte, na defesa do Estado/Pátria. E que, por sua vez, os civis poderiam ser competentes, mas jamais teriam o mesmo apreço e responsabilidade que os militares. O formar-se militar não seria apenas um conjunto de saberes técnicos, mas também um forte componente de valores que se tornam fundamentais no próprio tornar-se militar. Ainda nas palavras de Oliveiros Ferreira:

A identificação da Pátria com o Estado e a Nação, e a do governo com as elites civis, leva os militares a ter uma curiosa percepção daquilo que os civis pensam da política e do mundo. Para eles, os civis têm uma visão mesquinha, imediatista demais, do processo

⁸⁹ FERREIRA, Oliveiros S. **Vida e morte do partido fardado**. São Paulo: Senac, 2000, p. 33.

social e político – processo esse que, no entanto, deverá integrar o povo na Nação e essa na Pátria sob um Estado bem organizado.⁹⁰

Oliveiros Ferreira nos apresenta essas características importantes da corporação militar. É essencial analisar a forma como esse conjunto de valores e assertivas chegam aos membros da cultura política em questão. Nas palavras de Geisel:

No entanto, o militar não deixa de ser um cidadão e, individualmente, tem o direito de ter pensamento político. Não deve, é claro, prevalecer-se da força que a nação lhe confiou para atender sua posição política, que é necessariamente individual. Contudo, em ocasiões de crise, quando o país está ameaçado por graves dissensões internas, fomentadas por dirigentes políticos que se desviam de seu encargo de conduzir o país à realização das aspirações nacionais e utilizam o poder para satisfazer seus interesses e ambições pessoais e de seus apaniguados, a nação fica em perigo, e os militares, em conjunto, poderão ter que atuar com suas forças para afastar drasticamente o perigo manifesto.⁹¹

Através dessa passagem de Geisel, é possível perceber algumas das características apontadas anteriormente. O primeiro ponto seria a posição do militar como cidadão e com capacidade de ação política, negando assim a perspectiva de que os militares deveriam atuar como um elemento neutro, somente preocupado com a defesa. Dentro da conjuntura nacional seria mais indicado dizer que a ideia de defesa e, posteriormente, a de segurança nacional tomaria proporções maiores e que incluiria aspectos internos de segurança e também com maior ligação na política nacional.

O segundo ponto seria o de identificar nos governantes civis pessoas mais volúveis e que não cumpririam com o seu papel de serem isentos e de atenderem aos requisitos que sua posição requereria. Aliás, os governantes civis acabam por se transformar em um grande inimigo, ou pelo menos, em grande perigo para a Nação em determinadas situações. Vale lembrar que um dos grandes motivadores da ação política do tenentismo seria a política dos coronéis e a identificação destes elementos como os grandes causadores do atraso nacional. Trata-se de uma

⁹⁰ FERREIRA, 2000, p. 38.

⁹¹ Ibid., p. 111.

reafirmação, não necessariamente da incompetência dos civis, mas de um “espírito” mais fraco ou pelo menos sem os valores devidos para que pudessem exercer os mais altos cargos da Nação.

E o terceiro ponto, a visão das Forças Armadas como o elemento que dotaria de equilíbrio o processo político e que funcionaria como fiador da política nacional. Às Forças Armadas caberia a responsabilidade de intervir se fosse necessário, se houvesse algum tipo de mal tão ameaçador que os trâmites normais não pudessem resolver. Ressalta a instituição militar como destacada e superior frente a outros grupos e instituições. A seguinte passagem de Juracy Magalhães corrobora com o que foi dito:

Nas conferências que havíamos tido sobre o reordenamento político do país, eu, que sempre mantivera uma visão democrática sobre nossa luta, defendera, junto com Juarez Távora, a nomeação de elementos civis para as interventorias dos estados, mas vimos depois que esses homens mostraram-se incapazes de se impor ao meio político conturbado após a vitória, assim, preferimos admitir a solução militar, sobretudo no Norte e Nordeste, diante da absoluta penúria daquelas regiões assoladas mais por governos corruptos do que pelas secas.⁹²

A passagem se refere ao momento posterior à Revolução de 1930, no qual alguns militares assumiam interventorias em várias regiões do Brasil. Interessante notar como o elemento civil é novamente visto como incapaz, incompetente ou sem as qualidades e valores necessários para assumir determinadas responsabilidades. E, novamente, como a resposta para esse tipo de situação passa a ser militar, que, percebe-se nas entrelinhas, teriam condições e valores para cumprir com o que deveria ser feito ou com o que a situação pedia.

E é importante notar que esse sentimento de superioridade, que faz parte desta cultura política, aliás, muito mais um sentimento de responsabilidade e de compromisso não ficou apenas entre os seus membros. Essa tendência acaba por reverberar em outros locais e instituições e cabe perceber que a própria Escola Superior de Guerra passa a ser representante nesse tipo de pensamento e de

⁹² GUEIROS, 1996, p. 118.

divulgar essas ideias. Nas palavras de Gois Monteiro em conferência proferida na ESG:

As Forças Armadas não de estar sempre contra o mal social, e a tarefa dos chefes militares é identificá-lo, isolá-lo através das tradições e das correntes de pensamento com sinal mais a sinal menos, e por entre o torvelinho cada vez mais estonteador das paixões e interesses nacionais e internacionais.⁹³

A passagem acima ratifica o papel das Forças Armadas como maiores responsáveis na identificação e no combate ao mal social. Novamente a instituição militar sendo tratada como um segmento que não somente seria superior, mas teria uma visão com uma perspectiva melhor dos acontecimentos. Grosso modo, pensando estrategicamente, os militares teriam uma visão aérea de uma determinada situação e melhores condições de entender e agir naquela situação. Em outra conferência proferida na ESG, pelo coronel Itibere Gouvea Amaral, também houve a crítica a governantes civis:

Não esqueçamos, igualmente, como conclusão desse capítulo, a influência nefasta da demagogia que, atuando no seio de um povo fracamente alfabetizado e em cuja estrutura social faltam as elites atuantes, omissas, e, portanto desprovido – em sua maior parte – de uma opinião pública consciente e esclarecida, inquina, sem dúvida, lamentavelmente, muitas das principais metas políticas do governo, algumas das quais, em franca oposição à realidade, são enunciadas, apenas, como meios fáceis de obter popularidade, ainda mesmo à custa dos superiores interesses nacionais.⁹⁴

Assim, o discurso da incompetência ou falta de determinados valores a alguns, ou maioria, dos governantes civis volta e cada vez com novos elementos. Uma maior generalização em torno dessa incapacidade civil não se trata apenas de políticos, mas o termo elites dirigentes amplia o foco de pessoas que deveriam ter uma maior atenção e perceber como as suas responsabilidades seriam maiores frente ao grosso da Nação, segundo o discurso da ESG. Também desponta o

⁹³ MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. **Coordenação das Forças Armadas**. C – 008 – 52. Rio de Janeiro: ESG, 1952, p. 2.

⁹⁴ AMARAL, Itibere Gouvea (Coronel). **Síntese da Conjuntura nacional** – Campo político interno. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1960, p. 6.

discurso em relação à massa ou à grande maioria da população e sua falta de capacidade e total despreparo devido em muito ao subdesenvolvimento nacional. Na verdade, o que se percebe é a forma como as antigas visões do grupo começam a tomar corpo em uma das maiores características da ESG: a crítica às elites dirigentes, o estado quase pueril da população brasileira e a necessidade de se preparar um e tutelar o outro. É possível constatar que a cultura política dos Padrinhos do Brasil carrega em si um sentimento de compromisso e de responsabilidade para com a Pátria/Estado, que os diferenciaria do restante da sociedade e também de um sentimento de dever para a resolução dos problemas nacionais, justamente por serem “superiores”. Sentimentos e responsabilidades estas que chegaram à Escola Superior de Guerra, que poderia ser considerada tanto como uma forma encontrada para demonstrar de maneira mais clara essa visão como também um local que auxiliaria na resolução dos problemas apontados. Sendo assim, essas proposições podem ser consideradas também como um importante elemento para a construção de uma legitimidade de ação política por parte deste grupo.

2.2.3 Espírito de grupo e participação política: a tradição do Exército em intervenções políticas

A cultura política dos Padrinhos do Brasil pode ser considerada como uma possível herdeira de uma tradição do Exército que vem desde o século XIX em intervenções políticas. E alguns dos motivos que levaram o Exército a intervir na política se fazem presentes também nos condicionantes do grupo formador da cultura política em questão. Destacam-se neste sentido dois grandes pontos: o progressivo processo de fechamento do Exército em si mesmo e também a percepção de que o avanço do Exército e das demais Forças Armadas passava pelo necessário desenvolvimento do país de maneira geral.

O primeiro ponto trata da formação dos militares do Exército, de um comprometimento mais ligado com a instituição militar do que com o mundo político. Antes da Lei Felizardo, que regulamentou, no século XIX, sobre a questão da

carreira militar, chefes militares eram pessoas muito mais ligadas aos ambientes de poder e às elites do mundo civil, e de lá também muitos eram vindos, uma vez que se aproveitavam destas ligações para que pudessem obter vantagens em promoções e ganhar posições dentro da hierarquia militar muito mais pelo prestígio social do que por merecimento militar. A partir de 1850, então, com essa mudança, passou-se a privilegiar mais os méritos militares para a progressão do que o prestígio externo, dando os primeiros passos em uma institucionalização e também na feição de um Exército mais profissional e preocupado com a sua função do que especificamente com arranjos de poder e possíveis vantagens que se poderia conseguir. Schulz exemplifica bem essa questão sobre o perfil social do militar que começava a mudar:

A mudança mais significativa nas origens sociais da oficialidade, durante o reinado de Dom Pedro II, foi o fato de que, em 1889, a origem social de um oficial quase não tinha influência sobre a sua postura política. Indivíduos que passaram a vida subindo lentamente na hierarquia tendem a identificar-se com a hierarquia, independente da sua ascensão social. Os soldados aristocráticos do início do século progrediram em suas carreiras graças às suas conexões sociais e consideravam-se tão conservadores ou liberais quanto militares. [...] Mas os oficiais dos últimos anos do século XIX, quaisquer que fossem as suas origens, eram promovidos por anos de serviço, conhecimento ou conexões dentro do setor militar, sentindo-se totalmente identificados com o exército.⁹⁵

Com as mudanças que começavam a se processar no meio militar houve uma consequente percepção de que a carreira militar deveria ser trilhada por aqueles que realmente quisessem seguir dentro das regras e limites impostos por esse tipo de instituição. Logo, novas classes sociais passaram a fazer parte dos quadros da corporação, o que ajudou a mudar ainda mais o perfil da instituição naquele momento. Essas primeiras iniciativas, então, abriram para a formação de um espírito próprio do Exército. Entre outros condicionantes, essas mudanças ajudaram o Exército a formatar um conjunto de valores e de interesses que não eram mais das elites ou de influência externa, mas sim que seriam próprios da corporação militar. Era o início do tradicional afastamento do Exército do restante da sociedade e de

⁹⁵ SCHULZ, John. **O Exército na política**: origens da intervenção militar 1850-1894. São Paulo: Edusp, 1994, p. 30.

sua caracterização como uma sociedade intramuros⁹⁶, com valores, anseios e interesses próprios que passariam a guiar muitas das ações e intervenções no mundo social. Em um primeiro momento, muito mais do que defender o Brasil, o Exército pensava em defender a si próprio, e com o passar do tempo foi-se solidificando uma corporação mais fechada e também com uma personalidade própria. O longo caminho da profissionalização do Exército não apenas representou transformações na própria estrutura de funcionamento e atuação militares; proporcionou também um grande passo na elaboração de uma personalidade institucional realmente militar. Ainda nas palavras de Schulz:

À medida que o exército ia se profissionalizando, nos últimos anos do século XIX, os oficiais passaram a depender mais de suas ligações dentro daquela instituição do que de ligações políticas estabelecidas fora do exército. O moderno burocrata militar, cujo poder emana do exército, começou a substituir gradativamente o oficial aristocrata que liderava as forças do *ancien regime*.⁹⁷

Não se queira também dar a falsa impressão de que acontecia uma verdadeira revolução no Exército e de que da noite para o dia a corporação se transformara em uma instituição totalmente voltada para a meritocracia e em exemplo de profissionalismo. O destaque é para o início das mudanças, que já causou certo impacto inicial e que trouxe um novo tipo de formatação para o Exército da época. Destaque para o paulatino fechamento do Exército em torno de si mesmo e de seus valores que contribuiu, cada vez mais, para a solidificação de um espírito de grupo militar.

O segundo ponto seria a percepção de que o Exército era diferenciado frente ao restante da população em termos tecnológicos e também culturais. O mais importante foi a noção desenvolvida pelos membros do Exército que para a continuidade do desenvolvimento da instituição haveria a necessidade de mudanças na própria sociedade da época. Essa percepção também faz com que se ajude a

⁹⁶ O conceito de sociedade intramuros foi cunhado por Erving Goffman e caracteriza instituições que têm o processo de formação de seus membros em separado do restante da sociedade, formando assim uma série de características e valores que seriam próprios daquela instituição. Para ver mais sobre o assunto leia: GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

⁹⁷ SCHULZ, 1994, p. 28-29.

formar um maior espírito de corpo, mas também uma forte tendência à participação política para que se busquem as transformações políticas, econômicas e sociais necessárias. Na verdade, o Exército passou a exercer o papel, no século XIX, de uma instituição *sui generis* frente ao grosso da sociedade.

Cadetes e oficiais em sua maioria eram letrados em uma sociedade, praticamente, de analfabetos. Também em razão da própria condição de militares mantinham uma união ou pelo menos havia uma definição de grupo mais nítida. Como dito anteriormente, por se tratar de uma instituição nacional com características e problemas próprios, houve uma natural participação no sentido de pleitearem seus anseios e necessidades enquanto instituição. O melhor conceito para se caracterizar esse primeiro momento de participação política dos militares seria o de organização. Tratava-se de uma instituição minimamente organizada e que começava a esboçar um pensamento mais ligado no grupo e nos anseios do mesmo, o que levaria a querer mudanças. Nas palavras de Schulz:

Não é de se surpreender que os jovens oficiais tenham se rebelado contra a ordem imperial. Nos anos cinquenta, a academia militar da capital continuou a ser uma ilha de instrução em uma sociedade constituída por uma maioria analfabeta. Os estudantes militares liam muito e tinham uma melhor noção sobre acontecimentos internacionais do que a maioria dos seus compatriotas.⁹⁸

Assim, pode-se dizer que já havia alguns condicionantes para que se compreendesse a intervenção militar, e, mais importante aqui, é esses condicionantes meio que se perpetuarem e ainda continuarem a influenciar gerações de militares vindouras. A noção de organização, espírito de corpo, de interesses da corporação e o progressivo aumento dessa visão para problemas que fossem considerados nacionais fariam parte do discurso político ou pelo menos da mentalidade política de, por exemplo, os membros da cultura política dos Padrinhos do Brasil.

Mas o ponto crucial para que o Exército passasse a desempenhar esta função política na sociedade brasileira foi a Guerra do Paraguai, na qual o Exército teve atuação destacada e viu a necessidade de uma instituição mais profissional, melhor

⁹⁸ SCHULZ, 1994, p. 31.

preparada e com capacidade para a defesa nacional mais acentuada. Pela primeira vez o Exército ganhou destaque nacional e também um grande poder, em outras palavras, os próprios oficiais perceberam o quão importantes eram para a sociedade brasileira, o que lhes proporcionou mais força ou, pelo menos, maior legitimidade na ação política. Segundo Schulz:

De 1850 a 1880, os oficiais parecem ter desenvolvido uma nova consciência de sua importância, de sua responsabilidade política e do seu poder de intervenção. Eles parecem ter abandonado sua antiga lealdade ao imperador e encontrado um novo aliado contra a elite – o povo.⁹⁹

Ainda sobre a ligação entre Exército e política no século XIX:

O que interessava aos oficiais era a moralização da política e da burocracia – a bandeira de todos os grupos de oposição brasileiros –, o progresso (abolição, construção de ferrovias e portos, industrialização) e o atendimento das queixas do próprio exército.¹⁰⁰

O Exército brasileiro passou a se constituir enquanto um elemento que deveria ser equacionado dentro desta estrutura de poder político da segunda metade do século XIX. As aspirações políticas sempre se pautaram por exigências para a própria corporação e suas necessidades, principalmente de cunho material, mas também passaram a tratar de assuntos relativos à própria sociedade brasileira. Havia um anseio por participação política por parte do Exército e também de outros setores da sociedade. Segundo Schulz:

Por volta de 1881, os jornais do exército falavam abertamente do direito dos militares de intervir na política. No decorrer da década, encorajados pelos abolicionistas e pelos republicanos e atacados pelos escravocratas, os oficiais assumiram um papel de importância crescente nas questões brasileiras.¹⁰¹

Os eventos do final do século XIX representaram para o Exército não

⁹⁹ SCHULZ, 1994, p. 88-89.

¹⁰⁰ Ibid., p. 90.

¹⁰¹ SCHULZ, 1994, p. 93.

somente uma demonstração de força ou mesmo de capacidade de ação e espírito de grupo, mas fundamentalmente proporcionaram uma sensação de poder político e condição de atuação em outros momentos. Não se tratava de ações pontuais, mas do princípio de uma tradição intervencionista que ficou bastante clara durante o período republicano que era iniciado naquele instante. Ainda conforme Schulz:

Uma intervenção bem sucedida na política iria encorajar outras. Os oficiais haviam conquistado o direito de livre expressão de ideias. Agora eles podiam iniciar a luta por melhores salários, melhores condições de vida, pela abolição, pela conscrição, pela industrialização e por um governo honesto.¹⁰²

E as primeiras ações militares na política, além de conferir esse aspecto de possibilidade de participação em outras, acabou por transcender aquele período e se transformar em fonte de influência para outras gerações. Seria como a consideração de que faz parte da própria instituição militar a participação no âmbito político, uma maneira de enraizar determinada conduta que não estaria dentro de um modelo de Exército profissional.

O Exército brasileiro acabaria por adquirir uma nova característica que seria a intervenção política. Ou então, proporcionaria algum tipo de legitimidade para futuros atores políticos dentro da corporação, já que poderiam evocar algum tipo de papel histórico do Exército para justificar as próprias investidas. Independentemente da forma como seria interpretada, essa origem das intervenções militares acaba por influenciar outras gerações. Nas palavras de Geisel:

Entre nós no Brasil, a vinculação dos militares com a política é tradicional. Isso vem de nossa formação, acho que vem até do Brasil Colônia. [...] Sempre houve militares envolvidos na política, e isso continuou com a República [...] Minha opinião é que, à medida que o tempo passa, essa ingerência vai diluindo e desaparecendo. Tem raízes históricas, mas agora, com a evolução, vai acabar.¹⁰³

¹⁰² SCHULZ, 1994, p.112.

¹⁰³ D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 113.

Ainda na percepção da construção de um discurso de legitimidade do intervencionismo, esse tradicionalismo acaba por desempenhar importante papel, uma vez que demonstra que os militares já haviam participado da política nacional e fora dos meios legais de participação, gerando como que um antecedente justificador, não só das intervenções, como também de um papel autoimbuído desta instituição.

A Escola Superior de Guerra perpetua esse tipo de pensamento, ora, uma Escola que, na teoria, não é uma instituição puramente militar, mas que na prática é gerida e administrada por eles e que discute os problemas nacionais já se trata de um certo tipo de participação política. Claro que dentro de uma legalidade, mas já é uma forma de tentar influenciar e de participar. Há a própria defesa de um papel mais direto das Forças Armadas na formulação da política nacional. Algumas conferências pleiteavam a criação de um Conselho de Segurança Nacional que teria um papel bem mais amplo do que simplesmente discutir a defesa nacional. Na verdade, seria um conselho já formulado dentro do conceito de Segurança Nacional mais amplo, que era defendido pela ESG, no qual grandes áreas como política, economia, psicossocial e militar, para se utilizar da própria divisão da ESG, eram assuntos de segurança. Isto claramente possibilitaria uma maior participação em áreas a que os militares, normalmente, não teriam acesso¹⁰⁴.

Mas não apenas de maneira indireta foi construído o discurso de legitimidade de intervenção política dos militares na ESG. Em algumas conferências houve não uma proposição direta, mas indícios de que uma intervenção, se realizada para o bem geral ou para a manutenção das tradições nacionais, poderia ser aceita. Enfim, não se tratava de um tabu, mas de se pensar em algo parecido com um bem maior que deveria ser mantido e os sacrifícios necessários para tal. O amplo conceito de Segurança Nacional proporcionaria aos militares um autoatribuído poder de análise e de ação que englobaria até a possibilidade de uma intervenção política. Na passagem que se segue de Golbery do Couto e Silva:

¹⁰⁴ Este tema pode ser analisado nas seguintes conferências da ESG: CASTRO, Aguinaldo Caiado de. **A conjuntura nacional** – fatores militares – organização da segurança nacional. C – 32 – 53. Rio de Janeiro: ESG, 1953. FARIAS, Oswaldo Cordeiro de (Gen. Exército). **A segurança nacional no panorama mundial da atualidade**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1961. LEITE, Pedro da Costa (Coronel). **Presidência da República e Conselho de Segurança Nacional**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1950. Entre outros.

Antagonismos dessa ordem poderão manifestar-se e finalmente diluir-se sem que, a qualquer momento, ameacem a paz interna, por muito que produzam a intranquilidade pública, perturbações da ordem, demonstrações turbulentas de massa, golpes terroristas, motins populares e até mesmo quarteladas; outros, entretanto, poderão culminar na subversão armada, na revolução, na guerra civil, em que já se empenhem forças ponderáveis, regulares, irregulares ou improvisadas, em ações mais intensas e prolongadas que quebrem realmente a continuidade da paz. A estes corresponderão, portanto, hipóteses de guerra também.¹⁰⁵

A passagem acima não representa uma clara aceitação do princípio de intervenção de forma, porém defende a hipótese de guerra em situações que possam quebrar com a ordem interna. Essa proposição ligada à percepção de superioridade das Forças Armadas frente aos outros grupos sociais, a visão de incompetência e egoísmo das elites dirigentes civis e ao próprio conhecimento técnico da guerra e da defesa próprio dos militares levam ao entendimento de que as Forças Armadas teriam um poder de ação política. Seriam como uma reserva que atuaria em momentos de necessidade ou falha.

Assim, a ação política do Exército não nasceu junto aos jovens oficiais da década de 1920, que originaram esta cultura política, mas vem de longa data, formando uma espécie de tradição perpetuada em determinados grupos do Exército, ou, pelo menos, evocada e lembrada por eles em situações propícias. Portanto, a política e o Exército no Brasil, principalmente da metade do século XIX em diante, caminharam juntas.

2.2.4 Carcomidos X Ala Moça: formação de grupo e choque de gerações

De maneira geral, então, percebemos que o ser militar já implicava um grande conjunto de distinções que colocava a corporação em vantagem moral, de valores e de conhecimento em relação ao restante dos grupos sociais no Brasil. Mas outro importante aspecto da cultura política dos Padrinhos do Brasil diz respeito à

¹⁰⁵ SILVA, Golbery do Couto. **Planejamento da Segurança Nacional**. 1ª parte. C – 83 – 54. Rio de Janeiro: ESG, 1954, p. 29.

experiência de educação militar e profissional dos primeiros oficiais que fizeram parte dessa cultura política. Compreender os motivos que levam à composição da especificidade da geração aqui pesquisada é de fundamental importância para a definição de alguns traços de identidade e também de ação política dos mesmos. Assim, se já havia certa legitimidade frente aos “paisanos”, a pergunta que buscaremos responder aqui seria a do porquê este grupo, internamente, se sentia mais preparado para a ação e se via de forma diferente, principalmente, em relação aos oficiais de maior patente naquele período.

Os oficiais aqui tratados tiveram sua formação na Escola Militar de Realengo no período que compreende a década de 10 e a década de 20 do século passado, o que por si só já seria um forte elemento de coesão de grupo, capaz de proporcionar características que explicariam algumas ações e pensamentos da cultura política dos Padrinhos do Brasil. A passagem pela Escola de Realengo aconteceu durante um período em que a própria escola e o ensino militar no Brasil como um todo passavam por mudanças e transformações.

No início do século XX o Exército sofreu alterações em sua estrutura de formação de oficiais de modo a melhor adequar e preparar o quadro de oficiais para as funções de comando. Na verdade, tratava-se de um esforço para alterar o perfil extremamente acadêmico e “bacharelesco” que os cadetes da antiga escola da Praia Vermelha tinham para um modelo com formação mais afeita a um perfil profissional. Havia até a intenção de com isso diminuir a participação dos cadetes em assuntos políticos, o que não logrou êxito.

Portanto, os cadetes que fizeram parte da escola naquele momento acabaram por vivenciar um período em que o Exército buscava uma maior modernização de sua estrutura e também uma mudança no perfil dos alunos, que deveriam ser mais bem preparados dentro dos assuntos da guerra e em menor grau nas disciplinas teóricas. Um ensino mais voltado para questões práticas e a profissão do militar.

As mudanças que ocorriam no Exército durante o início do século XX, principalmente aquelas que buscavam uma maior organização e preparo dos militares, gerou um conflito entre os mais jovens, que tiveram uma formação militar

mais rígida e atualizada, já sob efeito da “Missão Indígena¹⁰⁶” e da Missão Militar Francesa¹⁰⁷, e os mais velhos que tiveram outro tipo de formação e atitudes, ainda muito marcados por antigos modelos menos profissionais e táticas e técnicas ainda ligadas ao século XIX. Havia, claramente, uma forte distinção entre a jovem oficialidade que se considerava superior e mais bem preparada para as responsabilidades do comando e os superiores hierárquicos, que eram tratados em sua maioria como ultrapassados.

A disputa em questão não apenas contou com contornos e diferenciações ligadas aos aspectos militares. A jovem oficialidade também passou a imprimir uma diferenciação moral, no qual a incompetência e a idade andariam juntas de forma indissociável. A transformação e modernização, então, não teriam que ser apenas discutidas na sociedade brasileira, mas também dentro do Exército; havia uma urgência por mudanças pregada pelos oficiais mais jovens que acaba por reformar a ideia de modernização. A visão de Geisel demonstra bem a percepção dos jovens naquele momento:

Achávamos que eram ultrapassados, acomodados, burocratas, não reagiam, só queriam usufruir a vida militar sem se engajar, sem se dedicar a ela. Nós generalizávamos, acho que éramos injustos, porque, se muitos realmente se enquadravam neste quadro que estou apresentando, havia muitos outros que, ao contrário, eram bons oficiais.¹⁰⁸

A disputa de gerações levou também à formação de outro traço fundamental no grupo em questão: à noção de uma elite interna do Exército. O melhor preparo e uma formação mais ligada aos aspectos militares acabaram por gerar uma mentalidade, nas primeiras gerações de jovens oficiais que se formaram sob estes novos princípios, de uma sensação de superioridade frente àqueles que estariam enquadrados nos “antigos modelos”.

A importância dessa mentalidade se dá, pois, por serem militares já havia um

¹⁰⁶ A “Missão Indígena”, como ficou conhecida, foi um grupo de instrutores que tinham por incumbência a elaboração de um novo modelo de instrução para os militares brasileiros. Passaram a atuar em 1918.

¹⁰⁷ A Missão Militar Francesa aconteceu em 1924 e buscava a formação de uma mentalidade mais profissional no Exército. Obteve êxito na questão de implantar uma mentalidade mais profissional, mas não conseguiu evitar a ação política dos militares. A Missão Militar Francesa era voltada para os jovens oficiais da época.

¹⁰⁸ D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 45.

sentimento de superioridade com relação à sociedade como um todo, e a partir do momento em que essa superioridade também pudesse ser aplicada aos seus pares eles seriam a elite da elite. Isto lhes proporcionaria uma condição de comando vindo do próprio melhor preparo, mas também passaram a se considerar como os elementos que estariam à frente da maioria dos oficiais do Exército. A jovem oficialidade não trazia apenas o arroubo próprio da juventude, mas também a competência e o pertencimento à linha de frente dessa nova mentalidade militar que se formava, o que os fazia grandes defensores do sistema. Cordeiro de Farias destaca bem o sentimento da época:

Os oficiais formados em 1919 iam para a tropa senhores do que tinham que fazer. Foi um impacto forte, porque chegávamos às unidades com uma formação técnica que nos diferenciava do resto da oficialidade. A “missão Indígena” formava turmas de bem mais de cem oficiais por ano, que iam para a tropa. Eu fui para uma das melhores unidades do Rio. Aquele impacto que sofriam nossos companheiros mandados para fora do Rio nós não tivemos. Mas de qualquer forma tudo começou a mudar. Uma influência renovadora se irradiava dos escalões inferiores para cima, criando-se uma mentalidade mais militar, mais técnica. Nesse sentido, os tenentes de 1919 surgiram como uma elite dentro do Exército, principalmente fora do Rio de Janeiro.¹⁰⁹

Assim, um novo modelo de instrução representou para a cultura política dos Padrinhos do Brasil mais um elemento de pertencimento e que gerou importantes características no grupo, principalmente a sensação de ser uma elite dentro de um conjunto social que já se considerava elite. O que seria um elemento legitimador para a constante ação política e sentimento de diferenciação que se formava. Novamente, o discurso da legitimidade se faz presente e cada vez mais percebe-se que este constructo se torna mais forte e baseado em uma série de premissas diferentes, porém, complementares. Construindo não apenas uma visão política que adotaria o intervencionismo, mas um intervencionismo calcado em uma base e justificado por experiências. Aqui se pode acompanhar o início de outro discurso importante tanto para a Cultura Política dos Padrinhos do Brasil como para a Escola Superior de Guerra: o da modernização.

A modernização do Exército, das Forças Armadas e do próprio país sempre

¹⁰⁹ GUEIROS, 1996, p. 66.

esteve em pauta nas ideias políticas do grupo em questão. Na ESG esse discurso estará representado em seu próprio binômio principal: Segurança e Desenvolvimento.

Para além desta visão de superioridade interna e de um melhor preparo, outros valores foram melhor imbuídos naquela geração que teria influências na sua forma de ver a sociedade e a política. A meritocracia, então, seria um desses valores. O Exército sempre sofreu com a interferência de terceiros que tinham algum tipo de interesse dentro da estrutura de promoções do Exército. Assim, muitos dos elementos tinham uma carreira militar de aparente êxito muito mais por ser ligado a elementos fortes da política da época do que especificamente por merecimento. O Exército era extremamente desorganizado nesse sentido, o que conferia uma estrutura de comando em que não necessariamente o melhor estaria contemplado com funções à altura de sua capacidade.

O aspecto meritocrático marcou em muito a geração do grupo aqui retratado, já que passou a se pautar pela competência e não mais por conchavos externos, o que os levou à formação de um grupo que buscava o destaque e reconhecimento da instituição e de seus pares, a liderança não era formada apenas por questões individuais, mas também pelo desempenho dentro do ofício do militar. Passou-se até a uma maior vigilância daqueles que porventura quisessem tirar algum proveito de contatos com outros escalões ou mesmo elementos externos à corporação. Nas palavras de Geisel:

Na nossa formação a grande preocupação era buscarmos a independência: independência de atitude, independência de ação, não precisarmos de favores... Quando se via um aluno falando com um oficial, sem ser a chamado deste, nós dizíamos: é um “corredor”. Estava fazendo a “corrida” junto a um oficial, estava querendo qualquer coisa, e por isso era malvisto.¹¹⁰

Há que se destacar também que, naquele momento, foram dados os primeiros passos para a construção de um modelo mais meritocrático dentro do Exército, mas muitas práticas clientelísticas ainda continuavam a ser praticadas. Tanto o clientelismo quanto a meritocracia ainda conviveram juntos por um bom

¹¹⁰ D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 38.

tempo. Como atesta Seidl:

No entanto, diferentemente do que poderia ser tomado como uma evolução inequívoca em direção a moldes burocratizados do modelo militar, a sobreposição de esquemas técnico-organizacionais e de um sistema de ensino importados da Europa à estrutura até então fracamente institucionalizada do Exército brasileiro teve como efeito a constituição de uma organização militar *híbrida*. No interior dela, conviviam uma estrutura formal regulamentada por regras escritas – e igualmente objetivada em estabelecimentos de ensino – e mecanismos de regulação pautados por lógicas extrameritocráticas baseadas em recursos como a posse de um capital simbólico associado a atividades militares, uma extensa rede de relações pessoais, a proximidade às esferas burocrática e política etc., passíveis todos eles de reconversão no interior da instituição.¹¹¹

O regime disciplinar também tornou-se mais rígido, nos quais os cadetes passavam por verdadeiras provações físicas, além do estabelecimento de regras de conduta interna bem mais severas. A disciplina, um dos pilares da instituição militar, desempenha função marcante dentro do conjunto de formação dos jovens oficiais.

Logo, todos esses fatores levaram não só à formação de oficiais mais preparados e com maior capacidade de atuação; também contribuíram para conferir distinção a esse grupo tanto interna quanto externamente. Criou-se uma verdadeira incorporação de valores e condutas. Seria o primeiro passo no sentido de se traçar um pertencimento à instituição militar como um todo, mas também ao grupo, que passava por todas essas experiências em conjunto. Em outras palavras, além da criação de um sentimento de distinção externa, também houve um processo de formação de diferenciação e sentimento de superioridade internos, o que até confere certo efeito geracional nos oficiais dessa época e que acabaram por se enveredar no campo da política.

2.2.5 Jovem oficialidade e ação política: o tenentismo como batismo de fogo

¹¹¹ SEIDL, Ernesto. Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais (1850-1930). **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, jun. 2008, p. 199.

O tenentismo é de grande importância para a cultura política dos Padrinhos do Brasil; representa o marco inicial de intervenções no mundo da política e também apontou alguns temas que fizeram parte de certo ideário político do grupo. Algumas dessas ideias acompanharam o grupo por muito tempo. Pode-se dizer que o tenentismo foi um ato que demonstrou toda a insatisfação e inconformismo que os jovens tenentes sentiam no início dos anos de 1920. Muito mais do que isso, as ações de 1922 representaram um verdadeiro marco de origem; muito mais do que seus ganhos ou representatividades materiais, o seu efeito simbólico foi muito mais forte. Assim, o tenentismo serve como símbolo de atividade de um grupo, como fator de atração para outros jovens oficiais da época, e também apontou temas e traços caros a essa cultura política.

O primeiro ponto a se destacar seria um dos temas que foram evocados pelos jovens tenentes e que tiveram certa continuidade no tempo e na visão política destes jovens oficiais. Havia uma preocupação com os rumos que o Brasil tomava e também com a forma com que o país era governado, mas o primeiro ponto que talvez os tenha levado à ação política, ou melhor, o estopim para essa ação foi a percepção de que o Exército estava sendo humilhado ou pelo menos não vinha sendo tratado com o zelo e respeito devidos. Como dito anteriormente, os oficiais do Exército, com maior destaque para a jovem oficialidade, não viam no Exército uma simples profissão, mas sim uma instituição ímpar na sociedade brasileira, de grande valor e essencial para a nacionalidade como um todo. E, mais importante do que isso, eles não só eram membros dessa instituição, seria como se fizessem parte dela, algo amalgamado. Em outras palavras, ofender um grande membro da instituição em si, ou mesmo ofender a instituição, não seria visto como uma ofensa individual ou até mesmo à estrutura, mas a todos. Logo, o que o tenentismo mostra é um verdadeiro asseio em relação ao Exército e tudo o que ele representaria para os seus membros. Um espírito de grupo forte e coeso foi um dos pontos a desencadear a ação política destes jovens oficiais e também um traço característico da cultura política dos Padrinhos do Brasil como um todo. Juarez Távora, em depoimento no seu livro de memórias, demonstra um pouco desse sentimento quando remete aos eventos que antecederam o levante de 1922:

Participei, ativa e conscientemente, do levante militar de 5 de julho de 1922, feito como protesto contra os atos do Presidente Epitácio Pessoa, que considerava ofensiva à dignidade do Exército. Essa instituição nacional – a cujo abrigo pudera concluir meus estudos superiores, e a qual ficara a dever um lugar garantindo para disputa honesta do pão de cada dia, no futuro – merecia um tal sacrifício. Mas, tendo vivido, embora, a angústia crescente dos meses que antecederam o levante, alheei-me das confabulações havidas, dentro ou fora de minha caserna, para a acerto do seu desencadeamento. Não compareci a uma sequer das reuniões do Clube Militar, que o precederam. E, na Escola Militar, onde servia, limitei-me a transmitir a Edmundo de Macedo Soares e Silva, meu colega, aí como instrutor de Engenharia, e a outros companheiros mais graduados, do corpo de Instrutores da Escola, a segurança de minha solidariedade a qualquer atitude de desafronta aos brios do Exército, de que eles participassem.¹¹²

Assim, pode-se dizer que um dos pilares do movimento tenentista e que viria a ser também o dos Padrinhos do Brasil seria a quase inviolabilidade do Exército, ou pelo menos da ideia de Exército concebida por eles. O tenentismo também representa para a cultura política dos Padrinhos do Brasil certa união, ou melhor, eleição de determinados temas que ganharam grande importância entre os jovens oficiais, mas que também foram sendo maturados com o passar do tempo e ganhando outras conotações e traços. Não seria a discussão, propriamente dita, de um projeto político ou mesmo ideias organizadas o bastante para se pensar em uma plataforma de governo ou modelo governamental. A grande inspiração seria justamente a de deixar clara a insatisfação e de buscar algum tipo de resposta ou mudança para as mesmas. Logo, o que se pode perceber é a escolha de determinados problemas e descontentamentos que acabavam por incomodar de forma bastante contundente os tenentes. Seria mais apontar com o que queriam acabar, do que especificamente o que queriam construir. Os próprios membros do grupo perceberam isso e deixaram o registro. Geisel fala um pouco sobre o espírito da década de 1920 e que orientou parte da jovem oficialidade:

Não, não havia um projeto específico, inclusive não tínhamos cultura para isso. Achávamos apenas que a nação tinha que respirar, que ser diferente, tinha que trabalhar mais. Não encarávamos só o problema do ponto de vista do Exército, olhávamos o quadro geral do país, principalmente o político. Achávamos que o país estava acomodado. Era o regime do coronelismo, dos favores recíprocos,

¹¹² TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. 3 v. p. 115-116.

que hoje em dia, infelizmente, ainda existem muito na área política.¹¹³

Mais do que um grande projeto, portanto, o tenentismo demonstra uma grande insatisfação com o modelo sócio-político vigente da época, e passou a apontar aquilo com o que não concordava. Havia muito mais de uma grande coragem e vontade de mudar do que especificamente condições reais, fossem elas da vitória do levante ou mesmo de algum tipo de modelo de governo já pré-concebido. Cordeiro de Farias também falou sobre o tema:

Foi uma explosão de protesto, mas consciente. Havia uma vontade orientada para um objetivo e isso é o que valia. Alguns historiadores alegam que não tínhamos programa. Quem éramos para fazer um programa? Queríamos coisas aparentemente simples: a verdade do voto, maior justiça eleitoral, a quebra do monopólio político de Minas e São Paulo. Não tínhamos nada escrito. Mas nossa pregação sempre foi coerente e parte do que pretendíamos acabamos conseguindo. Ora, ninguém morre como morreram aqueles homens de Copacabana por nada, por pura bravata.¹¹⁴

Dentre os temas escolhidos pelos jovens tenentes cabe destacar pelo menos dois, que foram de vital importância para a cultura política que se formava também: a concepção de que as elites dirigentes contrariavam os anseios nacionais e também do coronelismo, que pode ser considerado como o primeiro grande inimigo dos Padrinhos do Brasil.

O discurso ligado aos anseios nacionais parece um tanto quanto amplo e passível de várias interpretações, mas a ideia é justamente essa. Ao se afirmar tanto que aquilo que os jovens oficiais consideravam errado ou condenável não correspondia aos anseios nacionais, porém, sem apresentar exatamente o que seriam esses anseios, gerava-se a sensação de que apenas aquele grupo conheceria o que seriam esses anseios nacionais e que, portanto, seriam os únicos capazes de percebê-los e realizá-los. Funcionaria como um mito gerado e perpetuado pelo grupo em questão e que, inclusive, chegaria até a ESG, como uma clara influência desse da cultura política. Do ponto de vista prático, funcionaria

¹¹³ D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 46.

¹¹⁴ GUEIROS, 1996, p. 79-80.

como um grande discurso legitimador de intervenção, uma vez que o grupo opositor ou o que fosse considerado errado receberia o rótulo de contrariar os anseios nacionais. A melhor definição a que se poderia chegar seria que os anseios nacionais representariam os interesses dos militares e suas concepções, o que também está muito longe de definir com exatidão o conceito, mas, como dito, essa maleabilidade funcionava muito bem para os propósitos do grupo em questão. Lyra Tavares utiliza deste tipo de discurso nesta passagem:

Na verdade, a Revolução de 1922 viera do clima emocional que, como regra, a Nação passava a viver, durante a campanha sucessória, pelos vícios do sistema eleitoral, precária formação política e falta de amadurecimento cívico para que o voto, esclarecido, consciente e livre, fosse, na realidade, a verdadeira arma do cidadão. Não havia partidos políticos que representassem as autênticas alternativas entre programas formulados, com senso de responsabilidade, para o propósito de promover, não a luta política para a simples conquista do poder, por ambições de grupos, mas a realização dos verdadeiros anseios nacionais.¹¹⁵

O discurso dos verdadeiros anseios nacionais corrobora e se encaixa perfeitamente em outros típicos discursos políticos que o grupo em questão desenvolveu e também foram utilizados pela ESG. O discurso elitista, em que as elites dirigentes não teriam condições e competência para lidar com o poder que detinham e também, até pela forma como tal discurso foi utilizado, a apresentação do grupo como legítimo intérprete desses anseios. Se os grupos civis iriam ou não acreditar nisso, não havia tanto problema, bastava que o próprio grupo tivesse essa crença. Colocar que as elites não compreenderiam reforçava a visão de superioridade e também a necessidade de agir fora das maneiras convencionais ou legais da política; já as intervenções serviriam para mostrar os erros e até corrigi-los em determinados casos. Segundo Lyra Tavares havia até uma visão de mundo e política compartilhada pelos tenentes, mesmo aqueles que não participaram de atos revolucionários e até os que combateram tais ações:

Havia, no conjunto dos tenentes do Exército – os que fizeram, os que acompanharam, os que não fizeram e os que combateram a revolução – uma natural e grande afinidade, fruto dos mesmos

¹¹⁵ TAVARES, 1976, p. 33.

estudos e da mesma compreensão do Brasil, sem embargo das convicções próprias sobre o modo de compreender, mais ou menos rigidamente, o que é dever militar, no quadro de uma Nação ainda despreparada para a prática da democracia, na qual a política militante estava longe de inspirar-se, ressalvadas algumas notáveis exceções, numa noção alta do civismo.¹¹⁶

Em relação ao coronelismo e ao combate das oligarquias, que segundo os jovens tenentes eram um grande atraso para o país como um todo, o interessante não é notar o discurso específico contra este sistema de organização política nacional, mas notar como foi construída a noção de que eles eram os verdadeiros inimigos da Pátria, aqueles que estariam barrando o desenvolvimento nacional. Aqui se destaca um discurso político que vai ser amplamente utilizado pelos jovens tenentes: o de inimigos da nação ou das Forças Armadas. Assim, o problema não seria o coronelismo, as oligarquias, como também não seria o comunismo momentos depois. Mas quase que uma necessidade de se ter algum tipo de antagonismo a se combater. A legitimidade de ação da cultura política dos Padrinhos do Brasil também se basearia na afirmação de algum tipo de inimigo a ser combatido. E as primeiras ações intervencionistas tinham na política oligárquica esse antagonismo. Juracy Magalhães comenta sobre o assunto:

Seus atos rebeldes pretendiam acabar com as fraudes nas eleições e o autoritarismo das velhas oligarquias que se eternizavam no poder, nomeando governos entre si, através de sistemas de sufrágios manipulados em atas falsas, as chamadas apurações a bico-de-pena. Os tenentes queriam estabelecer no Brasil uma democracia comparável à dos Estados Unidos, onde os direitos do cidadão eram respeitados e a prosperidade estava ao alcance de qualquer trabalhador.¹¹⁷

As questões do antagonismo, inconformismo e busca de legitimidade de ação política também podem ser vistas na seguinte passagem de Cordeiro de Farias, em que ele se lembra da derrota de Nilo Peçanha para a presidência da República:

¹¹⁶ TAVARES, 1976, p. 71.

¹¹⁷ GUEIROS, 1996, p. 42-43.

Pessoalmente, eu senti frustrados os meus propósitos de participar da política pelas vias normais, através do processo eleitoral e do voto. Os militares se sentiram muito mal. A oficialidade jovem, como eu, ficou inconformada com a derrota, mais uma vez fruto dos velhos arranjos da política oligárquica. Concluimos que a situação precisava mudar.¹¹⁸

Assim, o discurso de inimigo, ou um princípio de ação política ligada à noção de amigo/inimigo¹¹⁹, não foi uma criação da ESG, mas já fazia parte de um modo de ação político, que não seria exclusivo da cultura política dos Padrinhos do Brasil, mas também deles. Note-se apenas a importância quase que fundamental em se ter o tal inimigo, como maneira de legitimar determinadas ações políticas e como esse inimigo pode variar com determinado momento histórico. Vide o combate ao comunismo.

Toda cultura política acaba por formar uma série de símbolos que ajudam a definir o grupo e também contribuem para fundar elementos de coesão interna. E um dos maiores símbolos desta cultura política seria justamente o levante dos 18 do Forte de Copacabana em julho de 1922. As representações são muitas e casam muito bem com vários dos valores que a cultura política adotaria, tais como iniciativa, liderança, busca por transformação e bravura. Um grupo que tem na intervenção uma de suas formas de ação política tem nesse levante o seu mais completo símbolo idealizado, em que um conjunto de homens veio a morrer mantendo suas convicções e ideias. As palavras de Juracy Magalhães são bastante representativas:

Assim ingressamos na Escola Militar de Realengo um ano após o famoso levante dos dezoito do Forte de Copacabana. Nesse tempo, sob o duro governo de Artur Bernardes, que sucedera a Epitácio Pessoa, os alunos eram aconselhados a absterem-se de fazer comentários a respeito da heroica rebelião em que haviam tomado parte os tenentes Eduardo Gomes, Siqueira Campos, Mário Carpenter, Newton Prado e outros bravos como o civil Otávio Correia. Só à noite, no recesso dos alojamentos, os feitos dos Dezoito do Forte eram lembrados em voz baixa com grande emoção.¹²⁰

¹¹⁸ CAMARGO; GOES, 1981, p. 71.

¹¹⁹ Para mais informações sobre a teoria de amigo/inimigo ler: SCHMITT, Carl. **O conceito de político**. Petrópolis: Vozes, 1992.

¹²⁰ GUEIROS, 1996, p. 56.

E nas palavras de Juracy Magalhães também se pode perceber outro efeito do levante dos 18 do Forte de Copacabana: o de inspiração de outros oficiais que não participaram e também das gerações mais jovens que se sentiam compelidas a participar desse tipo de ação. Assim, houve um efeito propagandístico da causa dos jovens tenentes e também um princípio de atração.

A Escola Superior de Guerra dialogaria e seria influenciada por vários desses elementos constituintes da cultura política dos Padrinhos do Brasil. Dentro do discurso dos verdadeiros anseios nacionais, a ESG acaba por ser idealizada como a instituição capaz não só de perceber esses anseios, como ser a digna herdeira e responsável pela tutela dos mesmos. Volta-se para a ESG como a institucionalização do pensamento político do grupo aqui analisado, uma vez que lá seria o local privilegiado, justamente para que se pudesse discutir e definir o que seriam os anseios nacionais. Já se percebe um processo de maturação política dessa cultura política, já que não deixariam o conceito de anseios nacionais tão aberto. Buscou-se até defini-lo¹²¹, o que conferiria maior legitimidade. Mas de maneira alguma fechá-lo, devido a sua possibilidade prática e, cada vez mais, transformar a ESG como o grande local de definição desses anseios. Um dos que discursou sobre o papel que a ESG teve nesse sentido foi Café Filho:

Para essa obra de renovação espiritual e material, a Escola Superior de Guerra, que é hoje o maior centro de altos estudos, de debates e de investigação do país, está fadada a desempenhar um papel fundamental e decisivo. O curso de altos estudos que aqui se ministra possui o mérito de conciliar a especialização com as ideias gerais, num propósito a que não falta o sopro de um patriotismo de novo estilo, exercido num sentido prático e objetivo. Tem assim, as elites brasileiras, através de sucessivas turmas que frequentam este estabelecimento, a oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos, num saudável clima de convívio entre civis e militares, capaz de produzir efeitos psicológicos da maior importância, o sentido de um espírito de maior unidade nas classes dirigentes, estou convencido de que se as forças vivas do país quiserem levar a cabo a grande revolução de mentalidade, de que o Brasil tanto precisa, a sua bandeira poderá ser desfraldada por esta Escola Superior de Guerra¹²².

¹²¹ Havia uma conferência anual que se chamava *Aspirações e interesses nacionais*.

¹²² CAFÉ FILHO, João (Vice-Presidente). **Conjuntura Nacional** – Instituições políticas. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954, p. 25.

No caso da crítica às elites dirigentes, que seriam incompetentes, abre uma grande área para crítica e legitimação de ações políticas, mas também apontaria caminhos para o papel da ESG, no caso, ampliar a visão destas elites e mostrar-lhes o que seriam os verdadeiros anseios nacionais, ou seja, a ESG como o local privilegiado para essas elites aprenderem o que seriam tais anseios e a forma de percebê-los. Na verdade, uma forma de cooptação para se conseguir, se não um apoio político, um conjunto de pessoas em postos-chave que poderiam agir de acordo com a convicção do grupo e da ESG. Não mais apenas a instituição no sentido de se pensar o Brasil, mas um local em que fosse capaz de (re)formar aquelas elites e indicar-lhes os caminhos corretos que deveriam ser seguidos. Assim, o discurso, advindo de longa data, de crítica às elites também se consubstancia em uma forma de dotá-las dos instrumentos corretos para interpretação e ação nacional. Em algumas das conferências proferidas na ESG houve a proposição de que os civis deveriam passar por uma série de preparações, tal como os militares teriam as suas várias escolas de formação para poderem exercer funções de maior responsabilidade. Não há citação da ESG como uma destas escolas pelas quais os civis deveriam passar, mas, em uma conferência proferida na própria ESG, sugerindo uma melhor preparação dos civis, fica implícita a sua colocação como um desses locais. Nas palavras de Wagner Estellita Campos:

Outro problema que não pode ficar à margem dos reformadores de nossa máquina administrativa é o de formação de chefes e da conseqüente fixação de critérios mais racionais e menos empíricos que presidam à constituição das linhas de comando.

O problema, na administração civil, salta aos olhos. Na administração militar, além de os diversos postos da hierarquia significarem também gradação de atribuições e responsabilidades, o acesso aos escalões superiores de chefia – definidos no Generalato – exige conhecimentos hauridos em Escolas Superiores, de formação técnica mais extensa e de aquisição de cultura geral: As Escolas de Estado Maior, as Escolas Técnicas etc.

Na administração civil, onde o preenchimento dos postos de chefia, dos mais modestos aos mais elevados se processa sem quaisquer exigências do mesmo tipo, seria também o caso de adotar-se orientação semelhante, claro que observadas as peculiaridades do funcionalismo civil.¹²³

¹²³ CAMPOS, Wagner Estellita. **A conjuntura Nacional** – Problemas particulares (de base política) racionalização administrativa do Brasil. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1953, p. 51-52.

A ESG também adotou o discurso político de se ter um inimigo. Pela conjuntura internacional da época e também por um histórico das próprias Forças Armadas, o comunismo era o inimigo da ESG no recorte aqui adotado. Como simples exemplo podem-se citar as palavras de João Leite, que além de alertar e mostrar que o comunismo era o inimigo a ser combatido, também faz uma crítica às elites dirigentes nacionais e à perigosa união desses dois fatores:

É da mais alta importância notar, porém, que o requisito específico por excelência do instante revolucionário que autoriza o assalto de poder, é a incapacidade das elites dirigentes, e dos seus representantes políticos, para governar, achando uma saída para a crise. Isto foi o que se deu na Rússia. Isto foi o que se deu na China.¹²⁴

E a própria valorização da ação do Forte de Copacabana em 1922 também foi lembrada com orgulho por membros da ESG. Há que se destacar que se tratava da passagem de comando de Cordeiro de Farias para Juarez Távora. Mesmo sendo dois membros intimamente ligados àquele evento, e que talvez fosse muito mais um símbolo para eles do que para a Escola Superior de Guerra, é interessante notar que o momento foi lembrado e exaltado em uma solenidade oficial grandiosa: a passagem de comando da ESG. Assim, por mais que fique a impressão de uma homenagem mais individualista do que institucional, não se pode negar a sua força e representatividade em uma situação como a descrita. E não só houve a lembrança de 1922, mas também uma exultação da figura de Juarez Távora como uma pessoa que viveu os “sonhos de 1922”. Ora, unicamente essa passagem não pode ser evocada como prova cabal da ligação entre a cultura política dos Padrinhos do Brasil e a ESG, mas se trata de um forte indício, principalmente se relacionado a outros fatores aqui argumentados nesse capítulo. Não deixa, porém, de ser no mínimo instigante o fato de que dois membros de destaque sejam os dois primeiros comandantes da ESG, e ao passar o comando de um para outro haja a lembrança de um momento de forte apelo simbólico para ambos e para a cultura política. Nas palavras de Cordeiro de Farias:

¹²⁴ LEITE FILHO, João Baptista Barreto (jornalista). **Estratégia e tática do comunismo**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954, p. 21.

Outro, a satisfação de entregarmos sua Chefia a uma personalidade marcante, como Vossa Excelência, General Juarez Távora. É que, para nós, Vossa Excelência é velho e querido amigo de Escola Militar, o companheiro dos mesmos sonhos de 1922, 24 e 30, o lutador de todas as épocas, a administrador dinâmico e eficiente e o profundo conhecedor dos problemas e da terra brasileiros. Transferir-lhe, portanto, o Comando da ESG é, antes de tudo, enobrecê-la, honrá-la e torná-la mais capaz de atingir os nobres objetivos para que foi criada.¹²⁵

2.2.6 Coluna Prestes: conhecendo o Brasil e formando homens

A Coluna Miguel Costa-Prestes, mais conhecida como Coluna Prestes, ocorreu entre 1925 e 1927 e também obteve a participação de importantes nomes ligados à cultura política dos Padrinhos do Brasil, tais como Juarez Távora e Cordeiro de Farias. A Coluna Prestes, que praticamente foi fruto da malfadada revolta de 1924, consistiu em uma enorme jornada pelo interior brasileiro e que somente acabou com o exílio no exterior de seus membros. Assim, pode ser entendida como um símbolo para a cultura política dos Padrinhos do Brasil, já que se trata de uma grande mostra de coragem e bravura pelos seus participantes. Mas, efetivamente, tem uma influência muito maior, dentro da formação do ideário político do grupo e de seu princípio de identificação em três grandes pontos: aumento da confiança e reforçando o espírito de grupo; reconhecer a realidade brasileira *in loco*, desenvolvendo o discurso político de se conhecer o Brasil; e também a formação de lideranças ainda jovens.

Um dos pilares de funcionamento do sistema militar, além da hierarquia, é justamente a disciplina, ou seja, a capacidade que um determinado elemento tem para cumprir uma determinada missão ou ordem, ou mesmo morrer tentando se necessário for. Pensando em uma situação de guerra, tal sistema faz com que se tenha confiança naquele que está ao seu lado, e que se saiba que todos fariam o máximo para alcançar o seu objetivo. Um único agrupamento que se recusar a

¹²⁵ FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. **Discurso do general Oswaldo Cordeiro de Farias**, por ocasião da passagem do comando da ESG ao general-de-divisão Juarez do Nascimento Fernandes Távora. Rio de Janeiro: ESG, 1952. p.1.

cumprir ordens leva todo o sistema ao colapso. Assim, pelo próprio exercício militar já se cria um elo muito forte entre os seus elementos que dificilmente ter-se-ia em outras categorias sociais.

Em uma real situação de batalha tais relações e laços tornam-se mais estreitos ainda, pois não se trata de um treinamento, mas de uma experiência verídica em que se perdem pessoas conhecidas, além da privação e dificuldades inerentes a uma batalha. Em outras palavras, a Coluna Prestes reforçou ainda mais os laços entre aqueles elementos e fez com que se desenvolvesse uma maior afeição entre eles.

Para além da maior união provocada pela situação em si, havia também outro tipo de elo ainda mais importante. Principalmente para os seus comandantes, as batalhas e objetivos da Coluna ligavam-se às suas ideias políticas e à grande ambição de alterar os rumos da sociedade brasileira. A união entre eles era reforçada por um sentimento de responsabilidade pelo país e pela conclusão da impossibilidade de se ficar acomodado, sem nenhuma ação em vista do quadro político da época. Eram guiados pela vontade de interferir nos assuntos nacionais. Segundo Cordeiro de Farias:

Foi esse espírito que fez a Coluna. Um espírito de camaradagem e idealismo. Nós tínhamos um ideal a respeito do Brasil, uma vontade de mudar as coisas. Não quero dizer que a minha geração tenha sido mais pura ou mais patriótica do que as que se seguiram. A verdade, porém, é que hoje os ideais são outros. Na minha época havia um despertar de consciência, uma ideia de transformar os destinos do país.¹²⁶

O segundo ponto se referiria a conhecer o Brasil, que desenvolveu mais um discurso político que seria muito forte para a cultura política em questão. Esse discurso de conhecer o Brasil como um todo, em suas especificidades, já era utilizado pelo Exército, por se considerar uma instituição nacional, e mais importante do que isso, por estar presente no país como um todo. A Coluna Prestes, então, reforçou um sentimento que já existia e o tornou mais forte naqueles jovens oficiais, que, cada vez mais, se sentiam mais responsáveis e, portanto, mais legítimos a

¹²⁶ CAMARGO; GOES, 1981, p 124-125.

atuar pela terra e povo que cada vez conheciam mais. A Coluna Prestes possibilitou que os jovens oficiais passassem a desenvolver um entendimento sobre o Brasil, ou supunham ter este conhecimento, que levava à constatação de que seriam mais responsáveis por aquela terra e aquele povo. Seria como se ganhassem uma grande responsabilidade por conhecerem de perto a realidade de várias pessoas e nas mais diversas regiões e situações, o que leva a um sentimento quase de posse: ‘eu posso falar sobre este povo ou região, pois os conheço de perto’, seria essa a percepção daqueles que fizeram parte da coluna. Como bem destaca Cordeiro de Farias:

A Coluna foi um desafio extraordinário, que nos roubou os prazeres naturais da juventude, fazendo-nos prematuramente adultos. Mas se ela nos fez velhos antes do tempo, deu-nos também uma visão geral do país. Imaginem o que significou, naquela época e em condições tão precárias, percorrer o Brasil interior, sentir o cerne desta nossa terra. Hoje, ninguém pode avaliar com precisão o que representou aquela experiência: para nós, não se tratava apenas de fazer um protesto político; éramos também movidos pelo impulso de conhecer o país.¹²⁷

Cada vez mais entre eles, então, passava a se desenvolver um sentimento de cuidado e responsabilidade para com o Brasil. Como uma terra de um povo bom, mas que não estava preparado para decidir sobre seus próprios rumos ou mesmo tivesse maturidade para isto, era necessário alguém que olhasse por eles e que lhes indicasse o caminho, e juntamente a este ponto, também passou-se a constatar a ineficiência, ou mesmo descaso, das elites políticas que governavam aquele povo, que cada vez mais eram vistas como incompetentes pelos jovens oficiais. Outros meios ou soluções deveriam ser propostos, como disse Juarez Távora: *“Efetivamente: essa massa nem possui a capacidade intrínseca para exercer diretamente o governo de si mesma, nem dispõe, entre nós, de discernimento bastante para eleger, com consciência, mandatários capazes de governá-la com sabedoria”*¹²⁸

Tomar consciência e conscientizar, conhecer o Brasil em suas singularidades,

¹²⁷ CAMARGO; GOES, 1981, p 93.

¹²⁸ TÁVORA, 1973, p. 361.

eis as consequências para os participantes da Coluna Prestes, o que cada vez mais levava aos seus elementos um verdadeiro sentimento de comando, posse e necessidade de transformação. Mais do que isso, o total abandono de se chegar a estas mudanças por vias legais, aproximavam-se os conceitos de revolução e a legitimidade que ganhavam a cada dia pelo seu envolvimento com as coisas do Brasil e seu povo. Alguém teria que cuidar daquele país.

Não se pode esquecer também do papel que a Coluna Prestes desempenhou na formação de lideranças, ou mesmo no reforço de antigas lideranças, o que foi de grande valia para o grupo da Coluna Prestes. E também na geração de líderes de destaque que serviriam como símbolos e pessoas de atração frente a outros, como que o nascimento de uma aura de inviolabilidade em torno de alguns membros que teriam mais destaque e até importância no contexto da cultura política dos Padrinhos do Brasil. Além de um amadurecimento nas funções militares que os jovens oficiais envolvidos com a Coluna passaram a ter, também houve um crescimento muito grande no sentimento de responsabilidade com uma série de soldados ou voluntários nas fileiras da Coluna Prestes que eles consideravam como os homens de sua tropa. Foi uma experiência, portanto, colaborativa para o aumento de um potencial de liderança, mas, muito mais, faz com que estes jovens oficiais se sintam mais senhores de si e com um moral, no sentido militar, bastante elevado. Ainda mais se se considerar que a Coluna Prestes foi um empreendimento bem-sucedido. Em outras palavras, para efeito político, o espírito de liderança que foi aprimorado aumentaria ainda mais o sentimento de superioridade em relação aos outros grupos civis e também junto aos militares, uma vez que a maioria dos oficiais na mesma faixa etária dos participantes da Coluna Prestes nunca teve uma experiência prática como aquela. Assim, ressalta este discurso político da superioridade e o que confere uma maior autoatribuída legitimidade de ação. Cordeiro de Farias ressalta bem essa experiência de passar a exercer, ainda que muito jovens, um posto de importância e liderança:

Nós, os que tivemos a ventura e o privilégio de comandar tropas na Coluna por quase três anos, adquirimos uma experiência muito grande. Ainda crianças – e vocês que não digo isso por vaidade pessoal – criamos uma liderança. Éramos homens de pouco mais de 20 anos e fizemos um enorme barulho no país, mesmo debaixo de fogo do Exército, das polícias estaduais, de jagunços e de todas

aquelas tropas dos políticos regionais. E pela experiência, por necessidade, criamos o hábito de combater conforme as circunstâncias. Isso nos deu uma experiência verdadeiramente extraordinária.¹²⁹

Sendo assim, o que se percebe é que as experiências pelas quais os membros que formavam a cultura política dos Padrinhos do Brasil iam passando criavam discursos políticos que se adequavam aos anseios e interesses do próprio grupo ou reforçavam antigos, fortalecendo cada vez mais a própria cultura política em questão. E, para além desse fortalecimento, também acabaram por influenciar ou amadurecer certos discursos políticos que depois seriam identificados na Escola Superior de Guerra. Em relação à Coluna Prestes, a maior influência que foi levada para a ESG foi o discurso político de se conhecer o Brasil. Em vários dos textos e conferências da ESG se destaca que as elites dirigentes do país não conhecem o Brasil em nenhum de seus aspectos, seja geográfico, populacional ou mesmo cultural. Haveria assim, uma necessidade de a elite conhecer o Brasil para que pudesse melhor governá-lo, como parte do processo de melhor interpretação dos anseios do Brasil. A ESG se colocaria como o local ideal para a tutela dessas elites no conhecimento do Brasil; seria como a instituição capaz de suprir essa lacuna. Há inclusive o destaque dos motivos para a necessidade de se conhecer o país e, assim, ter mais responsabilidade sobre ele. A passagem a seguir demonstra um pouco dos conhecimentos que seriam necessários a todos:

É também importante consignar-se que a boa orientação dos procedimentos a serem observados nessa preparação não dispensa um estudo atento dos ensinamentos da História Nacional, pois que daí resultará o conhecimento de erros já cometidos ou de falhas evitáveis tendentes espontaneamente a se reproduzirem, se não forem judiciosamente prevenidas. Tal estudo dá ainda percepção, se assim podemos dizer, das predisposições anímicas da nacionalidade, as quais serão a estimular ou a neutralizar, mesmo a reprimir, conforme as peculiaridades que apresentem.¹³⁰

¹²⁹ CAMARGO; GOES, 1981, p. 181.

¹³⁰ MAGALHÃES, João Batista (Coronel). **Guerra Total**: noções relativas à direção política da Guerra. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1951, p. 20-21.

2.2.7 Revolução de 1930: os tenentes chegam ao poder

A Revolução de 1930 e a chegada de Vargas ao poder é o primeiro momento em que alguns dos elementos mais ligados à formação da cultura política dos Padrinhos do Brasil assumiram uma posição de comando dentro da política nacional e, portanto, tiveram um contato direto com a questão da administração pública e com o funcionamento da máquina de governo e a burocracia envolvida. Não cabe aqui destacar se a participação de muitos desses elementos se deu como um plano de Getúlio para a cooptação destes oficiais, que já tinham dado mostra do seu poder desestabilizador da ordem interna, ou pela confiança na capacidade de governar que lhes fora atribuída. É interessante notar que muitos assumiram interventorias nos mais variados locais do Brasil e puderam impor um tipo de ação governamental própria.

As interventorias deixam bem claro que ainda não havia um projeto político por parte dos militares que vieram a exercer funções administrativas públicas, mas sim uma grande vontade de participação e de dar início ao que seria um momento de ordenação e modernização nacional. Assim, não havia um planejamento ou uma administração pública uniforme que guiasse todos os oficiais interventores, o que não quer dizer que não havia propósitos e vontades políticas análogas. Havia componentes em comum no grupo que levavam a um determinado tipo de ação ou posicionamento político. A análise das memórias de alguns agentes da época sobre suas próprias interventorias nos leva a perceber alguns pontos em comum que denotam o sentimento de pertencimento a um determinado grupo, que seriam o reconhecimento entre eles, um padrão moral e de atitudes a ser mantido e a busca por estabelecer um tipo de ordenamento nos locais em que atuaram.

O mais interessante a ser notado é um reconhecimento de grupo que passaria a ser muito forte entre eles e até a gerar um determinado tipo de distinção e diferenciação. Seriam os revolucionários, aqueles que teriam a coragem e a obstinação de participar e intervir na política nacional desde que considerassem que os rumos da nação não eram os desejáveis. Passaram a entender a participação política não como um cidadão qualquer que busca uma atuação política em prol do bem do país, mas como uma obrigação de quem recebeu uma missão do mais

importante gabarito, uma missão autoimbuída: eles deveriam manter o país dentro do desenvolvimento e da ordem, obviamente com toda a subjetividade possível do que eles entendiam por ordem e desenvolvimento. Nas palavras de Juarez Távora: *“A luta não se travou em torno de pessoas, mas de determinadas normas governamentais, consideradas atentatórias aos legítimos interesses do país.”*¹³¹

Havia uma clara percepção daqueles que estavam conscientes da missão e a aceitavam criando um círculo de oficiais que, mesmo não possuindo uma concepção política idêntica entre eles, aliás havia muitas divergências, concordavam em pontos básicos e mantinham a premissa da participação quando necessário fosse. Em outras palavras, o grupo não possuía uma formatação exata dos seus interesses e a maneira de atingi-los, mas compartilhavam de um sentimento de responsabilidade e um conjunto de atitudes que deveriam manter e que eram, justamente, os mais sólidos elementos identitários entre eles e o que deveria ser passado para outras gerações de oficiais. Segundo Geisel:

No entanto, o militar não deixa de ser um cidadão e, individualmente, tem o direito de ter pensamento político. Não deve, é claro, prevalecer-se da força que a nação lhe confiou para atender sua posição política, que é necessariamente individual. Contudo, em ocasiões de crise, quando o país está ameaçado por graves dissensões internas, fomentadas por dirigentes políticos que se desviam de seu encargo de conduzir o país a realização das aspirações nacionais e utilizam o poder para satisfazer seus interesses e ambições pessoais e de seus apaniguados, a nação fica em perigo, e os militares, em conjunto, poderão ter que atuar com suas forças para afastar drasticamente o perigo manifesto.¹³²

As interventorias deixaram isto mais claro, pois não importava onde estivessem, o importante era a revolução, ou que o seu espírito estivesse presente nos mais variados locais. Da mesma forma que não se pode padronizar as ações dos mais variados interventores dentro de um modelo político comum entre eles, não se pode negar a vontade política dos mesmos. Foram-se construindo os laços de identificação e da própria importância de cada um dentro desse processo de formação e estruturação desta cultura política. A visão de Geisel sobre Távora demonstra esta perspectiva:

¹³¹ TÁVORA, 1973, p. 338.

¹³² D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 111.

O homem do Nordeste era o Juarez, o “vice-rei do Norte”. Eu o tinha conhecido antes da Revolução de 30, numa época em que ele tinha conspirado, refugiado. [...] Juarez era para nós uma figura extraordinária. Era o chefe da revolução no Nordeste, e era ele quem escolhia os interventores, quem fazia as indicações ao Getúlio.¹³³

Para além disto, a cultura política dos Padrinhos do Brasil pressupunha que seus elementos cumprissem com algumas condutas morais e ações, fossem coniventes com o espírito de identificação que se formava entre eles. A administração pública pôs à prova alguns desses preceitos, que passam pela questão da competência, probidade pública e rigor governamental. O bom soldado deveria ser transplantado para o bom administrador público, a organização e a disciplina deveriam ser elementos sempre presentes. Seria uma maneira de criar um invólucro de proteção e deixar claro que eram diferentes daqueles que ocuparam o poder até então; a participação em conchavos de poder seria deplorável para o grupo. Ia-se formando o perfil do revolucionário à frente do poder. Nas palavras de Geisel:

Ao chegar ao Rio Grande do Norte, me desentendi com o Aluísio, por problemas administrativos do estado. Sua orientação no governo e seu próprio procedimento não eram corretos, não eram próprios de um revolucionário. Fazia favores por influência militar e de velhos amigos, com as prerrogativas do governo do estado. Não tinha gabarito, era medíocre.¹³⁴

As interventorias então já dão um caráter mais marcante da atuação política dos vigilantes do Brasil e dos pressupostos que teriam consigo durante a sua vida pública, demonstrando que naquele momento era muito mais um conjunto de princípios e posicionamentos que gerava a identificação dessa cultura política do que efetivamente um elaborado modelo de governo.

A Revolução de 1930 também representou para aqueles que não participaram dos movimentos de 1922 e 1924 uma oportunidade de participação em uma grande ação política, que implicou a própria queda do antigo modelo vigente. Logo, 1930

¹³³ D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 53.

¹³⁴ Ibid., p. 54-55.

representou também um rito de passagem para vários outros elementos que puderam mostrar sua disposição e comprometimento com os ideais dos antigos tenentes de 1922. Seria a manutenção de um espírito identitário que passaria pela aceitação de que eram responsáveis pelo Brasil e que deveriam manter esta postura. Portanto, a Revolução de 1930 seria outro grande marco simbólico da cultura política dos vigilantes do Brasil.

A Revolução de 1930 representou uma série de situações de grande importância para a cultura política do Padrinhos do Brasil, tais como a relação direta dos tenentes com a política e os problemas relativos a ela, a participação direta de uma geração de militares posterior às revoltas tenentistas, mas ainda assim influenciada por elas, e o alargamento das visões sobre a máquina administrativa e burocrática brasileira. Um dos pontos mais interessantes a se destacar seria a visão moral preta de um espírito de superioridade, em que um bom soldado deveria ser um bom político, como que se uma coisa estivesse atrelada à outra. O que apenas reflete e mostra a autoatribuída responsabilidade e superioridade do grupo.

2.2.8 Um inimigo para se combater: 1935 e o comunismo no pensamento político do Exército

O comunismo, ou melhor, o anticomunismo no Brasil não pode ser tratado como uma parte da cultura política dos Padrinhos do Brasil, mas sim como uma cultura política própria que acaba por influenciar de forma decisiva a cultura política dos Padrinhos do Brasil. Ela teria sua formação e especificidades próprias na sociedade brasileira, como destaca o historiador Rodrigo Patto Sá Motta:

Criaram-se, assim, bases para o estabelecimento de uma sólida tradição anticomunista na sociedade brasileira, reproduzida ao longo de décadas seguintes através da ação do Estado, de organismos sociais e mesmo de indivíduos, cujo zelo militante levou à constituição de um conjunto de representações sobre o comunismo, um verdadeiro imaginário anticomunista.¹³⁵

¹³⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002, p. XXII.

Mas o anticomunismo brasileiro tinha uma vertigem militar bastante forte devido à Intentona Comunista. Em 1935 aconteceu uma tentativa de golpe político comunista que ficou conhecido como a Intentona Comunista¹³⁶, que partia da ideia de sublevação de alguns quartéis espalhados em pontos estratégicos do Brasil como o primeiro passo das ações políticas rumo ao poder. A tentativa de golpe foi arquitetado por Carlos Prestes, antigo oficial do exército e também ligado à Coluna Prestes, que aderiu ao comunismo, o que acabou por gerar ainda mais indignação no Exército. A maior revolta se deu pelo fato de que alguns oficiais e soldados teriam sido mortos ainda dormindo ou sem capacidade de se defender, além de ser um claro atentado à ordem, hierarquia e disciplina, bases da instituição militar. O comunismo, então, ficou marcado no Exército como uma ideologia que deveria ser combatida, nas palavras de Celso Castro: “A frustrada revolta comunista de novembro de 35 foi um evento-chave que desencadeou um processo de institucionalização da ideologia anticomunista no interior das Forças Armadas.”¹³⁷

Assim, o ano de 1935 acaba por ser um marco para o Exército que simbolizaria justamente os perigos que o comunismo poderia representar para as próprias Forças Armadas e para o Brasil como um todo; funcionaria como um eterno lembrete daqueles que foram mortos em traição pela astúcia e maquinações do comunismo. Pelo menos esta é a memória oficial propagada pelo Exército. O comunismo passa a ser encarado como um elemento externo da sociedade brasileira que não poderia ser deixado de lado e deveria ser combatido.

O grupo ora aqui pesquisado também foi afetado pelos eventos de 1935 e passou a ter o comunismo como um dos piores inimigos da sociedade brasileira. O depoimento de Geisel deixa bem claro esse posicionamento:

O clima interno é favorável à doutrina porque ela oferece o céu e a terra e muito mais. É uma utopia que, para o sujeito descontente e sofredor, ou para o sujeito desligado da realidade, para o sonhador, é considerada possível. É uma utopia principalmente porque não considera as peculiaridades da natureza humana, que fazem do homem um eterno insatisfeito querendo sempre mais e, na generalidade das situações, não levando em conta o bem dos seus semelhantes. Muitos não pensavam assim e se deixaram levar pela

¹³⁶ Sobre a maneira como foi construída a memória sobre 1935 e a Intentona Comunista ver também: MOTTA, , 2002.

¹³⁷ CASTRO, Celso. **A invenção do Exército**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 49.

doutrina comunista, aparentemente igualitária. Outros foram comunistas por recalques, por insucessos da vida, por frustrações. Quando o comunista está convencido do acerto da sua doutrina, não há ninguém que o convença do contrário. É uma doença incurável.¹³⁸

O anticomunismo exemplifica bem uma das principais características da cultura política dos Vigilantes do Brasil, que é a busca e identificação de possíveis inimigos ou antagonistas do Estado brasileiro e, conseqüentemente, das Forças Armadas nacionais. E pelas próprias definições e características do comunismo acabou-se por elegê-lo como um dos inimigos de maior periculosidade, além de a vitória do comunismo representar o Estado, ou seja, a Pátria e toda a sua simbologia nas mãos de pessoas indignas de seu comando. Retoma-se aqui o discurso político do inimigo ou de antagonismos, tão necessário para a própria manutenção da cultura política dos Padrinhos do Brasil, uma vez que as intervenções políticas e a própria legitimidade junto à opinião pública vinham da exposição e da crítica a esses inimigos. Assim, não necessariamente o comunismo, mas um inimigo seria necessário para justificar muitas das atitudes tomadas pelo grupo. Muito mais do que um discurso político próprio dessa cultura política, o comunismo se encaixou muito bem no papel de inimigo tão necessário para o seu modelo de ação política.

A Escola Superior de Guerra também manteve o discurso político da necessidade de um inimigo; aliás, foi além. Dentro da sua busca pela elaboração de uma Doutrina de Segurança Nacional (DSN) acabou por eleger o comunismo como principal inimigo da Nação e contribuiu de forma decisiva para o anticomunismo brasileiro. A ESG ajudou a construir e manter um inimigo para as Forças Armadas e para o Brasil e, conseqüentemente, a necessidade de um estado de alerta frente a este perigo. Oliveiros Ferreira, em artigo sobre a ESG, já destacou esse tipo de prática política da instituição:

Não se trata de uma doutrina especificamente anticomunista; estamos diante da mais acabada, ainda que prenhe de contradições, teoria da defesa do *status quo* estatal – e grifaria o estatal para com isso significar que se fosse outra a conjuntura internacional, outro seria o inimigo.¹³⁹

¹³⁸ D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 145-146.

¹³⁹ FERREIRA, Oliveiros. A Escola Superior de Guerra no quadro do pensamento político brasileiro. In: CRIPPA, Adolpho (Org.). **As ideias políticas no Brasil**. São Paulo: Convívio, 1979, vol. II, p. 283.

Em uma conferência proferida na ESG pelo general Golbery do Couto e Silva, há uma clara definição do comunismo como um mal a ser combatido:

Ao contrário, cabe incluir os antagonismos ligados à atuação de grupos importantes, tanto ilegais como aparentemente legítimos, que revolucionariamente se proponham a mudança do regime – os partidos comunistas nas democracias de hoje, por exemplo, tanto quanto uma organização clandestina de ideologia democrática nos Estados soviéticos – o irredentismo de minorias linguísticas ou étnicas, as aspirações separatistas de certas províncias, a autodeterminação almejada por populações coloniais.¹⁴⁰

Não apenas o comunismo é tratado como um sério antagonismo, mas é comparado até a movimentos separatistas. A ideia é perceber a caracterização do comunismo como algo digno de se combater e até fazer a guerra se necessário for. O comunismo foi caracterizado como um verdadeiro instrumento de corrupção e destruição da nacionalidade e das tradições brasileiras, o que, no fundo, de acordo com o próprio discurso militar, representaria a destruição do Estado/Pátria. Não cabe aqui discutir até que ponto os militares temiam o comunismo ou em que medida foi usado como um “bode expiatório” para intervenções políticas. Mas ao se pensar uma cultura política e uma instituição como a ESG, que constrói um ideário político que necessita de um inimigo para muitas das suas ações políticas e para lhe conferir legitimidade, a segunda proposição acaba por parecer mais palpável e crível.

2.2.9 Segunda Guerra Mundial e a Força Expedicionária Brasileira: discurso político do atraso e da necessidade de modernização nacional

A Segunda Guerra Mundial também marcou a cultura política dos Padrinhos do Brasil. Apesar de alguns dos membros dessa cultura chegarem a ir para a Itália e ter a experiência de guerra, a influência sentida em razão da Segunda Guerra

¹⁴⁰ SILVA, Golbery do Couto. **Planejamento da Segurança Nacional**. 1ª parte. C – 83 – 54. Rio de Janeiro: ESG, 1954, p. 28-29.

Mundial não foi algo individual ou mesmo restrito a um grupo. As Forças Armadas como um todo se sentiram inferiorizadas ao se defrontar com o abismo técnico, material e humano entre as Forças Armadas dos países desenvolvidos e as Forças Armadas brasileiras. A reação pode ser descrita como um verdadeiro choque; já havia a certeza de que o Brasil estava atrasado em termos bélicos frente a outros países mais desenvolvidos, porém, não se imaginava que seria de forma tão gritante. Com o lançamento da bomba atômica pelos EUA sobre o Japão, o atraso ficou muito mais nítido e a própria maneira de se ver a guerra também deveria mudar. Em outras palavras, o mundo todo avançou enquanto o Brasil estava estagnado, principalmente do ponto de vista bélico; esta era a visão dos militares.

A Força Expedicionária Brasileira, enviada para a guerra na Itália, então, serviu para que se pudesse ver o atraso das Forças Armadas brasileiras e o quanto ainda deveria caminhar para que pudesse ser respeitada internacionalmente. Assim, a participação brasileira na guerra não necessariamente instituiu os discursos políticos do atraso e da necessidade de modernização por parte da cultura política em questão, mas os fez ressurgir de forma definitiva e com força. Não se poderia mais tolerar o atraso em que vivia o Brasil, havia uma série de mudanças e transformações que deveria ser colocada em curso para o progresso, mas que, por um motivo ou outro, não se fazia. E o atraso do Brasil como um todo representava o próprio atraso das Forças Armadas. Seria impossível desenvolver o poder bélico em uma sociedade atrasada de forma geral. Aqui, pode-se perceber um ponto de convergência de vários discursos políticos praticados pelos Padrinhos do Brasil: o sentimento de responsabilidade para com o Estado/Pátria, necessidade de mudança e transformação, a visão de superioridade autoatribuída devido a perceberem isso e a consequente legitimidade para ações nesse sentido. O atraso e a modernização nacionais seriam fundamentais para a compreensão do aspecto motivacional de muitas das ações dos membros da cultura política dos Padrinhos do Brasil. Novamente percebe-se isso nos momentos de intervenção: 1922, 1924, Coluna Prestes, 1930 e mesmo 1964; em todos esses momentos o discurso de atraso e necessidade de mudança estava presente.

Na ESG esse discurso também foi extremamente forte, na verdade, como dito anteriormente, basta analisar o seu binômio: Segurança e Desenvolvimento. Na verdade, um seria fundamental para que se pudesse atingir o outro, e seria

necessário segurança para o desenvolvimento, bem como imprescindível o desenvolvimento para se promover a Segurança Nacional. Tanto a Segunda Guerra Mundial quanto a FEB auxiliaram e muito a ESG conseguir a unificação desses dois temas, já que estava falando do atraso do poderio bélico frente a outras nações, o que pôde ser percebido *in loco* na Itália, deixando claro que o aparato de segurança brasileiro era falho, obsoleto e atrasado, e também mostra que a mudança desse quadro passa pela transformação da sociedade e avanço da mesma. O quadro de atraso não era apenas material, mas o registro da situação física e de saúde dos brasileiros que foram alistados também colabora para a necessidade de um avanço mais amplo e não apenas bélico. Um dos que discursaram sobre a FEB foi o general Tasso de Oliveira Tinoco, o que mostra bem a situação do povo brasileiro e da preparação para ir à guerra:

As juntas de inspeções, adotando processos burocráticos e sem pessoal suficiente, funcionavam com morosidade e critérios diversos de julgamento. As normas que deveriam nortear a seleção nas Juntas Médicas foram estabelecidas somente em Outubro. Esse trabalho deveria ter lugar nas sedes das Unidades componentes da Divisão Expedicionária, isto é, no Rio, em Caçapava, em São Paulo, em São João Del Rey e em Aquidauana. A massa de homens não classificados na categoria “especial” foi desalentadora! Para trazermos um exemplo, diremos que, 11º RI, apenas três militares, um capitão, um sargento e um soldado, conseguiram a classificação “especial”, a única que então permitia integrar a FEB. [...]. Verificou-se também que os elementos procedentes das 6ª, 7ª e 10ª RM apresentavam fortes indícios de incapacidade física, ao serem reexaminados pela junta do Rio de Janeiro. O quadro anexo 2 revela estatísticas e percentagem na seleção física de que estamos tratando. Os erros, omissões e negligências então praticadas repercutiam de maneira desabonadora, quando reexaminados em Nápoles os componentes do 1º Escalão da FEB. Inspeccionados os 5.300 homens que o compunham, verificaram os especialistas norte-americanos a necessidade de extração de 20.000 dentes, absolutamente imprestáveis e o tratamento urgente de 200 soldados portadores de moléstia venérea.¹⁴¹

Outros dois exemplos são bastante ilustrativos do atraso técnico que o Brasil experimentava em meados da década de 1940 e que a ESG destacava justamente para que se percebesse a real necessidade de modernização do país. Nas palavras

¹⁴¹ TINOCO, Tasso de Oliveira (Gen. Brig.). **O Exército do Brasil na II Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1950, p. 23.

de Vasco Alves Sêcco: *Na frase do General Góis Monteiro, então chefe do Estado Maior do Exército, ao voltar dos EE. UU., aonde fora a convite do governo daquele país, não tínhamos ainda sequer atingido a estaca zero.*¹⁴² E ainda o tenente-coronel Aguinaldo Campos ao discursar sobre a arma de Engenharia e o grau de avanço em que o Brasil estava:

Como veem os Senhores, o papel da Engenharia, cada vez mais se agiganta, no desenvolvimento das operações militares e, infelizmente, entre nós, as suas possibilidades são bem reduzidas, pois tudo temos que fazer para tornar a arma-serviço uma organização compatível com as necessidades presentes.¹⁴³

As passagens acima não tratam apenas do atraso, mas implicitamente mostram a realidade do país e a necessidade de mudança. Assim, ao falar da preparação para a guerra, deixa claro que a população brasileira é bastante, para não dizer totalmente, desassistida. O dado de 20.000 dentes extraídos não se trata de um dado militar, mas de saúde pública. Logo, não é uma crítica em relação ao despreparo para a guerra, mas sim dado do despreparo do Brasil enquanto Nação. O povo não estava preparado para praticamente nada, e as críticas não ficam apenas ao aspecto físico, mas também ao total despreparo educacional e cultural da população. Apesar de curta, a passagem em que se afirma que o Brasil não havia chegado ainda à estaca zero, não se trata apenas de uma frase de impacto. Trata-se da conclusão de que o Brasil não estaria pronto para quase nada, que tudo ainda estaria por fazer. De forma implícita deixa clara a necessidade de melhor preparo das Forças Armadas, das elites dirigentes, de desenvolvimento econômico e da população como um todo. Consegue reunir, em uma só frase, várias dos discursos políticos e posicionamentos tanto da cultura política dos Padrinhos do Brasil como da ESG. Mas o tema da modernização ainda foi bastante tratado pela ESG, Cordeiro de Farias usa a necessidade de se estar sempre preparado para a guerra, mesmo em tempos de paz, para exigir ou pelo menos mostrar como seria um país organizado:

¹⁴² SÊCCO, Vasco A. **A FAB na II Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1950, p. 2.

¹⁴³ CAMPOS, Aguinaldo José Senna (tem. coronel). **Ações na última guerra mundial**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1950, p. 12.

Aproveitemos essa passagem para reafirmar, nesta Escola, mais uma vez, a verdade que resulta da complexidade dos conflitos modernos: a guerra de nossos dias não comporta improvisações. Estado que não tenha desde a época de paz seus problemas planejados, uma política econômica estabelecida, um sentido moral de vida, um rumo internacional, forças armadas adequadas, não é capaz de suportar os combates das lutas de nossos dias.¹⁴⁴

Com essa passagem já se percebe a amplitude do conceito de Guerra e Segurança exigidos pela ESG e seus membros, a preparação passa por aspectos materiais, econômicos e até morais. A modernização seria muito mais ampla do que avanços econômicos e de produção. A própria ideia de modernização aqui tratada parece um tanto quanto vaga, como também a colocação desses militares como agentes que queriam a transformação social. Deve-se ter em conta que a modernização aqui tratada seria sempre dentro de uma manutenção do *status quo*, não se questionavam as questões estruturais, aliás, todo esse processo de transformação teria nas Forças Armadas, ou mesmo na ESG, como que uma instituição que tutelaria todo o processo. Ainda que houvesse a crítica às elites, tratava-se de um pensamento político elitista e que excluía a população das grandes decisões, em que era pedida uma modernização, mas com fortes cargas de conservadorismo. Não se queria uma convulsão social e a anarquia, mas um processo de mudança pautado e regulado por grupos que soubessem os rumos e anseios nacionais. Tratava-se de uma modernização conservadora. E a ESG acentuava o papel do Exército nesse processo de instituição acima das outras e com capacidade de ordenar a transformação nacional:

É uma tradição brasileira, com suas origens nos tempos coloniais, o grande papel que sempre desempenhou, e ainda desempenha, o Exército, no campo social, como imperativo das peculiaridades da nação: o problema da miscigenação e da aculturação das raças formadoras do povo e o da assimilação dos alienígenas; os vastos espaços vazios a povoar e interligar; assistência das populações mais distanciadas do apoio dos centros de civilização; a presença da autoridade do governo central no interior e na periferia do território; os empreendimentos de infraestrutura, nos casos em que é mais apta e mais compensadora a ação complementar da Engenharia do Exército; a defesa contra as calamidades públicas e a erradicação do analfabetismo. [...]. Acrescem a tais imposições do problema

¹⁴⁴ FARIAS, Oswaldo Cordeiro de (Gen. de Divisão). **Organização de TO e responsabilidades de seu comandante**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1950, p. 1-2.

brasileiro certos aspectos conjunturais que reclamam a participação mais ativa do Exército na preparação cívica do cidadão e nos próprios misteres da educação do povo, com vistas à luta ideológica em que se empenham, como imperativo da própria Segurança Nacional, as nações democráticas, em face da propaganda e da infiltração das doutrinas totalitárias.¹⁴⁵

Seria, portanto, um processo de modernização tutelado com as Forças Armadas em um patamar de destaque e de coordenação desse processo. Em todos os discursos políticos, sejam da ESG ou da cultura política dos Padrinhos do Brasil, indubitavelmente que o Exército teria um posicionamento central para realizar as mudanças ou executar aquilo que previa. A distinção da farda somente aumentaria, fosse por aspectos de organização, morais ou mesmo tradicionais.

2.2.10 Discurso político da crise e apologia à ação revolucionária

Os vários discursos políticos que fizeram parte tanto da cultura política dos Padrinhos do Brasil quanto da ESG foram formados com base em situações, experiências, tradições e conjunturas que acabavam por construir uma legitimidade para a intervenção política. Mas o simples fato de se ter a legitimidade para a ação não significa a sua total autorização para fazê-lo. E, assim, origina-se o discurso político da crise, ou seja, o momento em que não mais se poderão suportar as conjunturas, quaisquer que sejam, e não há outra saída a não ser a intervenção. A crise justificaria a forma de ação fora dos modelos legais, justamente por ser considerada como perigosa para a própria estrutura da nação, momento em que não haveria tempo ou possibilidade para se seguir os modelos preestabelecidos de conduta e participação política. O discurso de crise criaria o cenário ideal para uma intervenção não legal, não só na política, mas na sociedade como um todo. Pode-se dizer que seria o estopim, ou a sua preparação, para a intervenção. E, como consequência direta, haveria a necessidade da coragem revolucionária, daqueles que “ouviriam o chamado da nação” e partiriam para a ação de fato.

Ao discurso da crise, também caberia o importante papel de esconder ou

¹⁴⁵ A ação do Exército no programa de governo. Rio de Janeiro: ESG, 1968, p. 14.

falsear todo e qualquer interesse que pudesse ser particular e egoísta e, no caso dessa cultura política, colocar como um dos anseios nacionais e como defesa da Pátria e de suas tradições nacionais. Juarez Távora, talvez o que mais exaltou a questão da crise e da revolução, ressalta a necessidade de se agir em prol dos anseios nacionais, ao vê-los contrariados ao extremo, e também a legitimidade e distinção dos militares:

Penso, com verdadeira tristeza, que nenhum passo sério foi ainda avançado nessa direção. E, por esse motivo, discordo sinceramente daqueles que julgam desaparecida a razão de ser da persistência revolucionária. Reconheço-lhe a legitimidade sem nenhum tipo de intransigência, porque esta exige uma liberdade moral de que só dispõem os que combatem.¹⁴⁶

A ação revolucionária eleva à máxima capacidade possível a percepção da insuficiência de meios para que se pudessem conseguir as alterações dentro de um processo legal. A ação revolucionária da cultura política dos Padrinhos do Brasil pauta-se na percepção de que o sistema político, em um determinado momento, estaria por comprometer na quase totalidade os anseios nacionais e que a crise somente se resolveria com medidas drásticas.

Configurou-se entre os membros a percepção de que uma ação revolucionária, ou golpe político, seria uma possibilidade válida justamente para recolocar o Brasil em um caminho que preservasse a ordem. Seria o ato derradeiro para a recondução do país para, segundo eles, seus verdadeiros desígnios, de acordo com Juarez Távora: *“Temos tido – todos nós que compartilhamos o caminho da revolução – um mesmo ponto de partida: a descrença na eficácia dos processos legais, para a solução da crise que asfixia a nacionalidade.”*¹⁴⁷

Assim, a revolução em si significa o fim de crises institucionais e a segurança de que a nação não mais estaria correndo qualquer tipo de riscos. Como também se faz necessária para que as mudanças venham a acontecer, logo, também poderia ser interpretada como uma ação desencadeadora para a modernização e desenvolvimento do país. Seria uma solução para crises como também o caminho

¹⁴⁶ TÁVORA, 1973, p. 338.

¹⁴⁷ Ibid., p. 349.

para as transformações de uma forma geral. Ainda segundo Juarez Távora: *“Nós, revolucionários, não cremos que uma tal reforma possa processar-se, pelo menos em um futuro próximo, por uma pacífica evolução legal.”*¹⁴⁸

A revolução, portanto, cumpre um importante papel dentro da cultura política em questão, não apenas pela sua representatividade enquanto ação, mas também em termos de identificação, já que se fundou uma ideia de revolucionários dentro do grupo. Aqueles que tiveram e teriam a coragem de intervir na política em momentos de crise e que se enquadrariam em uma ideia de identificação e pertencimento. Então, para além dos já reconhecidos valores ligados à vida militar, seria atribuído mais um ao próprio comprometimento revolucionário de cada participante.

E também já se podia falar em uma mentalidade revolucionária que ia se formando em outras turmas dentro da Escola de Realengo. A partir de 1922 houve um processo em que alguns dos mais jovens já passavam a admirar e julgar como corretas as ações revolucionárias, emergindo uma corrente revolucionária e aumentando a rede de jovens oficiais que se diziam revolucionários. Geisel exemplifica esta questão ao tratar do início de seus estudos militares ainda na escola preparatória no Rio Grande do Sul:

Esses fatos influíram em nossa formação, que foi mais ou menos de rebeldes. Antes tinha havido o levante de 1922, aqui no Rio de Janeiro, em que surgiram Eduardo Gomes e Siqueira Campos. E o que aconteceu então também teve influência sobre nós. Tinham convivido conosco, no ano de 1921, alunos do último ano do Colégio que foram para a Escola Militar do Realengo e lá participaram do levante de 1922. Em função disto foram desligados e voltaram para Porto Alegre para servir na tropa, para completar o seu tempo de serviço como soldados. Esses colegas mais velhos que voltavam do Rio eram vistos com simpatia, eram amigos da maioria dos alunos, nos visitaram no Colégio e nos contaram o ocorrido, o idealismo da revolução, a questão da candidatura do Bernardes, essa história toda. Isso, como a Revolução de 1923, foi formando em nós a mentalidade revolucionária.¹⁴⁹

A revolução seria um dos componentes centrais da cultura política dos Vigilantes do Brasil, pois não apenas significava a ação em si, mas também um

¹⁴⁸ TÁVORA, 1973, p. 350.

¹⁴⁹ D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 28.

sentimento de identificação além de formar uma mentalidade revolucionária. Em outras palavras, a necessidade e funcionalidade da revolução seria uma essência unificadora dos membros e como que um dever e missão que teriam com a nação em momentos de crise e necessidade.

Na ESG, o mais interessante a se notar seria que o discurso revolucionário ficou muito mais intrínseco em seu posicionamento político do que aberto. Não haverá discursos ou programas que abertamente falem da necessidade de se intervir. O que não exclui a participação da instituição na conspiração que levou ao golpe militar de 1964. Em determinadas conferências, porém, haveria como que institucionalização do discurso da crise e, conseqüentemente, da revolução. Seria não uma apologia a tal prática ou sua assunção, mas, através do discurso de segurança e preparação contra possíveis inimigos, percebe-se a apresentação deste tema como algo natural ou até necessário. Nas palavras de Aguinaldo de Castro:

De certo, as guerras impõem uma notável concentração de poder político, nos campos interno e internacional, mas os regimes democráticos apenas o aceitam como uma imposição temporária, tão só como um imperativo de sobrevivência nas crises históricas que as nacionalidades atravessam.¹⁵⁰

A necessidade de excepcionalidades em momento de guerra não chega a ser algo fora das regras ou passível de ser condenado. Trata-se, realmente, de um momento de excepcionalidade. Mas a passagem acima, combinada com outras da mesma dimensão, conferem detalhes interessantes:

Esta Segurança Nacional, por sua vez, se desdobra, na esfera internacional, em preparo da nação para ocorrência das hipóteses de guerra, ou sua mobilização geral; e no campo interno, em salvaguarda das instituições e do regime. Quanto à salvaguarda do regime, ela se baseia nos preceitos constitucionais, e em suas leis complementares, como esta de fidelidade à Pátria que vem de ser proposta ao Congresso Nacional, e se realiza pelo princípio da segurança pela informação.¹⁵¹

¹⁵⁰ CASTRO, Aguinaldo Caiado de. **A conjuntura nacional** – fatores militares – organização da segurança nacional. C – 32 – 53. Rio de Janeiro: ESG, 1953, p. 5-6.

¹⁵¹ Ibid., p. 24.

Imposição temporária de excepcionalidades, aliada a hipóteses de guerra interna para a salvaguarda do regime e instituições e, ainda, com o conceito de Pátria bastante aberto e sem uma definição clara do que seria a tal fidelidade. Logo, não há uma indicação direta de intervenção política, mas o que se percebe seria como todo um aparato que poderia agir a qualquer momento, desde que houvesse uma situação propícia para isso. Então, tentou-se a institucionalização de um aparato que pudesse responder às necessidades de um momento de crise ou mesmo agir na excepcionalidade.

Portanto, tanto o discurso de crise quanto uma verdadeira apologia à revolução, aqui entendida como uma intervenção política em momentos considerados críticos, foram de suma importância para a cultura política dos Padrinhos do Brasil e também para a ESG, já que adotaram esses discursos e que seriam os fundamentais para os momentos que antecedessem as ações, a construção da conjuntura perfeita para a legitimidade da ação política.

2.3 Conclusão – Cultura Política dos Padrinhos do Brasil e a Escola Superior de Guerra: discursos políticos e o encontro de um lar

Muitos são os fatores que podem ser suscitados para que se possa compreender uma cultura política: experiências, leituras, símbolos, práticas, identidades, formação educacional e profissional etc. O importante, porém, é destacar que ela acaba por formar uma visão de mundo, de acordo com esta cultura que se formou, que condicionaria as opiniões e ações políticas de um determinado grupo. Assim, a cultura política dos Padrinhos do Brasil, através desse conjunto de fatores analisados, acabou por ter uma série de discursos políticos que eram criados ou reforçados de acordo com a situação que se apresentava, dos quais alguns se tornaram bastante sólidos e geraram certa continuidade temporal. Assim, discursos como o de superioridade militar, calcado desde uma tradição e da própria simbologia do Exército, e o de fazer parte desta instituição; o da incompetência ou despreparo das elites civis; do conhecimento do Brasil; da necessidade de se ter um inimigo; do atraso do Brasil e de sua necessária modernização; discurso da crise e da apologia

à revolução; e, principalmente, o discurso político da legitimidade de ação, que de certa forma permeia e perpassa por todos os outros discursos, atribuindo como que uma aura que justificaria as ações políticas do grupo; confeririam não apenas modos de atuação, mas uma identidade entre o grupo que comungaria e tomaria para si esses discursos. Seriam como instrumentos que apenas reforçariam a visão do próprio grupo e os seus objetivos.

E do momento de origem da cultura política em questão, esses discursos vão tomando novas formas e mudando naturalmente ao sabor do tempo e dos acontecimentos, mas, ainda assim, um tanto quanto perdidos ou sem um grande porta-voz dessas ideias. Na verdade, não havia um local, ou uma instituição que tomasse para si esses discursos. Neste ponto que, em 1949, com a fundação da Escola Superior de Guerra, esses discursos políticos passam a ter um lar. Não de forma escancarada, a ESG passou a ser a porta-voz de muitas dessas ideias e, principalmente, conferiu uma maior institucionalização desses discursos e os dotou de uma forma, neste caso, a própria Doutrina de Segurança Nacional contém vários destes discursos. Ora, a questão aqui não é discutir o brilhantismo ou mesmo a sofisticação dessas ideias, mas, de maneira geral, a forma como acontece o pensar a sociedade e o político por parte dos Padrinhos do Brasil ganha mais peso e uma possibilidade de expansão muito maior do que eles tinham, seja no quartel ou no círculo civil com o qual porventura tivessem contato.

A ESG, então, cumpre um papel fundamental na divulgação, preservação e discussão dos discursos políticos. A própria forma de participação no mundo político por parte do grupo foi alterada, e a ESG representou uma maneira de influência política, de uma forma legal, que o grupo ainda não possuía. Assim, a ESG, em determinado sentido, poderia ser interpretada até como uma parte da Cultura Política dos Padrinhos do Brasil, e, não somente, uma instituição que foi influenciada pelo grupo. Mas, não só da influência da cultura política dos Padrinhos do Brasil a ESG foi erigida; também existiam outros alicerces, como a própria conjuntura internacional, o *National War College* americano e, também, uma formulação política ligada ao pensamento nacionalista autoritário do início do século XX, notadamente Alberto Torres e Oliveira Vianna, que será o assunto do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

HERDEIROS DO DISCURSO: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E LINHAGEM POLÍTICA CONSERVADORA NO BRASIL

A Escola Superior de Guerra buscou implantar no Brasil um modelo de se fazer política. Através de seus escritos é possível perceber até a busca por um tipo de Estado que seria ideal para o Brasil. Mas quais seriam as raízes do seu ideário político e as suas principais influências? Para além de uma cultura política oriunda de um grupo de militares do Exército, houve outros tipos de influência que foram fundamentais para a ESG, em termos mais específicos, o pensamento autoritário nacionalista brasileiro das três décadas iniciais do século XX, em especial, os autores Alberto Torres e Oliveira Vianna. Não se trata, porém, de uma simples influência, e sim de algo bem mais profundo: um dos pilares desta tese é a aceção de que a ESG pode ser considerada como participante de uma linhagem política conservadora e autoritária tomando para si o discurso político dos autores citados e os adaptando à conjuntura política específica de que fez parte. Assim, cada linhagem política, pois haveria outras, teria os seus herdeiros, instituições ou pessoas que se identificariam de tal forma com um determinado ideário político que buscariam tornar-se um legítimo representante daquela forma de pensamento. A ESG faz parte de uma tradição que teve em Alberto Torres e Oliveira Vianna grandes representantes e, nos escritos, trabalhos e conferências da ESG pode ser notada a influência dos mesmos. Mais do que uma influência, pode-se dizer que os escritos políticos de Alberto Torres e Oliveira Vianna seriam textos fundadores de vários dos pilares de sustentação do discurso político da ESG.

O objetivo deste capítulo é analisar a maneira como a ESG pode ser interpretada dentro dessa linhagem política, já que interessa-nos não somente ver os pontos congruentes, mas também as divergências e adaptações dos discursos políticos à conjuntura em que eles seriam aplicados. Junto a isso, não é possível desprezar as especificidades da ESG e suas concepções militares, que conferiram um formato singular para os discursos políticos nacionalistas autoritários e certa

originalidade ao pensamento da ESG. De forma concreta, foram analisados os principais pontos do pensamento político de Alberto Torres e Oliveira Vianna e a maneira como eles foram interpretados e tratados pela ESG, à guisa de uma metodologia de estudos comparados.

3.1. Os pais do discurso: linhagem política autoritária brasileira

Mas o que seria essa linhagem política autoritária no Brasil? Quais seriam os principais pontos dessa corrente de pensamento? Alberto Torres e Oliveira Vianna, através de suas obras, realizaram uma análise do Brasil que partia da ideia de uma civilização bastante jovem, e que seria necessária uma série de mudanças e esforços para a transformação dessa realidade. Essas mudanças deveriam ser capitaneadas por um Estado forte e centralizador com poderes capazes para tal, porém, tudo isso com a certeza de que o Brasil teria um grande potencial de crescimento se realizadas as reformas e arranjos necessários. Destacam-se, assim, noções como a crítica ao individualismo, o sempre presente discurso de um poder forte e o Estado como referência central, nas palavras de Boris Fausto: *os principais deles me parecem ser a defesa de uma ordem autoritária, a repulsa ao individualismo em todos os campos da vida social e política, o apego às tradições, o papel relevante do Estado na organização da sociedade.*¹⁵²

Não se tratava, porém, de um esforço completamente heroico ou mesmo voluntarista. Um dos pontos de maior destaque do pensamento desses autores é o caráter científico que eles consideraram atribuir aos seus estudos. Mesmo que plenos de falhas ou com vários pontos a ser considerados válidos apenas para a conjuntura em específico, produziram-na tal qual produziram suas obras; havia o indicativo de tratar-se de uma sociologia para a construção das propostas que esses autores realizaram. Eles advogavam a ideia de que para que se pudesse atuar sobre a realidade brasileira haveria a necessidade de se conhecer ao máximo tal realidade e as possibilidades de intervenção possíveis. Uma das mais fortes críticas realizadas

¹⁵² FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 15.

por esses autores foi o que eles chamaram de país real e país legal, em que as leis e o Estado brasileiro não estariam em consonância com a realidade brasileira. O discurso político baseado em certa cientificidade, ou seja, de acordo com pesquisas e análises mais rígidas dentro dos parâmetros dos autores, poderia conferir, na visão dos autores, maior legitimidade.

As análises não produziram apenas soluções; aliás, o teor mais evidente foi a identificação de muitos problemas, um verdadeiro erário de lacunas e situações que deveriam ser corrigidas no Brasil como um todo. Os autores viam o Brasil como fora do lugar. Sua constituição não representaria a população ou mesmo as necessidades de transformação. Pode-se dizer que o Brasil ainda não existia enquanto nação, ou melhor, havia o povo brasileiro, mas não existia a nação brasileira. E seria de fundamental importância a fundação da própria nacionalidade brasileira. A falta de conhecimento da realidade nacional aliada à ausência de um princípio de sentimento de identificação, que geraria o sentimento de nação, levou a melhor compreender outros problemas brasileiros e que foram destacados pelos autores. Entre eles pode ser destacado o problema das elites, que demonstravam um total despreparo para exercer a sua posição de comando, e também o bacharelismo da mesma, ou seja, um grande apreço pelo culto e pelas letras e pouca ligação com a realidade concreta. A renitente individualidade da população brasileira, que gerou um sentimento de “insolidariedade” bastante prejudicial, figurava entre outros percalços que deveriam ser sanados.

As obras de Oliveira Vianna e Alberto Torres foram elaboradas contemplando mais do que apenas indicar problemas. O propósito foi contemplar proposições, reformas e possíveis soluções para os problemas apresentados. Desde o primeiro momento, já havia a noção, ou a convicção, de que o Brasil tinha uma potencialidade enorme, e que o seu destino era a grandiosidade. Mas este aspecto otimista não descarta proposições mais concretas para a resolução dos problemas nacionais. E, como resposta, destaca-se a figura do Estado, que poderia ser considerado como o grande elemento de transformação da realidade brasileira. Através do Estado que se poderia formar a tão esperada nacionalidade, como também poderiam ser resolvidos os aspectos ligados à unidade nacional. O Estado também poderia desempenhar uma ação civilizatória tanto em relação às elites como também à população em geral. Seria, desta forma, o mais relevante

instrumento de transformação e modernização nacional. Esses podem ser considerados os grandes pontos das obras de Alberto Torres e Oliveira Vianna e que comporiam também a linhagem política inaugurada por eles e que teriam na ESG uma de suas principais herdeiras. Gildo Marçal Brandão realizou uma análise interessante sobre esta linhagem política:

Independente do valor dessa linhagem, hoje francamente minoritária, pode-se dizer que ela concebeu mais atenção à sociologia do que a ciência política ¹⁵³de Oliveira Vianna e apenas precariamente enfrentou os problemas de organização e direção da sociedade e do Estado que sua reflexão pretendia resolver. Ora, são estes que, jogadas no lixo as velharias racistas, preservam o interesse pelo texto; fazem que, com o distanciamento que o tempo permite, *Populações Meridionais do Brasil* possa figurar em uma estante selecionada ao lado de *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freire, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, como um dos textos fundadores do que se convencionou chamar de “pensamento político” ou “pensamento social” brasileiro. E se chega a ser ridículo o esforço acadêmico recente para tapar o sol com a peneira e minimizar o fato de que a obra é “cheia de preconceitos ideológicos” e de “uma vontade excessiva de adaptar o real a designios convencionais”, para usar os termos de Antônio Candido, cabe reconhecer que tanto o retrato do Brasil como as teses políticas que emergem de suas páginas, põem o dedo em algumas feridas e constituem um desafio à teoria e à prática da construção da democracia no País.

Outra questão à qual Brandão nos chama a atenção e de suma importância para o objetivo desta tese é que, apesar de já se ter passado um bom tempo desde a publicação das obras, os textos de Oliveira Vianna ainda manteriam alguns pontos importantes para se discutir sobre a sociedade atual brasileira. Ao se levar em consideração o recorte da tese, 1949–1954, essa validade seria ainda maior, uma vez que era um período em que as propostas autoritárias tinham um apelo muito forte junto às elites, e não poderiam ser descartadas dentro do jogo político do momento. Passa a ser importante, então, a forma como esses textos e teorias foram apropriados e discutidos no contexto político da época. Pocock discute um pouco sobre essa apropriação:

¹⁵³ BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do Pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007, p. 70-71.

Mas está claro – e o uso do futuro condicional sublinha isso – que começando a nos preocupar com a ação indireta do autor, sua ação póstuma, sua ação mediada por uma cadeia de autores subsequentes é a consequência inevitável de se admitir a paridade entre contexto e ação, entre *langue e parole*¹⁵⁴.

Assim, não se trata de apenas uma grande catalogação das principais ideias políticas e propostas, mas também de perceber como as outras gerações de pensadores ou instituições se apoderaram desse discurso e a forma como um determinado contexto político aceitou, ou não, estas ideias. Não se trata de discutir sobre as ideias fora do lugar, mas de justamente entender o lugar das ideias, os seus representantes e a maneira como elas vão se adaptando às mais diversas conjunturas políticas, como as linhagens políticas iriam encontrando nichos de proliferação que as manteriam vivas e em consonância aos novos problemas políticos, ou mesmo os antigos, mas com novas roupagens.

3.1.1 Um antigo diálogo: cultura política dos Padrinhos do Brasil e linhagem política nacionalista autoritária

Os autores que deram origem à linhagem política nacionalista autoritária foram bastante lidos, e seus textos influenciaram vários outros autores. O tipo de influência pode ser percebido na própria leitura dos textos desses outros autores, e chega-se à conclusão de que, em algum momento, eles fizeram a leitura das obras de Oliveira Vianna ou Alberto Torres, por exemplo. Mas e quando se trata de uma instituição e não de uma pessoa? De que maneira se poderia fazer uma análise deste tipo de influência? Novamente, a cultura política dos Padrinhos do Brasil se faz importante para a compreensão da ESG enquanto participante da linhagem política nacionalista autoritária, já que muitos dos membros da cultura política revelaram não apenas a leitura, mas também certa admiração e concordância com os escritos de Oliveira Vianna e Alberto Torres. Percebe-se que foram eles que

¹⁵⁴ POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003, p. 29.

realizaram a ligação entre ESG e os pensadores autoritários. Nas palavras de Juarez Távora:

A leitura era um dos passatempos mais generalizados entre os presos. Os livros de uns passavam, sucessivamente, a todos, quando sua leitura despertava interesse. Reli minhas coleções de Alberto Torres e Euclides da Cunha, além de vários volumes sobre a Revolução Francesa.¹⁵⁵

Apenas a constatação de que houve a leitura de um determinado autor não certifica que o mesmo influenciou ou mesmo teve alguma importância na formação política de uma pessoa. Ao discutir sobre a questão das reformas políticas que seriam necessárias no Brasil, Juarez Távora se utiliza de um dos discursos políticos mais presentes nas obras de Oliveira Vianna e Alberto Torres: a crítica à adoção de modelos políticos estrangeiros que não seriam compatíveis com a realidade brasileira. Além da crítica a esse estrangeirismo político, também houve a menção de ser a civilização brasileira ainda muito jovem e em pleno desenvolvimento, outro elemento do discurso político dos autores nacionalistas autoritários. Juarez Távora, então, não apenas leu, mas se utilizou de vários dos discursos políticos e ideias de Oliveira Vianna e Alberto Torres, como segue abaixo:

E, ao elaborar tais reformas – nada de fetichismos doutrinários, de dogmas de política clássica, de transplantações exóticas brilhantes, de liberalismos de fachada – tudo, porém, pela lição prática do nosso século e pouco de existência independente, no afã inflexível de consultar, antes de tudo, as nossas realidades de raça em formação, de meio especialíssimo e de cultura quase embrionária.¹⁵⁶

Geisel também destacou a importância da leitura de Oliveira Vianna e, em menor grau, Alberto Torres para a formação de suas ideias políticas. Como destaque o próprio Geisel relatou sobre a noção de país legal e país real, em que havia uma diferença e que se deveria pensar de forma mais acurada com o país real. Havia um forte sentido prático entre esses homens, e até certo distanciamento entre eles e um espírito mais bacharelesco. Nas próprias palavras de Geisel:

¹⁵⁵ TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973, p. 212.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 350.

Li e muito, Oliveira Viana e alguma coisa de Alberto Torres. Foram grandes homens. Posso não concordar com tudo o que pensavam, mas, na essência, estão certos. O que eu trago em mim, de um lado, vem evidentemente das minhas observações e, dos dados de minha vida, da minha experiência profissional. Mas sofro muito a influência natural dos livros que eu li. Muitos eu descartei, mas de outros incorporei certas ideias, certos princípios, certas análises. Sob esse ponto de vista Oliveira Viana é, talvez, uma das melhores figuras. Há uma grande diferença entre o mundo ideal e o mundo real. E nós temos que pensar e viver no mundo real.¹⁵⁷

Outro ponto deve ser destacado, o espírito militar como um todo se ajusta muito bem a muitas das propostas de Alberto Torres e Oliveira Vianna. O sistema hierárquico e a forte disciplina próprios dos militares acabam por funcionar muito bem com as propostas de centralização do poder e maior força ao Executivo; passa por uma noção de real poder de modificar a realidade. A crítica ao bacharelismo das elites civis também teria forte apreço frente ao caráter mais prático dos militares. Assim, não apenas do ponto de vista individual, ou mesmo apenas do grupo em específico ligado à cultura política dos Padrinhos do Brasil, mas a corporação militar e a sua própria maneira de funcionamento acabaria por desenvolver pontos de vista similares em relação a determinados temas, o que facilitaria para que alguns membros se afeiçoassem daquelas ideias e propostas. Com isso, não se pode afirmar, nem é o intento aqui dizer, que todos os militares teriam uma fixação por autores como Alberto Torres e Oliveira Vianna, apenas que há certa compatibilidade entre algumas das concepções desses autores com algumas proposições da vida do militar. Deste modo, não se deu de forma fortuita, ou mesmo acidental, a ESG como uma instituição que pode ser considerada como parte desta linhagem política, mas muitos dos membros que fizeram parte da ESG desde os seus primórdios e que estiveram presentes desde o início da instituição já tinham uma leitura desses autores e se identificavam com muitas das ideias dos mesmos. Também não irá certificar a ESG como participante dessa linhagem apenas porque alguns de seus membros leram as obras, a influência foi marcante nas próprias propostas esguianas e pode ser considerado como um alicerce das ideias políticas da instituição.

¹⁵⁷ D'ARAUJO, Maria Célia; CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 396.

3.2 O fim do achismo: a ciência e o método em favor da política

Pensar o Brasil trata-se de um objetivo complexo e bastante ousado, não só pelas características do país, mas também pelo conjunto de interesses que estariam por trás dessas interpretações. Vários foram os intérpretes e também a influência que cada um deles desempenhou no pensamento político, social e cultural brasileiro, cada qual com a sua razão e uma visão além do simples interpretar, mas também um enorme desejo de mudar, transformar, manter ou resolver o Brasil. Logo, a busca por uma identidade nacional, principalmente em países subdesenvolvidos, não se resume ao estudo e à observação, mas, principalmente, à ação e atuação nessa realidade. Daí que os interesses e o olhar do autor influenciam de forma decisiva para a análise que seria realizada, de tal forma que os textos pontificam vontades e verdades individuais que deveriam ser compartilhadas e aceitas por aqueles que não compartilhavam, ou melhor, não conseguiam “enxergar o Brasil verdadeiro” e suas necessidades.

Desta maneira, tanto Oliveira Vianna quanto Alberto Torres, com maior destaque para o primeiro neste sentido, não foram apenas pensadores do político, mas intérpretes do Brasil, aliás, uma de suas principais proposições era a necessidade de se conhecer o Brasil para que se pudesse alterá-lo. Conhecer a realidade que gostariam de mudar é fundamental e os autores insistem nessa tecla, porém não se trata de uma interpretação isenta, pois passível de crivo desses autores, ou seja, ela seria tendenciosa no sentido de atestar a visão de mundo e as propostas desses autores. Essa subjetividade conferiria a própria essência das ideias e o posicionamento que o autor teria frente à realidade nacional. A análise pode ter o teor científico e a proposta para tal, mas não exclui a maneira que o autor iria tratar e buscar alterar a realidade analisada. Desse ponto decresce o cientista social e passa a surgir a figura do homem político. Deixa de ser apenas intelectual para se tornar *intelligentsia*, e de simples analista para homem de ação. Essa representação fica bem clara nas palavras de Gildo Marçal Brandão, o qual, ao analisar Oliveira Vianna, discute sobre o duplo significado de método:

Delimitado o objeto, o programa agora é delimitar de qual perspectiva essas populações deverão ser abordadas, quais os aspectos de seu comportamento deverão ser privilegiados, como aquela conjugação será feita. Talvez não seja despropositado lembrar aqui que método é uma palavra usada num duplo sentido. Método é o modo pelo qual o cientista social se posiciona diante da realidade. Método é também a maneira de usar o conhecimento adquirido para mudar essa realidade, a brasileira.¹⁵⁸

O posicionamento dos autores frente à realidade nacional seria uma postura mais conservadora. Conservadorismo aqui entendido não como o anseio de se manter uma determinada estrutura, já que havia uma vontade de mudança e transformação em seus escritos, mas na maneira de se conduzir esse processo de transformação, que, segundo os autores, deveria ser tutelado e acompanhado. Seria, portanto, uma modernização, mas com uma vertente conservadora preponderante. Os autores partem do princípio de que a sociedade estava em crise e que havia a necessidade de mudança, mas a forma de se mudar e os rumos que deveriam ser tomados era o que mais interessava. E a partir daí muitas propostas foram surgindo, os pensadores autoritários não foram os únicos a se utilizarem do discurso da crise para a proposição de mudanças. De forma geral a esquerda e a direita participavam desse grande contexto político, principalmente na década de 1920 e início de 30. E mesmo dentro do conservadorismo havia uma divisão, que mostra bem o aspecto político daquele momento. De acordo com José Luís Beired, o pensamento conservador poderia ser compreendido em três vertentes: uma católica, uma fascista e outra cientificista. Os autores que aqui analisamos foram enquadrados como pertencentes ao polo cientificista, que partia do pressuposto de que havia necessidade de se pesquisar o Brasil para que se pudesse realizar as proposições e alterações necessárias. Beired descreve o polo cientificista da seguinte forma:

Polo cientificista: congregava os intelectuais que encaravam a realidade social como um fenômeno evolutivo regulado por leis naturais. Enquanto na postura iluminista a razão era a fonte explicativa e norteadora da ação humana, na perspectiva cientificista esse papel provinha do conhecimento científico. O trabalho intelectual deveria voltar-se para a descoberta das leis naturais que regiam o social, de modo a explicar e conduzir o desenvolvimento

¹⁵⁸ BRANDÃO, 2007, p. 80-81.

humano. O positivismo, que deixou profundas marcas no pensamento intelectual brasileiro, foi uma das expressões do cientificismo. Francisco José de Oliveira Vianna e Antônio José do Azevedo Amaral são figuras representativas dessa corrente ideológica.¹⁵⁹

A compreensão dos problemas, nesse caso, partia do entendimento da formação nacional, seria como um enorme exame que o Brasil deveria passar para que nele se pudesse aplicar o remédio adequado. Assim, a chave de compreensão estaria na história, na sociologia, na psicologia, na economia e em outras ciências que colaborariam para um melhor entendimento do Brasil e de seus problemas. A resposta não estaria necessariamente no futuro, mas talvez no passado. Nas palavras de Boris Fausto:

Pensadores como Oliveira Vianna e Azevedo Amaral trataram de desvendar, com base nas ciências humanas, as razões da existência do Brasil de um povo, mas não de uma nação, buscando definir, a partir desse diagnóstico, os caminhos para a construção nacional. No pensamento dos autoritários, a influência do cientificismo, assim como de autores representativos de outras correntes, era eclética, abrangendo nomes diversos, que influenciaram cada um deles com maior ou menor peso.¹⁶⁰

Francisco Iglesias também ressalta o lado historiador de Oliveira Vianna, além de distinguir a adoção de outras ciências sociais em sua análise:

O que levou ao grande interesse pela História – e ele o teve, a ponto de escrever livros de especialidade – foi o gosto pela realidade, pelo concreto, pelo nacional, por sua terra, convicto de que era preciso buscar no passado as raízes do presente. Como escreve em *Populações*, “o passado vive em nós latente, obscuro, nas células do nosso subconsciente. Ele é que nos dirige ainda hoje, com sua influência invisível, mas inevitável e fatal.” [...] Afirmou-se antes que Oliveira Vianna não era fundamentalmente historiador – era

¹⁵⁹ BEIRED, 1999, p. 23.

¹⁶⁰ FAUSTO, 2001, p. 19.

sociólogo, cientista político, jurista –, mas não se nega que tenha sido historiador, pela ampla obra que deixou.¹⁶¹

Compreender o povo brasileiro em suas mais variadas vicissitudes, nos seus detalhes e, principalmente, obter uma fórmula para isso. Não se tratava de achismos, mas de pesquisa e de ação concreta. A total crítica ao bacharelismo e seu fútil apreço às letras, mas sem ligação direta com a realidade, e a busca pela resposta do porquê o Brasil teria povo, mas não nação, e qual a resolução para isso. Este seria um dos principais pontos da metodologia de Oliveira Vianna; o objetivo não seria o estudo das leis, mas sim do povo, e a partir deste se construir a legislação nacional. A grande preocupação seria com o homem comum e a sociedade que ele organizou e as leis que seriam próprias desta sociedade.

O maior objetivo do autor seria entender a evolução do povo brasileiro e suas principais matizes, e de forma empírica, o que se trata de um ponto importante em seus estudos. Os estudos de Oliveira Vianna, de certa forma, obedecem a uma metodologia que vai desde a delimitação do tema até o seu estudo. *Populações meridionais do Brasil*¹⁶² foi concebida como parte de uma obra maior que englobaria o estudo dos três grandes grupos populacionais que existiam no Brasil, segundo o autor. Segundo o autor o Brasil deveria ser entendido em três grupos populacionais: do centro-oeste, basicamente paulistas, cariocas e mineiros (Oliveira Vianna acaba por transparecer que esse segmento que deveria ser o principal eixo brasileiro); os gaúchos – o autor chegou a produzir uma obra sobre eles –, mas de menor fôlego em comparação com os de centro-oeste; e os povos do norte e nordeste, que foram os menos tratados pelo autor. Através dessa divisão, o que se percebe é o quão fundamental o aspecto geográfico foi para o autor. Havia, praticamente, um determinismo do local sobre a população em suas obras. Nas palavras de Gildo Marçal Brandão:

É que para Oliveira Vianna, situado em uma longa linhagem que vem desde Montesquieu, o espaço geográfico é uma dimensão essencial da forma pela qual as sociedades se organizam. No seu caso, há

¹⁶¹ IGLESIAS, Francisco. Leitura historiográfica de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartins de (Org.). **O pensamento Oliveira Vianna**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993, p. 316-317.

¹⁶² VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Ed. Senado Federal, 2005.

mesmo uma determinação recíproca entre o meio ambiente, o substrato étnico e a psicologia moral e política que daí resulta. A consequência é que, de qualquer lado que se olhe, não passa de ficção a ideia da substancial unidade do povo brasileiro – e essa precariedade material e subjetiva, essa artificialidade do sentimento da nacionalidade comum, terão duradouros efeitos políticos.¹⁶³

Portanto, Oliveira Vianna parte de um viés bastante empírico e atribui à sociedade brasileira um caráter evolucionista que deveria ser interpretado e colocado nos eixos de forma que o Brasil encontrasse os seus rumos e transformasse seu potencial em realidade. Deste modo, mesmo que com propósitos claros e um posicionamento bastante conservador e autoritário na interpretação de determinados temas, o viés que o autor apresenta é de uma postura científicista na qual os problemas têm de ser pesquisados e de forma que se possa apresentar uma solução. Seria como, apesar de que com grande carga subjetiva, evitar achismos e tomar ações de acordo com estudos calcados na realidade nacional.

3.2.1 O Brasil precisa de método: a ESG e um modelo de compreensão e atuação nacional

A Escola Superior de Guerra, tal como Oliveira Vianna e Alberto Torres, também tem a preocupação de entender o Brasil, aliás, a ESG nasceu como uma instituição de altos estudos que buscava melhor compreender o Brasil e, conseqüentemente, de realizar propostas para a solução desses problemas. Mas de que maneira que se pensaria em resolver estas questões? Ou melhor, qual o método que seria adotado para a análise dos problemas e a proposição de suas resoluções?

Neste ponto, já se percebe certo diálogo entre a ESG e os pensadores autoritários, em termos de uma cientificidade, de um conjunto de normas e procedimentos que deveriam ser adotados para que se pudesse melhor entender o objeto de pesquisa. Havia, portanto, um conjunto de práticas e de orientações que

¹⁶³ BRANDÃO, 2007, p. 77.

deveriam ser seguidas à risca, o que não significa somente ganhar um aspecto de cientificidade, mas uma metodologia clara implicaria um ganho de legitimidade do discurso que lá se construía. Os estudos não seriam, pode-se dizer, fruto de um pensamento arbitrário qualquer, mas dentro de escopo que lhes garantiria, ou tentaria garantir, maior peso e validade frente a outros grupos. Claro que, tal como os pensadores autoritários, também houve uma série de subjetividades ou de posicionamento político adotado *a priori* pela instituição, mas dentro de um método de trabalho claro. Fazia parte do curso até mesmo aprender sobre este método e a sua aplicação. De fato, era um dos pontos mais importantes dentro da formação dos estagiários da ESG.

Essa importância dada ao método, aliás, pode ser considerada como uma obsessão da ESG e se trata de um aprofundamento frente aos autores conservadores autoritários e sua linhagem. Em seus escritos havia muito mais a preocupação com o resultado do que com o método em específico. Já na ESG o método ganha mais relevo, pois não se tratava apenas de algo que deveria ser apreendido para o uso em estudos da casa, mas de um método de trabalho global que poderia ser utilizado em outras áreas de atuação. Do mesmo modo, a ESG não queria uma padronização de um modelo de ação frente aos objetos de estudo, e sim um método que pudesse auxiliar na administração de forma geral e, em especial, na administração pública. Seria a implantação de forma de trabalho geral que serviria a vários propósitos. Ora, se lembrarmos de que a ESG apenas convidava as elites dos mais variados ramos de atuação, com destaque para a política, e que havia a intenção de formação e correção das elites civis governantes, nota-se a clara intenção de expandir esse modelo de ação da ESG para outras pessoas e setores. Logo, a questão do cientificismo para a ESG vai além de se ter um método claro para a análise de um determinado problema; também seria um modelo administrativo capaz de ajudar a resolver problemas de outras esferas; praticamente um componente dentro de um intrincado processo de disputa hegemônica do qual a ESG participa naquele determinado momento (final da década de 1940 e início da década de 1950). Portanto, o método de trabalho seria muito mais importante e influente do que simplesmente uma forma de tratamento a temas diversos. O próprio Cordeiro de Farias, de certa forma, ressalta o papel da ESG nesse sentido: *destina-*

*se a Escola Superior de Guerra a desenvolver e consolidar conhecimentos relativos ao exercício de funções de direção ou planejamento da segurança nacional.*¹⁶⁴

Idálio Sardenberg também destaca a importância de se estabelecer um método de trabalho para as elites nacionais e que pudesse auxiliar na resolução dos problemas nacionais:

O aspecto intelectual ou de direção é o mais importante e o mais difícil. Exige ele a existência de um grupo selecionado ou elite, capaz de assumir os encargos da direção e de administração do esforço nacional de construção. [...] Faltam-lhes o hábito de trabalho em conjunto e o domínio de uma técnica racional de problemas, ou seja, a posse de um processo de aplicação da energia.¹⁶⁵

A valorização de um método, então, se impõe como uma importante característica da ESG e também uma ligação com uma tradição de cientificidade que vem de Oliveira Vianna e Alberto Torres. Para além disso, a ESG também adotou um forte empirismo em todos os seus trabalhos, o que denota não se tratar de um capricho, mas de uma norma da própria instituição. Ao se analisar as conferências que foram proferidas na ESG e também os trabalhos dos grupos de estudo, o que se vê é um exaustivo levantamento de dados sobre o tema a ser tratado. Vê-se um conjunto de gráficos e tabelas, além dos mais variados números que buscam dissecar uma devida situação e, conseqüentemente, apresentar as devidas soluções para os problemas. Assim, a tradição de se analisar e interpretar dados empíricos continua, até mais forte. A base de toda e qualquer atividade deveria ser a catalogação de dados. O empirismo pode ser traçado também em uma longa tradição positivista do Exército brasileiro, mas o interessante é ressaltar que se mantém essa prática que foi comum tanto a Oliveira Vianna e Alberto Torres quanto à ESG.

Conhecer o Brasil, que também se tratou de um traço do discurso político dos Padrinhos do Brasil, também tem um forte viés ligado ao pertencimento da ESG à linhagem política dos pensadores autoritários. O apreço pela geografia e a influência

¹⁶⁴ FARIAS, Oswaldo Cordeiro. Razões que levaram o governo a pensar na organização da Escola Superior de Guerra. In: MYAMOTO, Shighenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas: Papyrus, 1995, p. 224.

¹⁶⁵ SARDENBERG, Idálio. Princípios fundamentais da Escola Superior de Guerra. In: MYAMOTO, Shighenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas: Papyrus, 1995, p. 233.

que o espaço exerceria sobre a população continuam nos trabalhos da ESG. Vários foram os trabalhos, principalmente na área de geopolítica, que destacaram a imposição do espaço sobre o homem, ou pelo menos, a necessidade de se conhecer o espaço para melhor definir os rumos que se deveria tomar. Nas palavras de Golbery do Couto e Silva:

O espaço que a geopolítica interessa é o espaço político em toda a sua plenitude; caracterizado por uma extensão, uma forma e uma textura bem definidas; possuindo um valor que se pode estimar, embora não se possa medir, abrangendo uma base física mais ou menos compartimentada em regiões e sub-regiões naturais distintas; englobando tanto as zonas já vivificadas pela ocupação efetiva de aglomerações humanas – o ecúmeno – como zonas mortas ou passivas à espera de uma valorização real; comprometendo um núcleo central, denso de população, bem integrado por uma trama complexa de comunicações e caracterizado por um alto índice de produção, núcleos secundários e marginais e o simples domínio mais ou menos permeado que a todos circunda; os limites do território, as fronteiras políticas – zonas de transição e frentes de contato, e principalmente as fronteiras de civilização no sentido de Bowman – “janelas abertas aos empreendedores sobre um mundo ainda desaproveitado” (Sigfried); zonas vitais cuja perda se traduzirá na anulação do poder de recuperação do Estado, áreas críticas de produção e de circulação, zonas problemas à espera de soluções; o espaço econômico com todas as suas diferenciações regionais e não menos as regiões culturais, as regiões étnicas, as regiões linguísticas, sempre que for o caso.¹⁶⁶

A preocupação com o espaço e o seu uso enquanto método, por parte da ESG, também vai além daquele proposto pelos autores nacionalistas autoritários. A preocupação de Oliveira Vianna, principalmente, seria com o entender o espaço para que se pudesse compreender o homem que se originaria desse espaço. Já os estudos da ESG não estavam apenas preocupados com a questão cultural e as práticas políticas dos homens de cada região, mas com aspectos ligados ao desenvolvimento nacional e também com a segurança nacional. A ESG, devido principalmente ao seu caráter militar, tem na geografia e no espaço uma fonte de percepção de potencialidades e também óbices, utilizando do jargão da instituição, e quais as possibilidades que o território possibilitaria. Logo, não se trata apenas de um condicionante cultural de uma população. Havia também clara preocupação com

¹⁶⁶ SILVA, Golbery do Couto e (militar). **Conjuntura Nacional** – Aspectos geopolíticos. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954, p. 18.

a segurança nacional, novamente o objetivo seria o de entender em que sentido um determinado espaço poderia contribuir ou não para essa segurança. De maneira geral, pode-se dizer que uma concepção estratégica, que não havia de forma clara nos pensadores autoritários, foi incorporada ao discurso e método da ESG, principalmente no tratamento do espaço e do significado que ele teria para o desenvolvimento dos trabalhos e propostas de estudo. De certa forma, o que se percebe é que o espírito militar e as preocupações próprias desta categoria social implicariam algumas mudanças no pensamento autoritário nacional, o que não as descaracterizaria, mas as dotaria de um sentido original ou mesmo próprio da ESG, pois, como afirmado, para se fazer parte de uma linhagem política não há necessidade de seguir à risca o discurso político original. Assim, a tradição de se analisar e interpretar deveria partir de dados empíricos continua, e também mais forte, a base de toda e qualquer atividade deveria ser a catalogação de dados. De maneira geral, e esse tema será desenvolvido mais a fundo com o desenvolver do capítulo, a ESG inaugurou uma vertente militar da linhagem política autoritária nacionalista.

Ainda na questão das regionalidades e da importância do conhecimento do espaço para a melhor compreensão da realidade nacional, pode-se citar a criação da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), que serviu de posto avançado da ESG. A ADESG, que seguia os mesmos modelos e métodos da ESG, realizaria em termos regionais o que a ESG se propunha fazer em termos nacionais. Significava grande fonte de informações e estudos sobre vasta variedade de locais e de suas elites. O conhecer o Brasil era uma das características principais da ESG e uma de suas maiores preocupações, justamente porque representava parte de um grande método para melhor desenvolver os seus estudos.

Sendo assim, do ponto de vista do método e de um posicionamento de maior cientificidade frente aos temas debatidos, pode-se dizer que a ESG manteve essa tradição e esse apreço por normas claras de se obter conhecimento, bastante influenciada pelos autores nacionalistas autoritários. Com destaque para o fato de um maior rigor na aplicação desses métodos e nas outras características que eles passaram a representar, tal como um pensamento mais estratégico e também as funções políticas. Logo, a ESG foi além de seus antecessores e tornou mais rígidos os processos, transformando-os, em certo sentido, com destaque para a

caracterização de busca por uma hegemonia política e também os aspectos militares que eram incorporados ao discurso político original. Assim, os discursos esguianos em relação ao método contribuem para que se fortalecesse cada vez mais o princípio de legitimidade que a instituição e seus representantes teriam na formulação de políticas e até de entendimento do país. O caráter “científico” ajudaria a desconstruir qualquer imagem de incompetência ou improvisado que pudesse transparecer, diferenciando-se, justamente, das elites, que eram uma de suas principais críticas. Se tal cientificidade pode ser conferida realmente à ESG, trata-se de uma abordagem para se pensar, mas o interessante aqui é perceber que se tratou de um traço marcante, como que um pilar que conferiria a estabilidade e uma possível proteção contra críticos. Talvez se esquecessem, porém, de que a crítica pode ser feita em relação ao conteúdo, não somente à forma de se obtê-lo.

3.3 Um erário de problemas: o Brasil fora do lugar

Oliveira Vianna e Alberto Torres realizaram uma série de observações sobre a sociedade brasileira, buscando analisar as suas características e como esse povo se portaria. Muito mais do que isso, esses autores passaram a perceber que a população brasileira tinha muitos problemas, ou características negativas, que impossibilitavam o próprio desenvolvimento do país. Assim, muito mais do que soluções, esses autores tentaram realizar uma verdadeira devassa sobre a sociedade nacional de forma a destacar os erros e também apontar possíveis soluções. Logo, um verdadeiro erário de problemas surge das páginas de Torres e Vianna, que mostram onde estariam os elementos desestruturadores da nação brasileira, apontando questões de ordem econômica, social, política e cultural. Não houve esfera de atuação que não sofresse críticas e não passasse por algum tipo de análise em busca de melhoras. O Brasil não estaria pronto, e havia a necessidade de se ajudar nessa construção. Nas palavras de Alberto Torres:

Os problemas de terra: da sociedade, da produção, da povoação, da viação e da unidade econômica e social, ficaram entregues ao acaso: o Estado só os olhos do fisco: e os homens públicos – doutos

parlamentares e criteriosos administradores – não eram políticos, nem estadistas: bordavam, sobre a realidade da nossa vida, uma teia de discussões abstratas, ou retóricas: digladiavam-se em torno de fórmulas constitucionais, francesas ou inglesas: tratavam das eleições, discutiam teses jurídicas, cuidavam do exército, da arma, das relações exteriores, imitando ou transplantando instituições e princípios europeus. Sob a impetuosidade do primeiro monarca e o academicismo do segundo, o mecanismo governamental trabalhou sempre, desorientado e sem guia, estranho às necessidades íntimas, essenciais, do nosso meio físico e social. [...] Somos um país sem direção política e sem orientação social e econômica. Este é o espírito que cumpre criar. O patriotismo sem bússola, a ciência sem síntese, as letras sem ideal, a economia sem solidariedade, as finanças sem continuidade, a educação sem sistema, o trabalho e a produção sem harmonia e sem apoio, atuam como elementos contrários e desconexos, destroem-se reciprocamente, e os egoísmos e interesses ilegítimos florescem, sobre a ruína da vida comum.¹⁶⁷

A passagem já demonstra algumas das principais críticas de Alberto Torres e que também podem ser estendidas a Oliveira Vianna: o despreparo das elites, o sistema político pouco identificado com o país, a população amorfa e a necessidade de uma reorganização geral em todos os setores. O interessante aqui é notar que a ESG também passa a adotar para si boa parte destas conclusões e, conseqüentemente, desses problemas.

Discute sobre os problemas de organização política do Brasil, da incompetência das elites dirigentes e da necessidade de uma nova mentalidade dessas elites, do povo sem preparo para um regime representativo de fato, da falta de objetivos nacionais e, do maior dos problemas, a própria falta de uma nacionalidade e de um patriotismo que seja próprio do Brasil. Assim, o que se percebe é que muitos dos temas foram transplantados e tratados, alguns com relativa semelhança, outros nem tanto pela ESG. A Escola Superior de Guerra adotou este grande erário de problemas e passou a pensar em uma maneira de melhor tratá-los. Fica claro que, como uma das herdeiras do discurso político dos pensadores nacionalistas autoritários, a ESG cumpre um papel em adaptar aquele discurso para outro contexto e até para outros objetivos, mas segue uma linha de crítica bastante similar à dos autores antigos, em se tratando de temas a serem abordados. A própria Doutrina de Segurança Nacional e também o papel que a

¹⁶⁷ TORRES, Alberto. **A organização nacional**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982, p. 62-63.

instituição busca cumprir, ou seja, a criação e destaque de objetivos nacionais e os óbices que travariam o desenvolvimento brasileiro e também a instituição como formadora de quadros para uma possível reestruturação das elites políticas nacionais foram significativos dessa linha de conduta. Sendo assim, os problemas foram tratados em primeiro lugar pela tese e as soluções logo após.

3.3.1 Há povo, mas não há nação: o dilema brasileiro

O maior problema do Brasil, de acordo com a leitura de Oliveira Vianna e Alberto Torres, seria a falta de uma nacionalidade concreta, de um sentimento ou conjunto de símbolos que pudesse agregar de fato a população e que a fizesse sentir-se como participante de algo maior. Em outros termos, o Brasil teria uma população, um território, mas não seria uma nação, faltaria uma série de componentes, sejam materiais ou mesmo simbólicos para transformar a grande massa populacional, totalmente dispersa, em um todo humano, coeso e identificado com os seus ideais e objetivos. Desta forma, compreender os problemas brasileiros, de acordo com aqueles pensadores, era entender que a base de todos esses problemas perpassaria pela falta de um genuíno sentimento de nação. Pode-se dizer que este era um dado estrutural, desde os maiores problemas, até aqueles mais específicos teriam na falta de um sentimento de nação um componente prejudicial e que contribuiria para que o problema se mantivesse. A falta de um sentimento de nacionalidade pelo povo brasileiro estaria para os problemas tal como um Estado forte estaria para as soluções desses problemas. Oliveira Vianna deixa esse posicionamento bem nítido em vários momentos de sua obra, aqui uma passagem da obra *Problemas de política objetiva*:

O nosso grande mal – já o vimos – é justamente, de um lado, a ausência de um ideal nacional, a fraqueza do sentimento do interesse coletivo, a debilidade do instinto político; de outro, a exacerbação do espírito de localismo, de faccionismo e de mandonismo. Ora, tudo isso são elementos que irão naturalmente impedir que o Poder Coordenador, organizado à maneira de Torres,

venha a exercer as funções benéficas que lhe cabem na vida da nacionalidade.¹⁶⁸

Esse discurso de necessidade da fundação de uma nacionalidade brasileira é bastante forte entre os militares, e aqui nem é necessário destacar a ESG ou os Padrinhos do Brasil, mas os militares como um todo têm um sentimento em relação a termos como nacionalidade, nação, pátria, patriotismo, etc. muito forte. Assim, o discurso de que a população, de maneira geral, não tinha um forte apreço pela concepção de pátria já significava um apelo muito forte para os militares. Aqui, volta-se ao discurso de exclusividade e de valor que os militares usavam para se distinguir das outras categorias sociais que não se preocupariam tanto quanto eles na formulação de um país melhor. Logo, não se trata apenas da ESG, do ponto de vista militar, a desenvolver um discurso em que concordaria com essa análise dos autores nacionalistas autoritários, mas de quase todas as instituições castrenses. Nítido estava para a ESG que a nacionalidade era um dos temas centrais para que o Brasil encontrasse os seus rumos de desenvolvimento. Mais do que isso, a ESG não só adotou esse discurso como, de certa forma, subverteu-o, uma vez que a própria instituição seria a responsável por criar esta nacionalidade, ou em desvendar os traços característicos da mesma.

Novamente, os militares foram colocados como os elementos centrais para que se pudesse gerar e disseminar esse tipo de nacionalidade ou mesmo atitudes próprias para o desenvolvimento da nação. De acordo com o documento da ESG, *A ação do Exército no programa de governo*:

O quartel, como escola destinada a preparar o cidadão, para o fim específico de transformá-lo em reservista, vê ampliar-se a sua missão fundamental, no campo social e cívico, por força de dois grandes fenômenos que caracterizavam a presente conjuntura brasileira: o da interiorização do progresso, que dá novas dimensões ao mapa populacional do País, e o da política do atual Governo, que empresta ênfase prioritária à valorização do homem brasileiro.¹⁶⁹

¹⁶⁸ VIANNA, Oliveira. **Problemas de política objetiva**. Rio de Janeiro: Record, 1974, p. 60.

¹⁶⁹ *A ação do Exército no programa de governo*. Rio de Janeiro: ESG, 1968, p. 14-15.

Mais interessante é o próprio desenvolvimento desse texto que deixa claro que a instituição que deveria fundar e difundir essa nacionalidade seria justamente a ESG. Não de forma nominal, mas ao ser utilizado o binômio “Segurança e Desenvolvimento” como a chave para o desenvolvimento nacional, fica implícito o papel da instituição nesse processo:

Não há, sem qualquer dúvida, nenhum outro caminho para que um povo possa assegurar os seus destinos, preservar as suas liberdades e defender a sua soberania, fora do binômio desenvolvimento e segurança, como termos independentes, cada qual atuando em benefício do outro, sobretudo numa nação jovem, com uma extensa e vulnerável linha de fronteiras a guarnecer, tendo que ordenar o povoamento dos largos espaços vazios por ela abrangidos, de modo a antecipar-se às graves consequências que, do contrário, poderão advir do fenômeno da explosão demográfica desordenada sem que esteja preparada para conduzi-la e recebê-la, em termos de organização.¹⁷⁰

Assim, na questão da necessidade da nacionalidade há um grande consenso entre ESG e os pensadores autoritários do Brasil; a diferença é a forma como a ESG se coloca, junto com o Exército, como a formuladora e principal condutora desse processo. O problema e o objetivo central de se ter uma nação é praticamente idêntico, apenas os idealizadores dessa nação que passariam a ter nome com a ESG. E também não se pode negar que a segurança assume ser um componente dessa nacionalidade. Mais do que qualquer outra característica de cunho social, econômico ou mesmo cultural, a segurança começa a ser tratada como um dos integrantes dessa nacionalidade, seus imperativos deveriam ser interiorizados de forma definitiva pela população de maneira geral, inclusive as elites, como uma das essências da Nação. Com isso, percebe-se que as ideias e discursos políticos da ESG têm forte influência desses pensadores, e que o seu papel era quase de adaptação a esse ideário para uma visão mais militar, ou seja, inculcar o conceito de segurança nesse processo, um grande trabalho. O processo de unidade nacional se constituiria, desta forma, na defesa daquilo que fosse considerado como importante, assim, se não do ponto de vista simbólico, a segurança era interpretada como um importante componente de manutenção que deveria perpassar toda a formação do nacional.

¹⁷⁰ A ação do Exército no programa de governo. Rio de Janeiro: ESG, 1968, p. 19.

A busca e a necessidade de uma nacionalidade brasileira vem de longa data. Desde o momento em que o Brasil se viu independente, em 1822, já se pensava em um modelo de nação que pudesse amalgamar a população e da mesma forma projetar algum tipo de valores em comum que seriam de suma importância para a população brasileira. A fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, logo no princípio do Império, pode ser visto como um desses atos de busca de uma nacionalidade. E outro dado interessante é que a busca por **essa** nacionalidade sempre estava atrelada há algum tipo de interesse político e não uma inocente busca da alma nacional. O importante é destacar que essa busca não se restringe a Alberto Torres e Oliveira Vianna, mas que vários intelectuais já foram em busca do que seria o povo brasileiro e a de formar esse povo. Nas palavras de Nilo Odalia:

As razões que levaram uma parte significativa e importante de nossa intelectualidade, por mais de cem anos, a preocupar-se com os problemas políticos de nossa formação nacional, decorrem, primeiramente, do fato de que superado o período colonial impunha-se a missão de se constituir da herança legada pela colônia uma nação e um povo. [...] Oliveira Vianna é um dos mais tardios representantes dessa corrente, o que não deve ser entendido que as preocupações que norteavam suas reflexões tenham desaparecido. Elas não morrem, permanecem em estado letárgico, que ao primeiro sopro de ventos favoráveis, ressurgem – como é fácil comprovar-se observando-se o tipo de organização social e política aqui implantada pelos dirigentes no período de governos militares, iniciada em 1964.¹⁷¹

O entendimento das bases do que seria a nação brasileira e também a formulação dessa nação foi uma das principais preocupações tanto de Alberto Torres quanto de Oliveira Vianna, e havia um norte nesta preocupação, que era o de não tomar outra nação como exemplo. Aliás, uma das maiores críticas desenvolvidas por esses autores é justamente a forma como as elites brasileiras copiavam as estruturas sociais e políticas de outros povos, com destaque para os EUA e países europeus. A busca, então, não seria por modelos externos e a consequente imposição desses modelos para o padrão brasileiro, mas a de criação de um modelo político social que coubesse dentro da sociedade brasileira, de algo que fosse tipicamente brasileiro. A crítica a esses estrangeirismos da política

¹⁷¹ ODALIA, Nilo. Oliveira Vianna – a teoria do Estado. In: BASTOS, Élide Rugai ; MORAES, João Quartins de (org.). **O pensamento Oliveira Vianna**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993, p. 145-146.

nacional estaria presente em uma série de outras críticas desses autores. E até se tornou um dos discursos mais distintivos desses autores, que lhes proporcionou certa personalidade dentro do pensamento sobre a nacionalidade brasileira e a sua busca. Ainda nas palavras de Nilo Odália:

Para esses intelectuais pensar a realidade brasileira, tendo por parâmetro uma história comparativa na qual aparecem, de um lado, os Estados Unidos da América – o exemplo definitivo do sucesso de uma ex-colônia – e, de outro, os países da Europa, que mostram como ocorre o processo histórico de formação da solidariedade intrínseca à constituição de uma nação, não só é uma necessidade, como é também o exercício de uma habilidade especial: contornar e, se possível, superar os entraves impostos por aquelas teorias à possibilidade de se fazer do Brasil uma nação. Não se trata, portanto, de buscar na história dos Estados Unidos ou da Europa soluções acabadas com a nossa situação, embora em outros autores esse procedimento seja comum. Trata-se, antes, do exercício de encontrar soluções próprias que viabilizem o que parece ser, teoricamente, impossível. As maiores dificuldades situam-se na adaptação de conceitos, como os da influência do meio na construção de sociedades humanas, ou os de raça, às nossas condições histórico-sociais e geográficas, pois eles deveriam tornar-se aqui positivos e não negativos.¹⁷²

O discurso de criação de uma nacionalidade para o Brasil passou a ser fundamental, uma vez que a partir dessa nacionalidade se deveria pensar o modelo político e social brasileiro. O esforço sociológico que os autores depreendem, e a própria ESG também mantém, não é algo fortuito ou mesmo com fins apenas de conhecimento, mas uma base para que se possa melhor atuar nessa sociedade. Nesse ponto, o destaque é para a visão elitista que os autores tinham, ou seja, não se pretende conhecer o povo, mas esse conhecimento é crucial para que se pudesse moldar esse povo, para que se pudesse mostrar o melhor caminho que deveria ser seguido. Em outras palavras, a nacionalidade não partiria diretamente da população, mas através do conhecimento dessa população, para a qual se poderia pensar um modelo de nacionalidade que melhor a contemplasse. De forma mais precisa ainda: o modelo de nacionalidade deveria tapar as lacunas e resolver os problemas dessa população.

¹⁷² ODALIA, 1993, p. 147.

Termos como criação da nacionalidade ou criação da nação não podem ser considerados estranhos dentro do discurso político de Oliveira Vianna e Alberto Torres, pois o objetivo era justamente esse: criar uma nação no lugar em que haveria uma população dispersa e tida como sem nenhum tipo de solidariedade ou identidade entre si. A grande diferença seria a construção dessa nacionalidade de acordo com o material humano disponível; não era uma imposição, mas uma adequação conforme a realidade nacional. Conhecer para intervir e também para criar. Nesse processo, um dos pontos que Alberto Torres destaca é a necessidade de se definir os interesses nacionais que pudessem ser compartilhados e vistos pela população de forma geral como deles também. Estabelecer uma ligação entre o povo, as necessidades nacionais e o destino/objetivo que se queria atingir, fazer com que todos percebessem se tratar de uma vitória da nação, e não de um grupo, residiria aí o cerne da nacionalidade, valores, símbolos e interesses em comum. Nas palavras de Alberto Torres:

A razão de um povo só se forma com o conhecimento de seus interesses: sua energia só se educa com a prática firme de um programa de soluções: aquela depende de estudo, como esta de hábito: estão as duas subordinadas à consciência da realidade objetiva da terra habitada, de suas faculdades produtivas, de seus problemas, de seus destinos. A mais elementar condição desta consciência é a existência, não de um simples nexos afetivo ou político, mas de uma comunidade de relações e de interesses morais, sociais e econômicos. Um país só possui integridade e união quando cobre a sua terra, e envolve os seus habitantes, um forte tecido de relações e de interesses práticos: se esses interesses e essas relações não resultam espontaneamente da natureza da terra e do caráter do povo, é indispensável criá-los.¹⁷³

A Escola Superior de Guerra também adotou o discurso de falta de algum tipo de princípio de coesão nacional como uma das causas do atraso brasileiro, como dito, a ideia de nação era muito forte e importante para os militares de forma geral, não somente na ESG. Mas, muito mais do que a falta de uma nacionalidade, a ESG acaba por adotar o pressuposto de que se deveria criar essa nacionalidade, haveria a necessidade de um guia para esse tipo de ação. Assim, não só havia discussões em torno do que seriam as características nacionais brasileiras, como também uma

¹⁷³ TORRES, 1982, p. 69-70.

preocupação muito grande com os interesses nacionais que deveriam ser criados e seguidos.

A ESG, desse modo, não se limitaria a reforçar as palavras de Alberto Torres e de Oliveira Vianna, estes convictos de que o Brasil precisaria de um sentimento de nacionalidade mais forte, porém, forjado. Era imperioso, segundo a ESG, que se mostrasse qual a nação que seria ideal para a população e para as elites, como que um guia do que seria o Brasil. Assim, os constantes estudos sobre o Brasil confeririam certa legitimidade para que se tivesse a palavra final, ou pelo menos assim se esperava. Nesse ponto a preocupação com a criação dessa nação se torna muito maior para a ESG, e, por fim, o que se percebe é uma nacionalidade moldada segundo os interesses da instituição, o que ela considerava como ideal e correto. Traços da cultura brasileira foram destacados, portanto, mas dois pontos merecem especial destaque: o discurso da segurança nacional e dos interesses nacionais (permanentes ou conjunturais). Nas palavras de Cordeiro de Farias sobre a importância da segurança nacional como um componente da nação brasileira:

Verificamos assim, por essa mera afirmativa, que, se é fácil a compreensão do que seja segurança nacional, não se pode, na prática, defini-la. A verdade é que ela se torna imprescindível à própria existência da Nação, compreendendo a totalidade de seu potencial, como alicerce sobre o qual se desenvolvem todas as suas atividades. A solidez desse alicerce, isto é, o estado de segurança nacional, deve ser entendido, por exemplo, descendo a detalhes, para o caso de países como o Brasil, no fato, entre outros, de poder ser assegurada aos cidadãos integrantes da sociedade a liberdade para realizar ao máximo suas vidas e oportunidades, em se ter uma economia livre, sem sofrer limitações senão naquilo que colida com o interesse público, no respeito e no exercício dos direitos e garantias individuais dentro de nossas tradições, que a todos se assegura independência e meios necessários à vida, na execução, por todos, de suas obrigações e deveres (bem-estar), condições todas garantidas pela orientação do governo e partidos políticos através de atos e objetivos que tenham por finalidade atender aos supremos interesses da coletividade, numa ação de política externa, firme e decidida, embora acarretando sacrifícios pessoais ou coletivos, acorde com os objetivos permanentes do Estado e que encontre no Povo, consciente e psicologicamente preparado, uma compreensão exata (Política de Segurança Nacional).¹⁷⁴

¹⁷⁴ FARIAS, Oswaldo Cordeiro de (Gen. Exército). **A segurança nacional no panorama mundial da atualidade**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1961, p. 17-18.

Mas não se trata de apenas perceber a importância da Segurança Nacional, de acordo com a ESG, para a ideia de nação, mas o fato de o conceito de segurança ficar em aberto. Ao ser aceita a importância da segurança nacional para o entendimento da nação, como um elemento que resguardaria os cânones nacionais de qualquer perigo e deixa esse conceito em aberto, o discurso de formação da nação se transforma em um discurso de poder. Em outras palavras, o conceito de segurança nacional tem que ser aberto para que possa se ajustar e atuar em qualquer momento e situação em que se sinta necessário. E, assim, dois outros pontos se fazem necessários para que possa melhor compreender essa análise: a conjuntura de produção de material e de quem seria a palavra definidora do que seria segurança. Em um momento de guerra fria e em uma conjuntura política nacional em que o golpe político ainda era considerado uma manobra válida e fica claro a ESG como instituição definidora do que seria a segurança nacional, um discurso de nacionalidade se torna em poder. A funcionalidade desse discurso pode ser discutida, mas a sua intenção é forjar a ESG como um centro, não de estudos, mas campo decisório em âmbito nacional. Muito mais do que o discurso político e as suas ideias, a ESG teria uma intenção de poder de fato e não de discussão, aliás, algo próprio dos militares de forma geral.

Ainda nessa discussão acerca da nacionalidade, havia a definição do que seriam os interesses nacionais. Aspectos importantes para a formação da nacionalidade, segundo Alberto Torres, e que também foram adotados pela ESG como uma forma de melhor definir quais os rumos que o país deveria formar. O importante é destacar que, tal como o conceito de Segurança Nacional, os interesses nacionais, fossem eles permanentes ou não, acabam por ter uma amplitude muito grande, sem uma definição clara. Novamente o discurso do poder passa a fazer efeito, a não definição passa a conferir uma capacidade muito grande de mudança e de atuação de acordo com o momento e com os interesses dos formuladores desses interesses, nessa situação, a Escola Superior de Guerra. Os interesses nacionais funcionariam como elementos executores, que apontariam as necessidades e anseios naquele determinado momento. Ainda nas palavras de Cordeiro de Farias:

A política de Segurança, encarada como conjunto de normas e fatores psicossociais, políticos, econômicos e militares, não como força isolada, mas agindo reflexivamente ante os efeitos da interpenetração dos interesses globais, dá, em verdade, a orientação para a conduta da Nação no mundo e, conseqüentemente, para as atitudes que assume na sua manutenção. Não precisamos afirmar, pois o dissemos explicitamente, em todas essas considerações, que os problemas de segurança nacional não se traduzem em termos de força armada, dizendo respeito a toda potencialidade material e moral na nação, sem cuja grandeza, mesmo que, se para o Poder Militar fossem encaminhados todos os recursos do País, nenhuma significação ele teria.¹⁷⁵

Sobre os interesses nacionais e sua importância houve outras passagens, com destaque para a de Vasco Tristão, que corrobora com a análise de que os interesses nacionais serviam de guia, mas também dispunham de uma grande abertura que possibilitava o seu uso como um possível elemento de poder:

A fim de realizar os interesses e as aspirações nacionais, alcançando em cada caso os objetivos nacionais permanentes, através das ideologias nacionais, seguindo as tendências ora realistas, ora idealistas, ora utópicas e ora oportunistas, respeitando os princípios políticos e sua hierarquização, seguindo ou afastando-se do que se conveio chamar a tradição histórica. [...] Uma opinião pública esclarecida sobre os objetivos nacionais atuais, consciente dos interesses nacionais permanentes, convencida do acerto do fundamento ideológico da política do governo nacional constitui, sem dúvida, um alicerce sólido e quase inabalável para o exercício do poder da nação; e o seu reflexo no âmbito externo será tanto maior, quanto for efetiva a sua ação no âmbito interno.¹⁷⁶

Portanto, a formação da nação é um problema de suma importância para os pensadores autoritários nacionalistas e também o foi para a ESG, que acabou por se utilizar desse discurso de falta de nacionalidade para que pudesse criar meios e um discurso de poder efetivo, que possibilitaria e criaria um conceito, o de segurança, para a participação no debate político com um elemento que seria próprio da ESG e dos militares.

¹⁷⁵ FARIAS, 1952, p. 19.

¹⁷⁶ CUNHA, Vasco Tristão Leitão da. **O poder Nacional** – seus fundamentos políticos – a ação política no âmbito externo. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954, p. 3-4.

3.3.2 Um povo sem cara: o problema da formação nacional

Os problemas de falta de nacionalidade entre os brasileiros, como indicado, era visto como um dos principais entraves para a formação de uma nação forte que soubesse entender os seus interesses e as suas maiores necessidades. Mas um ponto interessante seria a análise dos motivos que fizeram com que essa população pudesse ser considerada desinteressada ou sem uma noção do seu papel dentro da nação brasileira. Aliás, a noção de nacionalidade defendida pelos pensadores autoritários, como também pela ESG, é carregada não apenas de simbolismos ou valores, mas também de uma visão prática muito forte. Ou seja, não se tratava apenas de construir uma identidade, e sim de valores que acabassem por desenvolver algum tipo de finalidade prática e de atuação para essa população.

Assim, não caberia a simples afirmação de que o liberalismo, ou mesmo outras ideologias “importadas”, não serviria ou não teria apelo entre a população brasileira. Haveria de se analisar as razões que levam essa população a não ter esse nacionalismo completo e também certo sentido de responsabilidade que viria com ele. Segundo esses pensadores, não haveria na população nenhum tipo de responsabilidade ou de sentimento de dever para com a pátria. Um povo deixado a sua própria sorte, que não sentiria a força de um Estado bem organizado, ou se sentia, seria muito mais para a repressão do que para a ajuda. Logo, a conclusão era de que havia um povo despreocupado, não no sentido de desleixo, mas em virtude da própria falta de capacidade de visão e de reconhecimento da realidade, dos deveres, dos interesses e do que seria o nacional, portanto. Vigorara uma total falta de entendimento do conceito de público, nas palavras de Oliveira Vianna:

Não temos (e, quando dizemos não temos, entende-se: com a força que esses sentimentos têm nos povos que nos servem de paradigma), não temos o sentimento dos grandes deveres públicos; como não temos o sentimento dos grandes deveres públicos; como não temos o sentimento da hierarquia e da autoridade; o respeito subconsciente da lei; a consciência do poder público como força de utilidade social. Nenhum desses sentimentos existem em nós, pelo menos na sua forma objetiva, prática, militante, como os vemos

exibirem-se, por exemplo, nas sociedades saxônicas dos dois mundos.¹⁷⁷

Porém, o que levaria a essa situação? Uma das críticas é com relação ao próprio Estado brasileiro, considerado como não representativo dos anseios nacionais. Representativo aqui não no sentido eleitoral, mas no fato de que o próprio Estado não teria a capacidade de reconhecer os anseios nacionais. Entretanto, o foco aqui seria sob o aspecto populacional, o que levou a essa quase total dissociação entre pessoa e sentimento de nacional.

Os pontos mais abordados pelos pensadores autoritários estariam relacionados à própria extensão do território brasileiro e às atividades econômicas principais e também a própria formação histórica do Brasil, que levou a essa dissociação. A falta de vínculo entre as pessoas e o Estado, e às vezes até mesmo com outras pessoas, levou a essa falta de identidade. A geração de identidade é um processo bastante complexo que envolve uma série de fatores, cada caso tem que ser analisado em sua especificidade, e, ao se levar em consideração que muitos processos identitários foram e são manipulados por interesses diversos, completa-se o cenário mais caótico ainda. No caso dos pensadores autoritários a busca pela resposta repousaria em termos mais científicos, ou pelos menos, assim considerado por eles, entender quais os elementos que levariam a essa vacância da sociedade brasileira. A ESG também seguiria por esses rumos, a busca de uma explicação racional para esses problemas e, ainda em sua linha de raciocínio, a também busca de soluções para esses problemas. Apesar de ter uma visão para a sociologia, também a História e a psicologia comporiam um quadro que ajudaria Oliveira Vianna a “desvendar os problemas nacionais” e buscar as suas soluções. A cientificidade sempre esteve presente, nas palavras do próprio Oliveira Vianna:

Empreendi desde então uma obra, árida às vezes, às vezes cheia de inefável encanto: investigar na poeira do nosso passado os germes das nossas ideias atuais, os primeiros albores da nossa psique nacional. O passado vive em nós, latente, obscuro nas células do nosso subconsciente. Ele é que nos dirige ainda hoje com a sua influência invisível, mas inelutável e fatal. [...] Mais do que nessas nações milenárias, esse passado, tão novo ainda, é para nós do mais alto interesse. Nele estão os moldes ainda quentes, onde se

¹⁷⁷ VIANNA, Oliveira. **Problemas de política objetiva**. Rio de Janeiro: Record, 1974, p. 42.

fundiram essas idiosincrasias que nos extremam e singularizam, como povo, entre todas as nações da terra.¹⁷⁸

Em seus estudos, então, Oliveira Vianna apresenta o latifúndio de forma um pouco dúbia, em que aparece como o centro formador do Brasil, e, devido a isso, deve-se entendê-lo como o ponto fundamental para a compreensão da nacionalidade e também como ponto desagregador, uma vez que o latifúndio instituiria uma relação muito distante entre os brasileiros, o que contribuiria para um processo de desagregação ou de isolamento.

Assim, se a origem de nossa nacionalidade poderia ser percebida no campo, também muitas outras características que não seriam tão interessantes. A dificuldade de se formar uma unidade nacional (unidade entendida em dois termos, espiritual e material) também estava no rural. A formação histórica brasileira levou à não formação de algum tipo de centro de atração da população, a cidade não era um elemento necessário para a população de forma geral. O latifúndio ganhava características autossuficientes e cada proprietário vivia praticamente como um rei em suas propriedades. Ora, os efeitos nocivos desse tipo de prática foram enormes; além de contribuir para a formação de laços de estabilidade local e não nacional, também havia a noção de que não havia a necessidade de relação com o mundo externo. Era a formação de vários “micropaíses” em território nacional. Tanto os portugueses como o modelo de produção implantado no Brasil geraram essa situação, ou pelo menos assim interpretou Oliveira Vianna:

Com efeito, os quadros sociais dos nossos campos não têm a variabilidade dos grandes centros. Dentro deles vivem sempre os mesmos homens, as mesmas famílias, as mesmas tradições. Os seus elementos componentes não possuem essa instabilidade, que é própria aos elementos urbanos, e isto porque a terra os prende e os fixa de uma maneira hereditária. Essa estabilidade dos grupos familiares superiores permite que se forme, no meio rural, uma trama de relações sociais também estáveis, permanentes e tradicionais. Esses grupos se conhecem mutuamente nas suas qualidades, gênios, tendências e idiosincrasias, ou tradicionalmente se odeiam. Sociedade rarefeita, de círculo vicinal limitado, todos, por isso

¹⁷⁸ VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005, p. 49-50.

mesmo, se nomeiam, se cumprimentam e mantêm entre si uma certa comunidade de simpatias e afeições.¹⁷⁹

A ESG também busca uma solução para esse impasse, que seria um dos pilares que acabaram por gerar a falta de nacionalidade e, conseqüentemente, a série de problemas para a formação do Brasil potência, em jargão da própria instituição. É importante, porém, assinalar que algumas vezes a ESG não busca a análise do problema por si só, apenas adota a visão dos pensadores autoritários e propõe uma solução. Então, não se vê um estudo sobre os problemas da desarticulação nacional ou os motivos que levaram a essa desarticulação, mas a adoção desse problema e alguns pontos para a sua solução. Quando muito houve uma constatação desse problema e que era algo a ser contornado para que se pudesse melhor organizar o país. Assim, o que se percebe como herança é noção do espaço nacional como potencialidade e também como problema para a formação e articulação do nacional.

Sob a ótica interpretativa, da mesma forma que Oliveira Vianna buscou desmembrar o país para melhor entendê-lo, assim, destacou a formação mais central do Brasil, os homens do sul e também a típica população do norte e nordeste. Houve autores que, em trabalhos de análise para a ESG também partiram dessa concepção. Não em sua totalidade, não houve o diagnóstico dos mesmos tipos humanos e regiões características, mas a criação de tipos ligados a determinados lugares. Muito mais do que o resultado, houve uma influência por parte do método que foi utilizado por Oliveira Vianna para a definição dos tipos nacionais.

Em estudo feito nesta escola, Amoroso Lima aludiu à coexistência no Brasil de quatro planos de cultura: a cultura atlântica que se observa nas grandes cidades; a cultura mista dos pequenos centros urbanos e fazendas organizadas em nível de exploração mais adiantado, a cultura caipira das fazendas rústicas e do sertão e, por fim, a cultura primitiva que domina nas selvas. Com exceção dessa última, que tem recebido pequeno ou quase nenhum influxo das demais, através da catequese do serviço de proteção aos índios, as três outras têm,

¹⁷⁹ VIANNA, 2005, p. 89.

no que respeita ao fundo da psicologia coletiva, características comuns.¹⁸⁰

Nesse caso, muito mais do que uma definição precisa de como a população brasileira deveria ser dividida, o importante é notar que havia um interesse por esse entendimento do nacional. Era de suma importância para a ESG e de certa forma para os militares como um todo, como representar algo que não se conhece. Como se colocar como uma das instituições que estariam à frente no entendimento e proposição dos interesses nacionais se não houvesse uma clara percepção e compreensão do objeto de pesquisa ao qual eles estivessem ligados? Esse é um ponto nevrálgico da ESG, ela se propôs a ser uma escola que estudaria o Brasil a fundo, e como tal deveria estabelecer as formas em que se poderia melhor entender o país. O seu sucesso, ou não, nessa empreitada, pode ser questionado ou discutido. Porém, não se pode negar que houve uma vontade nesse sentido. Afinal de contas, propor sobre alguma coisa, inclusive um país, passa pela compreensão do mesmo.

A questão do espaço ficaria esquecida então? A ESG se apegou ao modelo e ao método e não aos resultados? Não! O espaço foi também uma das maiores preocupações da ESG, há trabalhos que discutem sobre modelos de governo que dessem conta da imensidão territorial brasileira e, essencialmente, houve vários trabalhos sobre geopolítica que discursaram sobre a necessidade de uma maior integração nacional. A geopolítica, nesse caso, não pode ser atribuída tão somente aos pensadores autoritários nacionalistas. O estudo da geopolítica pela ESG tem várias influências, com maior destaque para a conjuntura da época e para o crescimento do país. Como dito anteriormente, o objetivo desse trabalho não é o de desqualificar outras abordagens que trouxeram indiscutíveis avanços para a compreensão do tema, mas o que aprofundar sobre uma faceta que ainda não foi bastante explorada.

Outra característica importante que tanto a ESG quanto os pensadores autoritários tinham era uma valorização da tradição e o cuidado com as rupturas e quebras com um sistema preestabelecido. Se o latifúndio era visto como um

¹⁸⁰ ATHAYDE, Belarmino Maria Austregésilo. **Conjuntura Nacional** – características psico-sociais do povo brasileiro. C – 38 – 54. Rio de Janeiro: ESG, 1954, p. 13.

elemento que ajudava a explicar a falta de coesão nacional, e, portanto, era parte do problema, em nenhum momento foi atacado de forma contundente, pois era representativo de uma série de traços brasileiros, era tradicional, portanto¹⁸¹. A defesa daquilo que era tido por tradicional foi um traço que esses pensadores e a ESG compartilhavam. A ruptura profunda e rápida jamais foi um pensamento que perpassou por eles, sempre se deveria ter um cuidado muito grande com tudo aquilo que pudesse representar a ligação com o passado ou mesmo a manutenção de algum tipo de traço cultural que seria essencial. Isso já mostra um pouco o processo de mudança que foi adotado, algo paulatino, que em momento nenhum desafiava o *status quo* ou mesmo a ordem vigente, mas que assegurasse os devidos valores nacionais. O discurso político da tradição, inclusive, foi de suma importância; qualquer elemento que não pudesse ser tachado como tradicional, fatalmente, era visto como odioso ou malquisto. Em uma passagem de um texto bastante ilustrativo chamado “Aspirações e interesses nacionais”:

A estática social é que mantém a tradição e a tradição é a continuidade, é a ligação com o passado, é a preservação dos valores, é a fidelidade às fontes. Tudo isso representa o próprio núcleo vital de uma nacionalidade. Toda ruptura com o passado, toda condescendência com as tendências desagregadoras, toda deserção em face das tentativas externas de conquista ou de exploração, representam sinais de fraqueza e de perturbação grave no metabolismo natural das forças de conservação de um povo. A estática social não é uma posição de passividade. Não é uma imobilidade em face do movimento. Não é um sinal negativo. É uma força positiva, apenas dirigida à preservação da nacionalidade em suas raízes.¹⁸²

Ora, mas e o discurso de mudança e transformação? Em primeiro lugar, percebe-se que mudança deveria ser um processo tutelado e guiado, sem nenhum tipo de participação popular, e, em segundo lugar, da parte da ESG, a mudança era de cunho material, modernizar o país seria torná-lo apto para a competição

¹⁸¹ A leitura dos textos de Oliveira Vianna e também de seus intérpretes também aponta para o saudosismo do autor, já que ele foi criado em uma fazenda, o que apontaria traços pessoais nessa defesa do latifúndio. Não descartamos essa possibilidade, apenas demos um foco maior no escopo de maior interesse para o trabalho em questão.

¹⁸² Aspirações e interesses nacionais (Objetivos Permanentes do Brasil). Civilização Brasileira. C – 31 – 54. Rio de Janeiro: ESG, 1954, p. 4.

internacional e incluí-lo em um rol de países desenvolvidos, a população era um elemento que, no mínimo, deveria ser vigiado.

Portanto, os elementos que levaram à não formação da nacionalidade apontaram caminhos para a mudança e para que se pudesse reverter esse quadro, mas não se pode entender isso como fim desses elementos, e sim se pensar em um processo que conseguiria a integração sem a destruição de traços componentes da História e da própria formação da população brasileira.

3.3.3 O despreparo e o comodismo: as elites no discurso político dos pensadores autoritários e da ESG

A nacionalidade não seria apenas uma simples soma de população com as características de um território, vários outros fatores foram de fundamental importância para a compreensão dos problemas de nacionalidade no Brasil, e, não só a “população comum” seria a culpada, mas em grande parte também as elites. O discurso político de incompetência das elites perpassaria todos os personagens políticos aqui envolvidos: os pensadores nacionalistas autoritários deram uma forte atenção nesse sentido, em relação à cultura política dos Padrinhos do Brasil; pode-se dizer que se trata de um dos seus discursos fundantes e, como consequência, a ESG se apresenta como portadora também dessa crítica.

Esse seria um dos focos de maior atenção: as elites. Nos trabalhos de Oliveira Vianna e Alberto Torres, há uma clara crítica às elites nacionais. Essas elites que deveriam ser as condutoras de todo o processo político e dos interesses nacionais, mas não havia essa possibilidade com as elites que existiam no país, ou pelo menos com aquelas que detinham o poder político no momento em que esses autores faziam as críticas. As elites não seriam apenas incompetentes, aliás, a incompetência, de acordo com os próprios autores, ainda seria um mal, porém, com uma possibilidade de “solução” mais eficaz e fácil. O grande problema seria o egoísmo e a falta de um pensamento mais em aspectos nacionais dessas elites. Ou seja, a maior crítica era em relação a essas elites pensarem apenas em seus interesses mais imediatos e elementares, não se queria algum tipo de

desenvolvimento mais amplo e que realmente colocasse o Brasil em um rumo de crescimento ideal. A ideia seria responder aos interesses privados das próprias elites e de seus aliados. A formação histórica brasileira demonstra uma possível explicação desse egoísmo, segundo Oliveira Vianna, em *Populações meridionais do país*:

Não é, porém, indiferente, para essa atuação do meio rural, que a sociedade, que nele vive, se assente sobre a base da pequena propriedade ou da grande propriedade. Rural é o luso: mas, o luso não conhece a grande propriedade, formada na imensidão territorial do Novo Mundo. É o homem do pequeno domínio, filho de uma sociedade densa, concentrada, compacta, que pratica a solidariedade vicinal e urbaniza a aldeia. Nós somos o latifúndio. Ora, o latifúndio isola o homem; o dissemina; o absorve; é essencialmente antiurbano. Nesse insulamento que ele impõe aos grupos humanos, a solidariedade vicinal se estiola e morre. Em compensação, a vida da família se reforça progressivamente e absorve toda a vida social em derredor. O grande senhor rural faz da sua casa solarenga o seu mundo. Dentro dele passa a existência como dentro de um microcosmo ideal: e tudo é como se não existisse a sociedade.¹⁸³

O que se percebe, pela análise dos textos, é um tipo de personalismo próprio das elites nacionais e que seria transplantado para a política. As elites seriam extremamente personalistas, orgulhosas de si mesmas, como que um misto de espírito de nobreza e sentimento de desbravadores, que culminaria em um tipo que se sentia dono de uma determinada região. Um dos grandes males dessa elite é o total descompromisso com a ideia de público e privado. O poder público seria uma simples extensão das posses dessas elites, e as maiores críticas viriam daí, já que não haveria nenhum tipo de compromisso com qualquer coisa que tivesse esse aspecto de nacional. E também havia o interesse de manutenção desse próprio sistema, não era de interesse dessa elite deixar que esse sistema fosse alterado. Esse era um dos maiores desafios: não apenas mudar o sistema político e seus problemas inerentes, mas transformar, quase que por completo, a atitude e a mentalidade das elites políticas do país naquele momento. Oliveira Vianna, ao discorrer sobre a organização partidária no Brasil, deixou claro esse personalismo e como essas elites egoístas atrapalhavam o processo de desenvolvimento político nacional. A passagem é da obra *Problemas de política objetiva*:

¹⁸³ VIANNA, 2005, p. 89.

O nosso povo não está, pois, pelo estado de desorganização das suas classes econômicas, preparado para assegurar condições de viabilidade a organizações partidárias com programas gerais, de caráter não pessoal. Mesmo que elas consigam estender-se por todo o país, será difícil, senão impossível, evitar que os seus centros regionais de direção fujam ao determinismo do meio local, que acabará impelindo-os para o campo das ambições personalistas. [...] Sem esta base de apoio – que é social e não política – todas essas tentativas que estão sendo feitas, aqui, de organização de partidos impessoais ou antipersonalistas não passarão, por enquanto, de simples agitações de superfície, brilhantes, mas efêmeras – como tantas que se tem operado em nossa história.¹⁸⁴

Apesar desse discurso contra as elites e também do apoio a um Estado forte e centralizador os discursos dos pensadores nacionalistas autoritários ainda eram defensores das elites. Claro que não as elites que eram criticadas por eles, mas a todo momento havia o reforço de que a condução do Estado brasileiro deveria ser feito por elites intelectuais capacitadas e, principalmente, que tivessem o compromisso com o Brasil e não com interesses particulares. Utopia à parte, dois pontos devem ser citados: a necessidade de novas elites ou um processo de transformação das existentes e também a forma como direta ou indiretamente se oferecem para exercer cargos no poder político, como que legislar em causa própria. Vale lembrar que Oliveira Vianna participou de forma ativa em alguns governos. Assim, havia um elitismo nítido nos escritos desses autores, mas com novas ou reformuladas elites, aliás, as elites teriam uma missão no Brasil: assumir o processo político e levar o país para o caminho do crescimento e do desenvolvimento. Nas palavras de Ricardo Luiz Souza:

A regeneração do povo brasileiro é uma tarefa a ser levada a cabo pela elite. Mas de qual elite se trata? De uma elite de intelectuais, comprometida exatamente com esta tarefa; uma elite já existente, mas que necessita ser expandida e educada, e Torres, por sua vez, assume essa tarefa. Ele buscou discípulos e o fez conscientemente. Caberia a intelectuais e políticos comprometidos apenas com o bem nacional levarem adiante os seus projetos, e o que soa apenas como um chavão ganha, em sua obra, significado dos mais amplos. Ele define como função de uma elite de intelectuais a condução de um projeto de organização nacional em bases nacionalistas, corporativistas e autoritárias, e esses discípulos não deixariam de surgir nos próximos anos, assumindo, em maior ou menor grau, sua

¹⁸⁴ VIANNA, 1974, p. 98.

influência. A influência póstuma de Torres vai de encontro, assim, à necessidade, sempre acentuada por ele, de criar elites intelectuais dedicadas a um projeto de transformação nacional.¹⁸⁵

A ESG também foi uma ferrenha crítica das elites e ao seu modo de ação, que acabaram por mais prejudicar o país do que ajudá-lo. Havia a necessidade urgente de se repensar o Brasil, o que passava pela análise e remodelação das elites nacionais. A cultura política dos padrinhos do Brasil já manifestava uma clara oposição às elites brasileiras, que eram tachadas de incompetentes, despreparadas, não possuíam sentimento nacionalista e eram também demagógicas. Em outras palavras, um elemento que deveria ser extirpado da política nacional. Esse discurso contra as elites dirigentes daquele momento, que coincidia de certa maneira com o da produção de algumas das obras dos pensadores nacionalistas autoritários, é fortificado pela visão similar que Alberto Torres e Oliveira Vianna tinham. Aliás, pelo relato de que a leitura de ambos era comum por aquele grupo de militares, pode-se inferir que houve uma influência bem anterior, o que apenas viria a refinar esse já latente ódio pelas elites. O que haveria de novo na ESG em relação à crítica às elites? O que se pode perceber é a adaptação do discurso de crítica às elites para um modelo em que se propunham moldes de transformação por que essas elites deveriam passar.

A ESG tinha e tem, como grande baluarte, a questão da segurança nacional, e foi com base nela que se propôs um novo tipo de elite. A segurança seria uma maneira de se embrenhar na política nacional, principalmente pela conjuntura externa do momento de criação da ESG, e com base nisso, grande parte das proposições em relação à mudança das elites estaria ligada a este conceito de segurança, já que não caberia somente aos militares o princípio da defesa, mas também aos civis, com destaque para as elites civis. A crítica às elites civis que foi realizada pela ESG culminou em um tipo de revisão das mesmas que obrigatoriamente deveria passar pela percepção de seu papel junto ao Brasil, mas também com enorme destaque para o papel que essas elites deveriam desempenhar em projeto de segurança nacional. Nas palavras de Álvaro Fiúza de

¹⁸⁵ SOUZA, Ricardo Luiz. **Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres**. Sociologias, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p. 313.

Castro, em que ele ressaltou o valor do componente humano em tempos beligerantes:

Senhores! – Estamos fartos de ouvir que não se luta com homens contra o material bem sabemos o que traduz o fator material na guerra moderna – os ecos de Hiroshima e Nagasaki ainda refletem em nossas imaginações, ante os mais recentes aperfeiçoamentos de bombas e demais engenhos autopropulsados e dirigidos. Na verdade, o fator material constitui parcela primordial para a manutenção do equilíbrio moral e consequente atuação em proveito da vitória ou da derrota; mas, também não ignoramos que sem valor e vontade do homem, a sua cultura, a sua perseverança e demais predicados físicos e morais que lhes são inerentes, jamais conseguiremos o material para a guerra, sejam quais forem as possibilidades latentes, jazendo à mercê da cobiça e da ousadia alheia. O valor do potencial humano simboliza, sem dúvida, o valor de uma nação e a sua feição constitui índice preponderante ao encarmos quer o potencial diplomático, quer potencial econômico e, principalmente, o potencial militar.¹⁸⁶

O segundo ponto de destaque nesse sentido é a ESG como a instituição ideal para se preparar essas elites dirigentes, que seria o próprio processo de cooptação e de formar, não apenas elites mais preparadas, mas com o perfil desejado pela instituição. A ESG se autointitulou a instituição que teria a capacidade de renovar as elites e de criar um novo tipo político que fosse capaz de responder aos problemas nacionais, e criaria a sensibilidade de perceber quais seriam os interesses da nação. Era uma escola formadora de métodos de ação política e de um espírito e mentalidade que seriam tão necessários para essas elites. Muito mais do que repensar o Brasil, o discurso de crítica às elites se transformou em um roteiro que acaba por legitimar a ESG como instituição para a reformulação das elites e da política nacional, em clara comunhão de ideias com a cultura política dos Padrinhos do Brasil e também em um diálogo direto com os pensadores nacionalistas autoritários. O próprio discurso ganha claros contornos de participação do poder, para dizer o mínimo. Se uma instituição propõe modelos e interesses que deveriam ser seguidos pela elite de uma nação, ora, fica clara a sua intenção de participar diretamente do poder. A ESG construía pilares para que pudesse participar diretamente do poder político, e de maneira executiva, alcançar esses objetivos

¹⁸⁶ CASTRO, Alvaro Fíuza de. **Considerações sobre planejamentos de guerra**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1951, p. 3.

pode ser fruto para uma outra análise, mas através de sua relação com um grupo fundante (Padrinhos do Brasil), ideias balizadores (pensadores nacionalistas autoritários) e uma conjuntura que propiciou a aceitação desse discurso, percebe-se que a ESG tentou organizar um discurso que a colocaria no poder, praticamente um discurso messiânico, o de salvação da Pátria. Ainda nas palavras de Álvaro Fiúza de Castro:

Aqui, nesta Escola de saber e de civismo, se equacionam e se debatem os problemas capitais que definirão o futuro do Brasil em seu potencial nacional; aqui, se completa o aperfeiçoamento de nossas elites, cujas deduções e conclusões – oriundas de escrupulosas meditações e debates – devem ser difundidas, propagadas e levadas a termo, consoante seus esclarecimentos e patrióticos desígnios; urge não deixar arrefecer este fogo sagrado, pois o fruto de uma persistente conjugação de esforços, ante a sintonização coletiva de tão ponderável quão valiosa cooperação, concorrerá, certamente, como fator decisivo para despertar o marasmo, realçar os valores, corrigir as dispersões doutrinárias, alijar o personalismo nefasto, provocar a audácia sensata e firmar empreendimentos realistas, a fim de que seja devidamente impulsionada a nossa necessária prosperidade econômica – fundamento básico da tranquilidade e da segurança nacional.¹⁸⁷

Sendo assim, a ESG tomou muitos dos temas ligados à cultura política dos Padrinhos do Brasil e dos pensadores nacionalistas autoritários e os refinou para que se tornassem um discurso político de participação no poder e de formação dos personagens políticos que porventura pudessem participar do poder. Ou seja, a ideia era a participação na política, fosse de forma direta ou indireta.

3.3.4 O Brasil real *versus* o Brasil legal: que de nossas entranhas o modelo de poder seja constituído

A falta de uma nacionalidade e de elementos que fossem unificadores da nação eram considerados como um dos maiores problemas do Brasil, mas outro ponto que era combatido ao extremo e desponta como uma das maiores críticas dos

¹⁸⁷ CASTRO, 1951, p. 4.

pensadores nacionalistas autoritários é um certo tipo de estrangeirismo das elites e do modelo político brasileiro. Em outras palavras, tanto Oliveira Vianna quanto Alberto Torres questionavam o modelo político nacional ao afirmar que ele era uma simples importação de um modelo estrangeiro. Havia certa adoração, em especial, dos modelos europeus, e simplesmente se pensava que, se esses modelos funcionavam em outras terras, também funcionariam aqui, o nosso liberalismo jamais poderia ser o liberalismo europeu ou o que vigorava na América do Norte. Assim, os autores questionavam os motivos de não se instituir um modelo de governo que estivesse intimamente ligado às tradições e às próprias práticas nacionais. Para esse estado de coisas os autores criaram a seguinte expressão: o Brasil Real *versus* o Brasil Legal. Porque a realidade brasileira não era compatível com a legislação e com a teoria sobre o Brasil.

A grande questão era que o Brasil gostaria de ser algo que não era, segundo os autores. As discussões e os problemas postos para os homens políticos discutirem não tinham relação direta com os reais problemas nacionais, não se preocupavam, aliás, em entender quais seriam os principais problemas nacionais e os interesses dessa mesma nacionalidade. O Brasil não tinha, portanto, uma direção correta ou, ao menos, uma tentativa de se encontrar esses rumos. Ao invés disso, havia um culto demasiado às ideias vindas de longe, que, de acordo com as concepções dos autores, até poderiam ser boas e interessantes, mas para os países e as realidades que as construíram. Nesse sentido, destaca-se a crítica ao liberalismo, que foi funcional na Europa e na América do Norte, ao menos até 1929, e que foi importado para o Brasil como um modelo político econômico ideal, o que não aconteceu.

Essa crítica acaba por denunciar também o modelo de elites adotado naquele momento, e que também era alvo dessas críticas. Eram elites por demais bacharelescas, ou seja, versados em vários tipos de assuntos e de grande conhecimento, mas extremamente teóricos, era uma educação para a ilustração, muito mais para o *status* de elite intelectual do que algum tipo de funcionamento prático. A educação e a formação eram apenas mais um ponto de distinção entre essas pessoas e a população comum, e não algum tipo de formação para a atuação de fato. Alberto Torres exemplifica muito bem esse posicionamento:

Os problemas de terra: da sociedade, da produção, da povoação, da viação e da unidade econômica e social, ficaram entregues ao acaso: o Estado só os olhos do fisco: e os homens públicos – doutos parlamentares e criteriosos administradores – não eram políticos, nem estadistas: bordavam, sobre a realidade da nossa vida, uma teia de discussões abstratas, ou retóricas: digladiavam-se em torno de fórmulas constitucionais, francesas ou inglesas: tratavam das eleições, discutiam teses jurídicas, cuidavam do exército, da arma, das relações exteriores, imitando ou transplantando instituições e princípios europeus. Sob a impetuosidade do primeiro monarca e o academicismo do segundo, o mecanismo governamental trabalhou sempre, desorientado e sem guia, estranho às necessidades íntimas, essenciais, do nosso meio físico e social.¹⁸⁸

A grande justificativa para essa postura antiliberal é em relação àquilo que se convencionou chamar de exótico na política brasileira, uma série de elementos externos que não representariam as reais vontades e as necessidades da nação brasileira. O estrangeirismo, ou os elementos políticos exóticos, deveriam ser extirpados da sociedade nacional, que teria por missão procurar desvendar quais seriam os modelos ideais de política para uma sociedade como a brasileira. Não havia a necessidade de vergonha ou acanhamento para se criar algo que fosse genuinamente brasileiro, aliás, o caminho era procurar por um regime político que tivesse a cara do Brasil, que fosse pensado de acordo com a sua realidade. Um dos vários analistas que comentam sobre essa importante crítica da obra Oliveira Vianna é Nilo Odália:

Ao perigo representado pelas forças de dispersão se agrega, segundo Oliveira Vianna, um outro, quando da organização do novo Estado: é o perigo representado por aqueles representantes do idealismo utópico, os membros do partido liberal, que pretendem impor ao novo país fórmulas de organização políticas estranhas ao nosso meio social, étnico e geográfico. São os partidários de ideias “exóticas”, como o parlamentarismo, o liberalismo, o constitucionalismo, o federalismo, a democracia e, mesmo, a República.¹⁸⁹

¹⁸⁸ TORRES, 1982, p. 62.

¹⁸⁹ ODALIA, Nilo. **As Formas do Mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Ed. Unesp, 1997, p. 145.

A Escola Superior de Guerra também adotou o discurso político do estrangeirismo em seus escritos, já que vislumbrava a necessidade de se pensar um modelo político, econômico e social que tivesse uma ligação bastante íntima com a realidade brasileira. De certa forma, a ESG aponta para algum tipo de tutela que fosse capaz de desenvolver a sociedade brasileira, com destaque para o desenvolvimento humano. Nas palavras de Herrera:

Assim, a doutrina deve ser não apenas diferenciada para cada Estado, senão que necessita ainda observar, no defluir incessante do tempo, as injunções de cada período, além do qual sua validade periclita, ameaçada pela própria evolução dos fatores que a condicionaram. Decorre daí a preocupação que encontramos nos sucessivos programas anuais desta Escola – a de manter sob constante vigilância o estudo desses fatores condicionantes, a fim de que não se percam de vista as imposições da realidade, tanto no campo interno, como no internacional.¹⁹⁰

O maior uso dessa crítica, porém, foi de cunho político ideológico e se relacionava com a caracterização do comunismo como um elemento estrangeiro que deveria ser combatido.

O anticomunismo esguiano pertence a vários matizes, não se pode simplesmente alocá-lo em uma ou outra vertente, mas tratar desse tema em seus mais variados espaços. O anticomunismo já pertence ao discurso político e ideológico dos militares desde 1935, de forma decisiva, com a chamada Intentona Comunista. Desde então, já existe uma chamada tradição anticomunista entre os militares. Na verdade, os militares seriam uma vertente de um anticomunismo de raízes nacionais. A própria cultura política dos Padrinhos do Brasil também ressalta esse anticomunismo.

Não se pode esquecer também da conjuntura internacional, da Guerra Fria, que ressalta ainda mais a paranoia em relação ao comunismo. Ou seja, o anticomunismo também obedecia a um tipo de pressão e tradição internacional. Logo, o anticomunismo podia ser interpretado de várias formas e maneiras.

¹⁹⁰ HERRERA, Heitor Almeida (Tenente-Coronel). **Conjuntura Nacional** – Doutrina de Emprego das Forças Armadas no Brasil. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954, p. 3.

Em relação aos pensadores nacionalistas autoritários, e a ESG como uma de suas herdeiras, o comunismo foi tratado como um estrangeirismo que deveria ser evitado. Tal como o liberalismo foi tratado como uma doutrina que não se adaptava à realidade brasileira, o comunismo também foi tachado de elemento exótico, verdadeira afronta à tradição e às raízes da sociedade brasileira. Assim, quase que sob uma mudança de doutrina ou de modelo político social, o liberalismo, o elemento que deveria ser extinto da realidade nacional, segundo Alberto Torres e Oliveira Vianna, passou a ser o comunismo, exotismo que jamais poderia ser adotado pelo Brasil, de acordo com a ESG.

3.4. Um glorioso destino: o Brasil como país do futuro

Muitas foram as críticas e os problemas que o Brasil apresentava durante o período da República velha, e que foram retratados sob a ótica de Oliveira Vianna e Alberto Torres, como também muitos desses problemas chegaram até a década de 1950 e persistiram por mais algum tempo, ou pelo menos foi assim interpretado pela Escola Superior de Guerra, que adotou muitas das críticas desses intelectuais. Mas não apenas de problemas e de entraves foram compostas as obras desses intelectuais e muitos dos discursos esguianos; também houve muitas respostas ou pelo menos indicativos para que se pudesse superar os problemas nacionais e colocar o Brasil em um caminho de crescimento e desenvolvimento.

Aliás, um dos grandes consensos entre os pensadores autoritários e a ESG era de que o Brasil tinha jeito, ou seja, não se podia apenas ficar lamentando as dificuldades e barreiras do desenvolvimento nacional, não se podia apelar para um pessimismo sem volta, mas haveria que se propor uma série de mudanças e transformações em todos os setores da sociedade para que se pudesse realmente mudar o Brasil. As potencialidades nacionais eram de grande vulto e saltavam aos olhos; a perspectiva desses autores e da ESG era de que por natureza o Brasil havia nascido para ser grande. Portanto, a questão é compreender quais os métodos que deveriam ser adotados para que se pudesse transformar toda essa potencialidade em realidade de fato. O objetivo era transformar o Brasil em potência.

3.4.1 Destino Manifesto: o Brasil nasceu para ser grande!

Antes de passar a analisar quais deveriam ser as mudanças que, uma vez implantadas, mudariam o Brasil como um todo, pelo menos segundo os pensadores nacionalistas autoritários e também a ESG, é importante perceber que todos esses autores depositaram a sua confiança de que o Brasil era um país com um manifesto destino de grandiosidade e que bastavam algumas alterações para que toda a riqueza se concretizasse em produção e que ela fosse explorada de fato. Seria como se o povo brasileiro dormisse por sobre um tesouro, bastava apenas explorá-lo e usufruir de seus benefícios.

Essa confiança em um destino grandioso não se tratava apenas de algum tipo de discurso para que se pudesse animar o moral nacional, ou mesmo algum tipo de otimismo desenfreado sem nenhum tipo de embasamento. Esse sentimento, ou melhor, a crença desses autores e também da ESG (os militares como um todo tinham esse valor de que o Brasil tinha um grande destino) era um atestado de que suas propostas para melhorias do Brasil não podiam ser interpretadas apenas como algum tipo de apanágio ou de solução superficial. Pode-se tratar como que um objetivo que queriam alcançar. O problema da nacionalidade, das elites e mesmo de uma população que não tinha uma cultura ideal não deveria ser solucionado por si só, como que o problema se resumisse a esses pontos. O ideal seria resolver esses problemas para que o objetivo maior, ou seja, o Brasil Potência pudesse ser alcançado.

Nesse ponto, entre os pensadores nacionalistas autoritários, ainda prevalecia uma visão bastante cientificista. Não se tratava de uma fé cega, mas que de acordo com as análises que eram feitas se chegava à conclusão de que o Brasil tinha todos os requisitos para o desenvolvimento: aspectos de ordem natural, extensão territorial, população e recursos. O grande ponto seria a coordenação de todos esses elementos de forma a melhor estruturar o país. Segundo Alberto Torres: O

*Brasil é, entretanto, um dos países que apresentam mais sólidos elementos de prosperidade e mostram condições para um mais nobre e brilhante destino.*¹⁹¹

Apesar de Alberto Torres ter depositado a sua confiança de que o Brasil seria um país com grandes potencialidades e acabaria por se transformar em um Estado de destaque internacional, foi a ESG que mais aprofundou esse discurso e o adotou de forma mais profunda. O discurso de que o Brasil seria uma potência e que as mudanças deveriam acontecer para que pudesse surgir esse “gigante adormecido” já fazia parte dos jargões dos militares, que entre a crença fiel e um certo otimismo tachavam o Brasil de o país do futuro. A ESG buscou refinar um pouco mais esse discurso, que um modelo de Escola e de estudos sobre o Brasil acabou por gerar também, ou pelo menos buscar, um discurso mais científico, no qual se levantaram as várias potencialidades nacionais, mas também os problemas e os óbices, usando uma terminologia própria da instituição, para que se pudesse entender melhor o caminho para tornar o Brasil uma verdadeira potência mundial.

Assim, a ESG buscava construir um discurso de Brasil como Potência Nacional, mas não apenas calcado em um patriotismo desenfreado e sem raízes palpáveis. A proposta era criar uma crença fundamentada em estudos e valores e forjar um entendimento, o mais sério e profundo possível, de que não apenas era benquisto esse desenvolvimento, como inevitável que os opositores se curvassem a essas evidências para que se pudesse de fato construir uma nação de destaque internacional. Nas palavras de Juarez Távora:

O Brasil constitui, por suas condições geográficas, um Estado Nação fadado a ocupar posição de destaque na esfera internacional. Sua vasta área, sua posição, seus variados recursos, o valor absoluto de sua população, as tradições de seu passado – tudo induz a perspectivas favoráveis sobre sua projeção futura no cenário das nações.¹⁹²

Mas não se pode desprezar também o apelo mais sentimental da instituição. Se por um lado se pensava em uma justificativa mais científica para o Brasil Potência, havia também um discurso mais emotivo e que mostrava, por um outro

¹⁹¹ TORRES, 1982, p. 63.

¹⁹² TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. **A segurança nacional e a ESG**. C – 01 – 54. Rio de Janeiro: ESG, 1954, p. 22.

viés, o inexorável caminhar da nação no sentido de seu desenvolvimento. Segundo Athayde:

Os seus olhos jamais haviam pousado nas escuras águas do Rio-Mar, mas o patrimônio territorial da nação estava incorporado nas entranhas do seu ser. Nós, brasileiros, não podemos viver sem o Amazonas, sem as secas do nordeste, sem as infindáveis vicissitudes do Ceará, sem as glórias das guerras holandesas, as tradições da Bahia, as belezas e majestades do Rio de Janeiro e a epopeia do Bandeirantismo. Não podemos viver sem a Inconfidência, sem os bacharéis e desembargadores de Minas, sem o senso grave da ordem da província montanhosa. Não podemos viver sem os marqueses, viscondes e barões fluminenses, sem o pampa, as suas cavalcadas e a bravura da sua gente. Sem as selvas de Mato-Grosso, esses grandes rios, as quedas d'água e a ideia continental desta pátria.

Cada um de nós tem dentro de si a miniatura dessas grandezas e quer conservá-la como um ponto de honra da sua vida. Eis o fundamento incomóvel da unidade nacional.¹⁹³

Assim, havia um objetivo simbólico e também prático que se deveria alcançar; restava apontar as soluções e adotá-las para que se pudesse chegar ao Brasil Potência.

3.4.2 Em busca do Leviatã: o Estado como centro da vida nacional

A falta de um princípio de nacionalidade despontou como um dos principais problemas do Brasil. A partir dele uma série de outros problemas se manifestava formando uma verdadeira rede de situações a serem solucionadas. Em relação à solução também se nota essa mesma característica: houve grande polarização em torno do Estado Nacional. Segundo os pensadores nacionalistas autoritários, não se poderia pensar o Estado apenas como um órgão com responsabilidades jurídicas e de pouca influência na sociedade. O Estado cada vez menor dos liberais seria um verdadeiro pesadelo a ser evitado, aliás, o contrário deveria ser adotado. O Estado era o verdadeiro salvador da realidade nacional, através dele é que se poderia

¹⁹³ ATHAYDE, 1954, p. 23.

transformar todo o Brasil. A premissa básica para essa constatação era muito simples: se não havia uma elite preparada, se a população era amorfa e sem algum tipo de solidariedade, não se podia confiar na sociedade de forma geral para se autorregular ou propor um modelo; havia a necessidade de algum órgão diretivo que assumisse esse papel, ou seja, o Estado. Portanto, a chave de compreensão para as soluções do Brasil passava pelo Estado, que deveria ser forte, centralizador e atuante. Um Estado que pudesse atuar nas mais variadas áreas, como educação, política, economia, sociedade, etc. E o mais importante, que esse Estado fosse moldado e criado de acordo com as características e necessidades da sociedade brasileira, segundo Gildo Marçal Brandão:

E sem que inventasse o novo, por meio do qual os problemas do Estado fossem tratados e resolvidos levando em conta as condições culturais do povo, especialmente a experiência pouco agregadora vivida nessa história de quatro séculos. O resultado perseguido por essa ciência social não é a formulação de uma nova teoria do Estado, nem mesmo de um novo conceito de Estado – que a rigor não existem na obra de Oliveira Vianna –, mas uma particular concepção do Estado brasileiro, enquadrado dentro do Brasil.¹⁹⁴

Assim, o Estado Nacional não poderia incorrer no erro de não se ajustar às características nacionais, e até mesmo, caso não houvesse características próprias para a criação do Estado, deveria criá-las para o bom andamento da sociedade. Logo, o primeiro ponto a se respeitar seria justamente de um Estado que fosse adequado para as necessidades nacionais.

O papel do Estado seria o de criação da sociedade. Sob alguns pontos de vista essa afirmação era justamente a inversão do que seria considerado correto, ou seja, o Estado criado pela sociedade. Mas, como a sociedade nacional era completamente disforme e sem uma unidade que fosse palpável, o Estado passaria a desempenhar a função de criador da sociedade brasileira. A responsabilidade desse Estado era a de analisar a sociedade e de buscar as suas características, de agrupá-las em um todo coerente e que estivesse em condições de atingir os objetivos nacionais. Assim, em determinados momentos, muito mais do que um elemento organizador seria também propositor e executor de uma série de medidas

¹⁹⁴ BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: HUCITEC, 2007, p. 73.

que fossem consideradas necessárias para o bom desenvolvimento do Brasil. O papel do Estado era ser o carro-chefe de todo o processo de mudança. Nas palavras de Weffort:

Sob a influência de Alberto Torres, Oliveira Viana propugnava antes de tudo pela restauração do Estado central que considerava destruído pelo federalismo republicano. Incorporou também de Alberto Torres tendências ao estatismo e ao nacionalismo, ausentes do pensamento dos liberais do império. Junto com a crença de origem imperial no papel do Estado como garante da unidade nacional, acrescentava a crença no Estado demiurgo. Deverá tornar-se típica do pensamento de Oliveira Viana a convicção de que, se o Estado não criou a sociedade, deveria ser capaz de moldá-la, organizá-la, a partir da matéria caótica preexistente.¹⁹⁵

O Estado, então, deveria criar a sociedade que se deseja de acordo com o terreno em que se estaria atuando. Nesse ponto, a própria índole do povo brasileiro entraria na discussão, e essa índole poderia ser usada como uma justificativa para determinadas ações desse Estado. Ao buscar tratar das características da população, não se tratava apenas de uma busca pela nacionalidade, mas também da análise do tipo de Estado que melhor se enquadraria para essa população, e próprio Estado teria o poder e o papel de moldar essa sociedade para aquilo que fosse considerado como melhor ou ideal. Nas palavras de Ricúpero:

Até porque a índole do povo brasileiro seria uma espécie de substrato que permitiria a ação política. Ou melhor, se, para Oliveira Vianna, o ambiente social é o maior desafio à unidade nacional, ainda assim é preciso agir sobre ele, transformá-lo. É o Estado que pode assumir esse papel, moldando a sociedade, como teriam tentado fazer os “reacionários audazes” do Império. Isto é, a análise sociológica de Populações Meridionais do Brasil e dos outros livros do autor leva paradoxalmente à conclusão de que, em certas condições, a autonomia do Estado deve levar à criação, de maneira voluntarista, da sociedade que se deseja. Isso seria possível, porém, devido a certas condições prévias, no caso, a índole do povo brasileiro.¹⁹⁶

¹⁹⁵ WEFFORT, Francisco C. **Formação do pensamento político brasileiro**. Ideias e personalidades. São Paulo: Ática, 2006, p. 266.

¹⁹⁶ RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008, p. 68.

A Escola Superior de Guerra também destaca o papel que o Estado devia ter na condução da sociedade: seria o órgão com capacidade e condições de impor as necessidades da sociedade nacional e de moldá-la de acordo com o que fosse considerado como correto. O Estado deveria ser interpretado como um instrumento de mudança e de transformação. Não se podia esperar que da sociedade, completamente desorganizada e sem nenhum tipo de característica ligada à liderança ou mesmo que demonstrasse algum elemento de coesão, surgisse algum tipo de movimento ou de proposta política que desse conta dos desafios nacionais. A própria sociedade, na visão da ESG, era um dos problemas a serem contornados, ainda se devia organizar e formar essa sociedade. E o Estado é que teria essa capacidade para transformar e moldar a sociedade de acordo com os interesses nacionais, que também seriam feitos de acordo com a visão desse Estado e de seus dirigentes. Assim, não se tratava apenas de um governo forte, mas de uma instituição que tivesse as condições totais para a transformação que era necessária. O Estado deveria ter um caráter organizativo também de acordo com a ESG:

Desaparecem assim, se o sistema funciona bem, os conflitos entre o indivíduo e o Estado, ou entre a sociedade e o Estado, porque a estrutura política e o seu funcionamento deverão ser a expressão do pensamento da coletividade, devidamente organizada.

É natural que para chegar a esse objetivo é preciso organizar a sociedade, não somente dentro de uma estrutura social adequada, com seus grupos sociais, suas classes, que escolherão os seus líderes e organização das suas elites.¹⁹⁷

O Estado seria o centro da vida nacional, segundo a ESG, e também os pensadores nacionalistas autoritários. A ele caberia todo o esforço de coordenar e de ajustar as necessidades nacionais. Para a ESG ainda seria de suma importância o imperativo da ordem. Também para os pensadores nacionalistas autoritários era importante, mas para os militares ganhava contornos ainda mais fortes, uma vez que eram o grupo social que lidava diretamente com a função da defesa e manter a ordem era um dos imperativos de maior relevância. E o Estado seria a mais importante instituição na criação e manutenção dessa ordem, que para a ESG

¹⁹⁷ CAVALCANTI, Themístocles Brandão. **Conjuntura Nacional** – Os partidos políticos. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954, p. 3.

tomava contornos de necessidade para o próprio desenvolvimento. Assim, não seria um elemento somente de segurança, mas para que se pudesse desenvolver nas mais variadas esferas sociais, era necessária a ordem, era uma base sobre a qual se construiria o próprio funcionamento social. A própria discussão sobre os princípios da nacionalidade brasileira, a ordem deveria ser elencada como um de seus mais importantes elementos, o discurso do povo brasileiro como uma população ordeira passava por essas questões também. Nas palavras de Antônio Lago:

A ordem interna é a fonte original de toda força de uma nação. O poder nacional depende basicamente da energia moral do povo, de sua capacidade produtora, de seu progresso científico e técnico. Ao governo cabe orientar os esforços da nação e compensar, com uma política adequada, as deficiências e vulnerabilidades do potencial nacional.¹⁹⁸

Um Estado que tomasse a frente dos problemas nacionais e se transformasse no principal elemento de organização nacional não foi um pensamento exclusivo da ESG, os militares já viam no Estado esse elemento de coesão e de organização nacional. Para os militares, o Estado era visto inclusive como a própria materialização da Pátria. Então, o desejo de um Estado forte e coordenador da sociedade não se tratava de um anseio que a ESG adotou pura e simplesmente dos pensadores nacionalistas autoritários, mas que também estava na própria concepção militar de se entender a política. Seria muito mais uma compatibilidade de interesses, um tipo de reforço em um traço que já fazia parte do pensamento do grupo, do que algum tipo de herança de ideias propriamente dita.

Neste sentido, o Estado também passaria a ter bem mais poderes do que em um sistema democrático regular ou tradicional. Para exercer as funções de um instrumento que moldaria a sociedade e a constituiria de acordo com os seus “reais interesses”, havia a necessidade de ser um Estado forte e que centralizaria uma série de poderes. O Estado deveria ter condições de atuação concretas para realizar as mudanças que dele se espera. Assim, não se tratava apenas de ver o Estado

¹⁹⁸ LAGO, Antônio Correa do. **O poder nacional** - suas limitações de ordem interna e externa. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954, p. 20-21.

como o elemento capaz para o exercício das transformações, mas que lhe fossem dadas condições reais para o exercício de sua função a contento.

A partir do momento em que se pensava um Estado forte, centralizado e com o intuito de coordenar a sociedade de forma a apresentar a ela o melhor caminho, ou melhor, conduzi-la pelo melhor caminho e traçar os seus interesses e características principais, muitas eram as funções desse Estado, de acordo com os pensadores nacionalistas autoritários e também com a Escola Superior de Guerra. Um dos temas de maior apreço e cuidado seria o da unidade nacional.

Tanto Oliveira Vianna quanto Alberto Torres caracterizaram o Brasil como um país de grande extensão e também sem nenhum tipo de traço cultural ou sentimento de nacionalidade que pudesse representar a totalidade da nação. Assim, um grande esforço se fazia necessário no rumo da criação e instituição daquilo que pudesse ser considerado algum tipo de princípio de unidade nacional. Nas palavras de Alberto Torres:

Diante desse quadro, o problema da unidade nacional apresenta-se como a questão culminante do nosso futuro. No entanto, é curioso notar, este problema quase se não define, mostra-se apenas aos mais indagadores, na trama da nossa vida: é que a ilusão da unidade política obumbra-nos a vista a realidade da desunião moral, social e econômica.¹⁹⁹

O Estado teria que assumir uma de suas facetas mais importantes de acordo com os pensadores nacionalistas autoritários, o de um elemento tutelador. A aparente passividade da população aliada à incapacidade das elites de formarem um governo minimamente representativo dos interesses da coletividade, e não deles próprios, geram um espaço, uma lacuna de poder que deveria ser ocupada pelo Estado. Não só ocupar esse espaço, mas também dirigir os esforços nacionais e dotar de sentido uma grande população, mas que não se via como nação, seria demonstrar e, às vezes, até de maneira bastante pedagógica, ensinar quais seriam os principais traços e os elementos que tornariam aquela determinada sociedade em uma grande nacionalidade compartilhada por todos.

¹⁹⁹ TORRES, 1982, p. 69.

Porém, esse discurso de Estado tutelador em relação a aspectos ligados a traços de nacionalidade, aparentemente na esfera cultural, era um discurso político ligado ao próprio exercício de poder. Ao buscar uma unidade nacional, não se queria saber se o brasileiro gostava de samba ou futebol, mas sim, quais seriam os interesses do Estado brasileiro, travestidos de interesses populacionais. Que formato político seria mais adequado à população e à realidade brasileira, quais as esferas econômicas que deveriam ser adotadas e quais deveriam ser reprimidas, enfim, era um modelo muito mais político do que cultural. A busca de uma nacionalidade, e o papel do Estado nessa busca era, então, uma perseguição de elementos políticos que pudessem desenvolver e dotar de identidade econômica a sociedade como um todo. Nas palavras de Nilo Odalia:

Uma visão política de nossa realidade é uma constante do nosso pensamento do século XIX. Não se pode estranhar, em consequência, que a maioria de nossos autores recorra ao Estado – como instrumento fundamental de construção da nação e da nacionalidade. O recurso de se recorrer ao Estado como força tuteladora apenas demonstra a debilidade de nossos segmentos sociais, que, desorganizados internamente, não tinham condições de assumir a direção do processo de constituição da nação. A debilidade de nossas classes sociais tem deixado um vazio de poder preenchido tranquilamente pelo Estado, que se tem travestido de uma máscara de imparcialidade, que os fatos desmentem. Nossas elites dirigentes parecem ter esgotado as possibilidades desse recurso com o golpe de 64.²⁰⁰

A Escola Superior de Guerra também adotou essa perspectiva, ou seja, da necessidade da unidade nacional e do papel fundamental que o Estado deveria desempenhar na fundação dessa unidade. A ESG também se compatibiliza com a visão de que havia uma necessidade de tratar a unidade nacional como grande desafio, porém, ato de suma importância para o próprio desenvolvimento nacional, uma vez que, a partir dessa unidade nacional é que se poderiam estipular os interesses e os rumos da nação brasileira. Tal como os pensadores autoritários, não se atrelava tão somente às questões de ordem cultural, mas em seus aspectos políticos e econômicos. Nas palavras de Antônio Lago:

²⁰⁰ ODALIA, Nilo. Oliveira Vianna – a teoria do Estado. In: BASTOS, Élida Rugai; MORAES, João Quartins de (Org.). **O pensamento Oliveira Vianna**. CaMpinas: Ed. Unicamp, 1993, p. 148-149.

Tem-se alegado que uniformidade doutrinária é indispensável à coesão nacional. Na verdade, porém, o que é necessário é haver união nacional nas questões essenciais, em torno de um núcleo de convicções e interesses básicos, superiores aos objetivos e interesses de grupos. As diferenças de opiniões só constituem um fator negativo de poder quando produzem dissensões profundas e degeneram em conflitos de classes, raça ou religião, fracionando a comunidade nacional em grupos belicosos.²⁰¹

Ainda nas palavras de Antônio Lago, o papel do Estado nessa empreitada:

A qualidade do governo é, pois, fator preponderante do poder nacional. Sua influência se exerce sobre os recursos naturais, a capacidade industrial e a preparação militar. Mas, acima de tudo, precisa ser verdadeiramente representativo; não apenas no sentido das maiorias parlamentares; mas principalmente no sentido de ser capaz de traduzir as convicções e aspirações inarticuladas do povo em objetivos e ações políticas internacionais.²⁰²

A ESG não se limitou apenas a apontar a necessidade de uma unidade nacional e que o Estado seria o principal elemento constituidor dessa nacionalidade; também buscou destacar quais os elementos constituintes dessa unidade, os fatores que levariam a esse objetivo, ponto em que houve um avanço, ou pelo menos, uma melhor definição do que era considerado como um dos fatores para a unidade nacional. Nesse ponto que se percebe a fusão das ideias típicas da ESG e a natural influência do pensamento militar, com a herança político-ideológica recebida dos pensadores nacionalistas autoritários, já que a ideia de segurança nacional seria o principal traço defendido pela ESG como elemento de unidade nacional e segundo a qual, o Estado deveria também alicerçar o seu desenvolvimento.

O grande argumento para a adoção da segurança nacional como base do Estado e da unidade nacional é que se tratava de uma condição preexistente para que todos os fatores pudessem existir em sua plenitude. Portanto, seria como a estruturação de uma nação que prezaria pela ordem e pela manutenção da segurança, seja do ponto de vista interno ou externo, e que com isso possibilitaria um melhor desenvolvimento político, econômico, cultural (ou psicossocial, de acordo com a própria definição da ESG) sem maiores contratempos. Havia a necessidade

²⁰¹ LAGO, 1954, p. 4.

²⁰² *Ibid.*, p. 5.

de se formar uma população com a sua mentalidade voltada para a segurança e importância dessa ideia. Assim, a segurança deixa de ser algum tipo de planejamento ou perspectiva militar para se tornar uma ideia (conceito) que dominaria a mentalidade da população e das suas elites.

A proposta de Segurança Nacional, portanto, congraçaria todo o esforço esguiano, em torno do conceito de que se formaria um Estado nacional não apenas seguro, mas dentro de moldes que possibilitariam cada vez mais a participação dos militares em instância de poder e como elementos que deveriam ser consultados para muitas das ações. Logo, não necessariamente os militares deveriam estar no posto mais alto da hierarquia política, mas seriam elementos presentes e balizadores do desenvolvimento e práticas políticas. Não por acaso que se volta aqui à concepção de Padrinhos, não seriam os pais da nação, mas pessoas importantes e significativas que se preocupariam e poderiam tomar alguma decisão em momentos-chave. E a ESG, como principal instituição no estudo da Segurança Nacional, teria ainda mais destaque e funcionalidade neste eventual estado de segurança nacional. Nas palavras de Cordeiro de Farias:

Verificamos assim, por essa mera afirmativa, que, se é fácil a compreensão do que seja segurança nacional, não se pode, na prática, defini-la. A verdade é que ela se torna imprescindível à própria existência da Nação, compreendendo a totalidade de seu potencial, como alicerce sobre o qual se desenvolvem todas as suas atividades. A solidez desse alicerce isto é, o estado de segurança nacional, deve ser entendido, por exemplo, descendo a detalhes, para o caso de países como o Brasil, no fato, entre outros, de poder ser assegurada aos cidadãos integrantes da sociedade a liberdade para realizar ao máximo suas vidas e oportunidades, em se ter uma economia livre, sem sofrer limitações senão naquilo que colida com o interesse público, no respeito e no exercício dos direitos e garantias individuais dentro de nossas tradições, que a todos se assegura independência e meios necessários a vida, na execução, por todos, de suas obrigações e deveres (bem-estar), condições todas garantidas pela orientação do governo e partidos políticos através de atos e objetivos que tenham por finalidade atender aos supremos interesses da coletividade, numa ação de política externa, firme e decidida, embora acarretando sacrifícios pessoais ou coletivos, acorde com os objetivos permanentes do Estado e que encontre no Povo, consciente e psicologicamente preparado, uma compreensão exata (Política de Segurança Nacional).²⁰³

²⁰³ FARIAS, Oswaldo Cordeiro de (Gen. Exército). **A segurança nacional no panorama mundial da atualidade**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1961, p. 17-18.

Assim, muito mais do que um conjunto coerente de propostas, e a própria questão da herança dos pensadores nacionalistas autoritários passaria por uma grande adequação segundo os preceitos esguianos, que em sua essência representaria a formação de uma mentalidade de segurança nacional e a construção de um Estado forte e centralizado que tivesse nessa perspectiva a sua principal causa. Uma união das propostas autoritárias de Alberto Torres e Oliveira Vianna com uma mentalidade militar tipicamente brasileira, apesar de conter claras influências internacionais.

3.4.3 O Estado desbravador: a ação civilizatória necessária

Compreender e propor o que seria uma unidade nacional não era suficiente para o Estado; havia também a necessidade de um grande processo civilizatório, ou seja, as massas e as elites nacionais deveriam passar por algum tipo de preparação ou doutrinação para que pudessem entender os novos princípios e pilares em que se assentariam o Estado e a sociedade nacional. As massas e as elites teriam que ser moldadas de sorte que melhor entendessem quais eram os anseios nacionais e a melhor forma de se atingir esses objetivos, além de melhor compreender por quais tipos de sacrifícios eles deveriam passar e as razões para isso. A sociedade como um todo não estaria preparada; a questão é que não havia certo grau de civilização para que se pudesse adotar qualquer sistema político econômico.

A crítica ao estrangeirismo de Alberto Torres e Oliveira Vianna, além do maior argumento de que os sistemas não estavam de acordo com as próprias características nacionais, também o despreparo da população como um todo. Assim, o liberalismo não funcionou no Brasil porque era inapropriado à realidade nacional e também porque a população não teria condições de entender e viver em um sistema com aquela proposta. A necessidade era que o Estado coordenasse essa situação e passasse a educar a população e também as elites de forma que se pudesse melhorar a sociedade como um todo, mas também que se fizessem funcionar

sistemas socioeconômicos para a melhoria da sociedade. Ao Estado caberia esse papel, de acordo com as palavras de Ricardo Luiz Souza:

A nação brasileira deveria ser criada pelo Estado. Não caberia a este atuar apenas de forma reguladora, como compete ao Estado em uma nação já desenvolvida, já que o Brasil não criou, ainda, os vínculos orgânicos capazes de consolidarem-no como nação. Não podemos, segundo Torres, dar-mo-nos ao luxo de sermos liberais.²⁰⁴

Ao Estado caberia esse esforço civilizador que seria de suma importância para a própria existência da nação. Apesar de indicar que o Estado tinha a função de educar e civilizar a população e as elites, os pensadores nacionalistas autoritários não indicavam de forma clara qual deveria ser o rumo dessa civilização. Afirmam categoricamente que, em termos de uma cultura política, o povo brasileiro era atrasado. As leituras indicam certo saudosismo do Império e de um modelo de liberdade e responsabilidade que não se adequaria ao modelo liberal e sim à liberdade dos antigos. A indicação seria de um modelo mais paternalista, que destacasse os benefícios de um natural ruralismo brasileiro. Mas, apesar dessas indicações, não houve uma proposição nítida de um modelo, e o Estado teria que cumprir com esse papel civilizador, nas palavras de Gildo Marçal Brandão:

Como já adiantei no capítulo anterior, a imagem do Brasil que emerge de *Populações Meridionais* é, assim, a de um país fragmentado, atomizado, amorfo e inorgânico, uma sociedade desprovida de laços de solidariedade internos e que dependia umbilicalmente do Estado para manter-se unida. [...] Aqui, ao contrário da Europa e dos Estados Unidos, o Estado não deveria ser tomado como a principal ameaça à liberdade civil, mas como sua única garantia. [...] Seria necessário, portanto, retomar a obra centralizadora do Império. Tratava-se de dar prioridade à construção da ordem sobre a liberdade, dar autonomia à justiça, organizar o povo e educa-lo, construir uma sociedade civil (civilizada) por meio da ação racional de um novo Estado centralizado. Paradoxalmente, valia aqui, contra a liberdade política, a boa ordem europeia: só depois de conquistada a liberdade civil é que deveríamos nos lançar à construção da política.²⁰⁵

²⁰⁴ SOUZA, Ricardo Luiz. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p. 304.

²⁰⁵ BRANDÃO, 2007, p. 99-100.

A ESG mantém a ideia de que havia a necessidade de uma ação civilizadora, que a população e as elites dirigentes do país não tinham condições, por si sós, de desenvolverem as aptidões necessárias para a compreensão dos objetivos nacionais e dos reais interesses da nação. Porém, esse processo civilizador não seria o mesmo para as elites e para as massas; havia diferenciações. Em relação às elites, teriam que passar por algum tipo de treinamento ou processo que fizessem com que aprendessem a atuar em conjunto e desenvolver mecanismos de trabalho que realmente mudassem os seus hábitos à frente do governo. Para além da mudança nos costumes e na forma de gerenciar o governo, também havia a necessidade de criar um tipo de percepção mais aguçada para os interesses nacionais. Aqui a questão é muito mais profunda e também mais subjetiva, pois do que se trataria desenvolver uma sensibilidade mais aguçada para os interesses nacionais? Volta-se para o discurso de legitimidade dos militares, no qual eles teriam a noção exata das necessidades do Brasil, devido a sua própria relação com a Pátria, e que com eles essa elite iria desenvolver o olhar mais acurado. Esse discurso legitima dois posicionamentos. O primeiro, dos militares como pilares de sustentação e os principais elementos na definição daquilo que seria considerado como interesse nacional ou não. E o segundo, que deriva do primeiro, estabelecer-se-ia uma dependência e um fator de poder, já que os militares e a ESG teriam como eterno trunfo a alegação de que as elites civis não estariam em acordo com interesses nacionais e poderiam intervir no governo, já que eles definiam o que seriam esses interesses.

Já com relação às massas a questão seria bem mais pedagógica e estrutural. As massas eram consideradas pueris e incapazes de pensar e decidir por si próprias; não havia uma população preparada para saber o que seria bom ou ruim. Deste modo, além de um processo de formação cívico havia a própria necessidade de condução dessas massas. O grande temor era que essas massas inocentes, sem nenhum tipo de maldade, fossem presas fáceis de doutrinas estrangeiras que eram consideradas contrárias às tradições brasileiras; naquela conjuntura o comunismo se encaixava nessa equação de poder. Assim, não se poderia pensar em processos idênticos para elites e massas, mas procedimentos diferentes para focos distintos. Essa análise está de acordo com a seguinte passagem extraída de uma conferência chamada *Aspirações e interesses nacionais* proferida na ESG:

No plano nacional, o problema concomitante da ascensão das massas e da responsabilidade das elites, operando a educação daquelas, na passagem das massas passivas [...] em massas ativas e a preparação racional das elites fechadas e parasitárias e aumentando as elites abertas e criadoras, onde sempre residem as grandes forças que guiam as nacionalidades em progresso.²⁰⁶

E este necessário processo civilizatório não seria de exclusividade do Estado, que poderia arcar com a questão de educação das massas, mas a ESG seria a instituição privilegiada na formação das elites. Aqui o ponto mais importante da concepção do Estado como instituição civilizadora, dos pensadores nacionalistas autoritários, adaptado pela ESG se mostra. A ESG não defende apenas o Estado, mas se coloca como fundamental na formação das elites nacionais; caberia a ela todo o processo de desenvolvimento de um método de trabalho mais cooperativo e também em gerar a visão e a sensibilidade necessárias para que se realizasse a leitura da realidade brasileira e definir quais eram os interesses nacionais. A ESG participaria de forma direta nesse tipo de formatação das elites e passaria a participar, mesmo que de forma indireta, no governo, uma vez que essas elites estariam sendo preparadas para cargos governamentais e, em um modelo ideal, usariam os ensinamentos e formação esguianos. A ESG passaria a participar do poder, no mínimo de forma indireta, ressaltando que, muito mais do que um discurso com propostas e soluções para o Brasil, havia um discurso de poder amparado pelas ideias dos pensadores nacionalistas autoritários e pelas experiências advindas dos membros da cultura política dos padrinhos do Brasil. Aliás, a ESG se esforçava, e muito, por se caracterizar como a figura do padrinho, o que cuidaria na ausência dos responsáveis.

3.4.4 Exceção para a normalidade: o autoritarismo instrumental e um período de preparação da sociedade

²⁰⁶ Aspirações e interesses nacionais (Objetivos Permanentes do Brasil). Civilização Brasileira. C – 31 – 54. Rio de Janeiro: ESG, 1954, p. 30.

As teorias e ideias de Alberto Torres e Oliveira Vianna, como também de uma das suas instituições herdeiras, a ESG, confluem para a configuração de que havia uma série de problemas nacionais que deveriam ser tratados; apresentam algumas soluções, com destaque para a presença de um Estado forte como a principal delas, e que o Brasil não só poderia se desenvolver, como apresentava características para se tornar uma grande potência mundial. Mas ainda cabia outra questão: como colocar essa proposta em prática? Não se poderia realizar um conjunto de mudanças dessa envergadura da noite para o dia, as condições para que o Brasil pudesse crescer e desenvolver, tal como uma reforma no Estado, o processo civilizatório com as elites e com as massas, tudo se tratava de procedimentos que não teriam condições de acontecer de maneira rápida e eficaz; havia a necessidade de se criar pilares e condições de desenvolvimento.

Com base nessas constatações que se discute o termo autoritarismo instrumental. O conceito em si foi retirado das obras de Alberto Torres e Oliveira Vianna, mas não há uma citação ou uso desse termo de forma literal. Muitos dos intérpretes desses autores, através da leitura e análise da obra de ambos, chegaram à definição desse conceito. O autoritarismo instrumental não se apresenta de forma consensual entre os estudiosos do pensamento de Oliveira Vianna e Alberto Torres, mas para os efeitos do trabalho considerou-se o conceito válido.

A premissa básica desse conceito é que a sociedade não teria condições por si só de designar e seguir um determinado caminho; precisaria de uma condução, e nesse caso, caberia ao Estado conduzir a sociedade. Porém, essa condução não seria eterna, duraria apenas o tempo em que a sociedade passasse a ter condições de caminhar sozinha e demonstrasse os traços de seu amadurecimento. Nas palavras de Wanderley Guilherme dos Santos:

Em primeiro lugar, os autoritários instrumentais, na designação aqui adotada, creem que as sociedades não apresentam uma forma natural de desenvolvimento, seguindo antes os caminhos definidos e orientados pelos tomadores de decisão. E desta presunção deriva-se facilmente a inevitável intromissão do Estado nos assuntos da sociedade a fim de assegurar que as metas decididas pelos representantes desta sociedade sejam alcançadas. Nesta medida, é legítimo e adequado que o Estado regule e administre amplamente a vida social – ponto que, desde logo, os distingue dos liberais. Em segundo lugar, afirmam que o exercício autoritário do poder é a

maneira mais rápida de se conseguir edificar uma sociedade liberal, após o que o caráter autoritário do Estado pode ser questionado e abolido. A percepção do autoritarismo, como um formato político transitório, estabelece a linha divisória entre o autoritarismo instrumental e as outras propostas políticas não democráticas.²⁰⁷

As inferências a necessidade de um regime preparatório podem ser vistas nas obras tanto de Oliveira Vianna como de Alberto Torres. Em vários momentos há a citação da democracia e de valores que deveriam fazer parte do repertório social, mas que a população não estaria preparada para esse tipo de responsabilidade. Assim, justifica-se a adoção de um modelo de governo mais autoritário e que fosse coordenado por um grupo de pessoas que teriam as condições necessárias para conduzir a sociedade rumo ao desenvolvimento dos valores cívicos que deveriam existir. Segundo Alberto Torres:

As ideias do projeto aqui desenvolvido são destinadas a corrigir os defeitos do regime democrático e a indicar os meios de o adaptar, bem como regime federativo, à nossa terra e ao nosso povo. O Governo Federal recobra e mantém a supremacia que lhe cabe, como órgão soberano da Nação; as formas da representação e o processo das eleições preparam um sistema de escolha, próprio a assegurar a intervenção dos mais capazes, na direção da vida pública; a Constituição adquire, enfim, o caráter de uma lei prática e harmônica, onde os fins, os destinos e as modalidades da nação encontram seus instrumentos naturais de atividade. A criação do Poder Coordenador coroa, por fim, estas disposições – tendentes, todas, a fortalecer a ação governamental, a ligar solidariamente as instituições do país e a estabelecer a continuidade na prossecução dos ideais nacionais, a “realizar”, em suma, a soberania da lei, a democracia, a república, a autonomia e a federação – com um órgão, cuja função será concatenar todos os aparelhos do sistema político, como mandatário de toda a nação – da Nação de hoje, como da Nação de amanhã – perante seus delegados. Não é uma criação arbitrária: é o complemento do regime democrático e federativo, sugerido pela observação da nossa vida e pela experiência das nossas instituições.²⁰⁸

A concepção de autoritarismo instrumental seria como que um meio para atingir um bem maior, que seria a sociedade preparada para administrar e escolher

²⁰⁷ SANTOS, Wanderley Guilherme. Apud PAIM, Antônio. Introdução. In: VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Ed. Senado Federal, 2005, p. 36.

²⁰⁸ TORRES, 1982, p. 252.

o seu próprio caminho. Interessante destacar os usos políticos desse conceito, que passou a fazer parte do repertório político nacional durante certo período, em que a justificativa de um golpe ou regime de exceção era sempre o de preparar a sociedade e o país para a condução e autonomia de seus próprios integrantes, passou a fazer parte do repertório político brasileiro, mesmo que não se dando os devidos créditos aos seus idealizadores. Nas palavras de Francisco Weffort:

Sua concepção de Estado alimentava-se em um pensamento de longas raízes na política do Império, sobretudo em Paulino José de Souza, o visconde do Uruguai, e José Antônio Pimenta Bueno, o marquês de São Vicente. Como seus precursores, Oliveira Viana expressava-se a favor de uma centralização do poder que entendia menos como um fim em si e mais como um meio necessário para que o povo fosse educado e organizado para o exercício da democracia. [...] Era, sem dúvida, um autoritarismo, mas que se propunha como provisório, destinado a desaparecer quando atingisse seu objetivo. E, contudo, esse autoritarismo instrumental sobreviveu não apenas ao Império. Sobreviveu também a Segunda República, estabelecendo-se como parte da cultura política brasileira.²⁰⁹

A Escola Superior de Guerra também adotou a ideia de autoritarismo instrumental em seu repertório, a defesa de que havia a necessidade de um regime mais forte e autoritário para que se pudesse preparar a população para um regime mais aberto e autônomo. Por mais paradoxal que pareça, era necessário um período de maior cerceamento das liberdades para que se pudesse permitir o pleno gozo das liberdades.

A grande discussão era em torno da democracia, a sua definição e o seu valor de fato. Apoiando ainda nos escritos dos pensadores nacionalistas autoritários, a ESG estabelece o seu discurso que o modelo de democracia liberal necessitaria de um terreno fértil para a propagação de seus ideais. Em outras palavras, a simples implantação de um modelo em um determinado país não significa que esse modelo venha a funcionar tal como em outras realidades, havia a necessidade de adaptação desse modelo de acordo com as próprias características do lugar em que elas vigorariam. Logo, já havia certa justificativa para um governo autoritário, pois esse

²⁰⁹ WEFFORT, Francisco C. **Formação do pensamento político brasileiro**. Ideias e personalidades. São Paulo: Ática, 2006, p. 259.

governo seria capaz de gerar os devidos arranjos para que a sociedade despreparada passasse a ser tida como ideal para determinados valores e práticas sociais.

Era a caracterização de um processo de educação pelo qual a população deveria passar, e que ao final das contas, era tratado muito mais como um grande benefício que era feito, como que um favor, do que um período de exceção. A ESG tratava essa ideia como uma missão, algo que somente a própria instituição e os militares poderiam desempenhar pelo país. Aliás, os militares caberiam perfeitamente no grupo social que teria que tomar a frente e saberia quais as medidas para se produzir os efeitos necessários e se produzir as condições necessárias para o amadurecimento da população brasileira. De acordo com a conferência *Ação Política – soluções democráticas*:

Isto tudo obriga a pensar, quando se deseja estabelecer as bases de um regime político através de uma simples transposição de modelos. Como ocorre no organismo humano pode-se dar também, no organismo social, um processo de rejeição do órgão estranho. [...] Portanto, a institucionalização de um regime político será um trabalho difícil, que demanda sensata auscultação das aspirações nacionais e a análise percuciente da evolução histórica da nacionalidade e das demais características do país. [...] Sob outros aspectos, a Democracia requer o aperfeiçoamento do homem, na sua higidez física e na sua valorização intelectual e moral. Pois Democracia é educação – e também cultura, que é educação cristalizada no tempo. É errôneo pensar que a opção humana perante a Democracia tenha fundo apenas político. O preparo para a Democracia deve começar nas suas bases. Já foi dito: se o povo é soberano, eduquemos o soberano.²¹⁰

A educação da população passava pela mudança de um regime e pela imposição desses novos modelos e valores. O uso da ideia de autoritarismo instrumental pela ESG culminou na própria justificativa do golpe militar de 1964, chamada pela instituição de Revolução de março, na qual o regime implantado pelos militares ser tratado justamente como esse período de exceção necessário para que se pudesse instituir um regime democrático pleno em todas as suas liberdades. Até que ponto a ESG atuou como simples defensora do regime que ajudou a colocar no

²¹⁰ ARRUDA, Antônio (desembargador); FIGUEIRA, Danton Pinheiro de Andrade (procurador); PADILHA, Tarcísio Meirelles (professor). **Ação Política** – soluções democráticas. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1971, p. 15-16.

poder ou se realmente tratava-se de um conceito que fazia parte de seu ideário político, e que fora herdado dos pensadores nacionalistas autoritários, é de difícil precisão, mas o discurso apresentado se adequa muito bem ao de autoritarismo instrumental e a maneira como foi caracterizado pelos seus teóricos. De acordo com um grupo de conferencistas da ESG:

Enfim, nesse período, tem havido avanços e recuos, mas o saldo é positivo no sentido da afirmação democrática. As revisões e adaptações elaboradas, no campo político, tiveram em vista sempre o aperfeiçoamento do regime. E a Revolução de Março, que interrompeu o processo, fê-lo com o intuito declarado de restaurar a vivência democrática, na conformidade das nossas melhores tradições e do que a experiência vem aconselhando nos últimos anos.²¹¹

E os mais variados discursos e posicionamentos da ESG se juntam e começam a formar um todo, que se não original ou mesmo condensados em uma filosofia política rica, têm uma coerência em seus discursos e projetos de poder. Foi-se costurando o discurso de poder em que os militares foram apresentados como categoria ideal para intérpretes da nação e a ESG como a sua instituição representativa do ponto de vista político, uma população infantilizada e precisando de segurança, uma elite despreparada e uma conjuntura que representava um perigo para as tradições nacionais. De forma sucinta, essa foi a maneira como a ESG tentou participar da disputa hegemônica no Brasil naquele período.

²¹¹ ARRUDA; FIGUEIRA; PADILHA, 1971, p. 23.

3.5 Conclusão: dos pensadores nacionalistas autoritários e da sua herdeira ESG

Os pensadores nacionalistas autoritários, com destaque para Alberto Torres e Oliveira Vianna, construíram uma sólida obra teórico-política em que buscaram conhecer, conceber e agir sobre a realidade brasileira. Em um esforço científico típico do momento em que escreviam (destaque para as três primeiras décadas do século XX), buscaram esmiuçar aquilo a que chamaram de problemas nacionais e também apontar soluções. De tão marcante e influente obra formou-se como que um séquito de seguidores que passaram a adotar as ideias e pressupostos desses pensadores com o passar do tempo. Essas pessoas e instituições atuavam como propagadores das ideias políticas daqueles autores, mas também cumpriam um importante papel na atualização dessas ideias de acordo com a conjuntura em que passariam a ser utilizadas. Assim, sempre que a sociedade brasileira se via em uma encruzilhada de seu destino, em que se deveriam escolher novos rumos de desenvolvimento, essas teorias e autores eram convocados e os seus defensores cumpriam o papel de tentar instituir essas ideias para a sociedade nacional, na ausência dos autores originais. E não só os pensadores nacionalistas autoritários, mas nesses momentos de definições voltavam à tona várias outras correntes de pensamento, também com seus herdeiros e defensores, formando, assim, um campo de disputa hegemônica acirrado e necessário.

A Escola Superior de Guerra, então, seria convocada a cumprir o seu papel em todo esse processo. Como herdeira de uma tradição ou linhagem política brasileira, nesse caso, a dos pensadores nacionalistas autoritários, adequa o discurso político de seus patronos e passa a fazer parte da disputa hegemônica que se configurava na época (início da década de 1950). A adequação das teorias feita pela ESG para a conjuntura em questão obedeceu a uma importante característica, a sua relação com o grupo social que acabava por pensá-la ou influenciá-la: os militares. Muito mais do que qualquer tipo de renovação, atualização ou adequação de ideias, o que se pode perceber foi uma adaptação das ideias de acordo com

preceitos e ideias militares ou ligadas à formulação de segurança nacional característica da época.

A ESG muito mais se utilizou das ideias dos pensadores nacionalistas autoritários, que coadunavam muito bem com várias das características militares, e a colocaram em seu ideário cumprindo certo processo de tradução daquelas ideias para o mundo dos militares. Assim, foi-se desenvolvendo um tipo de discurso de poder que era bastante verossímil com a conjuntura em que era aplicado e satisfazia com os pressupostos políticos do grupo de militares que idealizaram a ESG. Houve uma união bastante clara entre os preceitos da cultura política dos Padrinhos do Brasil com as ideias dos pensadores nacionalistas autoritários, e que encontraram uma instituição, um lugar, para a sua propagação: a ESG. Portanto, muito mais do que uma criação de ideias políticas da ESG, o que se observou foi a construção de um discurso de legitimidade de poder frente a uma conjuntura de disputa hegemônica do que um conjunto de ideias originais.

CONCLUSÃO

A Escola Superior de Guerra, principalmente do momento de sua criação em 1949 até o ano de 1964, era considerada como uma instituição com certo peso dentro dos processos políticos nacionais, que passava uma impressão de poder e influência. De certa maneira, os militares (ou pelo menos parte deles) estavam ali representados. Mas, com o passar do tempo, essa influência e esse poder caíram e a própria instituição, que jamais foi brilhante em suas propostas, é apenas sombra do poder político que um dia chegou a ter. Apesar de ainda existir, na bela construção do Forte de São João, no bairro da Urca no Rio de Janeiro, o seu destaque seria muito mais pela beleza de suas instalações e local privilegiado em que se encontra do que pela força de suas ideias. Essa constatação remete ao questionamento primeiro deste trabalho: qual o lugar da ESG dentro do quadro do pensamento político brasileiro?

A resposta para essa pergunta não pode ser encontrada pós-1949, a Escola Superior de Guerra pode ter a sua fundação oficial em 1949, mas o caminho que pavimentou a sua criação e os pressupostos e ideias que foram defendidos por aquela instituição nasceram muito antes de sua criação. A primeira parte dessa resposta vem com a constatação de que entender a ESG é sair da ESG, é fugir dessa instituição e procurar em outros locais as ideias e pressupostos políticos e sociais que funcionaram como pilares de sustentação dessa instituição. E ao se dizer que se deve sair da ESG, não há a intenção de buscar fora do Brasil, seja no *National War College* ou na conjuntura internacional de Guerra Fria e paranoia comunista, as nossas respostas (trata-se apenas de escopo de análise diferente e complementar, não há a intenção de invalidar esses estudos, aliás, abordagens essas extremamente válidas para a compreensão da ESG). A ESG é uma instituição brasileira, tem muitas de suas bases de pensamento oriundas de pensadores e atores políticos brasileiros e se relaciona com os problemas e as formas de pensar provenientes da conjuntura nacional. No pré-1949 é que se encontram as respostas, ou muitas delas, para que melhor se compreendam as funções da ESG, o seu modelo de funcionamento, as suas ideias políticas e também a maneira como se

deu a participação dessa instituição na sociedade brasileira nos momentos em que ainda mantinha uma força política real.

Para se avançar nessa resposta forçosamente faz-se necessária outra pergunta: que problemas a ESG busca resolver com a sua criação em 1949? Para que se possa responder a essa pergunta, há que se analisar o papel dos militares na política nacional e também a forma de inserção política desses atores políticos na História Republicana brasileira, em especial, a atuação de um grupo específico tratado no presente trabalho como os “Padrinhos do Brasil”.

Os militares, desde a Proclamação da República, passaram a ocupar lugar de destaque no cenário político brasileiro, espaço, aliás, de que não dispunham anteriormente. O nascimento da República, sob a tutela militar, criou a sensação de que essa categoria social seria como que fiadores desse novo modelo de governo que nascia em 1889. Muito mais do que isso, um novo rearranjo de forças políticas, cujo processo deveria ter nos militares um novo componente. Grupos militares passaram até a projetar modelos para essa República, muito devido à própria influência do positivismo sobre um grupo de militares da época. Porém, um traço há que ser ressaltado, a Proclamação da República foi uma ação política fora dos parâmetros legais do jogo político estabelecido; em outras palavras, foi uma ação de exceção. E, com o passar do tempo, a maneira de os militares intervirem de forma direta na política brasileira foi através de ações de exceção, de movimentações políticas que não contavam com as regras do jogo. Há que se destacar que alguns militares disputaram eleições, alguns inclusive eleitos, e que também influenciaram governos através de meios mais discretos. Entretanto, isso não oculta o fato de que, de tempos em tempos, havia algum tipo de ação militar fora das regras do jogo político.

Ora, isso apresentaria um padrão ou modelo de participação? De certa forma sim; muitos foram os trabalhos que destacaram o golpe político como um dos instrumentos dos militares, até incorporarem como uma forma própria dos militares de se chegar ao poder, pela via da força. Mas muito mais do que um modelo de participação política, o excessivo número de golpes ou tentativas de golpe se deu por meio de um desarranjo político. Os militares não encontraram outro meio de

participação política mais efetivo do que, muitas das vezes, a ação direta em busca desse poder.

Muitos militares, e aqui novamente destaque para o grupo que foi chamado de “Padrinhos do Brasil”, nutriam um sentimento de responsabilidade pelo regime que ajudaram a implantar no Brasil, mas não percebiam ou se contentavam com as maneiras de atuação política nesse regime; sentiam-se aliados de uma forma de participação do poder. Ora, não se poderia indefinidamente se utilizar de golpes e de ações fora das regras do jogo como uma forma de participar, de forma definitiva, da política. Assim, a Escola Superior de Guerra surgiu como uma possível resposta ao problema de participação política dos militares, ou seja, a criação de uma instituição que fosse representativa dos interesses desse grupo, que eram travestidos de interesses nacionais.

Logo, a ESG foi concebida, se não de forma consciente, com um caráter bastante instrumental: seria a instituição que daria voz e espaço ao pensamento político militar no Brasil, ou pelo menos, a uma parcela dos militares brasileiros. Os militares não poderiam criar, oficialmente, um partido político militar brasileiro, o que obrigou a se pensar em formas diferentes de participação política. Muito mais importante que o conteúdo ou as ideias postas em discussão, seria o meio, a maneira que os militares teriam de participar da política através da ESG. A Escola Superior de Guerra não nasceu para discutir ideias ou criá-las, mas, principalmente, para servir como instrumento de participação dos militares; um local representativo da força desse grupo e de sua vontade de atuar politicamente. E, como visto, a forma pouco definida de suas ideias é bastante representativa desse modelo, muito mais importante era a função do que as proposições.

O próprio modelo concebido para a instituição demonstra essa tentativa enviesada de se participar do poder, qual seja, o de cooptar pessoas de outros setores e de outros grupos para que fizessem parte da instituição e da visão de mundo que ela propunha, claramente influenciada por critérios e perspectivas militares. Novamente, não havia a possibilidade de se abrir a instituição para associados, como em um partido político, mas existia a possibilidade de criar estagiários que receberiam um “treinamento” e “doutrinação” necessários para que atuassem “em prol do Brasil”, ou simplesmente, que atuassem de acordo com as

premissas do grupo militar detentor da direção da ESG. E havia a intenção da criação de laços de lealdade para com a ESG, tal como os militares teriam um sentido de missão bem claro em relação ao Brasil, a proposta era instigar esse sentimento, porém, de outra maneira. Um estagiário da ESG, ao renegar o que lhe foi passado naquela instituição, seria como um pária que não entenderia sobre o seu próprio país e suas necessidades. Criavam-se, ou se tentou criar, laços de fidelidade muito mais em aspectos abstratos e de sentido de responsabilidade do que especificamente uma conquista pelas ideias e propostas que eram apresentadas.

Dessa forma, a ESG representou não mais a necessidade dos militares em se apoiar em outros grupos ou instituições, mas de constituir a sua própria instituição que fosse representativa dos seus interesses e do seu entendimento de quais rumos políticos a sociedade brasileira deveria tomar. Era um tipo de independência que os militares tentaram ter em busca de uma representação mais legítima e mais próxima do que eles realmente queriam para o Brasil.

A primeira parte da resposta, então, se configura. A ESG, inserida no quadro do pensamento político brasileiro, se apresenta como o espaço em que as ideias militares teriam lugar. Imaginada a estrutura política brasileira no momento da criação da ESG, essa escola era a edificação e institucionalização de uma série de pressupostos e de um local para um grupo de militares que passaram a ter uma organização própria para a participação das suas ideias políticas dentro do jogo de poder nacional. Não importa a profundidade ou o alcance das ideias, os Padrinhos do Brasil tinham uma voz e um local para a sua propagação.

Portanto, havia um local para os militares, que se lançaram na disputa política de forma definitiva, funcionando não apenas como braço armado de algum outro grupo social, mas com o intento de apresentarem as suas próprias ideias e posicionamentos políticos. Aqui, muito mais do que a realidade que se alcançou com a ESG, faz-se necessário levar em consideração o que se esperava dessa instituição e quais eram os intentos com a sua criação. De qualquer forma um instrumento de participação política para um grupo de militares foi formado e buscava o seu espaço no conturbado contexto político da década de 1950 no Brasil. A Escola Superior de Guerra passou a ocupar uma lacuna, a ausência de uma

instituição que representasse os interesses militares na política brasileira e também que funcionasse como uma forma real de participação política.

Em outros termos, a ESG seria uma via de participação dos militares na disputa hegemônica que existia no Brasil. Apesar do pacto populista ter propiciado uma maior estabilidade para a política nacional, em que os mais variados grupos sociais que buscavam uma participação política tinham certo espaço ou atenção do Estado, esse modelo político-social não poderia durar para sempre e, na década de 1950, principalmente o seu final, já havia traços nítidos de que esse modelo político-social estava em decadência e que, em algum momento, haveria a necessidade de um grupo social assumir o Estado brasileiro e criar um modelo hegemônico de acordo com as suas características e interesses. Logo, a ESG configurava-se uma maneira de os militares participarem da disputa hegemônica de forma institucionalizada, o que representava uma inovação no cenário político nacional. Os militares já participavam da política nacional, mas já mais organizados em torno de uma instituição que tivesse a política como o seu fim último. Nesse sentido, a ESG representou uma demarcação de território e a afirmação que os militares, ao menos, postulavam uma participação mais decisiva e até a possibilidade de assumir o Estado nacional como grupo social que teria o papel de liderança e condução do processo político nacional.

Não apenas destacando o aspecto institucional, mas a ESG como participante da disputa hegemônica daquele período representava o próprio grupo dos Padrinhos do Brasil, possuindo uma instituição que pudesse assumir esse posicionamento em um cenário de disputa. Não se tratava mais de assumir de forma secundária ou como uma participação menor em movimentos políticos que representassem os interesses de outros grupos sociais, mas definir de forma clara que esse grupo também disputaria o poder e que teria condições de assumir o poder do Estado nacional. A ESG, para esse grupo, representaria até certo amadurecimento da cultura política dos Padrinhos do Brasil, que buscava uma materialização de uma série de perspectivas políticas e visões de mundo que seriam próprias deles. Os militares se apresentavam como uma possível via política e como grupo autônomo, capaz de defender as suas próprias ideias e de propor um modelo político social de acordo com as suas próprias convicções. A viabilidade desse projeto trata-se de outro assunto, pois aqui entraríamos na discussão do quanto os militares seriam

capazes de realizar os seus interesses e, principalmente, lembrando Oliveiros Ferreira, até que ponto os militares, como um grupo social necessário para o sistema capitalista, mas que não cumpria uma função de produção direta, teria condições de, por si só, estabelecer uma série de princípios políticos e sociais que fosse conivente com o sistema socioeconômico em que se vivia no Brasil.

Assim, trata-se de outro ponto de fundamental importância para que se possa responder à questão acerca do posicionamento político da ESG dentro do quadro político brasileiro: até que ponto os militares teriam condições de ter uma representação de classe dentro do Estado, sendo que eles não desempenhavam uma função produtiva, mas sim tinham um papel de segurança e manutenção da ordem desse mesmo sistema. Ora, se Oliveiros Ferreira propôs a discussão, ele mesmo ajudou a solucioná-la. Os militares, e por consequência, nesse sentido, a ESG, teriam seus valores calcados em um sentimento de valor, no caso, a honra, e não em uma atividade produtiva. Isso explica muitos dos expedientes e ideias da ESG que eram muito mais uma evocação de um espírito de patriotismo e de valorização da Pátria como possíveis soluções para o problema nacional, do que a praticidade própria de um conjunto de leis e proposições ligadas a uma classe qualquer participante do processo produtivo. Logo, a ESG apresentou, em muitas de suas propostas políticas, uma forma, mas não necessariamente um conteúdo, passando a sensação de que se tratava de algo vazio em determinadas acepções. Mas não se tratava de algo vazio, e sim de ideias políticas calcadas em um espírito de grupo em vez de interesses de classe, o que seria impossível nesse sentido. A ESG, e por conseguinte a cultura política dos Padrinhos do Brasil, atinge o ponto máximo de sua contradição, pois, por um lado, não se nega que esse grupo de militares tinha interesses próprios e legítimos sob o seu ponto de vista, mas também não se pode afirmar que esses interesses tinham um efeito prático ou uma possibilidade de realização palpável, devido ao próprio posicionamento do grupo social em questão e de seu papel dentro do sistema socioeconômico de que fazia parte. A contradição e as ideias políticas da ESG só podem ser compreendidas a partir do momento em que se percebe a configuração estrutural da sociedade brasileira e, como consequência, a impossibilidade do projeto esguiano dar certo em longo prazo. A formatação e muitos dos interesses e posicionamentos da ESG vieram de contextos estrangeiros, mas a sua compreensão parte do local em que ela

foi concebida e sob a égide dos interesses internos que levaram um grupo de militares não a criarem a ESG, mas a sentir-se compelidos a ter uma instituição que pudesse ser representativa de suas ideias políticas, por menos factíveis que elas pudessem ser na prática. Os próprios grupos sociais que fizeram parte da ESG, alguns deles obedecendo a claros desígnios de classe e interesses mais nítidos, poderia ser uma saída para a ESG apresentar modelos políticos e ideias mais ligadas com a realidade e com formas de desenvolvimento capitalista da época, mas o que apenas camuflaria o fato de que seriam ideias de outros grupos, embora com uma roupagem diferente ou adotadas pela instituição em questão. Em outras palavras, poderia ser dito pela ESG, mas não seria uma proposição dela mesma.

Em outras palavras, os militares teriam uma maior dificuldade em traduzir os seus interesses em políticas adequadas e coniventes com a realidade nacional. Porém, o discurso político autoritário e bastante nacionalista dos militares teria um apelo em determinados setores da sociedade e em alguns momentos de crise ou indefinição política se apresentaria como uma solução possível. O grande problema seria a própria manutenção das suas políticas quando postas à prova na prática e em longa duração.

A partir desse momento pode-se melhor compreender a inserção dos pensadores nacionalistas autoritários na Escola Superior de Guerra e também na cultura política dos *Padrinhos do Brasil* para a possibilidade de posicionamento da ESG dentro do quadro do pensamento político brasileiro. As ideias autoritárias e nacionalistas de Oliveira Vianna e Alberto Torres serviram como um grande complemento para posicionamentos e prerrogativas que já existiam no grupo que daria origem à ESG. Os militares que compuseram o movimento tenentista, marco de origem da cultura política dos padrinhos do Brasil – destaque para os líderes do movimento –, conheciam a obra de Oliveira Vianna e de Alberto Torres, e mais do que isso, as ideias e proposições políticas desses autores iam ao encontro das ideias desses militares. Por parte desses militares, foi como encontrar um aparato intelectual que pudesse representar de maneira quase perfeita os anseios políticos que eles queriam. Eram autores que falavam sobre a necessidade de se formar uma nacionalidade, do quão importante seria um Estado forte e atuante na sociedade brasileira e também faziam sérias críticas às elites políticas ligadas ao modelo

oligarca da República Velha, ou seja, muitas das bandeiras que os próprios tenentes da época criticavam e viam como entraves para o desenvolvimento brasileiro.

Já no contexto da ESG, as ideias dos pensadores autoritários brasileiros continuaram a ser utilizadas com algumas alterações, que partiam desde uma adaptação para o contexto em que estavam sendo usadas como também mudanças que integravam o pensamento desses autores a um modelo mais próximo do perfil e papel dos militares. Assim, a ESG também ganhou um arcabouço teórico mais sólido e respeitado dentro do pensamento social brasileiro. Seria uma união em que os formadores da ESG só tiveram vantagens, pois o pensamento desses autores era bastante representativo do que os próprios militares consideravam como correto e também já voltava um olhar mais respeitoso para a ESG, uma vez que a instituição se colocava como representante de uma forma de se pensar o Brasil que, se não fosse adotada ou admirada por todos, já tinha, ao menos, uma maior legitimidade entre essa comunidade.

Legitimidade seria a palavra-chave nesse caso. Os pensadores autoritários eram considerados como legítimos por parte dos militares devido a sua visão social e política e também dotava de legitimidade um conjunto de ideias que passavam a ser defendidas por uma instituição jovem que nascia no ano de 1949 e que era representativa de um grupo social que, por mais que estivesse acostumado a intervir na política nacional, não tinha grande tradição na intelectualidade política e na publicação de textos teóricos sobre o tema. Em outras palavras, garantia uma colocação dentro do quadro do pensamento político brasileiro, pois era a união de um grupo forte dentro do jogo político, os militares, com um conjunto teórico que cada vez mais atraía outros pensadores e que tornava as suas raízes cada vez mais fortes dentro do campo de discussão da política nacional, Oliveira Vianna e Alberto Torres. Nascia, portanto, uma instituição com gabarito, força e atrelada a um grupo social e um conjunto de ideias que não podiam ser desprezadas no jogo político nacional, principalmente, em um momento de definições e de escolhas de rumo, como o contexto em que a Escola Superior de Guerra teve origem.

A ideia de capital político compreende bem a união desses dois fatores e explica muito da sua união, já que essa junção representaria um forte capital político para uma eventual disputa hegemônica. E, neste caso, se a própria ESG e os seus

militares idealizadores não convencessem enquanto um grupo capaz de liderar e de impor os seus interesses e construir um processo hegemônico autônomo, não se podia desprezá-los enquanto um importante e, se levar em consideração o uso da força, essencial grupo em qualquer equação de poder naquele determinado momento. Ou seja, mesmo que suas ideias políticas não representassem uma possibilidade real de aplicação, ou pelo menos não na forma em que foram apresentadas, não se poderia, de maneira nenhuma, desqualificar ou desprezar a ESG e os militares envolvidos com essa instituição devido a sua posição e representatividade no jogo político brasileiro.

Em relação aos pensadores nacionalistas autoritários e sua influência na ESG, porém, há uma questão de fundamental importância para a compreensão do papel da ESG no quadro da política nacional: a sua adaptação às premissas militares. Assim, muitas das teorias e das ideias políticas de Oliveira Vianna e Alberto Torres não foram adotadas na íntegra, aliás, não poderia ser dessa forma, dado que ao se tratar de uma instituição que seria herdeira de um determinado tipo de pensamento, não se trata da adoção pura simples de todos os seus pressupostos, há a necessidade de algum tipo de mudança ou mesmo adaptação para o lugar e o momento em que elas seriam aplicadas e, em alguns casos, não uma adaptação, mas até mudanças mais drásticas, apenas se mantendo a essência do pensamento.

No caso da Escola Superior de Guerra, o grande processo de adaptação seria em relação à forma como a instituição relacionou o tema da Segurança Nacional com as ideias nacionalistas autoritárias. Como discutido anteriormente, muitos pressupostos de Oliveira Vianna e Alberto Torres casavam bem com as pretensões dos jovens tenentes. Entretanto, ocorreram alterações no contexto inicial e a incorporação do tema da segurança foi o ponto em que os militares esguianos tornaram uma teoria de outros autores em um conjunto de ideias que, se não fosse deles, ao menos teria uma roupagem militar. Aqui se pode perceber a influência do momento em que a ESG foi criada e as necessidades que o discurso político daquela instituição necessitava para ganhar em abrangência e também em legitimidade junto a outros setores sociais. E também o ponto em que se faz união entre todo esse contexto interno que foi tratado com as relações externas que marcaram de forma contundente a ESG. O discurso em torno da necessidade de

uma Doutrina de Segurança Nacional, de um projeto de segurança mais abrangente e o próprio anticomunismo vieram muito mais de uma conjuntura internacional, intimamente ligada à Guerra Fria, do que de preocupações próprias brasileiras. O desejo dos militares ligados à ESG estaria muito mais articulado a um projeto de criação de um modelo de ordem social que deveria partir da ação estatal do que exatamente um projeto de Segurança Nacional.

Os tenentes não abordavam a Segurança Nacional, mas sim em alterações no sistema político e na sociedade brasileira, a sua principal obsessão era muito mais de alterações internas do que de preocupações externas. Ora, com o tempo esse discurso foi-se alterando, a incorporação da necessidade de se criar uma Doutrina de Segurança Nacional não apenas foi muito bem vista como se encaixou perfeitamente aos anseios desses pensadores militares, já que a amplitude que esse conceito ganhou permitiu que se criasse uma enorme legitimidade aos anseios militares e uma forma de participar de forma direta na política, inclusive em setores executivos dessa política.

Nesse ponto que se fundem os pontos de influência internos com os externos e se forma a teoria que ora conhecemos produzida pela Escola Superior de Guerra em seus primeiros anos e adiante. Nesse sentido, os escritos de Oliveira Vianna e Alberto Torres foram adaptados a esse discurso de segurança, já que isso representaria a própria entrada dos militares na política nacional, não mais como mero braço armado, e sim como um grupo com um conjunto de ideias e vontade de se tornar o grupo líder inserido em um processo de reestruturação da política nacional. Ao se analisar com base na teoria nacionalista autoritária, pode-se dizer que seria a versão militar dessa teoria, como que uma subcategoria dentre todos aqueles que porventura foram influenciados pelos escritos e propostas de Oliveiros Ferreira e Alberto Torres: a vertente nacionalista autoritária militar, apesar de que, ao se falar em pensamento político militar, todos esses adjetivos já estariam implícitos na palavra militar.

Sendo assim, a ESG, dentro do quadro do pensamento político brasileiro, pertenceria a uma vertente conservadora, nacionalista e com fortes tendências autoritárias, ao menos no tempo em que fosse necessário. Tal definição partiria de sua origem, que teria em uma cultura política oriunda do tenentismo, que foi aqui

chamada de cultura política dos Padrinhos do Brasil, aliado a uma corrente de pensamento preexistente, a do nacionalismo autoritário, com destaque para os nomes de Alberto Torres e Oliveira Vianna. Essa origem interna se uniria ao contexto internacional e ao discurso de Segurança Nacional, que se tornou símbolo e preocupação maior da instituição em questão. Aliás, muito mais do que uma DSN, o que se percebeu foi a intenção de se criar um verdadeiro modelo de reorganização nacional e um documento que tinha em suas intenções interferir nas mais variadas esferas da sociedade brasileira. Porém, como resultado desse enorme processo, percebe-se, tal como salientado por Oliveiros Ferreira, por mais que se dotasse de conteúdo, não havia uma forma exata para a execução de todas essas ambições e, para além disso, o posicionamento dos militares e sua relação com outros grupos sociais em um modelo mais holístico de atuação política inviabilizariam a ESG enquanto uma resposta viável de longo prazo²¹². Enfim, a ESG se tornou uma instituição que, apesar dos seus esforços para a criação de um modelo político tipicamente militar, obteve uma função muito mais de um discurso de poder e de mobilização de um determinado grupo. Portanto, mais do que fazer com que suas ideias, que nem eram tão suas, fossem adotadas, era uma instituição instrumental, uma resposta à necessidade de institucionalização de um grupo e de um corpo de interesses oriundo desse grupo, uma grande busca de legitimidade. Em outras palavras, era um lar de pessoas e ideias.

²¹² FERREIRA, Oliveiros. A Escola Superior de Guerra no quadro do pensamento político brasileiro. CRIPPA, Adolpho (org.). **As ideias políticas no Brasil**. São Paulo: Ed. Convívio, 1979, vol. II.

REFERÊNCIAS

- AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton (Org.). **Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina**. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.
- ALMOND, Gabriel. El estudio de la cultura política. In: ALMOND, Gabriel. **Una disciplina segmentada – escuelas y corrientes em las ciencias políticas**. México: FCE, 1990.
- ARRUDA, Antônio. **ESG: História de sua doutrina**. São Paulo: GRD, 1980.
- BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim de. **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François (Org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BEIRED, José Luís Bendicho. *Sob o signo da nova ordem*. **Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.
- CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. A utopia de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Élide Ruga; MORAES, João Quartins de (Org.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- _____. O espírito militar. In: _____. **Um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- _____. **Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria C. (Org.). **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik. **Nova História militar brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade**: o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

COMBLIM, Joseph. **A ideologia da segurança nacional**. O poder na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COLLIER, David (Org.). **O novo autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COUTINHO, Lorival. **O general Góes depõe...** Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1955.

CRIPPA, Adolpho (Org.). **As ideias políticas no Brasil**. São Paulo: Convívio, 1979. vol. II.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política e golpe de classe. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso. (Org.) **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERREIRA, Oliveiros S. **Vida e morte do partido fardado**. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

_____. A Escola Superior de Guerra no quadro do pensamento político brasileiro. In: CRIPPA, Adolpho (Org.). **As ideias políticas no Brasil**. São Paulo: Convívio, 1979, vol. II.

_____. **Forças Armadas para quê?** São Paulo: GRD, 1988.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GOMES, Angela de Castro. A práxis corporativa de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartins de (Org.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

_____. Oliveira Vianna: um statemaker na Alameda São Boaventura. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

GURGEL, José Alfredo Amaral. **Segurança e democracia**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1975.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HUNTINGTON, Samuel P. (1968). **A ordem política nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

IGLESIAS, Francisco. Leitura historiográfica de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartins de (Org.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus. **Legitimidade e coação no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

PAIM, Antônio. Oliveira Vianna no pensamento brasileiro. In: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartins de (Org.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilheiros e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LAHUERTA, Milton. O século XX brasileiro: autoritarismo, modernização e democracia. In: AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton (Org.). **Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina**. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

MARSON, Adalberto. **A ideologia nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945 – 1964: a antecâmara do golpe. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **O palácio e a caserna**. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura. (1964-1969). São Carlos, SP: UFSCar, 1995.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

MENDONÇA, Sonia Regina. **Estado e economia no Brasil – 1930-1964**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. **A Revolução de 30 e a finalidade política do exército (esboço histórico)**. Rio de Janeiro: Andersen, 1934.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva / Fapesp, 2002.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papyrus, 1995.

ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

_____. Oliveira Vianna – a teoria do Estado. In: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartins de (Org.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As forças armadas: política e ideologia no Brasil 1964-1969**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Coord). **Elite intelectual e debate político nos anos 30**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.

REMOND, Rene. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Alfa Omega, 1984.

SCHIMITT, Carl. **O conceito de político**. Petrópolis: Vozes, 1992.

SCHULZ, John. **O Exército na política: origens da intervenção militar 1850-1894**. São Paulo: Edusp, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOMERS, Margaret R. **Que hay de político o de cultural en la cultura política y em la esfera pública? Havia uma sociologia histórica de la formacion de conceptos**. Madrid: Zona Abierta, 1977.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. As mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1978.

VIANNA, Luís Werneck. Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. In: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartins de (Org.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

WEFFORT, Francisco C. **Formação do pensamento político brasileiro**. Ideias e personalidades. São Paulo: Ática, 2006.

ARTIGOS

AVELAR, Alexandre de Sá. O Exército e o desenvolvimento industrial no Estado Novo: a formação do Círculo de Técnicos Militares. **Revista Eletrônica Militares e Política**, Rio de Janeiro, n. 2, 2008.

BRETAS, Marcos Luis. O general Góes Monteiro: a formulação de um projeto para o Exército. **Revista Eletrônica Militares e Política**, Rio de Janeiro, n. 2, 2008.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas. Definições, usos, genealogias. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, n. 28, 2002.

BASTOS, Romeu Conta Ribeiro; ROCHA, Maria Elizabeth. Os militares e a ordem constitucional republicana: de 1898 a 1964. **Revista do Programa de Mestrado em Direito da UniCEUB**, v. 1, n. 1, 2004.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil 1920-1940. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, jun. 1987.

MIGUEL, Luis Felipe. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. **Diálogos latino-americanos**, n. 5, 2002.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica e autoritarismo: o caso brasileiro. **Revista de Cultura Vozes**, n. 10, 1984.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História conceitual do político. **Revista História UNESP**, São Paulo, n. 15, 1996.

SANTOS, Everton Rodrigo. Ideologia e dominação no Brasil (1974-1989): um estudo sobre a Escola Superior de Guerra. **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 1, 2007.

SOUZA, Ricardo Luiz. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 13, 2005.

SEIDL, Ernesto. Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais (1850-1930). **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, 2008.

DISSERTAÇÕES E TESES

COSTA, Vanda Maria. **A Escola Superior de Guerra**: um estudo de currículos e programas. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. (IUPERJ), 1978.

MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. **Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva**: Escola Superior de Guerra e a organização do Estado brasileiro (1930-1960). Goiânia. (UFG), 2007.

SOARES, Samuel Alves. **Militares e pensamento político**: análises de monografias da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (1985-1993). São Paulo. Dissertação de Mestrado (USP), 1994.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da Nação**: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964. Porto Alegre. Tese de Doutorado (UFRGS), 2006.

FONTES

A ação do Exército no programa de governo. Rio de Janeiro: ESG, 1968.

AMARAL, Itibere Gouvea (Coronel). **Síntese da Conjuntura nacional – Campo político interno**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1960.

ARARIGBOIA, Armando de Souza e Mello. **Guerra psicológica**. Rio de Janeiro: ESG, 1950.

ARRUDA, Antônio (desembargador); FIGUEIRA, Danton Pinheiro de Andrade (procurador); PADILHA, Tarcísio Meirelies (professor). **Ação política – soluções democráticas**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1971.

Aspirações e interesses nacionais (Objetivos Permanentes do Brasil).

Civilização Brasileira. C – 31 – 54. Rio de Janeiro: ESG, 1954.

ATHAYDE, Belarmino Maria Austregésilo. **Conjuntura Nacional** – características psico-sociais do povo brasileiro. C – 38 – 54. Rio de Janeiro: ESG, 1954.

BRANCO, Humberto de Alencar Castello (coronel). **Tendências no emprego das forças terrestres na guerra futura.** Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1950.

CAFÉ FILHO, João (Vice-presidente). **Conjuntura nacional** – instituições políticas. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954.

CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder de. **Meio século de combate:** diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CAMPOS, Aguinaldo José Senna (Ten.-Coronel). **Ações na última guerra mundial.** Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1950.

CAMPOS, Wagner Estellita. **A conjuntura nacional** – problemas particulares (de base política) racionalização administrativa do Brasil. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1953.

CASTRO, Aguinaldo Caiado de. **A conjuntura nacional** – fatores militares – organização da segurança nacional. C – 32 – 53. Rio de Janeiro: ESG, 1953.

CASTRO, Álvaro Fiúza de. **Considerações sobre planejamentos de guerra.** Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1951.

CAVALCANTI, Themístocles Brandão. **Conjuntura nacional** – os partidos políticos. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954.

CAVALCANTI, Themístocles Brandão. **Organização administrativa brasileira.** Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1952.

COUTO E SILVA, Golbery. **Geopolítica do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

_____. **Planejamento estratégico.** Rio de Janeiro: Bibliex, 1955.

CUNHA, Vasco Tristão Leitão da. **O poder nacional** – seus fundamentos políticos – a ação política no âmbito externo. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954.

D'ARAUJO, Maria Celia; CASTRO, Celso (Org.). **Ernesto Geisel.** Rio de Janeiro: FGV, 1997.

ESTELLITA, Guilherme. **A conjuntura nacional** – fatores políticos – regime político brasileiro. C – 42 – 53. Rio de Janeiro: ESG, 1953.

FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. **Discurso do general Oswaldo Cordeiro de Farias, por ocasião da passagem do comando da ESG ao general-de-divisão Juarez do Nascimento Fernandes Távora.** Rio de Janeiro: ESG, 1952.

FARIAS, Oswaldo Cordeiro de (gen. de exército). **A segurança nacional no panorama mundial da atualidade.** Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1961.

FARIAS, Oswaldo Cordeiro de (gen. de divisão). **Organização de TO e responsabilidades de seu comandante.** Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1950.

FIGUEIREDO, José de Lima (deputado general). **O poder nacional – a geografia e a política de poder – as teorias geopolíticas.** Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954.

FILHO MAURREL, Emílio (coronel). **A organização da segurança nacional.** Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1950.

FREITAS, Jorge Emílio de Souza. **O poder nacional – seus móveis, interesses e aspirações; realismo e idealismos políticos.** C – 06 – 54. Rio de Janeiro: ESG, 1954.

GUEIROS, José Alberto. **Juracy Magalhães: o último tenente.** Rio de Janeiro: Record, 1996.

HERRERA, Heitor Almeida (tenente-coronel). **Conjuntura nacional – doutrina de emprego das Forças Armadas no Brasil.** Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954.

LAGO, Antônio Correa do. **O poder nacional – suas limitações de ordem interna e externa.** Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954.

LEITE FILHO, João Baptista Barreto (jornalista). **Estratégia e tática do comunismo.** Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954.

LEITE, Pedro da Costa (coronel). **Presidência da República e Conselho de Segurança Nacional.** Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1950.

LYRA TAVARES, Aurélio da. **O Brasil de minha geração.** Rio de Janeiro: Bibliex, 1976.

MAGALHÃES, João Batista (coronel). **Guerra total: noções relativas à direção política da guerra.** Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1951.

MEDEIROS, Roberto Sabóia de (padre). **Moral e guerra.** Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1952.

MONTEIRO, Dilermando Gomes (major). **Relações públicas nas Forças Armadas.** Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1953.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. **Coordenação das Forças Armadas.** C – 008 – 52. Rio de Janeiro: ESG, 1952.

NOBRE, Napoleão. **Conjuntura nacional** – estrutura geral das Forças Armadas. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954.

OLIVEIRA, Moacyr Vellozo Cardoso de. **Padrões sociais da população brasileira: “condições de trabalho”**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954.

PAZ, Coronel Alberto Ribeiro. **O planejamento no campo psico-social**. C – 77 – 54. Rio de Janeiro: ESG, 1954.

RIBAS JUNIOR, Emílio Rodrigues (general de brigada). **Aspectos da geopolítica e noções fundamentais de áreas estratégicas**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1952.

RIBAS, Emílio Rodrigues (general de brigada). **A conjuntura nacional** – fatores militares – subsídios para o estabelecimento de uma doutrina de guerra. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1953.

RONDON, Joaquim Vicente. **A mobilização político social**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954.

SÊCCO, Vasco Alves. **A FAB na II Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1950.

SILVA, Fernando Almeida da. **A guerra total** – estratégia nos campos político, econômico e psicossocial. Rio de Janeiro: ESG, 1954.

SILVA, Golbery do Couto e (militar). **Conjuntura nacional** – aspectos geopolíticos. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954.

_____. **Planejamento da Segurança Nacional**. 1ª parte. C – 83 – 54. Rio de Janeiro: ESG, 1954.

TAVARES, A. de Lyra. **Objetivos e realizações do Exército**. C – 95 – 69. Rio de Janeiro: ESG, 1969.

_____. **A guerra revolucionária e a conjuntura brasileira**. C – 30 – 61. Rio de Janeiro: ESG, 1961.

TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973. 3 v.

_____. **Conjuntura nacional** – o problema da energia no Brasil. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954.

_____. **A segurança nacional e a ESG**. C – 01 – 54. Rio de Janeiro: ESG, 1954.

_____. **A Segurança Nacional, a política e a estratégia: conceituação e interrelações**. A – 01 – 53. Rio de Janeiro: ESG, 1953.

_____. **À guisa de um depoimento sobre a revolução brasileira de 1924.** São Paulo: Editora O Combate, 1927.

_____. **Organização para o Brasil.** São Paulo: José Olympio, 1959.

TINOCO, Tasso de Oliveira (gen. brig.). **O Exército do Brasil na II Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1950.

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro.** 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

_____. **A organização nacional.** 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil.** Brasília: Ed. Senado Federal, 2005.

_____. **Problemas de política objetiva.** Rio de Janeiro: Record, 1974.

XAVIER, Rafael (bacharel em Direito). **A conjuntura nacional** – problemas particulares (de base política) racionalização funcional do Brasil. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1953.